

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**ANA MARIA DE CARVALHO**

**O DIREITO A TER DIREITOS: CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS  
TRANSMASCULINIDADES PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE GÊNERO**

**CURITIBA**

**2023**

**ANA MARIA DE CARVALHO**

**O DIREITO A TER DIREITOS: CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS  
TRANSMASCULINIDADES PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE GÊNERO**

**The right to have rights: paths taken by transmasculinities to access gender  
technologies**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Dra. Lindamir Salete Casagrande.

**CURITIBA**

**2023**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba



ANA MARIA DE CARVALHO

**O DIREITO A TER DIREITOS: CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS TRANSMASCULINIDADES PARA  
ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE GÊNERO**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutora Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 26 de Junho de 2023

Dr. Andre Lucas Guerreiro Oliveira, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dra. Grazielle Tagliamento, Doutorado - Universidade Tuluá do Paraná (Utp)

Lindamir Salete Casagrande, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Michel Alves Ferreira, Doutorado - Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Dra. Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 26/06/2023.

Dedico esta tese ao meu amor, Leon, com quem aprendo muito nessa (des)construção como mãe e amiga. Aos interlocutores, aos quais agradeço a partilha e confiança nas discussões acerca dos caminhos para inteligibilidade social. Gratidão, minhas pedras preciosas!

## AGRADECIMENTOS

Neste espaço para agradecimentos, não seria possível nominar individualmente tantas pessoas que, de algum modo, contribuíram comigo nesta jornada, sobretudo aquelas que, em meio aos obstáculos e dificuldades deste percurso, inspiraram-me, mostrando-me possibilidades para esta travessia, afinal quando se caminha, pretende-se chegar a algum lugar.

Agradeço à minha mãe e a meu pai, que já partiram, mas que, ao longo da minha existência, influenciaram-me a ser uma pessoa cada vez melhor. Aos manos Geraldo e Paulo, sobretudo à minha mana Maria, que sempre esteve ao meu lado.

Agradeço a Deus e à Mãezinha do Céu, por todas as bênçãos, e por permitir que eu fosse precursora e exemplo, no campo da educação formal superior, aos que chegaram depois de mim na família Carvalho.

Agradeço ao papai Osmar Jorge, pela parceria desde sempre, e por ser o melhor pai que Leon poderia ter.

Às amigas, Jusane Dalmonico e Juciane Luz pela amizade, amor e todo apoio em minha vida, tornando-a mais leve e feliz.

À Tânia Incerti, pela amizade/terapia nos momentos mais conturbados, pelo aprendizado diário e por me encorajar a participar desta linda viagem que é o mundo dos estudos de gênero na pós-graduação.

À Gal Portes, por fazer parte da minha vida. Lembro-me de que, no auge da pandemia, ficávamos na garagem de casa, com uns três metros de distância, mas precisávamos tomar juntas aquela cervejinha gelada.

Aos queridos Kaio Lemos, Fabian Algart e André Guerreiro, por todas reflexões e conversas instigantes que tanto contribuíram para esta tese.

Ao Alessandro Pellegrin, psicólogo que se tornou amigo, por me ensinar a nunca desacreditar de mim mesma.

À Carol Barone, Iris Dias e Luciane Savi, porque é muito bom tê-las na minha vida.

À Ricardo Pereira, pela amizade e pelos encontros para respiros nos intervalos da tese.

Ao amigo Leandro Araújo e aos inúmeros/as colegas da equipe IFPR que vibraram comigo a cada etapa desta jornada.

Ao sempre solícito Dr. Professor Adriano Willian da Silva Viana, Diretor Geral do Campus Curitiba – Instituto Federal do Paraná, por todo apoio na concessão da licença de afastamento para realização deste doutorado.

Aos professores e professoras os quais tive o privilégio de conhecer no PPGTE – foram momentos ricos de aprendizagem, acolhimento e trocas de experiências desde o mestrado.

Aos colegas do GETEC, pelas trocas e aprendizado, em especial às minhas queridas Eliane Basílio, Jocelaine Espíndola, Rô Cavalcante, Glacieli e aos queridos Michel Alves e Cleiton Ayres pela conexão e amizade que deu mais leveza e alegria ao processo de doutorado.

À querida orientadora, professora Dra. Lindamir Salete Casagrande, por todo apoio nesta construção como pesquisadora, pela confiança depositada em um potencial que às vezes deprimia e por nunca ter soltado minha mão desde a trajetória do mestrado.

Aos integrantes da banca, Dr. André Lucas Guerreiro de Oliveira, Dra. Glazielle Tagliamento, Dr. Michel Alves Ferreira e Dra. Nanci Stanki da Luz, agradeço a disponibilidade do olhar atento e as importantes contribuições e discussões desde a banca de qualificação.

Gostaria também de registrar minha gratidão ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e à ONG Mães pela Diversidade, nas pessoas de Dan Kaio Lemos e Marise Felix sucessivamente. Obrigada por existirem!

## RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar as percepções de homens trans e transmasculines, relacionadas ao acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades do Processo Transsexualizador (PrTr) instituído pelo SUS. Colocou-se em questão o modo como ocorre a prestação dos serviços aos que decidem pela transição corporal, por meio do PrTr. Considerando a precariedade do acesso aos cuidados em saúde à população LGBTQIA+, em especial à população transmasculina que antecede o acesso ao PrTr, em face da incidência de queixas e constrangimento por preconceito e/ou despreparo de agentes da saúde, também abordamos essas questões. Analisamos, a partir do olhar dos interlocutores desta pesquisa, as contradições dessa dinâmica, vez que, em sua formulação, o SUS é pautado por diretrizes de universalidade, integralidade e equidade, no entanto, pode ser fonte geradora de agravamentos à saúde física e mental, além da violação de direitos. Por isso, problematizamos a prevalência de práticas discursivas que levam as estruturas sociais a reproduzir exclusões às vivências que escapam das normativas de gênero. Para o *corpus* empírico, contamos com 70 interlocutores de 17 estados brasileiros, cuja participação ocorreu por meio do preenchimento de um questionário on-line com questões abertas e fechadas. Ao longo da tese, provocamos a pensar as percepções e afetos nas construções e representações sociais de gênero de homens trans ou transmasculines, aos que decidem acessar o PrTr para transição corporal, com relação à (in)suficiência de incentivos para inovações científicas e tecnológicas, bem como a oferta dos insumos pelo SUS. Como método para interpretação e análises dos dados, espelhamo-nos nas fundamentações para análise de discurso crítica em conexão com o arcabouço teórico, priorizando epistemologias de autores e autoras LGBTQIA+ que iluminaram a busca por práticas discursivas contra-hegemônicas aos silenciamentos que tendem a deslegitimar as vivências e subjetividades de homens trans e transmasculines nas construções de si, vez que mudanças discursivas e culturais promovem deslocamentos e fissuras para transformações sociais no acolhimento e equidade no âmbito da saúde e nas demais esferas da vida em sociedade. Esta tese, portanto, põe em evidência e reivindica a urgência da ampliação de acesso às tecnologias de gênero por meio do PrTr/SUS para a garantia do direito a ter direitos, bem como para atenuação aos quadros de violações que se encontram, em face da ausência do Estado/SUS, que potencializa as fragilidades, inclusive a existencial, conforme observamos nas representações de grande parte dos interlocutores. Ressaltamos que as identidades de gênero das pessoas trans não são subordinadas à validação de processos biotecnológicos, e defendemos a primazia das autorrepresentações e construções subjetivas das identidades de gênero. Contudo, sendo as identidades estabelecidas nas relações sociais, lançar mão das tecnologias de gênero, cujos dispositivos acionam técnicas, procedimentos, práticas e discursos à produção de sujeitos, essas coadunam com as reflexões acerca da produção das corporalidades e construções de si, bem como pode contribuir com a eliminação das violações, atrocidades e demais práticas criminosas que assolam e rondam as vivências de pessoas transmasculinas.

Palavras-chave: processo transsexualizador; tecnologias; homens trans; SUS.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation was to shed light on the perceptions of trans and transmasculine men, related to access and specialized monitoring for the care of the specificities of the Transsexualization Process (PrTr) instituted by the SUS – *Brazilian Public Health System*. It was put into question, how the provision of services occurs to those who decide for the body transition, through the PrTr. Considering the precariousness of access to health care for the LGBTQIA+ population, especially the transmasculine population before the access to PrTr in face of the incidence of complaints and embarrassment due to prejudice and/or unpreparedness of health agents, these issues were also addressed. We analyze, from the point of view of the interlocutors of this research, the contradictions of this dynamic, since in its formulation the SUS is guided by guidelines of universality, integrality and equity, however, it can be a generating source of aggravations to physical and mental health and violation of rights. Therefore, we problematize the prevalence of discursive practices that lead social structures to reproduce exclusions to a living that differs from gender normative. For the empirical *corpus*, we counted on 70 interlocutors from 17 Brazilian states whose participation occurred through the completion of an online questionnaire with open and closed questions. Throughout the dissertation, we gave thought to the perceptions and affections in the constructions and social representations of gender of trans or transmasculine men, to those who decide to access PrTr for body transition, regarding the (in)sufficiency of incentives for scientific and technological innovations, as well as, the supply of inputs by the SUS. As a method for data interpretation and analysis, we mirrored the foundations for critical discourse analysis in connection with the theoretical framework, prioritizing epistemologies of LGBTQIA+ authors who inspired the search for counter-hegemonic discursive practices to the silences that tend to delegitimize the living and subjectivities of trans and transmasculine men in the constructions of the self, since discursive and cultural changes promote shifts and fissures for social transformations in the reception and equity in health and other spheres of life in society. This thesis, therefore, highlights and claims the urgency of the expansion of access to gender technologies through the PrTr/SUS to guarantee the right to have rights, as well as, to mitigate the violations that are found in the absence of the State/SUS that enhances the fragilities, including existential, as we observed in the representations of most of the interlocutors. We emphasize that the gender identities of trans people are not subordinated to the validation of biotechnological processes, and we defend the primacy of self-representations and subjective constructions of gender identities. However, as identities are established in social relations, the use of gender technologies, whose mechanisms trigger techniques, procedures, practices and discourses to the production of subjects, are aligned with the reflections about the production of corporeality and constructions of the self, and can contribute to the elimination of violations, atrocities and other criminal practices that plague and surround the experiences of transmasculine people.

Keywords: transsexualizing process; technologies; trans men; SUS.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estados que possuem Atendimento Ambulatorial (Maiores de 18 anos).....	121
Figura 2 - Estados que possuem hospitais credenciados (Procedimentos cirúrgicos) .....	122
Gráfico 1 - Idade dos/es participantes .....	135
Gráfico 2 - Identidade de Gênero.....	135
Gráfico 3 - Estado onde moram .....	136
Gráfico 4 - Autodeclaração étnico-racial/cor.....	137
Gráfico 5 - Atividade profissional .....	139
Gráfico 6 - Renda média individual .....	139
Gráfico 7 - O que está cursando?.....	140
Gráfico 8 - Com quem moram?.....	141
Gráfico 9 - Por qual via recebe acompanhamento psicológico? .....	142
Gráfico 10 - Caminho percorrido para início da transição corporal (via hormonização) .....	143
Gráfico 11- Frequência do acompanhamento clínico para hormonização.....	144
Gráfico 12 - Acesso a prevenções e cuidados relativo à saúde sexual e reprodutiva .....	145
Quadro 1 - Participantes da pesquisa .....	48
Quadro 2 - Relação dos estabelecimentos habilitados para os serviços do PrTr .....	118
Quadro 3 - Categorias de Análises.....	147

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Objetivos da pesquisa.....	27
<b>2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>33</b>
2.1 Delineando caminhos .....	43
2.1.2 Contextualizando a pesquisa .....	45
2.1.3 Entrada no Campo .....	46
2.1.4 Sobre os interlocutores desta pesquisa.....	48
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>51</b>
3.1 Existência e Reconhecimento.....	51
3.2 Identidade e Representação.....	63
<b>4 CIS-HETERONORMA E SEUS AFETOS</b> .....	<b>70</b>
4.1 Masculinidades contra-hegemônicas.....	75
4.2 Afetos produzidos pela cis-heteronorma nas esferas institucionais ....	83
<b>5 TRILHAS E FORMULAÇÕES SOBRE TECNOLOGIAS</b> .....	<b>91</b>
5.1 Reflexões: Do caráter social ao crítico às tecnologias.....	91
5.2 Tecnologias e Gênero .....	95
<b>6 ACESSO AO PRTR: UMA LINHA DE CUIDADO DO SUS</b> .....	<b>113</b>
6.1 Quais corpos se pode conceber “produzidos socialmente”? .....	127
<b>7 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES</b> .....	<b>133</b>
7.1 Quem são Eles ou <i>Elus</i> ?.....	133
7.2 Categorias de análise.....	146
7.2.1 Representações de Si .....	148
7.2.1.1 Meu nome é... .....	158
7.2.2 Representações sobre os serviços do SUS .....	161
7.2.3 Práticas Discursivas no fazer institucional/profissional no campo da saúde ..	168
7.2.4 Reconhecimento social .....	174
7.2.5 Afetos produzidos por discursos cis-heteronormativos nas práticas sociais ..	179
7.2.6 Resistir para existir.....	186
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>199</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Orientada pela coalizão entre o amor político com as expressões e identidade de gênero e transição corporal, proponho nesta pesquisa trazer reflexões acerca das dinâmicas que muitos homens trans ou pessoas transmasculinas são submetidos/es ao buscar atendimento de suas especificidades na área da saúde, mais especificamente, aos que decidem acessar os serviços do Processo Transexualizador<sup>1</sup> instituído pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tal motivação decorre pelo fato de que, com frequência, deparamo-nos com situações de violação de direitos que afetam os quadros de saúde física e mental, gerando constrangimentos e eventual agravamento no estado de saúde de pessoas trans, quando buscam atendimento no SUS.

O interesse nessas questões provém de vivências profissionais, pessoais e minha construção enquanto mulher cisgênera, branca, mãe, assistente social, servidora pública em instituição federal de ensino, pesquisadora, feminista e também associada da Organização não Governamental Mães pela Diversidade<sup>2</sup>, pois além do exercício profissional e vida cotidiana, convivo com um filho que há 05 anos declarou ser um homem trans. Atualmente está com 22 anos e, com frequência, vivencia situações constrangedoras relacionadas aos atendimentos na área de saúde e também em outras esferas sociais, pelo fato de ser uma pessoa trans.

A referência ao amor político tem inspirações nos preceitos e trajetória da Organização não Governamental Mães pela Diversidade (ONG MPD), a qual foi fundada como associação apartidária e laica para combater, denunciar e resistir aos sentimentos de injustiça e preconceito estrutural imputados contra pessoas pertencentes ao coletivo LGBTQIA+<sup>3</sup>, as quais são alvo de todas as formas de

---

<sup>1</sup> Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 - Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) – Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em 13/08/2021.

<sup>2</sup> Mães pela Diversidade é uma organização não governamental fundada em 2014, que reúne mães e pais de crianças, adolescentes e adultos LGBTQIA+. (<https://maespeladiversidade.org.br/>) - Vídeo institucional disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=655153908924183>. Acesso em 01/09/2022.

<sup>3</sup> A disputa de narrativas não consolidou um consenso quanto à sigla mais apropriada ao coletivo. Neste momento histórico, optamos por LGBTQIA+ pela abrangência das pluralidades e diversidade nas orientações sexuais e de identidades de gênero, cujas letras representam “lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transsexuais e travestis, *queer*, intersexo, assexuais e demais pessoas dissidentes da cis-heteronorma”.

violência, além de serem marginalizados/as/es pela sociedade. Surge daí aquela máxima nas manifestações da ONG MPD: “tirem seu preconceito do caminho, pois nós vamos passar com nosso amor”.

Um dos eixos de atuação da ONG MPD é dispensar acolhimento aos familiares com dificuldade de reconhecimento social (aceitação) aos filhos/as/es LGBTQIA+, pois, muitas vezes, por falta de conhecimento e tabu, não conseguem conviver com a diversidade sexual e de gênero. Dessa forma, adota-se o orgulho como forma de desconstruir a vergonha manifestada por parte de responsáveis familiares, ou até mesmo de famílias aliadas, visto que o preconceito estrutural também as/os captura como alvo de preconceito e marginalização.

Ademais, ainda que, no cotidiano e no exercício profissional, vivencie e acompanhe as marcas e sequelas deixadas nessas vidas que, sim, “importam muito”<sup>4</sup> (BUTLER, 2015; 2016; 2018), em hipótese alguma, pelo fato de ser uma pessoa cisgênera, é possível que eu tenha minimamente noção dos processos opressores aos quais muitas pessoas trans e travestis são submetidas.

No entanto, pelas vivências próprias e experiência de outras/os responsáveis familiares da ONG MPD, em que os processos para transição de gênero de filhos, filhas, filhas<sup>5</sup>, ou órfãos da sociedade ao se identificarem como pessoas trans<sup>6</sup>, constata-se que com frequência são submetidos/as/es a processos de discriminação. Esses processos resultam em rejeição, exclusão, violência física e ou psicológica por parte de familiares, comunidade e/ou instituições, aos que experienciam “sair do casulo cis-normativo” e se expressar no mundo da forma como se identificam.

A existência de homens trans e pessoas transmasculines afetados/es por atravessamentos produzidos junto às necessidades e anseios para acessar aos serviços institucionalizados pelo SUS, mediante o Processo Transexualizador<sup>7</sup>,

---

<sup>4</sup> Com base nas críticas de Judith Butler (2006; 2015; 2018) a respeito das classificações normativas que determinam o *status* de sujeitos/cidadãos. Aos que não se enquadram nos parâmetros preestabelecidos não há reconhecimento social como sujeitos em si mesmos e para si mesmos. Convergindo com nossa afirmação essas “vidas importam”, uma vez que, o não reconhecimento (individual e coletivo) promove o cerceamento de direitos e garantias fundamentais, inclusive, a impetração de atos de violência e aniquilamento contra determinados grupos sociais.

<sup>5</sup> Ao nomear pessoas transmasculines, faz-se referência aos corpos que não ganham reconhecimento na estrutura social e gramatical. A Linguagem Não Binária, por meio de neologias (novos modos de linguagem), busca promover inclusão junto aos processos de atribuição e reconhecimento.

<sup>6</sup> Utilizamos a abreviação “pessoas trans”, fazendo referência às pessoas que se identificam politicamente enquanto: transexuais, transgêneras, travestis e pessoas não binárias.

<sup>7</sup> Compõe uma das linhas de cuidado do SUS - Garante atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento, uso do nome social, hormonização e procedimentos cirúrgicos em acordo com a identidade de gênero e social.

doravante PrTr, leva-nos ao entendimento de que, ao invés de trazer contribuições às representações subjetivas<sup>8</sup> cujos efeitos são constituintes das identidades e expressões de gênero, deixam de ser alcançados em virtude de obstáculos de ordem política, econômica, social, cultural. Tais obstáculos são expressados por narrativas como a do jovem homem trans Uriel Souza (2020)<sup>9</sup> que ilustram as provocações suscitadas até aqui.

A liberdade de andar na praia sem binder<sup>10</sup> sem medo dos maldosos e preconceituosos!  
 A liberdade de poder tirar uma boa foto do seu corpo sem os intrusos!  
 A liberdade de poder sorrir ao se olhar no espelho e fazer altas poses!  
 A liberdade de poder treinar em paz!  
 A liberdade de não precisar usar fitas ou esparadrapos que muitas vezes machucam feio!  
 A liberdade de ser finalmente livre! De ser completo e feliz!  
 Para nós homens trans a mastectomia significa a nossa luta, nossa história e nossa liberdade! Qual é a sua?

Não temos a pretensão de generalizar anseios e sentimentos do outro em virtude da pluralidade de vivências entre as transmasculinidades. No entanto, narrativas como a de Uriel sinalizam reivindicações individuais e/ou coletivas que retratam a importância de determinados procedimentos para transição corporal de muitos homens trans e transmasculines/os.

Partindo daí, é necessário discutir como ocorre o acesso para atendimento das especificidades de saúde e inclusão junto ao programa regulamentado pela Portaria nº 2803/2013 (PrTr) para acompanhamento e suporte na transição corporal aos que assim decidem, já que, em detrimento ao reconhecimento político e social das vivências transmasculinas, deparamos-nos com um cenário cuja negação e desinteresse por parte do poder público, motivado por discursos cis-heteronormativos<sup>11</sup>, podem afetar as formulações, operacionalização e

---

<sup>8</sup>Neste trabalho, adotamos a noção de subjetividade a partir de formulações convergentes com Kathryn Woodward (2014, p. 56), que assevera que a “subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade”.

<sup>9</sup>SOUZA, Uriel. Poema. Cia Norte/Pr., 16/11/2020. Facebook. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=3087494061350612&id=100002701440301](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=3087494061350612&id=100002701440301). Acesso em: 17/11/2020.

<sup>10</sup>*Binder*: É uma espécie de colete confeccionado para compressão do busto para disfarçar o volume das mamas, deixando-o mais firme e com o tórax em um formato mais reto.

<sup>11</sup>Entendemos a cis-heteronormatividade como construções sociais e culturais, cujo pensamento dominante da sociedade ocidental tem como verdade absoluta o sistema sexo-gênero-desejo binário.

disponibilização dos serviços do PrTr, cujos desdobramentos podem refletir sob diferentes formas a vida de pessoas trans.

A respeito dos procedimentos institucionalizados pela portaria do PrTr, em reunião extensionista promovida pelo Núcleo TransUnifesp<sup>12</sup>, em uma aula aberta sobre o tema: “Mamoplastia em pessoas trans”, ministrada pelo médico Adriano Brasolin – conceituado cirurgião plástico do estado de São Paulo –, na ocasião, apontou que um dos primeiros ou o único procedimento requerido por homens trans ou transmasculines/os para transição corporal é a mamoplastia masculinizadora.

Neste trabalho, deteremo-nos às significações atribuídas por homens trans ou transmasculines<sup>13</sup>, sobretudo àqueles que se encontram em maior vulnerabilidade socioeconômica e que, ao decidirem por um dos procedimentos mais requeridos do PrTr e devido à longa fila de espera, desprovidos de condições financeiras para custear a realização da mamoplastia masculinizadora pela rede privada, ou convênios médicos/planos de saúde, sofrem prejuízos pela inacessibilidade aos serviços demandados pelo SUS.

Nesse sentido, compreendemos que as vulnerabilidades sociais de homens trans e transmasculines se acirram pela inviabilidade de acesso e atendimento às demandas instituídas pelos dispositivos da portaria do PrTr para transição corporal, na medida em que são submetidos à violação de direitos à promoção da saúde: física, mental o que culmina na ininteligibilidade<sup>14</sup> social.

O aporte teórico dos estudos de gênero e tecnologias, feminismos, transfeminismos, diversidade sexual e de gênero, raça e classe social, temas caros ao Núcleo de Gênero e Tecnologia (GETEC) da Universidade Tecnológica Federal do

---

Nessa perspectiva, pessoas cis são as que se identificam desde o nascimento com o gênero que lhes foi assignado. Às pessoas não (cis), restam os estigmas por estar contra as normativas hegemônicas.

<sup>12</sup>NTU (NÚCLEO TRANSUNIFESP). Reunião extensionista: Mamoplastia em pessoas trans. YouTube, 03 de agosto de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2QZJYJSa9mM>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>13</sup>Conforme Kaio Lemos (2021, p. 18) (grifos nossos) “[...] em meio às discussões sobre os processos identitários e às demandas de políticas públicas ao Estado por sujeitos que se identificam como homens trans, destacam-se as pessoas que **não se sentem contempladas por esse termo/identidade e se autodeterminam com “não-binários”, “transmasculines.”**”

<sup>14</sup>Com base nos fundamentos teóricos de Judith Butler (2003; 2015; 2018), temos como entendimento que a inteligibilidade de gênero em nossa sociedade é legitimada mediante características regidas pela matriz cis-heteronormativa para a validação de determinados corpos e identidades de gênero. Nesse sentido, as expressões e transições corporais, além de estabelecer identidades para si, estabelecem uma identidade como relação social.

Paraná (UTFPR), iluminam e constituem nosso campo de investigação. Além do aporte teórico o ativismo na ONG MPD, bem como as participações em congressos, a exemplo das interações no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 em Florianópolis/ SC – *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que possibilitou contato com militantes de coletivos LGBTQIA+ e acadêmicos/as atuantes na defesa de direitos à diversidade de orientação sexual, e de identidades de gênero, que nos despertaram reflexões acerca do acesso à saúde pública a essa comunidade e também iluminam nosso olhar para essas questões.

Compreendemos que a produção de sentidos para posicionamentos mais inclusivos às diferentes expressões e identidades de gênero são imprescindíveis para o fortalecimento do pertencimento e reconhecimento político e social às pessoas trans. Dessa forma, corroboram os processos para desconstrução de normas sociais e culturalmente impostas, bem como para a desnaturalização de padrões cis-heteronormativos.

Para uma breve definição sobre pessoas cisgênero, localizamos em um excerto da pesquisadora e transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 14), tratar-se daquelas “[...] pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero”.

As normalizações e classificações às identidades e expressões de gênero pautadas por discursos cis-heteronormativos tendem a produzir exclusões às expressões e identidades de gênero de pessoas trans, e, assim, o aviltamento nas relações sociais. Nosso posicionamento, no entanto, parte da premissa de que a vivência da transexualidade independe da validação do saber biomédico, pois não se materializa somente com a submissão ao PrTr, no entanto, considerando a condição de política pública e a perspectiva da garantia de direitos, defendemos a legitimidade das demandas e reivindicações para transição corporal por meio do PrTr.

Em nossa sociedade, a recorrência de práticas discursivas<sup>15</sup> estabelecidas pela cis-heteronormatividade são paradoxais ao condicionar o alcance da

---

<sup>15</sup>Adotamos neste trabalho a noção de práticas discursivas a partir de Norman Fairclough (2016), para quem as relações sociais se dão no discurso e a partir do discurso. Dessa maneira, as produções de sentidos atravessam as relações sociais estabelecidas nas estruturas sociais, que, por meio de práticas discursivas podem produzir, reproduzir ou contestar discursos, e, assim, posicionar os sujeitos para manutenção ou superação de desigualdades.



“passabilidade”<sup>16</sup> para atribuição de inteligibilidade às vivências das pessoas trans, ao mesmo tempo em que impõem barreiras para acessibilidade aos serviços especializados.

Sendo assim, há situações em que pessoas que divergem das construções normativas de sexo e gênero aos moldes da passabilidade são submetidas a uma espécie de julgamento, para posterior assimilação. A situação foi explanada pela transfeminista Viviane Vergueiro (2015, p. 157):

Certa vez, em um ambiente de trabalho, havia uma cliente que, supunha-se, seria uma mulher trans\*. Mais do que avaliar se havia ‘realidade’ nas especulações de algunxs colegas, impressionou-me (e me indignou também, certamente) a intrusão e desrespeito que se lambuzavam através delas. A partir dos questionamentos sobre a transgeneridade daquela pessoa, pude observar, mais que qualquer outra coisa, que as inconformidades com a cisgeneridade incomodam e excitam (em diversos sentidos) profundamente diversas pessoas (primordialmente, mas não somente, cisgêneras).

“Ela é transexual mesmo?”

“Ela é travesti?”

“Nossa, nem parece.”

“Acho que não, gente, só parece.”

Nesse contexto, a cis-heteronorma é estabelecida e compreendida enquanto estatuto hegemônico e ideológico dadas as relações de poder e dominação frente às identidades e expressões de gênero. Temos como entendimento que expressões de gênero são os efeitos produzidos pelo sujeito, ou seja, “a identidade”, não é anterior ao que ele expressa e sim um efeito do que ele expressa, conforme Butler (2016, p. 56):

[...] o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados.

Nessa perspectiva, as corporalidades e expressões de gênero consideradas inconformes decorrem do escrutínio aos corpos trans, o que se convencionou por passabilidade.

---

<sup>16</sup>Passabilidade é resumida pela ativista trans Daniela Andrade: “é quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cis”. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/o-que-e-e-porque-voce-precisa-entender-mais-sobre-passabilidade#:~:text=Ele%20%C3%A9%20usado%20para%20se,disse%20ela%20ao%20BuzzFeed%20Brasil>. Acesso em 12/05/2021.

No entanto, a passabilidade também é ressignificada por pessoas trans e utilizada como estratégia de resistência e enfrentamento a essas invasões. Conforme Vergueiro (2016, p. 158): “uma categoria útil de análise para vivências nas diversidades corporais e de identidades de gênero, tanto como uma exigência cisnormativa, como uma estratégia possível de resistência a cissexismos em determinados contextos”.

As relações assimétricas, ou mesmo a interdição no convívio de pessoas trans com pessoas cis, são intensificadas cada vez que pessoas trans são inferiorizadas ou destituídas da condição de sujeitos de direito, ou igualmente da condição de humanidade<sup>17</sup>, mediante imposições da passabilidade ao regular corpos destoantes das normativas binárias “homem/pênis, mulher/vagina”<sup>18</sup>. Para além da opressão, comprometem articulações políticas em interação com o poder público a disponibilização tecnológica com vistas à transição corporal, uma vez que a produção de objetos/técnicas não é aleatória, e sim emerge de uma correlação de forças.

Na medida em que se imputam parâmetros para a inteligibilidade ao tempo em que se dificultam meios para acessá-los, são postas em evidência as contradições nos processos para inteligibilidades social às pessoas trans. A título de exemplo, referenciamos a demanda reprimida nas filas de espera para inserção no protocolo do PrTr, o que afeta sobremaneira os homens trans e transmasculines enquadrados pelos marcadores sociais da diferença<sup>19</sup> de classe, renda, questão geracional, racial, deficiências físicas, periféricos para os quais o acesso às tecnologias de gênero são

---

<sup>17</sup> A autora Berenice Bento, na obra *A reinvenção do Corpo*, traz importantes reflexões a respeito da complexa dinâmica que permeia o acesso aos dispositivos médicos para transição corporal. Convergindo em especial com a tônica de nossa construção quando problematiza, se: “[...] cirurgias reparadoras é o reconhecimento de seu pertencimento à categoria humanidade. A humanidade só existe em gêneros e o gênero só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última dos/as transexuais é o reconhecimento social de sua condição humana”. (BENTO, 2017, p. 228)

<sup>18</sup> Para aprofundamento ver: Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais em Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Alves - Revista Cronos, 2010. – Acesso em 20/08/2021.

<sup>19</sup> O uso recorrente neste trabalho do termo marcadores sociais da diferença se constitui para reforçar o olhar acerca das interseções que potencializam as marcas das desigualdades sociais entre as pessoas e ponto de partida à compreensão da distribuição das desigualdades sociais, por práticas discursivas hegemônicas, nas questões que envolvem gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, geração, entre outras. Conforme Avtar Brah (2006, p. 374), “algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política”.

inviabilizados. Todavia, apesar do expresso desejo e necessidade, deparam-se com as barreiras de ordem financeira, institucional, cultural, social e/ou emocional.

Dentre as questões discutidas pelos/as associadas/os da ONG MPD, responsáveis familiares de homens trans e transmasculines estão as preocupações e dificuldades vivenciadas para acesso aos procedimentos em saúde, como o acompanhamento endocrinológico e também os procedimentos cirúrgicos para realização da mamoplastia masculinizadora, procedimento esse considerado por muitos/as como um sonho. Todavia, é perceptível estar para além de sonho, pois está ligada ao pertencimento social e ao reconhecimento político.

Embora a configuração do PrTr esteja pautada numa linha de cuidado<sup>20</sup> institucionalizada junto ao SUS, frente aos apontamentos ora elencados, colocamos em questão se a promoção da saúde às pessoas trans está assegurada.

Alguns autores e autoras, sob diferentes vieses e perspectivas, debruçaram-se a pensar a respeito das dinâmicas e dimensões que envolvem o PrTr, como exemplo de: Simone Ávila (2014), André Guerreiro (2015), Camilo Braz (2018), Kaio Lemos (2020) dentre outros/as.

Considerada a pluralidade na produção de subjetividade e vivências das pessoas com relação às expressões e identidades de gênero, neste trabalho, delimitamos dialogar acerca das percepções de homens trans ou transmasculines sobre o acesso ou não ao PrTr instituído pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos que decidem por esses serviços. A partir disso, há a investigação se o modo de oferta do PrTr aos que manifestam interesse, compromete sua subjetivação e reconhecimento político e social.

A formatação do sistema de saúde pública no Brasil tem em seu cerne as reivindicações de movimentos sociais, cujos frutos partem das lutas e conquistas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 196<sup>21</sup> apregoa:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

---

<sup>20</sup> Portaria nº 2.803/2013 - Art. 3º A linha de cuidado da atenção aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador é estruturada pelos seguintes componentes: I - Atenção Básica [...]; e II - Atenção Especializada [...]. Acesso em 20/08/2020.

<sup>21</sup>Artigo 196 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 18/11/2021.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), consolidada pela Lei 8.080/1990<sup>22</sup>, passa a vigorar com o reconhecimento da saúde enquanto política pública e um direito a todas as pessoas em solo brasileiro, já que tem em seus princípios a universalidade, integralidade e equidade de acesso a serviços de qualidade e livre de qualquer forma de discriminação.

No entanto, com base em levantamento bibliográfico realizado no início de 2020, para construção do estado da arte e aproximação de produções teóricas e seus autores/as acerca dessa temática, revelaram-se déficits que antecedem o acesso ao PrTr. Evidenciamos dificuldades para acompanhamento junto aos serviços de saúde oferecidos pela atenção básica, ou seja, o acompanhamento da saúde primária às pessoas trans são atravessados por processos de apagamento de suas identidades, pois o reconhecimento ao nome social<sup>23</sup> nos sistemas de cadastros e registro de usuários/as/es ainda é falho. Não obstante, entendemos que a inobservância das regulamentações do SUS relacionadas ao uso do nome social aos que buscam atendimento às necessidades em saúde geram constrangimentos e o afastamento desses serviços.

No que se refere às pessoas transmasculinas, incide a depreciação sobre suas existências, que decorre da não correspondência às categorizações estabelecidas socialmente por atributos que remeteriam à “normalidade” produzida por padrões estabelecidos por masculinidades hegemônicas. Nesse sentido, são atribuídos a elas estereótipos e estigmas, e, na medida em que sentem a invalidação de suas subjetividades, desistem da busca por serviços em saúde, interferindo dessa forma, na promoção e prevenção de agravos, como citou Erving Goffmann (1988, p. 6):

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso.

---

<sup>22</sup>Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l8080.htm>. Acesso em 18/11/2021.

<sup>23</sup>Portaria 1820/2009 – dispõe sobre direitos e deveres de usuários do SUS, dentre esses, assegurar a inclusão e o uso do nome social. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820\\_13\\_08\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html). Acesso em 11/10/2022.

No contexto das práticas sociais e exercício profissional no âmbito da saúde, as relações de poder ali impregnadas produzem e reproduzem estigmatização, no qual os entrelaçamentos com os marcadores sociais da diferença de raça, identidade de gênero, geracional, pessoas com deficiências, periféricas para além da classe social, demonstram a animosidade nessas relações. É o que assevera Goffman (1988, p. 08), quando afirma que “construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social”.

A existência de questões relacionadas aos cuidados em saúde às pessoas transmasculinas que precedem o acesso ao PrTr, coloca em questão as contradições nessa dinâmica, visto que, em sua formulação, o SUS é pautado por diretrizes de universalidade, integralidade e equidade. No entanto, prevalecem a oferta de serviços pautados por processos estigmatizantes que contribuem à produção de desigualdades sociais, violação de direitos etc.

Partimos, portanto, da premissa que a transexualidade independe da validação e submissão aos protocolos biomédicos, pois pessoas trans e as travestis existem e resistem, independente do PrTr. Contudo, somos motivadas a problematizar a prevalência de práticas discursivas que levam a sociedade a produzir e reproduzir exclusões e apagamentos às vivências que escapam das normativas binárias de gênero.

Nossa trajetória para ampliação de conhecimento relacionado às demandas e políticas à comunidade LGBTQIA+ foi marcada por ambiguidades. Em âmbito mundial, a humanidade vivenciou, a partir do ano de 2020, as consequências da pandemia ocasionada pela covid-19. Por consequência, o isolamento se fez necessário para dirimir exposição e contágios, frente às variações de um vírus pouco conhecido na época.

Nesse contexto, diversas propostas de núcleos de pesquisa de universidades brasileiras e do exterior possibilitaram a participação e/ou acompanhamento de modo remoto e on-line de inúmeros eventos científicos, *webnários*, simpósios, congressos virtuais e cursos, resultando na difusão e publicização das frentes de discussão e grupos de pesquisa. Isso contribuiu para o fortalecimento e democratização do acesso às construções teóricas voltadas às temáticas LGBTQIA+.

Por outro lado, acirraram-se as desigualdades sociais ao redor do planeta. No Brasil, mais precisamente a partir do mês de março de 2020, iniciaram-se campanhas preventivas para contenção da disseminação da covid-19 e suas variantes (doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, a qual possui alto poder de contágio e letalidade).

A partir de recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), criaram-se medidas para restrições de aglomerações entre as pessoas. Tais diretrizes, que previam isolamento e distanciamento social, fizeram-se necessárias como forma de combate à proliferação vertiginosa do vírus que, a nível mundial, dizimou milhões de vidas em virtude dos agravamentos da saúde causados por ele.

Com dados de um levantamento publicado em 11/05/2022<sup>24</sup>, somente no Brasil, foram contabilizadas 664.564 vidas perdidas. Tal fenômeno exacerbado deu-se por negligências institucionais no âmbito federal, estadual e municipal, pela insuficiência de tratamento para eliminar os agravamentos ocasionados pela covid-19, bem como pela produção e disponibilização insuficiente de vacinas destinadas à contenção dos contágios e mortes.

Somando-se a essas questões, a população brasileira em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica se deparou com a insuficiência de programas institucionais por parte do governo federal para assegurar proteção social aos/as trabalhadores/as. Como consequência, o descumprimento de medidas para distanciamento ocasionou maior proliferação de contágios e mortes, visto que a disponibilização de vacinas para a população brasileira só teve início a partir de junho de 2021.

Em suma, os efeitos da pandemia e suas consequências sociais afetaram vários aspectos a vida de todas as pessoas, abalando a todos emocionalmente. Enquanto ser humano, estudante e profissional do Serviço Social, presenciar diariamente a escalada de mortes em decorrência do vírus, o colapso no sistema hospitalar com a falta de leitos para atendimento, o aumento das desigualdades sociais que ferem a subsistência dos segmentos em maior vulnerabilidade socioeconômica, com o expressivo aumento de pessoas desalojadas, violentadas,

---

<sup>24</sup>Dados da pandemia disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/05/11/media-movel-de-mortes-por-covid-no-brasil-volta-a-ficar-acima-de-100-apos-uma-semana.ghtml>. Acesso em 12/05/2022.

sem trabalho e sem renda, além das demais expressões da questão social, que incidem junto aos grupos minorizados em nossa sociedade, foi difícil suportar.

O fenômeno da pandemia evidenciou as contradições a respeito do distanciamento e isolamento social orientado pela OMS, pois, historicamente, quando se trata de isolamento e distanciamento social, a *lgbtifobia* estrutural se encarrega de produzi-los compulsoriamente contra as pessoas LGBTQIA+. Em situações em que há a maior permanência em casa, quando há oportunidade em desfrutar dessa proteção, contribui para o aumento de opressões ou violências por parte de familiares ou grupos de convívio.

Diante desse contexto, o isolamento já se fazia regra e se materializava pela rejeição familiar, exclusão social, insuficiência de políticas públicas (acesso à saúde, educação, trabalho, renda básica etc.) e processos de adoecimento mental, legitimados pela aversão, ódio e preconceito, que algumas pessoas ou grupos nutrem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexos e outras expressões de gênero.

Embora essas práticas criminosas estejam enquadradas como contravenção penal nos mesmos moldes que a categoria do racismo, a aplicabilidade de pena aos/as infratores/as para ambas as situações: racismo e/ou *LGBTIfobia*<sup>25</sup> ainda se mostram inócuas.

O processo de construção desta tese foi hercúleo, incluindo aqui os/as demais pesquisadores/as que iniciaram seus projetos entre 2019 e 2020, face os inúmeros acontecimentos que nos impactaram, seja o cenário pandêmico e/ou seus desdobramentos por doenças pré-existentes e comorbidades em saúde, o *boom* do aumento de 25% nos quadros de piora na saúde mental no mundo, na qual me incluo, e o aumento de violações de direitos da população LGBTQIA+, acrescido do cenário político, eleitoral, tentativas de golpe de estado no Brasil.

Esses fatos, dentre outros, chegaram a nos desencorajar à continuidade e desenvolvimento da tese. Por outro lado, quando nos deparamos com relatos de situações pelas quais homens trans são submetidos cotidianamente, tivemos a

---

<sup>25</sup>A *LGBTIfobia* passa a ser reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2019 nos mesmos moldes dos crimes previstos pelo artigo 2º da Lei 7.716/1989. Disponível em <https://mppr.mp.br/2020/01/22248,10/LGBTIfobia-e-crime-e-ja-comeca-a-resultar-em-denuncias-criminais.html>. Acesso em 12/09/2022.

esperança renovada, e a necessidade em contribuir com a construção de um mundo mais justo e equânime a todos, todas e todes reviveu.

Enfim, resistimos e passamos por um processo de doutoramento em meio ao pior período no Brasil depois da ditadura. Contudo, escrever será sempre um ato de resistência e político, pois pode provocar transformações aos que, direta ou indiretamente, contribuíram com essa agri-doce construção em meio aos atravessamentos por questões subjetivas e teórico-metodológicas desta tese, bem como poderá também provocar mudanças e transformações nas práticas sociais da/os futuras/os leitoras/es.

Diante do contexto ora apresentando, os reflexos do período pandêmico para a vida da população LGBTQIA+ foram temas recorrentes entre coletivos e ativistas. As referidas problematizações foram temas de uma *live*<sup>26</sup> promovida pela Associação Transmasculina do Ceará (ATRANS-CE)<sup>27</sup>, a qual apontou as dificuldades enfrentadas para acesso às políticas públicas, em especial à política de saúde voltada aos homens trans ou transmasculines, dentre elas, a supressão de serviços e/ou indisponibilidade orçamentária e recursos humanos para realização de atendimento e cuidados.

Nesse contexto, o aumento do cerceamento de acesso à renda, trabalho e demais políticas protetivas à população trans potencializou os processos de exclusão, violência e morte, situações que se agravaram às pessoas LGBTQIA+ pretas, pobres e periféricas.

O profissional de enfermagem do estado do Ceará Caio José<sup>28</sup> - homem trans, participante da *live* “Reflexos da pandemia para a vida da população LGBTQIA+”, citou a preocupação com a contaminação pelo coronavírus por pessoas trans, pois, pela sua experiência na área da saúde no estado do Ceará, temia que essa população não recebesse tratamento digno por motivo de despreparo e transfobia.

Caio José também alertou que os processos de isolamento e solidão vivenciados por pessoas transmasculinas poderiam resultar na elevação de

---

<sup>26</sup>*Lives* - Essa expressão, na linguagem da internet, passou a caracterizar as transmissões ao vivo por meio das redes sociais. São realizadas de forma simples e ágil, geralmente sem limites de tempo de exibição ou de quantidade de espectadores. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/03/o-que-e-uma-live-saiba-tudo-sobre-as-transmissoes-ao-vivo-na-internet.ghtml> - Acesso em 10/11/2020.

<sup>27</sup>Disponível no Instagram: @transce - Pandemia para a População Trans - Ceará, 14 de julho de 2020. Acesso em 14/07/2020.

<sup>28</sup>Profissional da saúde, intervencionista no SAMU do estado do Ceará.



sofrimento mental e índice de suicídios a longo prazo, já alarmantes em consequência dos processos de marginalização e exclusão, caso não houvesse intervenções da saúde pública.

Contextualizar o acesso e atendimento às especificidades do PrTr instituído pelo SUS aos homens trans ou transmasculines em meio ao cenário de pandemia decorrente do novo coronavírus, além de nos permitir sinalizar o período histórico da presente pesquisa, convoca um posicionamento de vigilância para que os desdobramentos da atual crise sanitária não sejam utilizados como estratégia para maior sucateamento de investimentos nessa política.

Em detrimento de uma sociedade que tende a oprimir e/ou excluir pessoas que escapam aos padrões cis-heteronormativos, defendemos a formulação de serviços em saúde pública pautadas na perspectiva de atendimento humanizado como um importante suporte no acolhimento das demandas de pessoas trans. Esse empreendimento, certamente contribuiria com a promoção à saúde e qualidade de vida, constituindo, dessa forma, como um importante escudo contra práticas transfóbicas que reverberam na vida de muitas pessoas trans que não dispõem de uma rede de proteção institucionalizada.

Somando-nos às vozes de pessoas trans, frequentemente submetidas ao preconceito institucional, violência física e emocional, abandono familiar, negligência médica, ausência ou insuficiência de acompanhamento clínico especializado, afirmamos a importância da formação de alianças, junto às pautas que versem sobre garantia e conquistas de direito à vida, à liberdade de “ser e viver” com segurança e dignidade.

Tendo em vista as dificuldades para acesso ao atendimento das especificidades em saúde e inclusão ao PrTr, esta pesquisa problematizou o modo de inserção e acompanhamento aos homens trans ou transmasculines que decidiram por esses serviços. Diante desse cenário, a pergunta norteadora é: quais as percepções dos homens trans e transmasculines relacionadas ao acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades acerca do PrTr instituído no Brasil pelo SUS?

Dada a diversidade geográfica, territorial, social, cultural e econômica no Brasil, bem como a pluralidade das vivências transmasculinas, interlocutores participantes de diversas regiões do país trouxeram elementos para reflexão acerca

das percepções sobre o pretense atendimento aos que decidem submeter-se aos serviços do PrTr pelo SUS, ou sistema privado de saúde.

Assinalamos, nesta pesquisa, posição teórica engajada a reivindicar proteção e reconhecimento da dignidade humana às pessoas trans, por meio das contribuições teóricas-metodológicas sobre construções das identidades e expressões de gênero inteligíveis<sup>29</sup> e demais conceituações transversais. Ademais, para que, além dos dissabores atribuídos às vivências de pessoas trans, possamos refletir o que leva a sociedade a produzir exclusão, discriminação e aniquilamento às vivências que destoam das normativas hegemônicas.

Todavia, não é necessário ser pessoa trans, possuir familiares, amigas/os/ues ou pessoas próximas para se somar aos esforços em busca de reconhecimento político e social, sobretudo para garantia de políticas públicas e direitos sociais, basta deslocamento de olhares e sermos humanos/as/es.

## 1.1 Objetivos da pesquisa

Estabeleceu-se, como objetivo geral, analisar as percepções de homens trans e transmasculines relacionadas ao acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades acerca do PrTr instituído pelo SUS.

Como objetivos específicos, elencam-se:

- Identificar dialogicamente se há interesse pela transição corporal pelos homens trans e transmasculines, mediante o processo transexualizador instituído pelo SUS, ou rede privada de saúde.

- Levantar quais são e como ocorrem os acessos às tecnologias de gênero para a produção das corporalidades, subjetividades e pertencimento social (dificuldade, limites e possibilidades) a partir do entendimento dos próprios participantes.

---

<sup>29</sup>Conforme Judith Butler (2016, p. 43): “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual”.

- Identificar quais as dificuldades de acesso ao procedimento cirúrgico (mamoplastia masculinizadora) aos homens trans e transmasculines para transição corporal.

- Verificar se a linha de cuidado institucionalizada junto ao SUS, desde 2013, mostra-se suficiente para atendimento aos que não dispõem de rede de apoio, saúde particular ou convênio médico para o suporte clínico e social aos que decidem pelas tecnologias de gênero/procedimentos para transição corporal.

- Identificar de que forma o cenário de proteção ou desproteção é percebido nas vivências dos homens trans e transmasculines acerca dos impactos dos discursos cis-heteronormativos.

Com essas discussões, espera-se tensionar e localizar fronteiras e brechas que promovam vivências e interações sociais “trans-includentes”, cujo posicionamento e compromisso político vai no sentido de contribuir com conselhos da sociedade civil organizada para controle social das políticas do SUS, bem como fortalecer o debate no âmbito universitário e social, acerca da importância das reivindicações para aprimoramento dessa importante linha de cuidado, que são os serviços instituídos pelo PrTr, a partir do olhar e especificidades dos interlocutores deste estudo.

Para corroborar a pesquisa e contribuir com o embasamento teórico e cientificidade ao proposto, realizamos levantamento bibliográfico em três bases de dados, depara-mo-nos com o recorte temporal de 2013 a março de 2020. Detivemo-nos em produções teóricas relacionadas às vivências de homens trans e transmasculines brasileiros a respeito da percepção sobre a efetividade do acesso junto ao PrTr instituído pelo SUS.

A opção pelo período a partir de 2013 se justifica por ser o ano em que a política de saúde pública no Brasil (SUS) instituiu ampliação no protocolo do PrTr com a inclusão dos homens trans e das travestis aos procedimentos. O levantamento teve início com o exame de produções teóricas que contemplassem as seguintes palavras chaves: homem trans, processo transexualizador, Sistema Único da Saúde (SUS).

Esse levantamento ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2020 e consistiu na busca de produções teóricas nas Bases de Dados: Banco de Teses e

Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Plataforma do Google Acadêmico e a Base Bireme<sup>30</sup>.

Concomitante ao levantamento para se assegurar relevância e ineditismo à tese proposta, houve um aprofundamento do olhar acerca dos estudos de gênero, no que se refere à sexualidade e identidades de gênero que nos possibilitou maiores apreensões a respeito dos elementos imbricados nas relações de poder envolvidas nas dinâmicas de acesso à saúde básica e ao protocolo do PrTr às pessoas trans.

Salta aos olhos a constatação de poucos estudos acerca de avanços e conquistas que assegurem a efetividade dos direitos à saúde primária, direitos que antecedem ao PrTr, sobretudo numa perspectiva despatologizante. As questões relacionadas ao apagamento da identidade de pessoas trans foram recorrentes em nossas buscas. Constatou-se que sequer o nome social é respeitado nos mais variados setores, em especial no que se refere ao atendimento à saúde.

Embora esta pesquisa objetive investigar a respeito das tecnologias instituídas junto ao PrTr, com relação ao acesso e atendimento das demandas e especificidades de homens trans ou transmasculines que buscam por esses serviços, consideramos importante apresentar o panorama acerca das principais temáticas abordadas.

Na base de dados do Portal da Capes, foram localizadas 12 produções teóricas relacionadas de forma ampla com a temática do Processo Transexualizador, cujas abordagens versavam sobre o SUS e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros<sup>31</sup>, reivindicação de reconhecimento ao nome social nos serviços de saúde, despatologização da transexualidade, não sendo identificada, nos textos, aderência com nossa proposição.

Na base de dados do Google Acadêmico, identificaram-se 794 estudos que versavam sobre temáticas relacionadas à população trans, porém sem aderência ao proposto nesta pesquisa. Com o refinamento das buscas, observa-se uma variedade de construções teóricas e pesquisas voltadas ao campo da psicologia, políticas públicas, visibilidade à população trans, revisões bibliográficas, produções teóricas do campo jurídico, questões ligadas ao serviço social, reconhecimento ao nome social,

---

<sup>30</sup>Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, mais conhecido pela sigla BIREME, é um organismo internacional, centro especializado que faz parte da Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

<sup>31</sup>Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html). Acesso em 16/09/2021.

sistema prisional, trabalho, produção cultural, movimento sociais e ativismo, transfobias, narrativas de história de vida da população trans, educação, mídias digitais e literatura.

Na terceira base de dados – Bireme –, por se tratar de repositório voltado à temática da saúde, foram encontradas 34 produções teóricas que versavam sobre PrTr, saúde mental das pessoas trans, política nacional de saúde integral LGBT, psicologia e despatologização, grupos focais voltados ao atendimento da saúde integral às pessoas trans, cuidados no viés profissional junto ao curso de Enfermagem, narrativas de história de vida, transexualidade, psicanálise e saber médico.

Inicialmente, foram identificadas 840 publicações nas três bases de dados. Após os critérios de seleção e exame dos resumos das produções teóricas com referência a percepções de homens trans ou transmasculines, residentes nas diversas regiões do Brasil acerca do acesso ao PrTr, não identificamos produções teóricas com aderência. Com a realização desse levantamento, verificamos as tendências de pesquisas no período de 2013 a março de 2020, cujo quantitativo observado proveniente de diversos campos de conhecimento e áreas de interesse, anunciam os movimentos e o limiar de maior visibilidade e conquistas de direitos à população trans.

Embora algumas produções teóricas examinadas apresentem aspectos que se assemelham à proposta desta pesquisa, não localizamos produções teóricas nos moldes nos quais a delimitamos, o que lhe confere ineditismo, como esperado em produções científicas realizadas no doutorado.

Objetivando nos somar às problematizações e reivindicações para maior acesso e efetividade junto aos serviços da saúde pública e ou privada, o fio condutor desse diálogo foram as percepções de homens trans e transmasculines residentes nas diversas regiões do território brasileiro, para identificação e análise das questões relacionadas ao acesso ao PrTr a partir de suas vivências, cuja participação ocorreu mediante o preenchimento de um questionário on-line.

Nas seções que seguem, apresentamos as mobilizações da fundamentação teórica/metodológica, cujas categorizações/núcleos temáticos foram inspiradas por perspectivas críticas e pós-críticas, acerca da constituição das identidades, noções de tecnologia, tecnologias de gênero, saúde pública, as quais se inter-relacionam na produção de sentidos, amparadas por relações de poder e formas de governo dos corpos que, de certo modo, tentam moldar o que se é.

Sendo assim, no que diz respeito ao modo de estruturação desta tese, além desta introdução, apresentamos, no capítulo 2, a fundamentação teórico/metodológica, contemplando os pressupostos metodológicos, delineamento, contextualização e entrada no campo de pesquisa, cujos esforços se concentram nas reflexões das práticas sociais enredadas por aspectos sociais e ideológicos na vida social das pessoas transmasculinas, em face do potencial para produção, reprodução ou problematização das práticas sociais fundamentadas por discursos que operam à construção de significados estruturais, interacionais por discursos coletivos ou particulares, legitimados pela cis-heteronorma nos diferentes espaços sociais.

No capítulo 3, ocupamo-nos das mobilizações teóricas em torno da construção e constituição das identidades e sua inter-relação entre o social, gênero, cultura, reconhecimento, pertencimento e práticas discursivas, cujas conceituações versam sobre a importância das identidades, enquanto dispositivos políticos e de resistência aos discursos hegemônicos e essencialistas estabelecidos aos corpos, representações, identificações e construções subjetivas de gênero.

O capítulo 4 traz discussões sobre os ideários e dispositivos cis-heteronormativos e seus afetos, em face da pseudo supremacia cis-heteronormativa sobre as corporalidades de pessoas trans, cujos sistemas se estabelecem e são amparados por relações de poder e formas de governo sobre os corpos.

O capítulo 5 é dedicado a formulações sobre tecnologias e sobretudo se deterá às tecnologias de gênero, as quais são inter-relacionadas com a produção de sentidos, constituição dos sujeitos e formação das identidades livres de submissões, classificações e posturas estigmatizantes decorrente de sociedades ocidentocêntricas<sup>32</sup>.

O capítulo 6 traz a discussão sobre a linha de cuidado do SUS mediante o acesso ao Processo Transexualizador, bem como tratará de qual modelo/sistema de saúde aqui defendemos em face dos princípios da universalidade, integralidade e equidade no acesso, uma vez que se inter-relacionam de forma inequívoca com o viés da despatologização, acesso ao SUS e às tecnologias de gênero, cuja ausência pode

---

<sup>32</sup> Termo adotado por Benjamin de Almeida Neves, que faz menção a inclusão dos Estados Unidos nos processos colonizatórios “eurocêtricos”.

provocar exclusão aos corpos que subvertem padrões considerados hegemônicos, ou seja, as vivências de pessoas trans.

No capítulo 7, avançamos para os processos de análises, apresentando o perfil socioeconômico, demográfico e cultural do universo dos interlocutores desta tese, trazendo reflexões iluminadas por perspectivas críticas e pelo arcabouço teórico-metodológico mobilizado acerca dos modos de acesso ou inaccessão ao PrTr e suas implicações nas representações sociais e subjetivas de gênero, cujas categorizações/núcleos temáticos: representações de si, representações sobre os serviços do SUS, práticas discursivas no fazer institucional/profissional no campo da saúde, reconhecimento social, afetos produzidos por discursos cis-heteronormativos nas práticas sociais e resistir para existir, permitirá investigar processos sociodiscursivos, ideológicos e contra hegemônicos que podem suscitar mudanças discursivas que irão reverberar em mudanças socioculturais e/ou micro ou macro transformações sociais. A tese é fechada com as considerações finais e referências.

## 2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Adentrar em um campo de discussão permeado por disputas ideológicas que, por vezes, invisibilizam e desqualificam os corpos trans e/ou com posicionamentos que se colocam refratários à contribuição de pessoas cisgêneras para corroborar a produção de efeitos de sentidos em perspectivas mais igualitárias, bem como na desconstrução de discursos do “saber-poder”<sup>33</sup> do fundamentalismo religioso, biomédico, político e conservador, produtores de exclusão social que culminam na invalidação das diferentes formas de viver e estar no mundo é o que buscamos nesta tese.

No que concerne ao acesso às tecnologias de gênero para homens trans e transmasculines, quando se trata do procedimento de hormonização para transição corporal, os insumos requeridos (hormônios da testosterona) disponíveis no mercado<sup>34</sup> sequer são disponibilizados sem o controle estatal, ou comercializados sem a apresentação obrigatória de receituários para regulação médica de quem está ou não autorizado a usufruir signos da masculinidade hegemônica (PAUL PRECIADO, 2018).

Evidencia-se algumas atualizações dessas normativas no Brasil ao longo do tempo, no entanto, mantém-se o apagamento às pessoas transmasculinas. Conforme Luck Yemonja Banke e Leonardo Farias Pessoa, (2021, p. 29)<sup>35</sup>:

[...] normativas inviabilizavam nossa existência e tutelavam nossos corpos, retirando-nos o direito do acesso à saúde. Vale lembrar que, até hoje, para termos acesso à testosterona, precisamos de uma receita médica especial controlada extremamente burocrática – antigamente, sequer havia médicos para prescrevê-la e nossa única alternativa era o mercado ilegal.

---

<sup>33</sup>Formulações acerca do saber poder com base no pensamento Foucaultiano.

<sup>34</sup>Importante destacar que, no final do mês de agosto de 2022, houve no Brasil o anúncio pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) a alta no preço dos medicamentos na ordem de 10%. No entanto, os insumos do hormônio testosterona foram taxados com o aumento do preço em 400%, inviabilizando ainda mais a permanência nos processos de hormonização a muitas pessoas transmasculinas, questão que se agrava pelo fato do SUS, enquanto política pública não absorver a demanda de acompanhamento e disponibilização desses insumos pela rede pública. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noah-scheffel/2022/08/25/hormonios-para-homens-trans-tem-alta-no-preco-coincidencia-ou-exterminio.htm>>. Acesso em 20/09/2022.

<sup>35</sup> Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviados. **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas.** Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.



Ao contrário do estradiol, cujo acesso e comercialização são facilitados para os efeitos da hormonização transfeminina, leva-nos a refletir sobre essas diferenciações: os hormônios ou a performance e acesso às masculinidades é que são controlados?

Para essas problematizações, considerando o caráter interdisciplinar relacionado aos entrelaçamentos entre produção das subjetividades, acesso à saúde pública, normas hegemônicas sobre corpos, expressões e identidades de gêneros em detrimento da garantia de direitos a todos e todes, buscamos tensionar modelos universalizantes, bem como discutir criticamente a neutralidade imputada às ciências e tecnologias, em uma perspectiva de promoção à saúde, inclusão social e reconhecimento ao *status* de sujeitos de direito aos homens trans e transmasculines.

Para compreensão de produções discursivas que operam no apagamento de vivências dissidentes ao que é tido como natural/normal, encontramos, em vertentes pós-estruturalistas, cuja complexa rede de pensamentos contribuíram para localização de fraturas e brechas em direção a novas reflexões e produção de sentidos fora do viés universalista, já que nos oferecem bases para interpretações e análises críticas do mundo na contemporaneidade.

O movimento pós-estruturalista se fundamenta em apropriações e reformulações do pensamento estruturalista, sendo comum em ambas as conceituações o uso e a ação da linguagem. Porém, posiciona seu uso enquanto constituído e constituinte dos sujeitos, sendo essas inter-relações marcadas ideologicamente, produzem discursos, significados, objetos, sentidos e visões de mundo.

Nessa perspectiva, os sistemas linguísticos e simbólicos se constituem na inter-relação entre elementos, cuja construção baseada nos signos linguísticos ocorre pela autorreflexão do que produz a diferença e como forma de questionar as construções pautadas em representações absolutas da realidade. Nas concepções com vertentes pós-estruturalistas, conforme Peters (2000, p. 36):

[...] a ênfase na autoconsciência absoluta e no seu suposto universalismo é parte integrante dos processos que tendem a excluir o Outro, ou seja, aqueles grupos sociais e culturais que agem de acordo com critérios culturais diferentes. Em vez da autoconsciência, o pós-estruturalismo enfatiza a constituição discursiva do eu – sua corporeidade, sua temporalidade e sua finitude, suas energias inconscientes e libidinais – e a localização histórica e cultural do sujeito.

Entendemos que as vertentes pós-estruturalistas se constituem enquanto um sistema cuja organização coloca em questão a razão e a estabilidade do eu. Ao se concentrar nas análises diacrônicas, transformações e descontinuidade das estruturas, suspeitam da noção da capacidade de produção do conhecimento sobre o mundo e sobre si por meio da razão, proporcionando produções de sentidos para concepções de novas formas de se pensar e estar no mundo contemporâneo. De acordo com Peters (2000, p. 39):

O movimento pós-estruturalista questiona o racionalismo e o realismo que o estruturalismo havia retomado do positivismo, com sua fé no progresso e na capacidade transformativa do método científico, colocando em dúvida, além disso, a pretensão estruturalista de identificar as estruturas universais que seriam comuns a todas as culturas e à mente humana em geral.

Inspirada por noções de vertentes pós-estruturalistas em interlocução com estudos críticos do discurso e mobilizando ferramentas teóricas dos estudos culturais, identidade/diferença, subjetividade, estudos de gênero, tecnologias de gênero e saúde, buscamos localizar elementos para subsidiar as problematizações acerca das implicações da fixidez das identidades, bem como da compreensão sobre como se operam as produções das diferenças, modos para desmobilizar práticas discursivas hegemônicas que tendem a reforçar padrões normativos para atribuição de ininteligibilidade aos que divergem das normas, cujas contribuições nos possibilitarão identificar construções para convivências sociais com equidade e justiça social a todas, todos e todes.

Com relação aos campos em que gravitam o poder, forças e lutas, a pesquisadora Marlucy Alves Paraíso (*apud* Meyer 2014, p. 31) assinala, no movimento das teorias pós-críticas<sup>36</sup>, as quais englobam as perspectivas epistemológicas aqui mobilizadas, em especial a concepção de sujeito, concebendo-a enquanto “um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamento, das relações de poder-saber.”

Para atingir os objetivos propostos, partimos da criticidade e reflexividade mobilizando formulações teórico-metodológicas cujo *corpus* teórico foi composto por revisão de literatura constituída por livros, teses, artigos em periódicos, entrevistas,

---

<sup>36</sup>Compõem as teorias pós-críticas: o multiculturalismo, pós-estruturalismo, estudos de gênero, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, estudos culturais, estudos étnicos e raciais, estudos da diferença e estudos *queer*.

*webnários*, priorizando produções de autores e autoras LGBTQIA+ que contribuíssem para a desconstrução de normativas binárias e essencialistas de gênero.

Para o processo das análises aqui pretendidas, inspiramo-nos nas contribuições formuladas em Norman Fairclough (2001, 2016), pelo potencial em assinalar, nas análises discursivas, um caminho às transformações sociais, bem como possibilitar uma visão científica da crítica social. Mediante adaptações em coerência com esse autor e seus filiados, delineamos as interpretações acerca da produção de sentidos que atravessam as relações sociais estabelecidas na sociedade, cujas práticas discursivas podem produzir, reproduzir ou contestar discursos e tendem a posicionar os sujeitos para manutenção ou superação de desigualdades.

O arcabouço conceitual da Análise de Discurso Crítica (ADC) apresenta um caráter transdisciplinar acerca da linguagem/discurso e sua relação nas mudanças sociais e culturais. No que se refere ao caráter transdisciplinar da ADC, localizamos nas contribuições de Izabel Magalhães et al. (2017. p. 40), apontamentos que “a ADC nasce nos limites fronteiriços da Linguística, lançando um olhar sobre outros campos do conhecimento em busca de diálogo e parceria, abarcando e reelaborando categorias e conceitos teóricos”.

Essa perspectiva de análise preconiza a centralidade do discurso/linguagem em todas as dimensões da vida social, ao considerar que as relações sociais se dão no discurso e a partir do discurso, sendo seu caráter propositivo voltado para investigação de mudanças sociais e transformação de práticas discursivas por meio da crítica social aos discursos situados na contemporaneidade.

A proposta transdisciplinar concebida por Fairclough (2016) à ADC não a restringe a um único modelo de análise, permitindo dialogar com demais teorias alinhadas aos seus pressupostos. Conforme Rogério Tilio (2010, p. 89):

[...] é produto de três influências principais: (1) o Marxismo Ocidental, que enfatiza aspectos culturais da vida social ao entender que as relações de dominação e exploração são determinadas e perpetuadas cultural e ideologicamente; (2) Michel Foucault, que definiu discurso, não apenas a linguagem, como um sistema de conhecimento que tem como objetivo controlar a sociedade através da regulação do saber e do exercício do poder; e (3) Mikhail Bakhtin, para quem a linguagem é sempre utilizada de forma ideológica.

Fairclough (2016) ancora a investigação do discurso em três pilares de análises, que sustentarão sua base tridimensional para investigação simultânea do

discurso enquanto: texto, prática discursiva, prática social. Destaca-se a importância da linguagem nas interações sociais, e o aprimoramento desse reconhecimento e seu potencial crítico e analítico para mudanças sociais e culturais.

A conceitualização da linguagem enquanto prática social deriva das reformulações do estruturalismo linguístico, no qual a fala era concebida essencialmente como uma atividade individual, ou seja, as conceituações que versavam sobre o uso da linguagem concentravam-se somente em seu uso individualmente. O funcionamento social da linguagem enquanto constituinte e constitutivo da estrutura social/sociedade provém da concepção sociolinguística, que lhe atribui a capacidade de moldar seu uso socialmente.

Entendemos que as práticas sociais, inclusive as formas particulares na sociedade, devem levar em consideração sua dimensão social, textual, ideológica e dialética em acordo com cada tempo sócio-histórico e cultural, bem como sua relação com os discursos. Outrossim, para nossa construção analítica, detivemo-nos nas dimensões sociais, ideológicas e dialéticas estruturantes da sociedade.

Uma vez que todas e quaisquer ações cotidianas que compõem as práticas sociais são compreendidas como eventos sociais, nos quais a natureza dialética da prática social agirá em uma espécie de instância intermediária a regular as relações entre estrutura social e eventos. Essas permitem, conforme Fairclough e Iran Ferreira de Melo (2012, p. 308),

[...] combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las.

Na medida em que eventos acontecem, em conexão com o tempo histórico e estrutura social preexistentes, é estabelecida a capacidade de geração de infinitos eventos que serão constringidos em maior ou menor intensidade por regras sociais. Nas palavras de Fairclough (2016, p. 91-92): “Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”.

Dessa forma, somos movidas/os a olhar o mundo desconfiando daquilo que é tido como imutável, pois as normatizações possuem origens históricas e intenções ideológicas que mascaram relações de dominação. Portanto, situar as

problematizações nas relações entre dominação e discursos mediante posicionamento crítico orienta as análises das condições e resultados da ação social.

Nesse sentido, à luz da perspectiva da ADC, examinamos as percepções sobre o acesso ao PrTr, a partir das narrativas de homens trans ou transmasculines, com vistas a problematizar em que medida as práticas discursivas com viés patologizante, biologizante e cis-heteronormativas refletem a operacionalização de serviços à população transmasculina. Também, analisamos se o modo como vem sendo disponibilizado o acesso aos que manifestam interesse afeta sua construção subjetiva, reconhecimento político e social, pois conforme Fairclough (2016, p. 22, grifos do autor):

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave [...] de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais.

Entendemos que os discursos são constituídos e constituintes das dimensões estruturantes da sociedade, produzem efeitos de sentido que moldam ou restringem normas e convenções de representações de mundo. Conjuntamente, são compreendidos como prática social e, dada sua natureza dialética, ultrapassam as representações, e sim, dão significações ao mundo. Dessa forma, discursos são práticas e podem produzir conforme Fairclough (2016, p. 95) “suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes”.

O caráter interdisciplinar proposto na ADC foi fundamental para orientar nossas análises, pelas significativas contribuições dos diferentes campos do conhecimento. Conforme Tilio (2010, p. 89), sua relevância está:

“[...] pelo espaço ocupado pela linguagem na vida social contemporânea. Uma maior conscientização crítica, a reflexividade que caracteriza a pós-modernidade (BECK, 1997; GIDDENS, 1997), leva, inevitavelmente, a mudanças no papel desempenhado pela linguagem na vida social (FAIRCLOUGH, 2001, grifos nossos)

Entendemos que o exercício da reflexividade na contemporaneidade são manifestações que podem suscitar nas pessoas maior conscientização acerca de práticas tidas como preconceituosas, racistas, sexistas, excludentes e geradoras de

desigualdades sociais. Ou, por outro lado, de tomadas de decisões conscientes que objetivam aniquilar as existências e resistências de determinados grupos.

Posto isso, buscamos, dentre as narrativas de nossos interlocutores, identificar eventuais manifestações discriminatórias sofridas por eles/us, bem como, seus posicionamentos frente a esses eventos no âmbito dos atendimentos em saúde. Considerando a natureza dialética das práticas sociais, nossas análises se pautam na perspectiva de que, ao mesmo tempo em que podem figurar em um modo de dominação quando acionado para reproduzir relações de poder, da mesma forma, podem ser estabelecidas para transformar essas relações.

Dentre os balizadores para nossas análises, buscamos assinalar nas práticas sociais: a produção de sentidos, modo de se relacionar, agir, ser e estar no mundo, assim como as formas de representação, significação e negociação, uma vez que são nesses cenários que se constroem e se constituem as relações sociais, visões de mundo, objetos e sujeitos sociais. Seguindo os apontamentos de Magalhães et al. (2017, p. 151), observamos:

[...] quem são os participantes previstos em uma prática particular e que posição eles ou elas ocupam na sociedade; que instituição está envolvida e de que mecanismos de controle e de reprodução ela se utiliza; como o momento histórico se caracteriza e como sua dinâmica se manifesta e intervém; e como é a relação desse contexto com a sociedade abrangente e seus mecanismos de reprodução.

No que se refere à produção de sentidos, esses coexistem e interagem em relação com o discurso e estão em constante representação e negociação entre os/as participantes. Considerando a natureza dialética entre práticas sociais com as estruturas sociais, as significações de mundo podem ser produzidas, reproduzidas ou transformadas pelo discurso, pois também são mediadas por correlações de poder, por vezes imperceptíveis, mas que posicionam ou relegam sujeitos sociais ao apagamento de suas existências a depender do contexto sócio-histórico, institucional, identitário, econômico, ideológico etc.

Partindo dessa base conceitual, e articulando-a às vivências e experiências dos protagonistas nesta pesquisa, entendemos que práticas discursivas produzidas em conformidade com padrões sociopolíticos hegemônicos podem interferir, tentar deslegitimar ou excluir pessoas que subvertam as vivências regidas por discursos cis-heteronormativos. No entanto, ao ser ressignificado, pode contribuir para

desconstruções e, com isso, proporcionar comportamentos e ações em perspectivas mais igualitárias, pois o discurso, ao mesmo tempo em que constitui as relações sociais por elas é também constituído.

Consideramos a relevância dessa perspectiva em nossas análises, por conferir mudanças sociais e culturais por meio das mudanças discursivas. Considerando a centralidade da linguagem enquanto constituinte das práticas sociais, e sendo os discursos impregnados por relações de poder, há eventos discursivos que se estabelecem de modos particulares e coerentes em determinadas estruturas sociais preexistentes.

Contudo a relação dialética entre discursos com a estrutura social/sociedade, podem incidir na geração de eventos constrangidos por regras sociais em diferentes proporções e culminar na manutenção ou transformação de uma dada estrutura social. Ou seja, a forma como eventos discursivos são internalizados, e ou produzidos pelos sujeitos, ocorre por meio das interações sociais historicamente situadas e por relações de dominação.

Há várias dinâmicas para produção de discurso e seus efeitos, o que também se aplica aos modos de interpretação ou análise – o que não difere nesses processos é a chave de que estão sempre postos em relação. Em oposição aos eventos discursivos das elites, Melo (2009, p. 9) aponta a análise crítica de discurso como instrumental capaz de expor o modo com as práticas discursivas produzem efeitos sobre as ordens sociais vigentes, que são as “formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença”.

As investigações de eventos discursivos pela ADC são compostas por base tridimensional, sendo uma das tradições a orientada por análise textual e linguística proveniente da sociolinguística. Interessou-nos, em nossas análises, determo-nos na “tradição macrossociológica de análise da prática social e a tradição interpretativa ou microsociológica, que leva em conta como as pessoas produzem ativamente e entendem a realidade social ao partilhar o senso comum” (MAGALHÃES et al., 2017, p. 43).

A base tridimensional formulada por Fairclough (2016) é composta pela dimensão dos discursos enquanto prática social, a qual aborda a forma relacional do poder e ideologia com os discursos, concebendo aos discursos as propriedades do poder como hegemonia e a evolução das relações de poder como luta hegemônica.

Dessarte, foi basilar, em nossas investigações, o olhar analítico dos discursos como prática social, as quais são impregnadas por relações de poder e hegemonia.

No que se refere às formulações sobre ideologias, Fairclough (2016) alerta para as armadilhas dos efeitos das produções ideológicas conformadas na sociedade, em contextos nos quais as relações de dominação baseadas, por exemplo: na classe social, raça/etnia, gênero, consumismo etc., tendem a naturalizar as assimetrias existentes, atingindo o *status* de senso comum.

É nesse sentido que a inter-relação entre discurso/linguagem e ação social, bem como a instabilidade e opacidade da linguagem, tornam as produções ideológicas um contínuo campo de disputas nas práticas discursivas. Assim, compartilhamos a base conceitual de Fairclough (2016, p. 124), sobretudo pela concepção voltada à transformação e mudança social atribuída à prática discursiva:

[...] que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é) ordens de discurso, que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos.

Ao se entender a linguagem como um terreno de disputas ideológicas e simbólicas, essa subjaz às significações de mundo que, permeadas por relações de dominação e poder, estabelecem quem pode “controlar” os discursos e, como consequência, a sociedade. Contudo, referidos processos não ocorrem de forma permanente, trata-se de um movimento em constante construção, com indicativos de um suposto equilíbrio de modo mais ou menos estável. Essa instabilidade corrobora a existência de disputas de poder dentro de um pensamento hegemônico, e que podem gerar transformações ao longo do tempo.

Conforme observou Fairclough (2016), a instabilidade de processos hegemônicos sob influência de disputas de poder pode estabelecer a organização de práticas sociais como senso comum, contudo, também pode desencadear transformações. Dessa forma, a hegemonia também pode ser compreendida como consenso, ao ocultar relações de dominação, caráter histórico e cultural por meio da ideologia, aqui compreendida pela interdependência entre o social e a linguagem.

Os elementos mobilizados para nossa construção analítica, implicou a observação da proximidade e diferença entre práticas discursivas e práticas sociais.



Nesse sentido, buscou-se considerar: a inter-relação mediada entre a prática social e o texto estabelecido nos microprocessos que moldam ou são moldados por relações sociais, as práticas discursivas voltadas para a mudança social e cultural, bem como a análise dos macroprocessos referente às ordens do discurso.

As postulações sobre análises de macro e microprocessos nos suscitaram reflexões sobre eventual posicionamento unilateral nesta pesquisa, ao por em questão as relações de poder impregnadas nas estruturas da política de saúde, sem a inclusão dos profissionais que atuam junto ao protocolo do PrTr.

No entanto, a opção pelo olhar dos destinatários desses serviços partiu da noção de que, embora não sejam os protocolos biomédicos a validar suas existências, possibilitaria melhores condições para construção de suas identidades e expressões de gênero com autonomia, dignidade e segurança – inclusive a segurança institucional, que pressupõe processos mais incluídos à população transmasculina que decide por esses serviços.

A variação das práticas sociais, conforme Tilio (2010, p. 93), ocorre na amplitude das produções linguísticas e inclui “meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais e semioses (formas de produção de significados; linguagem em seu sentido mais amplo, incluindo signos verbais e não verbais)”.

Compete ao/a analista do discurso identificar a interferência das inter-relações ideológicas e de dominação junto aos discursos, uma vez que a produção e/ou reprodução das estruturas sociais/sociedade ou transformações dependem do estado de equilíbrio das relações entre os que estão em luta em um domínio particular de uma prática, tal como a escola, ambulatórios de saúde, ambientes de trabalho etc. Fairclough (2016, p. 88) assinala que “um foco muito grande nas estruturas é equivalente a tomar uma perspectiva unilateral a respeito dessas lutas - a perspectiva do poder daquele cujo problema é a preservação da ordem social e o sustento da dominação”.

Nessa perspectiva, colocamos em questão as assimetrias nas relações entre sujeitos, tanto pelos cruzamentos dos marcadores sociais da diferença entre classe, raça/etnia, faixa etária, expressões e identidades de gênero etc., quanto no que se refere ao pano de fundo desta pesquisa, que seria o paradoxo entre captura ou subversão aos sistemas classificatórios do sistema sexo-gênero assimilado pela cis-heteronorma.

Investigamos como os serviços em saúde, e em especial a prestação dos serviços do protocolo do PrTr, reverberam junto à população transmaculina, aos/es que decidem por esses serviços, bem como quais os reflexos nas construções de suas expressões e identidades de gênero.

Concernente ao olhar analítico voltado às transformações sociais por meio de mudanças discursivas, pautamo-nos nas vivências e experiências de nossos interlocutores acerca da disponibilização dos serviços especializados pelo PrTr nos moldes com que estão postos. Analisamos a prevalência dos discursos orientados pelo poder/saber médico à produção e reprodução de posicionamentos biologicistas e essencialistas que estabelecem nas práticas discursivas a naturalização das identidades de gênero aos modelos hegemônicos.

## 2.1 Delineando caminhos

Diante do exposto, produzimos uma pesquisa de natureza básica, cujo percurso metodológico adotou abordagem qualitativa, por não se deter a medidas, quantificações ou técnicas estatísticas de qualquer natureza, e sim, com base nos dados qualitativos, visualizar os fenômenos sociais a partir da percepção dos atores sociais participantes (GIL, 1999).

Essa perspectiva converge com o argumento de Herivelto Moreira e Luiz Gonzaga Caleffe (2008, p. 73), para os quais essa modalidade de pesquisa permite explorar “as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”.

Consoante Magalhães et al. (2017, p. 39), tal pesquisa possibilita o exame de aspectos sociais, tais como: “o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem”.

De acordo com Moreira e Caleffe (2008, p. 69), classificamos esta pesquisa como exploratória, por seu desenvolvimento estar voltado aos objetivos de “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno, é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade”.

A composição procedimental do *corpus* empírico para coleta de informações contou, como ferramenta, com um questionário criado pela ferramenta *Google* formulários, contemplando questões objetivas e descritivas. A construção das

questões a serem discutidas precederam de diálogos com homens trans e, para formulação das questões do questionário, obtivemos a colaboração de Dan Kaio Lemos – o qual à época era o Coordenador Nacional do IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades).

Dentre as vantagens elencadas à aplicação de questionários, conforme Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2010), estão o alcance de grande número de pessoas, não implicar gastos na aplicação e garantir o anonimato das respostas.

Compactuando com as ponderações de Viviane de Melo Resende (2017, 2019), sobretudo com minha visão de mundo e reconhecimento aos privilégios de pessoa cisgênera, não se pretendeu falar pelos homens trans e transmasculines ou dar-lhes voz, para não incorrerem em soberba acadêmica, e sim dialogar e identificar, em suas práticas sociais, discursos baseados em suas opiniões e anseios, que permitam a produção de novos efeitos de sentidos e mudanças sociais.

Destacamos que, em virtude do período pandêmico ao qual atravessamos, a elaboração do questionário/formulário foi um modo de alcançar os interlocutores desta pesquisa, sem exposição aos riscos de contaminação a todos/es.

Partindo do entendimento de que as relações e experiências com as corporalidades podem ser subjetivadas de formas diversas em cada região geográfica, tempo e espaço, a aplicação do questionário se apresentou viável e um eficiente meio para democratizar a participação de homens trans e transmasculines, de todo território nacional, interessados/es em dialogar sobre as percepções sobre o PrTr.

O questionário foi programado para receber participações pelo período de 90 dias, e os critérios adotados para seleção se pautaram na autodeclaração em ser homens trans ou transmasculines, maiores de 18 anos, residentes no Brasil e que tivessem concordado com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao término do prazo para preenchimento, obtivemos participação de 70 interlocutores.

Destacamos a observância dos princípios éticos esperados em pesquisas científicas a respeito da abordagem inicial e demais fases preconizadas pela Portaria no 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as diretrizes e as normas das pesquisas com seres humanos, sendo submetido à avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) sob o protocolo de número 47422321.0.0000.5547.

A partir do compromisso com a ética no fazer científico, e dentro das perspectivas de uma pesquisa qualitativa, mobilizamos referenciais teórico-metodológicos que contribuíssem com as interpretações e análises das práticas discursivas vivenciadas por pessoas transmasculinas no âmbito da saúde.

À luz das formulações teórico-metodológicas de abordagem na ADC, os sujeitos tanto podem afetar como serem afetados por práticas discursivas. Desse modo, nossas análises focaram, conforme assevera Melo (2009, p. 3), em investigar “relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica [...] e demais manifestações humanas”.

A triangulação para as análises se deteve na inter-relação de matérias, decretos, portarias, normativas e mapeamentos que versavam sobre a saúde pública voltada ao atendimento da comunidade LGBTQIA+ com as percepções de homens trans ou transmasculines acerca do PrTr, visando à localização de fissuras e brechas que possibilitem vivências e interações mais inclusivas socialmente. O intuito era avançar na quebra de estigmas a partir de novas práticas sociais que ensejam mudanças sociais e culturais.

Assinalamos nosso engajamento na produção de uma pesquisa socialmente responsiva, que possa estimular reflexões em nossa sociedade para agenciamentos positivos que ensejem reconhecimento político e pertencimento social às pessoas trans nas diferentes dimensões da vida em sociedade.

### 2.1.2 Contextualizando a pesquisa

O delineamento desta proposta teórico-metodológica traz marcas de nossa formação em programa de pós-graduação interdisciplinar. Partindo de um olhar macro sobre as questões de acesso à saúde pública, colocamos em questão o modo de produção e circulação de práticas discursivas movidas pela cis-heteronorma, e em que medida comprometem a produção e acesso às tecnologias de gênero, em especial ao acesso ao PrTr, além de quais os reflexos na construção das subjetividades, reconhecimento político e social à população transmasculina.

Delimitamos como recorte, nesta pesquisa, o diálogo com homens trans ou transmasculines a respeito das percepções sobre o acesso e acompanhamento

especializado para o atendimento das especificidades acerca do PrTr, aos que decidiram por esses serviços.

Considerando os efeitos que discursos cis-heteronormativos podem produzir, temos como argumento que a ascensão de reconhecimento político e social à população transmasculina pode contribuir com processos para construções e fortalecimento de políticas voltadas para as especificidades nas questões relacionadas às políticas da saúde e, por consequência, estender-se às demais políticas públicas e dimensões da vida em sociedade.

Com base em formulações que coadunam com os efeitos da linguagem na constituição do mundo, das coisas e dos sujeitos, compreendendo-a em uma relação dialética e impregnada ideologicamente, delineamos categorias para orientar as discussões e considerações ao processo de análises e interpretações aqui propostos, a partir de mobilizações do referencial teórico construído e adaptações metodológicas com as formulações de Fairclough (2016).

Na sequência, para a materialização das interpretações e análises no capítulo 7, traçamos o perfil dos interlocutores e construímos o panorama a partir de suas narrativas relacionadas às percepções e afetos acerca do acesso junto ao PrTr e seus desdobramentos junto aos processos de subjetivação, mediante triangulação com o levantamento dos estabelecimentos de saúde pública brasileiros habilitados para prestação dos serviços do PrTr.

### **2.1.3 Entrada no Campo**

Com vistas à maior legitimidade nesta construção epistemológica, a qual colocou em questão os atravessamentos sociais, políticos e culturais relacionados às vivências e existências da população transmasculina no contexto social, buscamos formalização de parceria junto ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

No início, a recepção pelos membros/es participantes do colegiado não ocorreu de forma unânime. Supomos que essa reação inicial do colegiado se estabeleceu em decorrência de práticas de pesquisadores/as cisgêneros que, em seus campos de saber e pesquisa, possam causar nos sujeitos participantes a sensação de “objetos de investigação”, leitura social como “pessoas exóticas” ou classificações com viés patologizante, o que pode resultar em distorções, ao invés de

construções políticas que contribuam para a defesa e garantia de direitos no campo das transmasculinidades.

Posteriormente, em uma demonstração de espaço deliberativo e democrático, o IBRAT mobilizou uma reunião consultiva entre os membros/es, que resultou na definição de um parecerista para avaliação do projeto “O Direito a ter Direitos: Caminhos percorridos pelas transmasculinidades para acesso às tecnologias de gênero”. O parecer final foi favorável ao cumprir as expectativas institucionais do coletivo e os critérios teóricos-metodológicos para execução.

Destacamos nas problematizações trazidas nesta tese que, por vezes, os caminhos percorridos por homens trans e transmasculines para o acesso às tecnologias de gênero, sobretudo aos que decidem pelo PrTr instituído no SUS, pode se mostrar tortuoso em virtude dos obstáculos (pedras) que surgem nessa trajetória.

Em cumprimento às questões éticas para se assegurar o anonimato dos participantes, como proposição para “ressignificar” os obstáculos/pedras na busca do acesso ao PrTr, substituímos com adaptações o nome dos interlocutores por nome de pedras, mas não qualquer pedra, e sim pedras preciosas<sup>37</sup> acrescido da sigla do estado onde moram.

Essa analogia nos remeteu à simbologia das valorações em processos de reconhecimentos ou “reconstruções”, uma vez que pedras preciosas em seu “estado bruto”, podem ser depreciadas, desvalorizadas ou rejeitadas, por não lhes ser atribuído e/ou estimado o devido valor. No entanto, quando esculpidas ou lapidadas, passam a ser valoradas/reconhecidas, admiradas e desejadas.

Paradoxalmente, se esse reconhecimento só se efetua no momento em que são esculpidas, nos mesmos termos da “passabilidade” estabelecida por discursos cis-heteronormativos, no estado bruto, essas valorações sempre estiveram ali ocultas/invisíveis. Nesse sentido, nosso esforço foi trazer para reflexão, por que não os ver por outras perspectivas?

Localizamos aqui mais uma contradição para reflexão: o atendimento em deixar no anonimato o nome dos participantes, conforme estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa, vai de encontro a uma das maiores reivindicações de pessoas

---

<sup>37</sup>Ao constatar alguns interlocutores que se declaram não binários, adaptamos o nome das pedras preciosas com a letra E no final, como forma de reconhecimento a não binariedade desses sujeitos

trans, o reconhecimento pelo “cistema”<sup>38</sup> do nome escolhido por eles/elus, seja o nome social ou retificado. Nesse caso, estaríamos novamente invisibilizando-os?

#### 2.1.4 Sobre os interlocutores desta pesquisa

No quadro que segue, apresentamos a descrição de todos/es participantes da pesquisa.

**Quadro 1 – Participantes da pesquisa**

Nome fictício	Idade	Cor/raça	Escolaridade	Identidade de gênero	Estado de origem
Diamante Pr	51a	Branca	Pós-graduação	Homem trans	PR
Titanito SP	51a	Preta	Ensino superior completo	Homem trans	SP
Esfênio RJ	49a	Preta	Pós-graduação	Homem trans	RJ
Olivine RJ	48a	Parda	Pós-graduação	Transmasculine	RJ
Jacinto RJ	48a	Parda	Ensino médio completo	Homem trans	RJ
Rubi PE	48a	Branca	Ensino superior completo	Homem trans	PE
Rubino Pr	47a	Branca	Pós-graduação	Não informou	PR
Quartz PB	43a	Branca	Pós-graduação	Outro	PB
Jaspe SP	42a	Branca	Pós-graduação	Transmasculine	SP
Berile PR	42a	Preta	Ensino médio incompleto	Transmasculine	PR
Zircão CE	41a	Branca	Pós-graduação	Transmasculino	CE
Topázio RJ	36a	Branca	Ensino médio completo	Homem trans	RJ
Olivin RN	35a	Parda	Ensino técnico	Homem trans	RN
Zircão PR	34a	Branca	Ensino médio incompleto	Homem trans	PR
Diamante TO	34a	Parda	Pós-graduação	Homem trans	TO
Citrino PR	32a	Branca	Ensino superior completo	Homem trans	PR
Jacinto PR	32a	Branca	Ensino superior completo	Homem trans	PR
Citrino SP	32a	Parda	Ensino superior incompleto	Homem trans	SP
Ônix AC	31a	Preta	Ensino superior incompleto	Homem trans	AC

<sup>38</sup> Remetemo-nos ao “CISTEMA”, seguindo autores/as: Viviane Vergueiro (2016), André Lucas Guerreiro de Oliveira (2020), entre outros/as/es, que pela perspectiva crítica se opõem e ironizam o sistema o qual é orientado por práticas e discursos cis-heteronormativos, deixando assim, de reconhecer e incluir as demandas de pessoas trans.

Rubi GO	30a	Branca	Ensino médio completo	Homem trans	GO
Titanito GO	30a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	GO
Topázio PR	29a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	PR
Ônix PR	28a	Branca	Ensino superior completo	Transmasculine	PR
Quartzo CE	28a	Parda	Pós-graduação	Homem trans	CE
Jacinto RS	28a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	RS
Quartz PR	28a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	PR
Heliodore PR	28a	Branca	Ensino superior completo	Transmasculine	PR
Olivin DF	27a	Amarela	Pós-graduação	Homem trans	DF
Esfênio PR	26a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	PR
Ametrino SC	26a	Parda	Ensino médio completo	Homem trans	SC
Heliodoro RS	26a	Branca	Ensino superior completo	Homem trans	RS
Topázio SP	26a	Branca	Pós-graduação	Transmasculino	SP
Heliodore RJ	25a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	RJ
Jacinte MG	25a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	MG
Titanito RN	25a	Branca	Ensino médio completo	Homem trans	RN
Zaffre PR	25a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	PR
Diamante SP	25a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculino	SP
Jaspe PR	25a	Preta	Ensino superior incompleto	Homem trans	PR
Rubi ES	25a	Parda	Ensino superior completo	Homem trans	ES
Rutílie AM	25a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	AM
Ametrino RJ	25a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	RJ
Zircão SP	25a	Branca	Ensino superior completo	Homem trans	SP
Olivin PR	24a	Parda	Ensino superior incompleto	Homem trans	PR
Rutílio PR	24a	Branca	Ensino médio completo	Homem trans	PR
Heliodoro BA	24a	Preta	Pós-graduação	Homem trans	BA
Jaspe RJ	24a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	RJ
Quartzo SP	24a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculino	SP
Rutílie RN	24a	Branca	Ensino técnico	Transmasculine	RN
Quartzie RJ	24a	Preta	Ensino médio completo	Transmasculine	RJ
Berile RJ	24a	Parda	Ensino superior completo	Transmasculine	RJ
Berilo PR	23a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculino	PR



Olivin RJ	23a	Preta	Ensino médio completo	Homem trans	RJ
Quartz SP	22a	Branca	Ensino médio incompleto	Transmasculino	SP
Quartzie DF	22a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	DF
Ametrine SP	21a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	SP
Morion RN	21a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculino	RN
Ametrino PR	21a	Parda	Ensino superior incompleto	Transmasculino	PR
Berilo SP	21a	Parda	Ensino médio completo	Homem Trans	SP
Rubi PR	20a	Parda	Ensino superior incompleto	Homem Trans	PR
Quartzo PR	20a	Parda	Ensino médio completo	Transmasculino	PR
Citrino RS	20a	Branca	Ensino médio completo	Homem trans	RS
Morion RS	20a	Preta	Ensino superior incompleto	Homem trans	RS
Morion Pr	20a	Branca	Ensino médio completo	Transmasculino	PR
Rubino RJ	20a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	RJ
Esfênio RN	20a	Branca	Ensino médio incompleto	Homem trans	RN
Ônix SP	20a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculine	SP
Olivin AM	19a	Branca	Ensino superior incompleto	Homem trans	AM
Zaffre SP	19a	Parda	Ensino médio completo	Transmasculino	SP
Zircão RJ	18a	Branca	Ensino médio completo	Homem trans	RJ
Rubino SP	18a	Branca	Ensino superior incompleto	Transmasculino	SP

**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração Própria (2022)**

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir de reflexões em torno da construção das identidades e sua relação entre o social, gênero, cultura, reconhecimento, pertencimento e práticas discursivas, buscamos conjugar conceituações a respeito da constituição das identidades, por considerarmos um importante dispositivo político e de resistência aos discursos hegemônicos e essencialistas impostas aos corpos.

As referidas questões se relacionam de forma inequívoca com o viés da despatologização, acesso ao SUS, tecnologias de gênero e se inter-relacionam com a constituição dos sujeitos e formação das identidades livres de submissão, classificações e posturas estigmatizantes que provocam, nas sociedades ocidentocêntricas, exclusão aos corpos que subvertem padrões considerados hegemônicos, ou seja, as vivências de pessoas trans.

Nossa contextualização está pautada em uma posição teórica engajada para assinalar que pessoas divergentes das normativas cisgêneras, são sujeitos de direitos e logo destinatários das políticas públicas e em específico às políticas de saúde, que instituiu a operacionalização do PrTr, foco de interesse desta tese.

#### 3.1 Existência e Reconhecimento

As práticas sociais que tendem a inferiorizar pessoas enquadradas por marcadores sociais da diferença de gênero e sexualidade, entre outros, são prejudiciais aos processos de apreensão e inteligibilidade às vivências de pessoas LGBTQIA+, uma vez que as construções de significados e sentidos que as/os constituem são menosprezadas por constatações sociais acríicas e fundamentalistas.

Nesse sentido, construções baseadas na “ideologia de gênero” se encarregam de forma contundente à desqualificação e desumanização de sujeitos considerados/as transgressores/as dos enquadramentos normativos postulados sobre sexualidade e gênero. Conforme pontuou Rodrigo Borba (*apud* LAU 2019, p. 15):

[...] temas relacionados a questões de gênero e sexualidade têm tomado proporções de pânico moral em nosso país, o estudo de como a linguagem produz, reproduz e desafia certos discursos excludentes, patologizantes e desumanizadores se torna cada vez mais premente. Um exemplo recente

envolve as distorções discursivas que se efetuaram para produzir o projeto Escola sem Partido a partir da noção enganosa de “ideologia de gênero”.

As práticas discursivas que atacam as vivências de pessoas LGBTQIA+ ao tentar impor normatizações consideradas hegemônicas às identidades de gênero e sexualidade. São estratégias que buscam, conforme Marinês Ribeiro dos Santos (2020, s/d) “a afirmação de características antagônicas inatas aos sexos, numa defesa funcionalmente orquestrada do determinismo biológico”, que, sob a égide do conservadorismo e fundamentalismo religioso, referem-se a primar pelos “valores da família”, produzindo sentidos na tentativa de deslegitimar e distorcer temas caros aos estudos de gênero, sexualidade e educação sexual (ALMEIDA, 2018).

As referidas práticas reforçam posicionamentos excludentes, ao mesmo tempo em que coíbem a produção e a divulgação de conhecimento formal ou informal promotores de posicionamentos mais acolhedores à diversidade sexual e de gênero.

É nesse sentido que determinadas ordens de discurso<sup>39</sup> impregnam práticas sociais nas diferentes esferas: econômica, política, cultural e social, levando as pessoas, conforme seu posicionamento ou modo como são posicionadas à reprodução ou contestação de ações/discursos excludentes na vida social/sociedade, promovendo, de acordo com Luzia Rodrigues da Silva (2009, p. 2) “[...] conflitos, polêmicas, confrontos, tensões, posto que estão relacionadas a vários outros elementos que constituem tais práticas, o que configura uma relação dialética de articulação e interiorização”.

Considerando que as construções sociais são baseadas em discursos, as pessoas em meio a relações dialéticas na sociedade, são partícipes dos processos de construção de significados e sentidos, o que, com base em Luiz Paulo da Moita Lopes (2002, p. 55): “inclui a possibilidade de permitir posições de resistência em relação a discursos hegemônicos, isto é, o poder não é tomado como monolítico e as identidades não são fixas”.

Orientadas pela centralidade da linguagem nas relações sociais, que tanto podem produzir, reproduzir ou transformar sentidos, em virtude das disputas e visões de mundo, cuja natureza dialética, impregnada por correlações de poder, opera

---

<sup>39</sup> A ordem do discurso, de acordo com Magalhães (2000, p. 91), “refere-se à totalidade de práticas discursivas em uma sociedade ou instituição, à inter-relação entre as práticas, às articulações e rearticulações entre elas”.

inclusive na constituição dos sujeitos. No que concerne às identidades de gênero das pessoas trans, evidencia-se que as correlações de força e negociações para a construção/constituição de suas identidades, quando comparadas com e pela cis-generidade, com frequência são submetidas a processos de estigmatização. Dessa maneira, entendemos que, para além do estabelecimento de desvantagens nas posições sociais, promove-se o não reconhecimento às significações, produção de subjetividades e conseqüentemente geram processos de exclusão e inferiorização sobre os corpos de pessoas trans.

Nesse sentido, faz-se premente ações para maior visibilidade às pessoas trans, com vistas ao reconhecimento político e social para promoção, defesa e garantia de direitos, os quais estão inter-relacionados ao acesso às políticas públicas, a título de exemplo citamos o PrTr às pessoas transmasculinas. Isso se deve ao fato de que práticas discursivas contrárias à livre expressão das identidades de gênero, por julgá-las prescindíveis à promoção da saúde, tendem a dificultar as representações subjetivas de gênero, aos sujeitos que optam por essas tecnologias para transição corporal. Especialmente, nota-se tal situação, nesse cenário em que incertezas e vulnerabilidades relacionadas à garantia de subsistência para grande parcela da população brasileira, contexto agravado pelos efeitos sociais e econômicos gerados pela pandemia da covid-19 e pelo projeto político instituído pela extrema direita na gestão de (2019-2022) no governo brasileiro, totalmente descomprometido com as pessoas LGBTQIA+, e especialmente, as pretas, pobres e periféricas.

Compreendemos a associação do reconhecimento político e social com as representações e/ou autorrepresentações subjetivas às identidades dissidentes, em face da potência na produção de efeitos de sentido para o sentimento de pertença a sujeitos minorizados socialmente, por discursos considerados hegemônicos sobre identidade e expressões de gênero, étnico-racial, classe social, dentre outros marcadores sociais da diferença. Dessa forma, colocar em questão o reconhecimento político e social à população trans pode contribuir ao aprimoramento de políticas públicas e permitir acesso a bens culturais e sociais.

Nesse viés, a desconstrução da produção e reprodução de sentidos que nutrem a suposta “superioridade” de pessoas cis nos processos de apagamento e/ou exclusão às vivências de pessoas trans, pode reverberar junto à construção e constituição das identidades e expressões de gênero. À medida em que as identidades são materializadas pelo discurso e “olhar do outro”, produzem-se efeitos

de sentido em simetria com as representações de si e, por consequência, o reconhecimento.

A partir das elaborações de Izabel Magalhães et al. (2017), apoiadas em Lillie Chouliaraki (*apud* MAGALHÃES 2017) e Norman Fairclough (1999), com referência à importância das representações de identidades/diferenças aos grupos sociais, podemos considerar, conforme Magalhães et al. (2017, p. 132), que “o conceito de “sujeito” tem sido frequentemente associado a “sujeição” e “posição”. Nessa perspectiva, a questão da representação (grupo social, etnia, gênero, etc.) será quase sempre evocada”.

Ademais, entendemos a relevância do fortalecimento às construções das representações para segurança individual e coletiva para a afirmação das identidades de pessoas minorizadas socialmente. Para Magalhães et al. (2017, p. 133): “o pano de fundo dessa perspectiva é o deslocamento de identidades no fluxo da modernidade tardia – a luta para encontrar identidades é um dos temas mais universais e um dos mais afiados focos de reflexividade na modernidade tardia”.

Todavia, ainda há um solo instável para posicionamentos que possam contribuir para o alcance de inteligibilidade social às pessoas divergentes das normativas hegemônicas de gênero, sexualidade e aos demais grupos estigmatizados. Tal situação que é recorrente em sociedades como a do Brasil, cujas práticas sociais, orientadas por simbologias cosmopolitas, frutos da colonização ocidental com influências burguesa e neoliberal voltadas à acumulação de renda e manutenção de códigos hegemônicos, reforçam sobremaneira a cultura do individualismo, gerando fortes contrastes nas relações sociais e agravamento das desigualdades.

A título de exemplo, citamos a circulação e reprodução de discursos construídos sob lógicas binárias e essencialistas nocivas à diversidade sexual e de gênero, na medida em que a fixidez imposta por padrões considerados hegemônicos sobre gênero, raça e sexualidade, tentam produzir invisibilização a grupos minorizados socialmente.

Essas práticas sociais são herdadas da colonização ocidental e patriarcal, que intuem naturalizar a desarticulação entre etnia/raça com as identidades de gênero consideradas dissidentes. Sendo assim, a normalização do *status* de superioridade atribuído por e para homens brancos, heterossexuais e cisgêneros, resulta em, conforme Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018, p. 168):

Sexualidades consideradas desviantes, como a homossexualidade, a travestilidade e a transexualidade, seriam uma forma de traição da raça. Nessa lógica, o Movimento Social de Negras e Negros estaria a serviço da normatização e normalização da cis heterossexualidade, o que em certa medida, justificaria a invisibilização de travestis e mulheres transexuais no seu interior.

As relações de poder e dominação instauradas pelo patriarcado estruturam ações pautadas na reprodução de exclusões e violências que forjam a manutenção dos processos de apagamento e desarticulação, no intuito de ocultar e desmobilizar o poder pela união e força que se dariam pelas diferenças: do Movimento de Negros e Negras com o Movimento das Travestis e Transexuais. Assim sendo, produz-se, conforme Oliveira (2018, p. 174) “espaços em um movimento que reproduz estruturas e hierarquias patriarcais nos moldes ocidentais e convive com a possibilidade de se deparar com situações conflituosas, inclusive de transfobia.”

Na contemporaneidade, a articulação de determinados movimentos sociais e uma maior reflexividade na sociedade tem fortalecido a defesa pelos direitos humanos, especialmente pelo alcance das tecnologias de informação junto à opinião pública, o que propiciou, conforme assevera Magalhães et al. (2017, p. 55), “acesso aos bens culturais e ao conhecimento, o fortalecimento do discurso em favor dos direitos humanos, das minorias e do respeito à diversidade, as situações sociais concretas de opressão, de desigualdades e de vulnerabilidade social”.

O aumento da publicização desses eventos/ações na atualidade são movimentos característicos da modernidade tardia para mobilização de atores sociais de diferentes segmentos da sociedade, cujas ações exteriorizam oposição às práticas opressoras, que tentam destituir a dignidade e o *status* de sujeito às pessoas em maior vulnerabilidade. Dessa forma, consoante Magalhães et al. (2017, p. 132, grifos da autora), será por meio do exercício da reflexividade que:

[...] “em geral, as pessoas estão mais conscientes de suas práticas e estas são intrínseca e profundamente abertas à transformação baseada no conhecimento” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 95). Como exemplo, os autores citam como tem crescido a consciência quanto a práticas tidas como racistas ou sexistas, sem que isso deva implicar que todos partilhem de um alto grau de consciência ou que haja algum tipo de uniformização quanto a isso.

Os modos como nos posicionamos ou somos posicionadas/os socialmente estão inseridos em uma conjuntura social, histórica, ideologicamente marcada e agregam elementos que demonstram ultrapassar uma existência individualizada, pois se tratam de seres sociais apreendidos na coletividade, que produzem representações da vida social por e nos indivíduos. Para Silva (2009, p. 3), “dentro de qualquer prática, os atores sociais percebem e representam a vida social, com diferentes discursos e produzem representações de outras práticas, bem como representações “reflexivas” de sua própria prática”.

Os processos formativos das identidades e posições de sujeito são isentos de homogeneidade. Essa complexidade resulta de práticas sociais produtoras e reprodutoras de significados e representações culturais/sociais que emergem das relações de poder existentes na sociedade em suas dimensões socioculturais, históricas e, sobretudo, política.

A atribuição de reconhecimento aos sujeitos é permeada por constantes disputas, no que concerne à construção social das identidades. Nas palavras de Moita Lopes (2002, p. 34-35), “os que ocupam posições de maior poder nas relações assimétricas são, conseqüentemente, mais aptos a serem os produtores de outros seres”.

Os processos de formação das identidades na perspectiva cultural, conforme Tomaz Tadeu da Silva (2000, 2014), ocorrem em uma relação dialética entre a permanência e mudança, ambos são movimentos inerentes ao processo em que um tende a fixá-lo e estabilizar e o outro a desestabilizar e subverter. Essa construção tem em suas fundamentações uma proposta relacional; trata-se de um processo instável, inacabado, fragmentado e em constante negociação. Desse modo, essas constituições ultrapassam as concepções teóricas baseadas em essencialismos nos quais há prevalência da fixação.

A formação de uma identidade baseada em afirmações as associaria em positividade, ou seja, em simples afirmações do que se é, gerando, conforme Silva (2014), a negação ao que é diferente. Daí derivam os processos assimétricos e excludentes na medida em que operações de definir a si em detrimento do outro interferem nas dimensões da vida social e ao modo de se posicionar ou ser posicionado em sociedade.

Embora assevere a relação de interdependência entre diferenças e identidades, Silva (2014) problematiza a atribuição das diferenças em relação ao

**outro**, e a forma positivada que se concebe à identidade pelo que **eu sou**, pois tem propensão ao não reconhecimento da diferença enquanto um elemento constitutivo das identidades. Conforme Silva (2014, p. 74-75):

É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. [...] Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. [...] Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis.

A determinação mútua entre diferenças e identidades carregam conotações negativas ao tomar como norma o que se é, pois, ao definir ou descrever que a diferença está no outro, estabelecem-se práticas promotoras de discriminações, transfobia e demais motivações preconceituosas.

Em oposição, pela perspectiva dos estudos culturais, propõe-se que a diferença não seja concebida como apêndice da identidade, e sim como processo, nas palavras de Silva (2014, p. 76, grifos do autor):

[...] é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença-compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação.

Sob influências da perspectiva da diferença proposta por Jacques Derrida<sup>40</sup> (1991), cujas formulações projetam na linguagem a produção de significantes e significados instáveis e inalcançáveis, Guacira Lopes Louro (2001), Stuart Hall (*apud* SILVA, 2014) compreendem a produção simbólica e discursiva inclusive na formação de sujeitos.

Destarte, a interdependência entre identidades e diferenças resultam dos atos de criação linguística, ou seja, na condição de produção ativa e não em essência ou dado pela natureza. Por resultarem dos atos de fala, são produzidas no contexto das relações culturais e sociais e, conseqüentemente, por nós nomeadas.

Portanto, ao se nomear o **outro** é crucial a observância em não incorrer em novas características essencialistas que possam incidir em normalizações,

---

<sup>40</sup>Obra: DERRIDA, Jacques. Limited Inc. Campinas: Papyrus, 1991



subjugação ou exclusão das diferenças como oposição ao **eu**, são nesses moldes que a constituição das identidades supera as formulações de uma estrutura linguística que se organizava por meio de nomeações estáveis, pois, trata-se de processos instáveis, muito pelo fato de que os signos são marcas inalcançáveis, são traços que não se realizam. Conforme assevera Silva (2014, p. 79, grifos do autor):

[...] podemos dizer, com Derrida, que a plena presença (da “coisa”, do conceito) no signo é indefinidamente adiada. É também a impossibilidade dessa presença que obriga o signo a depender de um processo de diferenciação, de diferença [...]. Derrida acrescenta a isso, entretanto, a ideia de traço: o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. Isso significa que nenhum signo pode ser simplesmente reduzido a si mesmo, ou seja, à identidade. [...] A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença).

Nessa perspectiva, a noção de traço consiste nas diferenças que dão significados a palavras, coisas, pessoas etc., e um significado parece residir em palavras ou demais construções, apenas quando se distingue e se diferencia de outras. A marcação dessa presença ou diferença nunca alcança estabilidade ou fixidez, pois os significantes que expressam um significado se referem a operações de cadeias de significados elaborado por uma pessoa e evocará significantes aos/as interlocutores que os ouvem, e esses as poderão ressignificar.

Tudo isso graças ao fato de que uma palavra carrega consigo o traço de tudo o que os outros significantes não são, pois é em contraste com os outros significados que o definimos, ou seja, cada significante de uma cadeia é constituído por outras cadeias de significantes e assim sucessivamente. Nessa concepção, se a linguagem nos constitui e esta não consiste na união de significantes e significados estáveis, e sim, em infinitas cadeias de significantes, quando aplicadas às identificações ou identidades, assinalaria o caráter de constante inacabamento e instabilidade, bem como sua aplicabilidade em negociação de modos estratégicos.

É também nesses termos que as identidades sociais são constituídas, nas palavras de Moita Lopes (2002, p. 63-64):

Três traços têm sido apontados como característicos das identidades sociais: fragmentação, contradição e processo. [...] Nessa visão socioconstrucionista das identidades sociais está implícita uma posição antiessencialista, já que, compreender as identidades sociais como fragmentadas, contraditórias e em processo, depreende-se a impossibilidade de se revelar uma essência comum a todos os membros de uma identidade social particular.

Acerca das mobilizações de Silva e Hall (2014) a respeito das formulações de Derrida sobre a linguagem, pontuamos duas importantes características para compreensão dessa perspectiva: seu jogo de significantes continuamente adia ou posterga o significado; sendo o significado o resultado das diferenças pelas quais distinguimos um significante do outro. Surge daí o conceito de “*différance*”, em que Derrida sugere uma única palavra a ambos os termos “adiar e diferir”. Esse neologismo atribui um único significado ao papel da linguagem, que seria adiamento e/ou diferimento. De acordo com Silva (2014, p. 80, grifos do autor)

[...] O adiamento indefinido do significado e sua dependência de uma operação de diferença significa que o processo de significação é fundamentalmente indeterminado, sempre incerto e vacilante. Ansiamos pela presença - do significado, do referente (a coisa à qual a linguagem se refere). Mas na medida em que não pode, nunca, nos fornecer essa desejada presença, a linguagem é caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade.

Sendo as identidades e diferenças estabelecidas nas relações sociais por processos de adiamento e diferenciação, estarão sujeitas a vetores de força e atravessamentos, o que implica a inexistência de simetria ou relações harmoniosas nesses processos.

As formulações sobre identidades em Hall (2014) para não as remeter ao essencialismo atribuído por concepções estruturalistas, também versam em oposição a um caráter fixo e estável. Esse autor, advogando pelo viés da *différance*, concebê-las enquanto produtoras de jogos de significantes, e a impossibilidade de se ir além desses jogos, sugere a produção de identidades enquanto posicional, estratégica e sujeitas ao constante processo de mudanças e transformações, quer sejam individuais ou coletivas. Sendo assim, conforme Hall (2014, p. 106, grifos do autor):

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” - uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.

Os sistemas representacionais produtores de sentidos e visões de mundo, e construções identitárias estabelecidas por sistemas de classificação “identificação-diferenciação” tanto podem acolher quanto rejeitar as diferenças, isto é, podem produzir efeitos que negam a alteridade, a subjetividade e, por ser constitutivo da linguagem, revelam a não neutralidade nos processos de diferenciação e classificação. Diante disso, a existência de comparações em processos relacionais, tanto individuais quanto coletivos, sejam simbólicos ou sociais, ocorrem de forma hierarquizante, depreciativa e desigual.

Pensar a questão da representação em conexão com as identidades e diferenças à luz de Hall (2014) para o qual os modelos classificatórios se tornam operações produtoras de hierarquizações, em razão do que é tomado como referencial para classificações, ocorrer geralmente apoiados em oposições binárias e desiguais, a exemplo: melhores/piores, superiores/inferiores, normais/anormais, bons/maus, puros/impuros, amigos/inimigos, cultos/incultos, civilizados/bárbaros, dentre outras. Nas palavras de Hall (2014, p. 108), as ponderações a respeito da formação das identidades, deve considerar:

[...] que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Acreditamos que o (des)acolhimento às identidades ou identificações de sujeitos, sobretudo às de gênero, apesar do autorreconhecimento pelos sujeitos, decorre de sua constituição em função do exterior constitutivo. Nessa perspectiva, considerar o significado de alguma palavra, coisa ou identidade (daquilo que pareça ser a essência), só poderia ser formulado a partir de uma oposição em relação a outros termos. Assim, não se dissocia da atribuição de reconhecimento pelo outro, pois essa constituição requer o que é deixado de fora, que seria a diferença, onde se é constantemente interpelado/a por outras pessoas a ser de determinada maneira, conforme Hall (2014, p. 110, grifos do autor):

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior*

*constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo - e assim, sua “identidade” – pode ser construído (DERRIDA, 1981, LACLAU, 1990; BUTLER, 1993)

Sendo assim, citamos os riscos das interferências de discursos normativos, visto que a construção de um sujeito com base no que é dito natural ou normal, pode polarizar a ideia de que um sujeito anormal seria aquele que não atende a critérios predefinidos e normalizados, como exemplo: ao se definir a cisgeneridade é preciso excluir a transexualidade ou qualquer outra possibilidade de devir. Nesse sentido, referidas polaridades refletem na construção de uma sociedade e no olhar que se tem para com aquilo que “não sou eu”, ou seja, tende a negar ou oprimir a existência de “vidas outras”. De acordo com Silva (2014, p. 83, grifos do autor):

[...] Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais.

Partindo do entendimento que constituímos e somos constituídos/as por relações de poder enredadas por visões de mundo, a constituição das identidades e consequentemente dos sujeitos, são resultantes do entrelaçamento das interpelações ou modos como se é enxergado/a e definido/a pelo outro. Conforme Hall (2014, p. 111-112, grifos nossos):

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (Hall, 1995). Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso [...].

No que diz respeito ao contexto no qual as identidades de gênero são construídas, sobretudo por homens trans, entendemos que a inter-relação de práticas discursivas que reverenciam social e culturalmente àquelas masculinidades consideradas hegemônicas por padrões construídos por pessoas cis em detrimento das masculinidades construídas por pessoas transmasculinas, verifica-se que,

continuamente, decorrem em espaços muitas vezes desiguais e conflitivos para negociação de existências minimamente reconhecíveis.

Essas práticas são recorrentes em sociedades ocidentocêntricas, como aqui no Brasil, onde há hierarquização entre padrões construídos de masculinidades, desconsiderando-se a multiplicidade e fluidez dessas, bem como o estabelecimento de subordinação entre as masculinidades, no entanto, conforme pontuam Leonardo Morjan Britto Peçanha e Benjamim de Almeida Neves (2021, p. 07):

A masculinidade hegemônica que nós (re)conhecemos e confiamos, só existe porque outras versões de masculinidades, consideradas subalternas, também existem. Uma depende da outra. Uma se sustenta por conta da outra. Um outro exemplo dessas outras versões de masculinidade, é a produzida por pessoas transmasculinas, como a dos homens trans ou das pessoas não binárias. Longe de serem imitações das masculinidades produzidas por homens cisgênero, essas masculinidades são subalternas, recebem menos créditos e parecem menos legítimas ou inexistentes.

Levando em consideração a multiplicidade, fragmentação e instabilidade das identidades, ao nos ocuparmos das construídas pelas pessoas transmasculinas, não há que se esperar fixidez, sobretudo pelos atravessamentos produzidos pelos marcadores sociais de raça, religião, classe social, idade, posição geográfica, além das diversas formas de constituição das corporalidades para além das tecnologias de gênero, tampouco deve-se amparar em fundamentações com base no essencialismo.

Discussões nesse âmbito foram tratadas por Raewyn W. Connell e James W. Messerschmidt (2013, p. 250):

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.

Compreendendo que produções de sentido e visões de mundo conferem reconhecimento ao outro, consideramos fundamental para inteligibilidade e vida em sociedade às pessoas transmasculinas, o modo como são representadas socialmente, uma vez que os efeitos produzidos podem ser fonte de exclusão ou inclusão social. Conforme assevera Hall (2014), essas construções remetem à forma como se é representado ou afeta as formas de poder representar-se por meio das próprias narrativas.

A construção cultural e social das identidades, e em especial as de gênero, expressões e sexualidade no mundo contemporâneo, no qual produções hegemônicas apoiadas pela cis-heteronorma “convencida” de um *status* de soberania, que, partindo dessas autoafirmações, nomeiam-se como a “Identidade” em detrimento das identidades de gênero de pessoas trans, sobretudo as marcadas pelos cruzamentos raciais/étnicos e/ou empobrecidas, as quais produzem estigmas que inferiorizam e/ou destituem a humanidade às pessoas trans, na medida em que os/as posicionam à margem ou para além da margem.

Embora pareça controverso afirmarmos serem oportuna as representações, uma vez que pelo viés da diferença, conforme Hall (2014), as significações produtoras de representações são inalcançáveis ou adiadas, entendemos que os efeitos políticos das representações sociais de gênero construídas por pessoas transmasculinas e demais grupos estigmatizados, possibilitaria novas produções de sentidos rumo ao pertencimento social e supressão das representações das normas hegemônicas, sobre as masculinidades que cristalizam posicionamentos de subordinação, inferioridade ou destituição do *status* de sujeitos. Para Moita Lopes (2002, p. 58):

À luta sociopolítica pelo direito à diferença na vida social em um mundo iluminado pelo múltiplo e pelo heterogêneo, em que se apaga uma sociedade exclusiva e hegemonicamente branca, heterossexual e masculina, entre outros traços de nossas identidades sociais, corresponde um grande interesse nas Ciências Humanas pela reflexão sobre quem somos no mundo social. (Giddens 1991; Fairclough 1995)

Dessa maneira, desconstruir práticas sociais que concebem às pessoas cis, brancas, heterossexuais um *status* de superioridade sobre as identidades de gênero, consideradas dissidentes das normativas hegemônicas, é vital para se pôr em circulação novas práticas discursivas que possam moldar e internalizar na vida em sociedade, maior reconhecimento às diferenças.

### **3.2 Identidade e Representação**

De forma geral, é possível dizer que o pensamento acerca das construções de mundo e de sujeitos se diferenciam conforme cada tempo sócio-histórico, cultural e institucional. Nesse viés, as identidades, bem como as noções de sujeito têm se modificado desde o Iluminismo, quando a ideia de sujeito se centrava no “eu”,

vinculada à razão e à capacidade plena de um sujeito racional. Nessa perspectiva, Hall (2006) assinala três momentos que teorizaram essa construção: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

Considerando as transformações e evoluções pelas quais passa a sociedade, interessa-nos contextualizar as construções de sujeitos do tempo atual, ou seja, nas palavras de Hall (2006): o sujeito pós-moderno.

Nesse sentido, as novas dinâmicas que envolvem a construção das identidades, sobretudo as de gênero e sexualidade no interior de discursos em que construções culturais antes sólidas de gênero, sexualidade, etnia, raça, classe, nacionalidade na medida em que passam por transformações, geram instabilidades e inseguranças, provocando maior vulnerabilidade aos sujeitos frente às imposições externas estabelecidas em sociedade.

Conforme Hall (2006, 2014), a noção de sujeito pós-moderno é composta por várias identidades, por vezes contraditórias. Trata-se de uma identidade fragmentada, em que não é permanente como se acreditava ser o sujeito do iluminismo, e, sim uma identidade que se modifica a cada situação, pois carrega significados, traços culturais que são produzidos ou reproduzidos socialmente em cada tempo histórico.

Partindo da compreensão de que os sistemas de significação não são referenciais, ou seja, não existem fora da linguagem, os significados, inclusive de quem somos são produzidos discursivamente, o que implica dizer que a linguagem que construímos no mundo, nos constrói. Nas palavras de Moita Lopes (2002, p. 30), “É por meio desse processo de construção do significado, no qual o interlocutor é crucial, que as pessoas se tornam conscientes de quem são, construindo suas identidades sociais ao agir no mundo por meio da linguagem”.

E são nessas produções que os significados de quem somos são construídos, reconstruídos ou contestados. Há, na obra de Hall (1990), citada em Moita Lopes (2002, p. 100, grifos do autor), a ideia de que “talvez em vez de pensarmos a identidade como um fato já completo, (...) deveríamos pensar a identidade como uma ‘produção’, que nunca está completa, sempre em processo, e sempre constituída dentro, e não fora das representações”.

Considerando que as identidades de gênero e sexualidade são construídas cultural e socialmente, pode-se afirmar que decorrem das produções simbólicas e discursivas. Há de se ponderar, todavia, que essas representações ocorrem de forma

dialética. Nesse sentido, para além da forma como se é representado socialmente pelo outro, há produções das representações de si, por cada um/uma.

Partindo das reformulações de ideais estabelecidos como absolutos pela filosofia ocidental, inauguram-se proposições do movimento pós-estruturalista (PETERS, 2000), para dar conta dos novos modos de ser e estar no mundo. Esse, que indica construções contra-hegemônicas de resistência às práticas normativas, bem como, estratégias políticas para questionamento de produções hierárquicas e excludentes às pessoas enquadradas por marcadores sociais da diferença, ao mesmo tempo em que se trabalha para valorizá-los e fortalecê-los.

Compreendemos que as mobilizações localizadas em vertentes dedicadas à desconstrução vão no sentido de contribuir à observância e análises de práticas sociais produtoras de desigualdades nas relações sociais, as quais, orientadas por processos classificatórios, pautados em modelos binários, estabelecem hierarquizações e processos de inferiorização entre as pessoas. Segundo os apontamentos de Louro (2001, p. 541):

Admitindo que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, teóricos/as queer sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. Inspirados no pós-estruturalismo francês, dirigem sua crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos.

Com base nessa perspectiva, temos como entendimento haver, no viés da desconstrução, proposições para descaracterizar produções, que de certo modo, tentam moldar o que se é, mediante a transmissão de ideologias, como se fossem inerentes aos contextos sociais e culturais, na medida em que leva em consideração elementos para identificação das múltiplas cadeias de significantes produzidas por experiências e visões de mundo, que refletem à compreensão de subjetividades mais fluidas.

Sendo assim, entendemos que a produção de sentidos e significados com base em elementos da desconstrução suscita novas perspectivas frente aos modelos sociais e culturalmente cristalizados sob lógicas binárias e essencialistas, cuja estagnação impede a ascensão para posicionamentos mais equânimes aos grupos minorizados socialmente. Consoante Louro (2001, p. 542):



O embate por si só merece uma especial atenção de estudiosos/as culturais e educadores/as. Mas o que o torna ainda mais complexo é sua contínua transformação e instabilidade. O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e - o que é ainda mais complicado - que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Nesse sentido, para além da tradução social como abjetos, por supostamente não atenderem às condições necessárias para classificações ao *status* de sujeitos, emerge possibilidades para a conversão de guetos em territórios. Da mesma forma, detecta-se o potencial para subsidiar reflexões a respeito do reconhecimento e representação social, como também sua utilização estratégica para as identificações ou identidades, em oposição aos modelos engessados sob o viés clássico associado às filosofias ocidentais tradicionais. Com base em Hall (2014, p. 91, grifos nossos)

[...] É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação.

Nessa perspectiva, assim como a linguagem/discurso, as identidades também são constituídas e constituintes de um campo de forças de ideologias concorrentes. Logo, nenhum conceito estaria além da instabilidade dinâmica e ideologicamente marcada, inclusive das visões de mundo que dali se produzem. De acordo com as contribuições de Louro (2001, p. 548):

[...] Conforme Derrida, a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: este é um pensamento que elege e fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do 'outro', o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Derrida afirma que essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que estrategicamente revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. Desconstruir um discurso implicaria em minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma.

Por conseguinte, desestabilizar divisões binárias por meio de operações pautadas na interdependência e fragmentação da linguagem abalaria a atribuição de

sentidos, uma vez que nessas relações, em cada extremidade, há vestígios e dependência do outro polo. O que vem sinalizar a inexistência de um centro para compreensão de nossas existências, e sim, uma multiplicidade de lados (polos) em que cada um desses lados seria um ponto de vista, uma linguagem própria que a desconstrução chamaria de análise. Nas palavras de Louro (2001, p. 548, grifos da autora):

[...] Desconstruir não significa destruir, como lembra Barbara Johnson<sup>18(41)</sup>, mas “está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer”. Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/mulher, masculinidade/feminilidade).

Temos como entendimento, que o desempenho dos sistemas de representação linguística, cultural e social são indeterminados, arbitrários e produzem atravessamentos pelas correlações de poder. Ao se levar em conta sua opacidade, ou seja, a inexistência de transparência na linguagem, realça-se a importância de representações sociais que coadunem com o reconhecimento para vivências dignas a todas as identidades e expressões de gênero, que subvertam normativas hegemônicas. Conforme Hall (2014, p. 91, grifos do autor):

[...] A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer; a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade.

Consideramos que as representações conferem sentido às experiências humanas, ao anunciar o que se **é**, ou, o que se pretende **tornar**, e ainda, no estabelecimento de posicionamentos, de quem está “autorizado” a ocupar determinados espaços.

Compreendemos que as representações produzidas sobre, e por pessoas transmasculinas, acerca das produções subjetivas de ser e estar no mundo em acordo

---

<sup>41</sup> Excerto de *The Critical Difference* (1981) - Barbara Johnson

com as representações e autorrepresentações de si, estão interrelacionadas com o protocolo do PrTr, aos que manifestam interesse por esses serviços. E, ainda que haja brechas às autorrepresentações, esses processos são relacionais e o autorreconhecimento depende das interações com o exterior constitutivo. Logo, compete ao olhar do “outro” atribuir inteligibilidade social para vivências longe de exclusões e apagamentos, e por consequência a condição de sujeitos de direitos.

Não havendo univocidade ao conceito das representações, partimos do entendimento de que processos de representação estão relacionados aos discursos e suas inter-relações dialéticas, envolvendo inclusive os efeitos da semiose<sup>42</sup> junto às práticas sociais, o que converge com as formulações de Fairclough e Melo (2012, p. 309):

Os atores sociais, no curso de sua atividade, produzem não só representações das práticas em que estão inseridos (representações reflexivas) como de outras, recontextualizando-as (BERNSTEIN, 1990; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) e incorporando-as às suas próprias. Além disso, os atores sociais irão produzir representações de modo distinto, dependendo da posição que eles ocupam dentro de suas práticas. A representação é um processo de construção social das práticas - incluindo a autoconstrução reflexiva, as representações adentram e modelam os processos e práticas sociais.

Ainda assim, conforme nos alerta Hall (2014), os sistemas de significações produtores de representação pelo viés da diferença, deve considerar as armadilhas das representações, vez que o **outro** quando visto a partir de lógicas e posições hegemônicas tende a ser sub-representado. No entanto, dada a natureza dialética nas representações, em que as construções são permeadas por valores, noções e práticas sociais, há possibilidade de negociações e arranjos nas construções e representações das identidades.

Partindo do entendimento sobre as inter-relações entre representação e reconhecimento social, articulamos, ao longo desta seção, a ideia de representatividade com vistas à projeção política para fortalecimento e reconhecimento às pluralidades e diversidade das identidades de gênero entre os sujeitos.

---

<sup>42</sup> Formas de produção de significados; a linguagem em seu sentido amplo, incluindo os signos verbais e não verbais.

Nesse sentido, tensionar processos classificatórios das identidades e diferenças de pessoas LGBTQIA+ estabelecidas mediante padrões considerados hegemônicos nas práticas sociais, apresenta potencial para desnaturalizar hierarquizações entre pessoas.

Entendemos que a ausência de representatividade, aqui compreendida como representação social e reconhecimento político, produzem apagamentos em contextos, em que não se conhece ou não se quer compreender a diversidade sexual e de gênero, e conseqüentemente gerará estranhamentos e resistência às construções de espaços para vivências dignas e convivência social inclusivas.

#### 4 CIS-HETERONORMA E SEUS AFETOS

Os discursos que buscam hierarquizar identidades de gênero e suas expressões, bem como naturalizar relações assimétricas entre os gêneros, são práticas sociais localmente marcadas em cada tempo sócio-histórico, cultural e institucional. Todavia, mesmo que se difiram ao longo do tempo, são construções normativas que povoam o ideário de sociedades, cujo sistema cultural dominante é o ocidentocêntrico.

Contextualizando a sociedade brasileira na busca de compreensão a respeito dos efeitos de sentido produzidos sobre os corpos que subvertem aos padrões cis-heteronormativos, antagonicamente, observa-se que o Brasil figura como o maior consumidor de pornografia de pessoas trans<sup>43</sup> ao mesmo tempo em que figura no *ranking* mundial como país com o maior índice de assassinatos de pessoas trans<sup>44</sup>.

Constata-se que a fonte de normas consideradas hegemônicas para enquadramento de pessoas, suas identidades e expressões de gênero, partem historicamente das idealizações assimiladas de sociedades ocidentocêntrica na qual se estabelecem atributos fundantes para inteligibilidade, e, muito além, para assegurar ou aniquilar a manutenção de vidas humanas.

Para além da desnaturalização dos campos de força nas relações binárias de/entre gênero herdadas da tradição ocidental, há os desdobramentos de símbolos, significados e elementos subjetivos. Nesse sentido, conforme Joan Scott (1995, p. 88):

[...] O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Como tal, esta parte da definição poderia aparentemente pertencer à seção normativa de meu argumento, mas isso não ocorre, pois os conceitos de poder, embora se baseiem no gênero, nem sempre se referem literalmente ao gênero em si mesmo. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

---

<sup>43</sup>Disponível em:

<https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-depornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em 14/05/2022.

<sup>44</sup>Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> - acesso em 04/06/2022.

Partindo dessa contextualização, temos como entendimento de que as classificações às pessoas LGBTQIA+ (em especial às pessoas trans), além de subalternizá-las mediante um sistema de valores sociais e culturais, tornam-se práticas que estimulam a invalidação da produção de subjetividades, além de que produzem efeitos que nutrem as várias formas de fobias, preconceitos, sexismo, transfobia, etc. Conforme Berenice Bento (2017, p. 89):

[...] Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizar as normas de gênero, que geralmente utilizam da violência física ou/e simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal.

A nocividade de práticas discursivas fundamentadas em discursos hegemônicos de sexualidade e identidades de gênero, ao estabelecer produções de sentidos orientadas por domínios da matriz sexo-gênero-desejo, arbitram relações opressoras sob o jugo da anormalidade aos/as que não atendem essas imposições normativas. Por consequência, constroem-se processos de estigmatização produzidos sob binarismos, que ao promover atribuições entre pessoas cisgêneras/transgêneras, intuem classificações arbitrárias entre normais/anormais, dignas/indignas, doentes/saudáveis, puras/impuras, certas/erradas, o que deslegitima as vivências de pessoas trans.

A inobservância ou desqualificação da heterogeneidade dos corpos e identidades de gênero, quando a produção de sentidos tem como parâmetros os corpos tidos e lidos como normais, e logo, “naturais em sua essência”, geram construções hierárquicas pautadas na presunção cis-heteronormativa, resultando, conforme André Lucas Guerreiro de Oliveira (2020, p. 24-25):

Ressalta-se que os conceitos de cisgeneridade e cisnormatividade vêm ganhando grande difusão no contexto brasileiro (com a utilização até mesmo em meios de comunicação de massa), sendo impossível desconsiderar a problematização que propõem. Bem como a potência em denunciar um sistema que hierarquiza, desqualifica, estigmatiza e violenta pessoas trans, a saber: o sistema cissexista e cisnormativo. Algumas pessoas trans, numa atitude de enfrentamento, ironicamente referem-se ao “cistema”.

Daí a emergência em se nomear a cisgeneridade, bem como os efeitos de sentido por ela produzidos, pois conforme Shay de Los Santos Rodriguez (2021, p. 417, grifos do autor):

[...] a visibilidade cis é privilegiada, então porque essas vivências cis não começam a rever suas reproduções e suas performances de gênero? Mesmo corpos trans reproduzindo os tais "estereótipos de gênero", reproduzem com nuances diferentes: uma porque essa estética lhe foi negada a vida toda por conta da genitália; outra porque reproduzem por simples fato de não querer "matar um leão por dia", pela sobrevivência; e outras pessoas trans reproduzem porque querem, são diversos os significados das reproduções de gênero nas vidas trans, já nas pessoas cis que reproduzem a heteronormatividade, não podemos dizer o mesmo.

Somam-se, com isso, as imposições sociais e culturais às regulações de coerência no sistema "sexo-gênero-desejo", denominado de matriz heterossexual compulsória. Nas palavras de Butler (2016, p. 44, grifos da autora):

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero". Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade.

Butler (2016) estende suas críticas aos atravessamentos da esfera econômica e política em alinhamento compulsório com a heteronormatividade, para a qual os arranjos da racionalidade neoliberal produzem enquadramentos para além da sexualidade, atingindo as identidades de gênero. Entendemos que se agregam às formulações da matriz heterossexual/heteronormativa, àqueles/us sujeitos que não atendem aos padrões cis-normativos e binário. Dessa maneira, expande-se o conceito para cis-heteronorma, sem prejuízos à formulação seminal, noção já acionada por autores/as em inúmeras produções, bem como ao longo deste texto. Nas palavras de Oliveira (2020, p. 32):

[...] evidencia-se que a cisheteronormatividade produz seus resultados desejáveis (o que está articulado como normal) e, outros resultados não esperados, como é o caso dos corpos abjetos. Ainda assim, toda e qualquer subversão destas normas do gênero, pela leitura do texto da autora, só é possível de ser atingida intrinsecamente à própria cisheteronormatividade. Não se trata de explodir essa matriz, e sim, no interior dela, produzir fissuras que permitam outras existências, mais ou menos subversivas.

Os processos de normalização cis-heteronormativos são alicerçados por dispositivos de poder e seus aparelhos ideológicos, que a exemplo de ações provenientes do Estado, famílias, religiões, ciências, educação, sistemas linguísticos, etc., tentam estabelecer mecanismos de regulação às afirmações identitárias de gênero e sexualidade.

Essas normalizações, pautadas a um desdobramento de órgãos genitais, isto é, em padrões generificados baseados na coerência e em conformidade com as normativas binárias homem/pênis e mulher/vagina, são produções discursivas acionadas por percursos fundamentalistas de discursos biologizantes, com pretensão de essencializar e classificar o gênero de uma pessoa em coerência com o gênero designado ao nascimento.

Referidas práticas, às vezes exitosas, tendem a inviabilizar os processos de inteligibilidade, mediante a invalidação das identidades e produção de subjetividades de pessoas trans, e, assim subjugar a humanidade e direitos humanos. De acordo com Bento (2012, p. 24, grifos da autora), trata-se de “um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais”, o que acreditamos convergir para as discussões sobre a despatologização das identidades de gênero consideradas desviantes<sup>45</sup>.

Colocar em questão a aversão às corporalidades que destoam dos padrões considerados hegemônicos, incide nas produções das masculinidades construídas por homens trans e transmasculines, e nos possibilita traçar paralelos em Connell e Messerschmidt (2013), cujas proposições apontam às operações envoltas por relações assimétricas de poder com tendência a hierarquizar, e, dessa forma, subalternizar produções que divergem aos padrões hegemônicos das construídas por homens brancos, héteros, cis.

Conforme Mary Anne Schwalbe (1992), citada em Connell e Messerschmidt (2013, p. 271): “Qualquer estratégia de manutenção do poder é mais comumente envolvida na desumanização de outros grupos e em um correspondente definhamento da empatia e do envolvimento emocional subjetivo”.

Destarte, entendemos que os efeitos de sentido produzidos em torno da oscilação entre rejeição e tolerância aos corpos de pessoas trans, os quais são tomados como abjetos, são traduzidos por reiteradas violações dos direitos à vida, no qual se concede uma espécie de “chancela” para o descarte das vivências, sobretudo das noticiadas pelas estatísticas de violação de direitos, e ainda que haja

---

<sup>45</sup> Conforme Michel Foucault (1977), na história da sexualidade, precisou-se nominar aqueles e aquelas que tivessem comportamentos/práticas afetivas e sexuais, considerados/as impróprios, desviantes, vis. Esse processo de nominar se deu pelo discurso médico/biológico, moral e religioso do século dezoito e mais incisivamente a partir do século dezanove.



subnotificação nos casos de óbito, o Brasil se mantém como primeiro lugar nesse *ranking* nefasto.

Colocar em questão a supremacia das identidades de gênero de pessoas cis em detrimento das expressões e identidades de gênero das pessoas trans, vem no sentido de contribuir para a desconstrução das regulações biologizantes e idealizadas sobre os corpos. Nesse sentido, para subvertê-las, é primordial conforme Vergueiro (2016, p. 45, grifos da autora):

[...] produzir uma leitura crítica sobre a construção normativa das identidades de gênero corporificadas como algo a ser derivado (através de distintos dispositivos de poder) de um sistema 'sexo/gênero' que tem sua normalidade produzida através da naturalização da pré-discursividade, binariedade e permanência para os corpos e identidades de gênero.

As práticas discursivas produzidas à naturalização sobre corpos e identidades de gênero são pautadas em construções que estabelecem códigos de normalização, com vistas à dominação nas diversas dimensões da vida social. Conforme pontuou Danillo da Conceição Pereira Silva (2020, p. 282), esse domínio ocorre:

[...] nos modos de vida, expectativas, moralidades, desejos, formas de usar o corpo, de expressar afetos, de viver (ou não) relações afetivas e reprodutivas são classificados (sic) em graus de normalidade e desvio, a partir de um modelo idealizado de heterossexualidade e de um modelo idealizado de cisgeneridade, este último pautado na relação de coerência compulsória entre sexo/gênero/desejo, para usar a expressão de Judith Butler (2017a).

A pseudo normalidade produzida sobre os corpos, em que a cis-generidade é considerada com a única e/ou legítima, são predominantes na reprodução de padrões que dão tom aos termos para inteligibilidade social. Nesse sentido, os diferentes processos de subjetivação e inteligibilidade são permeados por: “[...]dinâmicas de poder implicadas na classificação e na hierarquização social e política das formas de vida, é *efeito dos efeitos* ideológicos do emprego de recursos semióticos situados”. (SILVA, 2020, p. 286, grifos do autor)

A pretensa padronização entre as corporalidades, identidades de gênero e sexualidade produzida por discursos cis-heteronormativos incidem em violências de ordem emocional ou física contra o “outro” que as subverte, tornando-os alvo de processos de estigmatização e no extremo a “aniquilação” literalmente. Essas ações refletem nas esferas políticas, sociais, econômicas e gera conforme Grazielle Tagliamento (2015, p. 65) “a exclusão destas do mercado de trabalho, das escolas e

dos serviços de saúde, fazendo com que tenham seus direitos básicos, enquanto cidadãos, negados”.

Somam-se às questões acima referenciadas os cruzamentos pelos enquadramentos por marcadores sociais da diferença entre classe, raça, etnia, questão geracional, pessoas com deficiência, gênero e sexualidade. Para esses, sob a égide de discursos hegemônicos, os sistemas de negação de direitos e exclusão se recrudescem e afetam sobremaneira os processos para representação social e política mediante o reconhecimento.

Com base em Butler (2018), os termos que compõem o reconhecimento social e político, perpassa pelo estabelecimento e compartilhamento de alianças, em uma espécie de agrupamento entre as diferenças o que potencializará meios possíveis, para que os diferentes corpos sejam considerados socialmente dignos e passíveis de ter vidas vivíveis. De acordo com a autora (2018, p. 31),

quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida.

Compreendemos que, para se avançar nos estudos de gênero e sexualidade, emerge a necessidade de nomear e reconhecer os privilégios e vantagens auto atribuídos pela cisgeneridade, pois favoreceria espaços para tomada de consciência aos modos de afeto nos processos de atribuição de inteligibilidade social às pessoas trans. Isso porque os afetos, quando produzidos em desfavor das diferenças, promovem a invalidação e deslegitimação aos processos de reconhecimento social e político às pessoas transmasculinas.

#### **4.1 Masculinidades contra-hegemônicas**

O (des)reconhecimento social e político aos corpos cujas vivências de masculinidades destoam das masculinidades hegemônicas, representadas e idealizadas por figuras de homens cis, brancos e heterossexuais, são posicionamentos que criam categorias hierárquicas, e, conseqüentemente, são prejudiciais à pluralidade e à diversidade entre as corporalidades masculinas. Conforme Rodriguez (2019, p. 278), “foi-nos ensinado que existe uma masculinidade

superior às demais masculinidades. Uma masculinidade construída pelo patriarcado e que permanece forte e influente na sociedade ocidental capitalista”.

Nesse sentido, os indivíduos cujas masculinidades são performadas por corpos com vagina, útero e mamas são classificados como categorias subordinadas no campo das masculinidades e, com frequência, são desqualificados e/ou excluídos da vida em sociedade, sobretudo os indivíduos enquadrados pelos marcadores sociais em desvantagem de classe social, raça/etnia, gênero e territorialidade.

A subversão às normas sociais e culturalmente construídas acerca de modelos normatizados de masculinidade, suscitam enfrentamentos que por vezes afetam os indivíduos pertencentes à população transmasculina. Na medida em que a suposta masculinidade hegemônica se constitui por relações de poder e ideológicas nas práticas sociais, ao mesmo tempo em que privilegiam alguns corpos, desfavorecem aos que a subvertem. Com relação à masculinidade hegemônica, pode-se considerar que elas, conforme as fundamentações em Connell e Messerschmidt (2013, p. 245),

se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.

Na contramão de discursos biologicistas, essencialistas e patriarcais, que remetem às masculinidades os adjetivos de virilidade, força, agressividade, competitividade, habitualmente performados por homens cis, brancos, heterossexuais e são consideradas hegemônicas. Há construções contra-hegemônicas, em que as pessoas transmasculinas em suas práticas sociais buscam a desnaturalização desses estereótipos, no entanto ainda são estigmatizadas e oprimidas. Nas palavras de Oliveira (2020, p. 37):

Pensar em outras formas de existências para as masculinidades, sobretudo nas masculinidades trans que busquem excluir comportamentos e ações reprodutoras de estereótipos de gênero e da desigualdade de gênero é uma forma de conquistar mudanças sociais, evidenciando o caráter normativo da masculinidade hegemônica, fomentando a sua desconstrução ou ao menos a redução de seus efeitos nocivos nas relações de gênero.

Considerando que construções culturais e sociais estabelecidas por discursos cis-heteronormativos produzem normas e interpelações por fluxos patologizantes junto às corporalidades de pessoas transmasculinas. Essas construções tendem a torná-los alvo de operações que buscam hierarquizar e/ou invalidar seus modos de subjetivação e/ou com frequência subalternizá-los.

Correlacionando as discussões trazidas em Connell e Messerschmidt (2013) para o campo das transmasculinidades, evidenciamos a existência de práticas contra-hegemônicas de sujeitos que não se rendem aos posicionamentos à margem da vida social, e, por meio de negociações e mediações, formam oposição às imposições consideradas desviantes e subordinadas às vivências e corporalidades. Nesse sentido,

a hierarquia das masculinidades é um padrão de hegemonia, não um padrão de uma hegemonia simples baseada na força. O consenso cultural, a centralidade discursiva, a institucionalização e a marginalização ou a deslegitimação de alternativas são características amplamente documentadas de masculinidades socialmente dominantes. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 263)

Em vista disso, a partir da produção de novos efeitos de sentidos, os modos de hierarquização pautados por padrões de masculinidade consideradas hegemônicas tendem a ser desconstruídas por novas práticas sociais no campo das transmasculinidades, o que os impulsionaria à ocupação de espaços políticos para reivindicação de reconhecimento social e enfrentamento às práticas sociais trans excludentes. Conforme as asserções de Connell e Messerschmidt (2013, p. 265):

[...] a capacidade de sobrevivência de padrões de masculinidade não hegemônica, os quais podem representar respostas bem trabalhadas à marginalização racial/étnica, à deficiência física, à desigualdade de classe ou à sexualidade estigmatizada.

Com relação à resistência aos processos de marginalização aos grupos minorizados socialmente, há, no campo das transmasculinidades, mobilizações realizadas por atores individuais e/ou coletivos em várias regiões do país, cujos embates são permeados por ações construídas em prol do fortalecimento ao reconhecimento social e representação política para enfrentamento dos processos de estigmatização e apagamento nas diferentes esferas sociais.

Para as discussões aqui suscitadas, julgamos relevante contextualizar brevemente a organização coletiva e atuação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), cujas reivindicações e posicionamentos se pautam no pleno exercício da cidadania às pessoas que performam masculinidades consideradas subordinadas.

A maior aproximação com as atividades do IBRAT se deu a partir do ano de 2020, por conta do desenvolvimento do projeto de pesquisa em tela, bem como pelas partilhas e visão de mundo em comum, com o coordenador nacional da instituição - Dan Kaio Souza Lemos, sobretudo no período pandêmico da covid19, possibilitou-nos acompanhar a agenda e atuação dos membros dessa entidade.

Entre as ocasiões, destacamos o acompanhamento de modo virtual ao 2º Encontro Nacional de Transmasculinidades (ENAT)<sup>46</sup> e a ênfase no fato de que pessoas transmasculinas não escolhem ser infelizes, invisíveis e muito menos violentades/os.

Evidenciamos que, para o enfrentamento das invisibilidades vivenciadas, o IBRAT mantém uma empreitada de lutas por acessos, defesa e garantia de direitos para combater o apagamento estrutural de suas existências. Na ocasião, Lemos (2021), ao resgatar a criação da entidade, apontou ser fruto da construção coletiva e histórica, proveniente da atuação de homens trans em movimentos políticos de vários estados brasileiros, ressaltando que, até o ano 2000, houve um grande vazio com relação às políticas específicas para a população transmasculina, em decorrência da inexistência de dados (mapeamento ou levantamento), o que gerou obstáculos para planejamentos e reivindicações.

Atualmente, prevalece a inexistência de dados oficiais a respeito da população transmasculina e de forma geral de toda comunidade LGBTQIA+, e apesar da decisão judicial movida pela Justiça Estadual do Acre<sup>47</sup>, para inclusão no questionário do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, de informações que contemplassem o aprofundamento do perfil da população brasileira a respeito da orientação sexual e identidade de gênero.

---

<sup>46</sup>Em virtude da pandemia do covid19, o 2º Encontro Nacional de Transmasculinidades foi realizado aos finais de semana do mês de novembro de 2021 (período de 06/11 a 27/11/2021), de modo virtual.

<sup>47</sup>Suspensão da decisão judicial que previa coleta de informações acerca da identidade de gênero e orientação sexual da população brasileira no Censo/IBGE 2022 – disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/9807#:~:text=O%20Tribunal%20Regional%20Federal%20%2D%20TRF, pelo%20IBGE%20nesta%20segunda%2Dfeira> - acesso em 29/07/2022.

Após interposição de liminar pela gestão do IBGE, a decisão que obrigava a inclusão de novas informações censitárias foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Compreendemos que a ausência de dados oficiais, com o retrato da população LGBTQIA+, consolida o apagamento social dessa população. Conseqüentemente, diante da imprecisão do perfil e demais informações sociais, resultam na inviabilidade para geração de indicadores, sobretudo no que se refere às questões que envolvem a população transmasculina, cuja ausência de informações interfere na reivindicação de políticas públicas e resultam em obstáculos para ocupação de espaços políticos que contribuam, para o atendimento das demandas e especificidades da população trans.

Sendo assim, para maior visibilidade às reivindicações de políticas transmasculinas, o IBRAT, em parceria com o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos e a Revista Estudos Transviades, formularam a elaboração e aplicação de um mapeamento no ano de 2021, para traçar o perfil da população transmasculina, o qual, conforme Lemos (2021), foi um importante instrumento para nortear caminhos, para a busca do atendimento das demandas ali apresentadas.

O mapeamento/relatório, intitulado *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: Da invisibilidade às Demandas*<sup>48</sup>, foi lançado na data de 28/10/2021 por meio de plataforma virtual, ocasião em que estiveram presentes alguns homens trans, representando organizações políticas de países da América Latina, e demais pessoas interessadas em conhecer “um pouco” da realidade da população transmasculina no Brasil, uma vez que a aplicação de instrumentais para levantamento dessa ordem, não obteria participação da totalidade de pessoas com identificação de gênero transmasculina sem o apoio governamental.

No presente relatório, além do resgate histórico do IBRAT e demais movimentos sociais de homens trans de vários estados brasileiros, alguns nomes foram destacados pelo pioneirismo e/ou protagonismo, dentre eles: Alexandre Peixe, Régis Vascon, Lam Matos, Maurício/Andreas Boschetti, Sillvyo Lucio, Raicarlos

---

<sup>48</sup>Lançamento do mapeamento das transmasculinidades, intitulado *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil*. Relatório produzido por: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades. Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

Coelho, Guilherme Almeida, Diego Rodrigues, Eduardo Hallier Ribas, dentre outros/os protagonistas das diferentes localidades, que imprimiram suas ações em prol e junto aos coletivos de pessoas transmasculinas no Brasil.

Conforme Lemos (2021), as pessoas citadas acima, entre outros/es, destacaram-se como “bravos guerreiros” ao fazer ecoar suas existências e demandas, e mesmo que em ações centralizadas em seus estados de origem, foram protagonistas na busca de pertencimento social e reconhecimento às pessoas transmasculinas.

Embora não seja possível aprofundar neste trabalho o detalhamento das trajetórias desses importantes protagonistas, reverenciamos a luta dos antecessores já citados e aos demais homens trans, por vezes anônimos de nosso país, pelo engajamento e contribuição para o desbravamento de caminhos para as novas gerações.

A respeito do relatório/mapeamento, Lemos (2021) destacou que inicialmente as atividades do IBRAT tinham como foco central as políticas direcionadas aos homens trans e o maior desafio desde a gênese da entidade, foi abarcar as reivindicações das novas expressões transmasculinas. De acordo com Banke e Tenório (2021, p. 29, grifos dos autores):

O movimento, naquele momento, precisava lidar com as intersubjetividades e a diversas realidades vividas pelos homens trans. Raça, classe, regionalidades, geração, identidades de gênero e sexualidades faziam parte dos diálogos iniciais que precisariam ser contemplados e acordados pelas próprias pessoas que se identificavam com as transmasculinidades antes que suas “lideranças” pudessem exercer uma atuação de fato mais representativa nos espaços de controle social.

O que suscitou no coletivo a necessidade de maiores reflexões para lidar com as intersubjetividades, subjetividades e suas intersecções. Sendo assim, a ampliação de olhares resultou no fortalecimento da entidade a nível nacional, e, em consequência, o amadurecimento das pautas relacionadas às questões de raça/cor/etnia, identidades, sexualidades, corporalidades e territorialidade, tornaram-se fundamentais para as demandas da entidade. Conforme Banke e Tenório (2021, p. 30),

Pensar em políticas públicas para as transmasculinidades demandou dois ingredientes indispensáveis: que houvesse um longo e complexo diálogo interno para o levantamento de uma pauta política de forma democrática contemplando as interseccionalidades já postas; e que pesquisas fossem

desenvolvidas para fornecer um arcabouço científico capaz de justificar a implementação de tais políticas.

A maior articulação entre protagonistas no campo das transmasculinidades expandiu a atuação de homens trans ativistas junto ao IBRAT em âmbito nacional. Esse processo foi fruto da criação de núcleos em mais de 20 estados, sendo que a dinâmica de atuação e funcionamento dos núcleos e setoriais ocorreram, de acordo com Banke e Tenório (2021, p. 30), da seguinte forma:

Os núcleos estaduais e as setoriais, que eram pequenas unidades municipais que dialogavam de forma mais próxima com os núcleos estaduais, atuavam de acordo com a realidade de cada localidade e tinham a missão de integrar homens trans para a atuação e representação direta no movimento social através do controle social e suas articulações com a academia, com o Estado e com a sociedade civil.

Com a ampliação do debate entre as pessoas transmasculinas, vez que até então, as interlocuções ocorriam de forma isolada em cada núcleo regional, adotou-se como estratégia para possibilitar maior diálogo entre pares, à organização no ano de 2015 do 1º Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT). Na ocasião se realizou, conforme Banke e Tenório (2021, p. 32), “o maior evento de reunião de homens trans em toda a história do Brasil, reunindo, pela primeira vez, mais de cem homens trans e transmasculines”.

Esse momento histórico, ocorreu nas dependências do campus da Universidade de São Paulo, no período de 20 a 23 de fevereiro de 2015 e trouxe contribuições para projeção a nível nacional das existências, vivências e demandas da população transmasculina, proporcionando, conforme Banke e Tenório (2021, p. 32):

pela primeira vez, 118 homens trans, de 17 estados brasileiros, incluindo ativistas de capitais e de municípios situados no interior, além de aproximadamente 80 ativistas LGBT, pesquisadores, gestores, integrantes de conselhos profissionais, estivemos reunidos para trocar experiências, partilhar saberes, debater, articular, construir e fortalecer o ativismo de homens trans no país.

Entre as pautas, houve o debate a respeito da multiplicidade das vivências de homens trans, bem como os processos para reconhecimento político às identidades de gênero, aos que se autodeterminam “não-binários”, o que resultou em avanços



junto aos processos para maior visibilidade. De acordo com João Walter Nery e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (2017, p. 281):

Dentro do vasto espectro das transmasculinidades que surgem, destacam-se aquelas independentes das adaptações corporais e as aglutinadoras de identidades não-binárias, que são parcialmente invisibilizadas nos ativismos e na própria comunidade transmasculina.

No que concerne à promoção de acolhimento e inclusão às pessoas com autoidentificação não binária, compreendemos tratar-se de conquistas a uma parcela de indivíduos no campo das transmasculinidades. Nas palavras de Nery e Maranhão Fº (2017, p. 281): “Isso impacta diretamente tanto a construção da identidade de gênero e modificações corporais quanto à vivência da sexualidade, ao desejo e à vida social”. Nesse sentido, tais articulações resultaram, conforme afirmam Banke e Tenório (2021, p. 32):

Um processo de grande importância ocorrido durante o I ENAHT foi a emergência da discussão sobre as transmasculinidades menos binárias e normativas. Nem todas as pessoas que foram designadas do “sexo feminino” e não se identificam com o gênero feminino se identificam com a nomenclatura “homem trans”, e muitos não gostam de utilizar a categoria “homem” para falarem sobre si.

Diante disso, conforme Nery e Maranhão Fº (2017, p. 282) a entidade IBRAT convencionou “[...] acolher as pessoas transmasculinas, autodeclaradas não-binárias, como uma forma de não discriminação e de enriquecimento, sob o lema ‘juntos somos mais fortes’.”

Entendemos que as postulações desse debate convergem para a pluralidade construída entre as masculinidades em suas várias nuances e padrões. Nas palavras de Banke e Tenório (2021), foi um momento em que os indivíduos auto identificados transmasculinos se fizeram ouvir e foram ouvidos pelos homens trans. Ainda assim:

[...] observar que a existência dos transmasculinos não impede que muitos que se identificam através da denominação “homens trans” tenham uma expressão de gênero menos binária, com deslocamentos dos estereótipos de gênero e diversificada. Desse modo, através do acordo social firmado e resolução aprovada durante o I ENAHT, no movimento transmasculino se entende por “homem trans” uma identidade política que abarca todas as transmasculinidades [...]. (BANKE e TENÓRIO, 2021, p. 32)

A continuidade e promoção de debates no campo das transmasculinidades, sobretudo no período pandêmico da covid19, intensificou-se por meio de eventos virtuais, consolidando um espaço relevante para disseminação e partilha de conhecimentos, vivências e promoção de maior visibilidade social às pessoas transmasculinas, o que foi evidenciado no 2º Encontro Nacional de Transmasculinidades (ENAT)<sup>49</sup>, o qual acompanhamos de modo virtual.

Conforme Lemos (2021), após debate e aprovação em assembleia por seus membros e membros, pactuou-se que a política a ser adotada pelo IBRAT seria referenciar o coletivo sem excluir nenhuma expressão de gênero no campo das transmasculinidades, então convencionou-se adotar “pessoas transmasculinas”, como forma de contemplar a pluralidade das vivências e experiências.

No que se refere à importância de encontros virtuais para maior visibilidade das pessoas transmaculinas, elencamos o protagonismo do IBRAT: representado pelos coordenadores Fabian Algarte, Lino Gabriel e Dan Kaio Lemos, em participação no programa “*Libertas*” no canal da Tv Democracia<sup>50</sup>, no qual colocaram em evidência os desafios enfrentados cotidianamente, sobretudo nos campos da saúde, educação, trabalho e renda às pessoas transmasculinas.

Considerando as narrativas de sujeitos, cujas identidades de gênero são deslegitimadas, ficam evidentes as barreiras estruturais da sociedade, que sob domínios hegemônicos, hierarquizam corporalidades, expressões e identidades de gênero, afetando, dessa forma, a validação, até mesmo das construções subjetivas de pessoas transmasculinas. Nesse sentido, são prementes ações para desconstrução de práticas discursivas regidas por modelos hegemônicos de masculinidades, com vistas à construção de uma sociedade com justiça social e equidade a todos, todas e todes.

## **4.2 Afetos produzidos pela cis-heteronorma nas esferas institucionais**

Na busca por correlações acerca da produção de efeitos de sentido e afetos mediante as interações com dispositivos jurídicos, tecnológicos e suas

---

<sup>49</sup>Em virtude da pandemia da covid19, o 2º Encontro Nacional de Transmasculinidades foi realizado aos finais de semana do mês de novembro de 2021 (período de 06/11 a 27/11/2021), de modo virtual.

<sup>50</sup>Canal TV Democracia. Programa *Libertas* mediado por Ana Cláudia Simão. YouTube, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/I0Ns5IW-Cj0>>. Acesso em: 10/10/2021.

funcionalidades e/ou nas próprias relações interpessoais, e considerando que pessoas têm o poder de afetar ou serem afetadas, a depender do modo com que são posicionadas, colocamos em questão a produção de afetos em uma sociedade, como a brasileira, marcada por discursos cis-heteronormativos, alicerçadas em Atilio Catosso Salles et al. (2022, p. 06), cujas formulações versam “[...] uma concepção de afeto enquanto discurso, o qual inscreve o político, o ideológico e o histórico.”

Temos como entendimento que a produção de efeitos de sentido, afetos ou sua ausência no campo da garantia de direitos conquistados pela população LGBTQIA+, sobretudo em contextos que envolvem pessoas trans junto aos espaços institucionais públicos ou privados, são constantemente afetadas de forma negativa, ao buscar atendimento às suas demandas.

Nesse sentido, considera-se a noção de afeto, enquanto elemento primordial das relações sociais, que podem promover rupturas, deslocamentos e remeter a atos preconceituosos e/ou discriminatórios. Essa dialeticidade, de acordo com Salles et al. (2022, p. 06), produzem afeto(s) “que marca(m) uma divisão, uma disputa de sentidos. Afeto(s) como disputa e afeto(s) em disputa na história”.

No que se refere aos espaços institucionais públicos e/ou privados, pode-se favorecer a manutenção da violação aos direitos já conquistados, mediante dispositivos tecnológicos e suas funcionalidades. Sendo os afetos ambíguos, estão suscetíveis à produção de significações e sentidos que remetem à positividade ou negatividade, o que demonstra plasticidade em construções discursivas, que podem alcançar patamares mais equânimes para todas, todos e todes.

No que tange aos contextos educacionais, ao se estabelecer como parâmetro os pilares para acesso, permanência e êxito de estudantes, sobretudo aos considerados divergentes de padrões cis-heteronormativos, salta aos olhos as estatísticas de “evasão escolar” junto aos relatórios institucionais ou mesmo nas condutas que geram a suposta evasão. Observamos que atitudes de determinados/as agentes institucionais na área da educação, para se eximir dessa responsabilidade, adotam o termo “desistência” como estratégia para mascarar as reais ocorrências de “expulsão escolar”.

Nesse sentido, a “desistência escolar” é atribuída aos/as estudantes trans ou travestis, que somado aos atravessamentos produzidos pelos marcadores sociais da diferença, como raça/etnia/cor, classe social, deficiências e territorialidade, os/as enquadra em maior ou menor grau como “desistentes”, negando assim, o papel da

escola que, por não oferecer condições de permanência e desenvolvimento integral das travestis e pessoas trans, expulsa-as do sistema escolar.

Com base nesses apontamentos, as referidas ocorrências configuram-se como “expulsão”, dessa forma pode-se afirmar que os processos de exclusão no âmbito da educação decorrem, conforme Daniel Kerry dos Santos et al. (2018, p. 312):

[...] pelo não reconhecimento do uso do nome social, pela negação do acesso ao banheiro de acordo com seu gênero e, conseqüentemente, pelas expulsões escolares, pois neste caso não se trata de evasão escolar, e sim de um ciclo de violações de direitos e práticas discriminatórias que empurram as travestis e pessoas trans para fora das instituições de educação formal.

Ainda com base nas problematizações acerca dos afetos a travestis e população trans no espaço escolar, conforme Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio (2016, p. 169-170), citados/as em Oliveira (2020, p. 50), argumentaram que:

[...] o que chamamos até aqui de evasão pode ser traduzido em expulsão compulsória [...] ocasionada pela rejeição cotidiana ao modo de se vestir, às formas de agir e se portar, ao descumprimento de preceitos essenciais – como o uso do nome social – e o livre trânsito entre os espaços que compõem a escola.

Não obstante, os regimentos institucionais para firmar a questão do reconhecimento social às pessoas trans, são frágeis ou inexistentes em muitos espaços. Esses fatores, dão forma e geram a transfobia estrutural, explanada por Oliveira (2020, p. 57): “[...] significa que a transfobia produz normatizações estruturais na ordem social, implicando em constantes e sistemáticas exclusões e discriminações às pessoas trans.”

Entendemos que a aparente normalidade, atribuída em ações que a todo tempo buscam desqualificar e/ou anular a existência de pessoas trans, são práticas discursivas que reverberam no âmbito das instituições de ensino, saúde e demais espaços públicos e/ou privados. Sendo assim, o não reconhecimento às expressões e identidades de gênero com as quais a pessoas trans, travestis e pessoas não binárias se identificam, operam em processos para deslegitimar o direito em ser reconhecido/a/e pelo outro.

Entendemos que essa ausência despreza as significações primárias do *status* de humanidade, sentimento de pertença e contribui com os processos de expulsão

compulsória das instituições. Com base em postulações bakhtinianas (1992), compreendemos que as significações são produzidas em processos de compreensão ativa responsiva, pois não repousam na palavra em si, e sim no efeito de interação de um locutor e seus receptores.

Em relação à dinâmica dos afetos junto aos dispositivos jurídicos, tomando como exemplo os que versam sobre o reconhecimento social e político à população LGBTQIA+, observamos que os afetos produzidos por discursos cis-heteronormativos, promovem um combate hercúleo, sobretudo de pessoas trans contra um “cistema” que, com frequência, utiliza mecanismos para se esquivar de suas responsabilidades, resultando no descumprimento de portarias, normativas, etc., nas diferentes esferas da vida em sociedade.

E, para que não se incorra na naturalização de questões relacionadas às práticas transfóbicas, destacamos que colocar em questão a cis-heteronorma vem no sentido de denunciar práticas sociais, que hierarquizam as diferenças entre as múltiplas identidades, expressões de gênero e orientação sexual.

No que se refere à inter-relação entre a elaboração e operacionalização dos sistemas de tecnologia da informação (T.I.) por instituições públicas/privadas em acordo com normativas, portarias, decretos, temos como entendimento que a prevalência de impactos negativos à população trans, decorre do apagamento às (re)significações para inteligibilidade social, pelo não reconhecimento da legitimidade desses direitos, em virtude do antagonismo existente no caráter relacional entre pessoas cis e pessoas trans.

Como parâmetro ao argumento acima, citamos a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde<sup>51</sup> de 2007, que garantiria às pessoas trans o tratamento adequado ao nome escolhido em acordo com a autoidentificação, ou seja, em consonância com o pertencimento e reconhecimento de existência no meio social.

Entretanto, contraditoriamente, no levantamento bibliográfico realizado, evidenciamos que o preenchimento de cadastros institucionais da saúde pública, no campo pertinente aos dados pessoais, não é previsto o atendimento às pessoas trans, em virtude da inexistência de campos apropriados para inserção do nome social e identidade de gênero, cujas justificativas de agentes que, na maioria das vezes,

---

<sup>51</sup>Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Disponível em: [http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF\\_Carta\\_Usuarios\\_Saude\\_site.pdf](http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf). Acesso em 15/04/2021.

podem nem dispor de mecanismo para o cumprimento aos direitos do/a usuários/as do SUS referente ao nome social em acordo com a identidade de gênero das pessoas trans.

Contudo, com frequência, para se eximir do descumprimento “sob o manto” da famosa frase “o Sistema não libera!”, considerando que haja veracidade nesse argumento, ressaltamos que o “cistema” deve ressignificar valores e passar a reconhecer a diversidade de gêneros, pois, do contrário, os afetos prejudiciais prevalecerão.

No que tange ao atendimento e respeito ao uso do nome social, em acordo com a autoidentificação de pessoas trans, no campo da educação também prevalecem os entraves, conforme aponta Oliveira (2020, p. 45):

Ainda que esteja previsto o uso do nome social em algumas universidades públicas brasileiras, a permanência dos/as estudantes trans não é plenamente garantida, uma vez que, nem sempre esses arranjos são respeitados, através das mais estapafúrdias desculpas. Desculpas estas como a negação do direito apenas porque o “sistema” não permitiria, embora este mesmo “sistema” não seja um ente etéreo, sendo operado sempre por alguém.

Acerca de afetos que podem denotar positividade, elencamos o provimento que trata da retificação de prenome e gênero junto aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, com maior flexibilização. Anteriormente ao ano de 2018, o deferimento aos pedidos para retificação de prenome e gênero só ocorriam por via judicial e o excesso de exigências burocratizava o processo a ponto de provocar desistência aos que expressavam necessidade e/ou interesse em realizá-lo. E após o ano de 2018<sup>52</sup> o atendimento dessa demanda foi regulamentada pelo Provimento<sup>53</sup> nº 73 de 28/06/2018<sup>54</sup>, aqui compreendido em perspectiva despatologizante, por não

---

<sup>52</sup>Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/514068809/stj-transexual-pode-alterar-prenome-e-genero-no-registro-civil-mesmo-sem-fazer-a-cirurgia-de-transgenitalizacao>. Acesso em 15/04/2021.

<sup>53</sup>Provimentos são atos normativos à luz de princípios constitucionais. Nesse contexto, o ato de desburocratizar um direito essencial, reafirma a promoção da dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais da CF de 88, que conclui que as pessoas trans tem direito à retificação do prenome e gênero sexo no registro civil, sem condicionar laudos médicos/psicológicos e realização de cirurgia para redesignação de sexo.

<sup>54</sup>Provimento que dispõe sobre a averbação da alteração do pronome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa trans no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf> Acesso em 15/04/2021.

condicionar a submissão de cirurgias a laudos psicológico/psiquiátrico, hormonioterapia ou intervenção judicial aos maiores de 18 anos.

Ressaltamos que na ausência de formalização da retificação de prenome e gênero, há um rol de portarias institucionais para assegurar inteligibilidade às pessoas trans nos espaços institucionais de educação. Em levantamento realizado para verificar a aplicabilidade de normativas e regimentos relacionados à garantia ao uso do nome social, as pesquisadoras Tânia Gracieli Vega Incerti, Ana Maria de Carvalho e Lindamir Salete Casagrande (2021) elencaram as regulamentações acerca desse direito junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo Brasil.

Em meio às contradições e complexidade dessas dinâmicas, considera-se que referidas regulamentações, quando postas em operação, são primordiais para permanência e êxito das pessoas trans no espaço educacional, trata-se de “um dever das instituições públicas e dos agentes que dela fazem parte. Dessa forma, constitui-se como instrumento primário para reconhecimento das identidades de gênero e para o exercício da cidadania nos diferentes espaços”. (INCERTI; CARVALHO; CASAGRANDE, 2021, p. 458)

Ainda assim, ao nos ocuparmos dos afetos ou sua ausência junto aos processos para reconhecimento social, evidenciam-se as agendas conservadoras da sociedade civil e/ou partidos políticos da extrema direita brasileira, que se articulam mediante discursos de ódio, notícias falsas, ou mesmo em proposições de projetos de leis contrários a dispositivos legais já promulgados.

Entendemos que a repercussão dessas articulações intenta contrariar e/ou desmontar as árduas conquistas da população LGBTQIA+ acerca da igualdade de direitos. Os termos que versam as tratativas processuais da extrema direita brasileira buscam o descumprimento e desatendimento ao uso do nome social por pessoas trans em diversas instâncias. Conforme Incerti, Carvalho e Casagrande (2021, p. 464, grifos das autoras), essas ações postulam:

[...] invalidar as orientações formuladas quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização por colocar “em situação embaraçosa as instituições de ensino, impondo-lhes obrigações desprovidas de amparo legal”, tais como as operacionalizações referentes ao nome social, sem ter em vista a mudança do nome civil e o uso dos banheiros, sem ter os devidos espaços físicos.

Conquistas da população LGBTQIA+ no âmbito jurídico, em especial às pessoas trans nas situações que, por vezes, são reivindicações de direitos já

estabelecidos, poderiam ser consideradas tutela do estado brasileiro representadas pelo Superior Tribunal Federal (STF)?

Referidas discussões no atual contexto político brasileiro são promovidas e disseminadas, em grande parte, por representantes de grupos políticos conservadores, fundamentalistas religiosos/as e/ou da extrema direita que intentam deslegitimar e negar esses direitos.

Consideramos importante trazer, para essas reflexões, eventuais fragilidades apontadas por grupos resistentes à promoção de igualdade de direitos e justiça social, acerca das garantias que partem do STF, e, não por meio de sanções do Poder Legislativo, que, em tese, garantiriam maior estabilidade jurídica por força de lei. No entanto, na medida em que são negligenciadas por parte do Congresso Nacional, ficam evidenciados os afetos produzidos por grupos políticos reacionários, descomprometidos e opositores aos direitos à vida com dignidade a todos, todas e todes.

Nesse sentido, entendemos que para driblar produções de sentidos e afetos pautados por discursos considerados hegemônicos, interpretações doutrinárias promovidas pelo STF com base na Constituição Federal de 1988, tendem a garantir os fundamentos de dignidade da pessoa humana a todas as pessoas. Sendo assim, a promoção e avanços aos direitos humanos, para os quais os grupos invisibilizados socialmente, sobretudo às pessoas trans, já poderiam gozar dessas garantias, caso a sociedade brasileira estivesse ancorada por preceitos democráticos e igualitários.

Contudo, há que se reforçar que direitos fundamentais a partir do Supremo, em meio a esse cenário de desproteção, cuja ambiguidade entre afetos gerados em face das batalhas enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, há conquistas legítimas a celebrar, ao observamos dispositivos jurídicos que versam sobre a criminalização da transfobia<sup>55</sup> promulgada no ano de 2019, doação de sangue por pessoas LGBTQIA+<sup>56</sup> em 2021, adequação cadastral de pessoas trans nos registros do SUS<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup>STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em 09/11/2022.

<sup>56</sup>Após movimentação pelo STF, foi aprovado o projeto proibindo a discriminação de doadores de sangue por orientação sexual. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/04/aprovado-projeto-que-proibe-discriminacao-de-doadores-de-sangue-por-orientacao-sexual>>. Acesso em 09/11/2022.

<sup>57</sup>Medida cautelar determina o Ministério da Saúde promover as alterações necessárias nos sistemas de informação do SUS, para marcação de consultas e exames em todas as especialidades médicas,



em 2021, para minimamente se alcançar igualdade e visibilidade social. De acordo com Bruna G. Benevides (*apud* ANTRA, 2022, p. 14)<sup>58</sup>:

Vimos o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar, assim como fez com o Escola sem Partido e a falaciosa “Ideologia de Gênero”, uma lei aprovada em Rondônia que proibia o uso da linguagem neutra. Vimos, ainda sobre o STF, determinar que Sistema Único de Saúde (SUS) adeque seu sistema para as corporalidades de pessoas Trans e reconheça a injúria racial como racismo - aplicado diretamente a injúrias raciais LGBTIfóbicas; o Conselho Nacional de justiça (CNJ) aprovar uma resolução sobre direitos de pessoas Intersexo, e vibramos com a criação da Comissão parlamentar de inquérito (CPI) dos assassinatos na câmara de São Paulo – Presidida pela Vereadora travesti Erika Hilton.

Ante o exposto, são prementes para o efetivo cumprimento das normativas que tratam dos direitos e deveres da população LGBTQIA+, sobretudo das pessoas trans, maior precisão no desenvolvimento de programas e sistemas operacionais, para os quais deveriam ser orientados por operacionalizações empáticas, que ultrapassem os espaços de saúde, educação. A título de exemplo, recomendados que ao se lançar/digitar nos bancos de dados de instituições públicas e/ou privadas, os dados pessoais, ocorrências, solicitações, etc., de pessoas trans, façam-no sem exposição dos/as usuários/as para um atendimento sem constrangimentos.

Considerando que a produção de efeito de sentidos e afetos para reconhecimento social e político às diferentes identidades de gênero, não são priorizadas na operacionalização de sistemas tecnológicos, na mesma velocidade com que dispositivos jurídicos são promulgados. Com base nas discussões aqui suscitadas, temos que as motivações para o descompasso entre sistemas operacionais e os dispositivos jurídicos, decorrem da resistência aos deslocamentos que borram as fronteiras entre natureza e cultura, para ressignificação das existências e vivências de pessoas trans, rumo às perspectivas mais igualitárias no acesso a direitos em todos os espaços.

---

independentemente do registro do sexo biológico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/gilmar-manda-ministerio-saude-adotar.pdf>>. Acesso em 04/06/2022.

<sup>58</sup>Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>> - Acesso em 04/06/2022.

## 5 TRILHAS E FORMULAÇÕES SOBRE TECNOLOGIAS

As múltiplas possibilidades e caminhos acerca das abordagens sobre as tecnologias permite-nos pensá-las em sua interdisciplinaridade, cuja materialização se dá nos diversos campos do saber e do fazer: produção de conhecimento científico, políticas públicas, leis, procedimentos, produção de insumos, artefatos, dentre outros/as.

Sendo assim, traçamos breves discussões sob o viés social e crítico do fazer tecnológico e tecnologias na sociedade, para o aporte às nossas problematizações, em virtude das implicações e atravessamentos junto aos processos de construção, disponibilização e acesso ao PrTr pelos protagonistas desta pesquisa. Isso posto, ao término desta seção, enfatizamos as abordagens referente às tecnologias de gênero, por permear a gênese das construções e significações das identidades de gênero e corporalidades de pessoas trans.

### 5.1 Reflexões: Do caráter social ao crítico às tecnologias

Quais os impactos sociais decorrentes dos avanços tecnológicos e científicos a grupos considerados subordinados no campo das masculinidades? Ao refletir sobre o contexto de acesso à saúde pública, em especial ao PrTr, uma vez que formulações de políticas públicas podem ser compreendidas como componentes de sistemas tecnológicos, remete-nos à indagação: a quem eles servem?

Considerando a propriedade polissêmica em formulações acerca da tecnologia nos diferentes campos do saber, com base em Domingos Leite Lima Filho e Gilson Leandro Queluz (2010, p. 11), é explicitado que:

[...] o sentido e significado dos conceitos centrais e polissêmicos costuma trazer uma multiplicidade de posições, entendimentos, representações e posições que expressam posições do senso comum e de conhecimentos estruturados sob diversas perspectivas teóricas e filosóficas. Com a tecnologia não é diferente, e essa miríade de representações e conceituações pode ser encontrada em diversos campos.

Como pensar em modelos epistemológicos nas ciências e tecnologias e quais as características mais importantes para a construção equânime e acessível em sua dimensão social? Em nossas proposições, partindo das interações junto ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e afinidade com as ponderações de Lima Filho e Queluz (2010, p. 15), temos que:

[...] o contexto contemporâneo de globalização no qual ciência e tecnologia são forças materiais e estão presentes em todos os campos de atividade e dimensões da vida produtiva e cotidiana, é muito problemático, para não dizer inconsistente, falar de um *locus* específico ou considerar a tecnologia em uma suposta especificidade. [...] Portanto, a tecnologia, mais que força material da produção, torna-se a cada dia mais imbricada e mais indissociável das práticas cotidianas, em seus vários campos, diversidades, tempos e lugares, assumindo plenamente uma dimensão sócio-cultural, uma centralidade na produção da sociabilidade.

Considerando a centralidade na produção de sociabilidades, compreendemos que um dos pressupostos relacionados às ciências e tecnologias é seu caráter eminentemente social, uma vez que a construção de conhecimentos científicos para determinados fins, ou até mesmo de artefatos, são produções humanas marcadas pelas circunstâncias de sua produção. Nesse sentido, entendemos tratar-se de processos ativos, e, portanto, devem ser examinados como tal. Nos mesmos termos, deve-se dar o exame da forma com que o conhecimento científico, artefatos tecnológicos são construídos.

Partindo daí, temos que os estudos sociais da ciência e tecnologia, conforme José Antonio López Cerezo (2004), buscam entender o fenômeno científico-tecnológico no contexto social, tanto na relação com seus condicionantes sociais, quanto no que se refere às suas consequências sociais e ambientais.

Há diferentes perspectivas que compõem o campo dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), dentre as quais, as conceitualizações a respeito da Tecnologia Social, a qual compreendemos primar um horizonte para inclusão social, apropriação das tecnologias, ao colocar em questão a neutralidade imputada às ciências e tecnologias, uma vez que se desmistifica a participação da sociedade nos processos ativos e democráticos para captar melhor as demandas sociais, e assim atenuar conflitos de interesses hegemônicos e consequentes implicações em inovações tecnológicas para o alcance de grupos desfavorecidos socialmente.

Também são pertinentes às nossas reflexões, as ponderações filosóficas acerca da seleção das tecnologias postas por Andrew Feenberg (*apud* NEDER, 2013), para o qual a interpretação desse fenômeno, deve ser pensada e problematizada hermeneuticamente. Nas palavras de Feenberg (*apud* NEDER, 2013, p. 79):

[...] a tecnologia não é somente um simples servidor de algum propósito social predefinido; é um ambiente dentro do qual um modo de vida é elaborado. Em suma, as diferenças do modo como os grupos sociais interpretam e usam objetos técnicos não são meramente extrínsecas, mas produzem uma diferença na própria natureza destes objetos.

Considerando a interpretação hermenêutica proposta por Feenberg (*apud* NEDER, 2013) e as formulações de Lima Filho e Queluz (2010) sobre o caráter relacional (social e cultural) do fazer tecnológico, pode-se dizer que apontam possibilidades estratégicas para interações participativas rumo à democratização na reivindicação de movimentos sociais organizados.

Pensando nessa configuração, entendemos que a atuação de entidades representativas, como ocorre no campo das transmasculinidades, estão alinhadas à conquista de espaços junto aos processos decisórios, cuja participação é primordial para dar visibilidade às reivindicações no campo da saúde e demais políticas públicas. Como exemplo, citamos os serviços do PrTr de forma satisfatória, pois conforme Feenberg (*apud* NEDER, 2013, p. 82):

As tecnologias são selecionadas a partir de interesses entre muitas possíveis configurações. Na orientação do processo de seleção, estão códigos sociais estabelecidos pelas lutas culturais e políticas que definem o horizonte sob o qual a tecnologia atuará. Uma vez introduzida, a tecnologia oferece uma validação material do horizonte cultural para o qual foi preformada. Isso pode ser chamado de viés da tecnologia: aparentemente neutra, a racionalidade funcional é engajada em defesa de uma hegemonia.

Ao articular as produções tecnológicas e sua inter-relação ao estabelecido cultural, social e político acerca das vivências, bem como dos enfrentamentos e prejuízos sofridos por pessoas transmasculinas, suscita-nos reflexões a respeito da (in)suficiência de incentivos para inovações científicas e tecnológicas, disponibilização de insumos, quer seja pela rede pública ou mesmo pela rede privada, com garantia de acesso de forma justa. A título de exemplo, citamos: a aquisição do hormônio testosterona com preço razoável no mercado/rede privada, pelas pessoas transmasculinas que decidam pela hormonização. Amparadas nas postulações de Feenberg (*apud* NEDER, 2013, p. 87, grifos nossos):

Não há nenhuma razão por que a tecnologia moderna também não possa se reunir com seus múltiplos contextos, embora com um *pathos* menos romântico. Esse é, na realidade, um modo de interpretar as demandas contemporâneas por uma tecnologia que respeite o meio ambiente, aplicações da tecnologia médica que respeitem a liberdade humana e a

dignidade, planejamentos urbanos que criem espaços ricos e adequados para as pessoas, métodos de produção que protejam a saúde dos trabalhadores e ofereçam espaços para o aprimoramento da sua inteligência, e assim por diante.

Ao se considerar a tecnologia como o poder por outros meios e tendo em vista as relações de poder que permeiam as organizações/formulações de programas, em específico neste estudo, o protocolo do PrTr, indagamos se o modo de disponibilização e apropriação de artefatos, métodos, técnicas e protocolos, da forma como estão postos atualmente em nossa sociedade, concebem garantia de direitos as existências de pessoas transmasculinas, ao subverter os discursos e performances consideradas hegemônicas pela cis-heteronorma. Com base em Feenberg (*apud* NEDER, 2013, p. 92):

A racionalização na nossa sociedade responde a uma definição particular de tecnologia como um meio para obter lucro e poder. Uma compreensão mais abrangente da tecnologia sugere uma noção muito diferente de racionalização, baseada na responsabilidade da ação técnica quanto aos contextos humanos e naturais. Chamo isso de racionalização subversiva, porque requer avanços tecnológicos que só podem ocorrer em oposição à hegemonia dominante [...].

Sem pretensão de assumir posição tecnofóbica, mas compreendendo que a produção e circulação de discursos acerca de inovações tecnocientíficas, produção de insumos, procedimentos e técnicas voltadas ao PrTr, são concebidas por visões patologizantes e estabelecidas sob a lógica da cultura binária, portanto, determinista, para as quais há o imperativo de comportamentos e naturalizações esperadas para homens e mulheres com base no gênero atribuído ao nascimento. Nesse sentido, converge com as asserções de Feenberg (*apud* NEDER, 2013, p. 279, grifos nossos), para o qual:

[...] a moderna racionalidade tecnológica exhibe deficiências fundamentais ao lidar com o trabalho, o gênero e a natureza. Tais deficiências relacionam-se sistematicamente com a natureza de nossa ordem social e determinam a maneira pela qual pensamos sobre ação técnica e recursos do projeto técnico. Torna-se necessária, portanto, uma crítica social dessas deficiências gerais. É verdade que esse padrão muitas vezes é condenado a totalizar críticas da tecnologia como tal. Habermas tem razão ao querer evitar a tecnofobia, que às vezes se associa a tal abordagem.

Entendemos que a racionalidade imputada à tecnologia e às ciências induzem a sensação no imaginário social, de não poder ser executada por outros modos,

tampouco de perceber seu caráter político. Por conseguinte, os sistemas tecnológicos e científicos são tomados como verdades absolutas, inquestionáveis e únicas possíveis.

Dessa forma, considerando que praticamente tudo ao nosso redor resulta de escolhas técnicas, e, por conseguinte, tecnológicas, temos como entendimento ser premente processos de interação e participação social nessas articulações, pois, ao contrário, naturalizam-se produções sem prévia reflexão das apropriações que possam representar soluções para inclusão social e melhoria nas condições de vida das pessoas.

Assim, é mediante o fomento para produção de tecnologias, insumos, procedimentos e aquisição de artefatos em acordo com as especificidades da população transmasculina, a possibilidade de garantia de direitos à saúde com qualidade e dignidade, aos que decidem acessar os serviços do PrTr.

## **5.2 Tecnologias e Gênero**

Neste percurso, partimos do entendimento que dialogar sobre as questões relativas às expressões e identidades de gênero são indissociáveis de aproximações com abordagens relacionadas às tecnologias de gênero.

Recorremos às contribuições pautadas na construção das identidades e tecnologias de gênero, por meio de obras seminais e comentadoras/es, com destaque à Judith Butler (1990), e suas formulações acerca de identidades e performatividade de gênero, Teresa de Lauretis (1987) com o conceito das tecnologias do gênero, Paul B. Preciado (2011, 2014, 2018) com suas proposições acerca do tecnogênero e farmacopoder, Donna Haraway (1995, 2009) que nos remete ao mito do ciborgue para pensarmos na condição daqueles que borram as fronteiras estabelecidas como verdadeiras e em Michel Foucault (1977), cujo olhar e noções dos dispositivos do “saber, poder”, perpassam esta tese.

Dentre os aspectos que envolvem as relações e caracterizações sobre gênero, Judith Butler (1990, 2016) traz, em suas formulações, críticas às formas de representação do sistema sexo-gênero e a organização das lutas feministas no processo de se nomear um/uma sujeito/a universal, ao passo que critica as armadilhas das identidades e aponta possibilidades para sua instauração, sem reproduzir as representações de relações de poder já existentes. Conforme Butler (2016, p. 23):

Obviamente, a tarefa política não é recusar a política representacional - como se pudéssemos fazê-lo. As escrituras jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação.

Partindo das significações de uma política da representação, Butler busca compreender como alguém pode tornar-se representado/a e quais são os processos de submissão para ser passível de representação. Nas palavras de Butler (2016, p. 25, grifos da autora):

[...] Qual o sentido de estender a representação a sujeitos cuja constituição se dá mediante a exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas não explicitadas do sujeito? Que relações de dominação e exclusão se afirmam não intencionalmente quando a representação se torna o único foco da política? A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma.

Em suas ponderações, embora reconheça o uso político da identidade, Butler aponta para os riscos inerentes à concepção que leva à fixidez de um sujeito/sujeita, propondo reflexões e organização de lutas em uma perspectiva em que as reivindicações partam de efeitos performativos, visto que os sistemas de representação que dão suporte e sustentação às identidades, tratam-se de processos de normatizações às condições para representação.

A perspectiva de performatividade nas formulações de Butler (1990), para a qual o sexo é socialmente construído, deriva das formulações de John L. Austin (1998) em *Atos de Fala*<sup>59</sup>. Com base nesse conceito, temos como entendimento que mediante os atos de fala, realizam-se ações que qualificam a realidade. Em termos de performance, há (des)aprendizados e deslocamentos de práticas que ultrapassam às produzidas sob padrões hegemônicos e normativos de raça/etnia, identidades de

---

<sup>59</sup>A respeito da conceitualização de John Austin em *Atos de fala*, do qual partem os enunciados performativos, pode-se dizer brevemente: - Elocutório: transmite uma informação; - Perlocutório: ato de fala que tem efeito performativo (aquele exemplo do padre/pastor/juiz/outros em casamentos quando dizem “vos declaro marido e mulher” – essa sentença cria a realidade, em outras palavras, o efeito de um ato modifica ou constringe a realidade. Os atos ao se concretizarem são performativos.

gênero, sexualidade, faixa etária, classe social, dentre outros marcadores sociais da diferença. De acordo com Silva (2014, p. 92, grifos do autor):

[...] o conceito de performatividade, desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é - uma ênfase que é, de certa forma mantida pelo conceito de representação - para a ideia de "tornar-se", para uma concepção da identidade como movimento transformador.

Nesse sentido, sendo o gênero uma performance, o fato de se nascer mulher ou homem não determinam comportamentos, é um processo de tornar-se, um devir. No entanto, em virtude do caráter performativo, há condições para que o ato se concretize. E o fato de sermos constituídos/as por agência pode subverter práticas fora de padronizações cis-heteronormativas, sendo assim, todas as pessoas fariam gênero. Nas palavras de Oliveira (2020, p. 30):

performance é diferente de performatividade, conceito que elabora para a compreensão do gênero para além das teorias biologicistas e construcionistas histórico-culturais. Performance é apenas um elemento da performatividade.

Compreendemos que a transferência da ideia de representação para a ideia de performatividade se dá pela valorização do caráter instável, múltiplo, relacional e ambíguo concebido pelos processos de desconstrução e são relevantes para as formulações dos estudos *queer*, ao tratar das identidades de gênero. No entanto, temos como entendimento que essa oposição às políticas de positivação e higienização das sexualidades consideradas desviantes não se trata de prerrogativas exclusivas desse movimento.

No movimento *queer*, há a ideia de que as identidades das pessoas trans desestabilizam a cis-heteronorma. Mas a que preço? Cotidianamente, pessoas trans vivenciam opressões e violências. Nesse sentido, compreendemos que a ideia de representação deva ocorrer enquanto estratégia política para se assegurar às pessoas trans a dignidade e condição de sujeitos de direitos.

Em consonância com as formulações de Butler (1990), localizamos em Bento (2017) contribuições que se opõem às construções normativas que fundamentam as diferenças aos corpos sexualizados, ou seja, a perspectiva de que o gênero derivaria de construções culturais e se estabeleceria por visão dicotômica de sexo (natureza) e gênero (cultura) com pretensão de naturalizar essas reproduções. Nas palavras de Bento, (2017, p. 83, grifos da autora):



[...] Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos. Através das reiterações contínuas, realizadas mediante interpretações em atos das normas de gênero, os corpos adquirem sua aparência de gênero, assumindo-o em uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados no tempo.

Considerando a pluralidade de visões de mundo, bem como de atos performativos, entendemos que, ao se pensar nas expressões e identidades de gênero produzidas por pessoas trans, o ato de desessencializar as normatizações de gênero da matriz cis-heteronormativa produz as quebras do que é ser homem ou mulher. No entanto, para além da performance, deve-se considerar os processos de subjetivação nessas construções. Amparamos em Moita Lopes (2020, p. 18), contribuições que assinalam:

Os atos performativos de gênero e sexualidade terminam por descortinar o que deles é esperado sob regulamentações rígidas sancionadas socialmente sobre o que os nossos corpos podem fazer. Contudo, nas repetições dessas regulamentações, nossos corpos sempre podem escapar delas uma vez que a repetição nunca é igual.

Formulações sobre gênero, a partir de Scott (1995), denotam o caráter relacional entre os sujeitos, no qual as diferenças/desigualdades os/as constituem, o que pode reforçar ou rejeitar o “ser” de um gênero. Nesse sentido, conforme a autora, para um exame das múltiplas interconexões constituídas e constituintes do gênero, nos orienta um itinerário analítico/relacional:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1995, p. 86)

As conceitualizações propostas por Teresa de Laetis (1987) abarcam as representações, autorrepresentações, experiências de sujeitos/as relacionadas a campos sociais heterogêneos. Sua base epistemológica se ancora na tecnologia sexual de Michel Foucault em *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. No entanto, a autora o ultrapassa, em seu alargamento conceitual, acrescentou ao termo tecnologia o “gênero”. De acordo com Laetis (1987, p. 208, grifos da autora):

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”. Mas devemos dizer desde o início, e daí o título deste artigo, que, ao pensar o gênero como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos, já está indo além de Foucault, cuja compreensão crítica da tecnologia sexual não levou em consideração os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos [...].

Embora não se explicita nas conceituações aqui elencadas, temos como entendimento que as concepções que envolvem as significações de gênero orbitam de forma hegemônica às questões relacionadas às identidades de gênero de pessoas cis, e o ponto pacífico entre essas são as imbricações das relações de poder nas relações sociais.

É possível dizer, que as relações de gênero tem como elementos principais a organização e representações no campo social nos quais são estabelecidos. Para Lauretis (1987, p. 211), “gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe”, o que se assemelha em Scott (1995, p. 88), que o compreende “como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.”

Temos como entendimento que as formas de representação do gênero, ou como se é representado/a, estabelecem posicionamentos de sujeitos, podendo afetar práticas sociais e ao limite, até mesmo a existência das pessoas. De acordo com Lauretis (1987, p. 217), “a construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação”. Nesse sentido a concepção do gênero como produto e produtor de várias tecnologias construídas por e nos discursos, assinala a importância de conceituações que contemplem a separação entre gênero e a diferença sexual. Conforme, Lauretis (1987, p. 228, grifos da autora):

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente de gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistências, na subjetividade e na auto-representação.

Alicerçadas em Foucault, as discussões promovidas por Lauretis (1987) evidenciam a explosão de discursos sobre o sexo e regulamentações do comportamento sexual mediante regimes de saber/poder e seus dispositivos para a produção de sujeitos. Nesse sentido, concebe os corpos como produtores e produzidos por tecnologias de gênero.

A título de exemplo, é possível elencar os dispositivos da ciência biomédica e demais *ps*<sup>60</sup>, cujas produções ocorriam (e ainda não foram totalmente superadas) mediante normas, princípios, valores e pré(conceitos) sob perspectivas patologizantes aos corpos, cujo viés médico criou os (*ismos*) e todo um rol de especificação/elementos que não abarcam uma existência múltipla e heterogênea dos indivíduos, o que tende a contrastar diretamente na construção da subjetividade das pessoas. Nas asserções de Lauretis (1987, p. 229):

[...] os efeitos de significado e as auto-representações produzidas no sujeito pelas práticas, discursos e instituições socioculturais dedicados à produção de homens e mulheres. E não foi por acaso, então, que minhas análises se preocupavam com o cinema, a narrativa e a teoria. Pois esses já são, em si, tecnologias de gênero.

Ao considerarmos, a singularidade e a individualidade nos processos de autorrepresentação de gênero das pessoas, e levando em conta que as tecnologias de gênero são constituintes e constituídas por relações de poder e controle, colocamos em questão se as construções das corporalidades, no que se refere às pessoas trans, estariam sendo afetadas em seus processos de subjetividade e inteligibilidade social, tendo em vista a suposta subversão à matriz de sexo-gênero-desejo representada por discursos/dispositivos considerados hegemônicos.

Para as reflexões acerca da produção das corporalidades das pessoas (em especial de pessoas trans), dialogamos alicerçadas nas proposições de Donna Haraway (1995, 2009) e Paul B. Preciado (2011, 2014 e 2018), que em alguma medida partilham, reformulam ou contestam as formulações em Michel Foucault a respeito da soberania, biopoder e biopolítica, temas indispensáveis para compreensões sobre gênero e seus dilemas na contemporaneidade.

A perspectiva foucaultiana integra grande parte das (re)formulações e epistemologias de teóricas/os ao longo deste texto, cuja ocorrência se deve por ser

---

<sup>60</sup>A exemplo de determinados campos e agentes da psiquiatria, psicologia, psicanálise.

vanguarda de seu tempo ao descortinar de forma ousada e complexa as questões da humanidade na contemporaneidade a partir de investigação histórica para o exame da produção de efeitos dos regimes da verdade, poder, etc., desde sua gênese.

Pensando os corpos nessa perspectiva, pode-se dizer que é categorizado como objeto de poder por organismos/instituições disciplinares, cujas classificações instituem modos para controlar os indivíduos e/ou impor exclusões aos definidos como espécies inferiores. Entendemos que esse modo de representação possa ser ilustrado pelo panoptismo em *Vigiar e Punir*, no qual Foucault (1994) caracteriza o poder em forma de vigilância, tanto individual quanto coletiva, para que, desse modo, sejam exercidas de forma mútua: correção, controle, castigos ou recompensas.

Esse dispositivo tem a visibilidade a seu favor, em uma espécie de armadilha que tende a definir posições de uns/umas em relação a outros/as, sendo a aplicabilidade aos corpos uma forma de normatizar e disciplinar, sem que os indivíduos, no entanto, percebam o quanto são manipulados e regulados.

Não intencionando firmar linearidade nessa construção, e sim tentar mostrar alguns pontos para reflexão de como os efeitos produzidos se mantêm sob diferentes formas nas relações de dominação e poder ao longo da história, compreendemos que, para além dos esquemas estrategicamente estruturais de disciplinamento e vigilância aos corpos/indivíduos, há os efeitos produzidos pelo viés da tecnologia política, os mecanismos reguladores do estado. Isso acontece mediante dispositivos biotecnológicos junto à população, os quais classificam e produzem as condições a indivíduos “vivíveis” ou “matáveis” – não obstante há espaço para resistência a essas instituições e mecanismos.

Ao correlacionar a busca por legitimidade às identidades de gênero dissidentes com as tecnologias políticas e seus efeitos produzidos junto aos processos de subjetividade e produção dos corpos, localizamos em Preciado (2018) a ação das tecnologias enquanto resistência contra as “verdades” intocáveis e irretocáveis sobre os corpos.

Compreendendo que os processos de representações são construções simbólicas de um dado tempo histórico e cultural, a vista disso, a construção das corporalidades de pessoas trans se transformam em uma ameaça ao aparato cultural de gênero e aos sistemas conservadores que criam, no imaginário, figuras consideradas “monstruosas” como óbice para mobilidade intelectual, sexual e de gênero. Nesse sentido, a figura monstruosa alia-se ao panoptismo, pois tende a

controlar e disciplinar determinados corpos e ou identidades de gênero, que não devem ser exercidas por transgredir normas hegemônicas.

Temos como entendimento que, ao longo de suas construções, Preciado (2018) alicerçado em Foucault, traz para apreensão as formulações e transformações correlatas aos regimes do saber/poder junto aos processos de subjetividade. Sendo assim, vêm amadurecendo as formulações a respeito das intervenções, deslocamentos e atravessamentos produzidos pelos regimes de poder sobre os corpos. Para Preciado, (2018, p. 75, grifos nossos):

[...] as transformações da sociedade europeia do final do século XVIII a partir do que ele chama de uma “sociedade soberana” para uma sociedade “disciplinadora”, o que vê como o deslocamento de uma forma de poder que decide e ritualiza a morte para uma forma de poder que planeja tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional. Biopoder é o termo com que se refere a essa nova forma de poder produtivo, difuso e em expansão. Ultrapassando o domínio jurídico e da esfera punitiva, o poder torna-se uma força de “somatopoder” que penetra e constitui o corpo do indivíduo moderno.

Ao se considerar que os corpos são assimilados como um conjunto de transformações e o local de em que o poder incide, o autor formulou conceitualizações, que as chamou de sexopolítica, associando-a ao biopoder e correlacionando-a aos modos de produção capitalista em suas inflexões a respeito das questões sobre os corpos, sexo, identidades, práticas sexuais, política, economia. Nas palavras de Preciado (2011, p. 11, grifos do autor):

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entram no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida.

Termos comuns ao capitalismo são ressignificados e correlacionados ao império sexual. Em suas formulações, o autor parte da criação de diversas associações, como, por exemplo, a divisão sexual da carne em analogia à divisão do trabalho, para o qual cada órgão do corpo possui uma função. Conforme Preciado (2011, p. 11), trata-se do: “capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade”.

Entre as correlações do capitalismo com o império sexual na contemporaneidade, Preciado (2011) põe em foco as inovações tecnológicas para

transição e/ou produção corporal, recorrendo ao paradoxo entre função normalizadora ou interdição por dispositivos/discursos hegemônicos.

Entendemos que as tecnologias do biopoder produzem relações assimétricas e ambíguas junto aos processos de subjetivação das corporalidades, para os quais o domínio da sexopolítica regula as construções, apropriação e/ou reapropriação das técnicas e tecnologias. Para Preciado (2011, p. 13): “os corpos não retiram os mesmos benefícios dessa circulação: é nessa circulação diferencial de fluxos de sexualização que se desempenha a normalização contemporânea do corpo”.

Nessa perspectiva, há (re)formulações, (re)atualizações conceituais com ênfase aos modelos dominantes da sexopolítica e o poder de regulação do biopoder, uma vez que a biopolítica age enquanto estratégia do biopoder na constituição dos corpos. Conforme Preciado (2018, p. 126):

[...] então como explicar o fato de que no início do século XXI, a rinoplastia (operação de nariz) seja considerada cirurgia estética enquanto a vaginoplastia (construção cirúrgica de uma vagina) e a faloplastia (construção cirúrgica de um pênis) sejam consideradas cirurgias de mudança de sexo. Poderíamos dizer que dois regimes claramente distintos de poder-saber atravessam o corpo, e que constroem o nariz e os genitais de acordo com tecnologias somatopolíticas diferentes [...].

Em um movimento epistemológico para alertar sobre os riscos de padrões normatizadores que marginalizam corpos classificando-os como “anormais”, e, em prol da multiplicidade de identidades de gênero e sexualidade, Preciado (2011) correlaciona e denomina as comunidades periféricas e LGBTQIA+ como uma “multidão *queer*”.

Compreendemos que o potencial da multidão *queer* esteja na capacidade de desestabilizar os sistemas hegemônicos e normativos de identidades de gênero, sexualidade, raça/cor/etnia, classe etc., mediante ações em união (coletivas). Nesse sentido, enfatiza-se o “existir” em uma vida digna e plena, para além do controle, domínio ou captura das identidades sexuais e de gênero consideradas dissidentes.

Temos como entendimento que as formulações a respeito das práticas sexuais e sexualidade tenha o ponto de partida em Foucault. Todavia, Preciado (2011) popõe-se à concepção de biopoder baseada nas sociedades disciplinares ao enfatizar a potência de vida dos corpos e identidades classificadas como anormais. Nesse sentido, para dismantelar a noção de “corpos dóceis”, correlaciona a resistência às

normas com a potência política, o que poderia pôr a multidão *queer* a salvo dos efeitos discursivos sobre o sexo.

Com base nas vertentes que localizam na linguagem/discursos, a construção de sujeitos e resistência às instituições disciplinares, normatizadoras e de vigilância, entendemos que o ato de se apropriar e/ou reivindicar à ampliação na produção de artefatos e procedimentos biotecnológicos, porém, sem desconsiderar os modos de subjetivação nesses processos, fortaleceria as demandas da população trans pela “potência de vida”, ao “direito a ter direitos”.

Ao se considerar que os corpos ocupam o *locus* da ação do biopoder/sexopolítica, esses são vistos em posição de potência e não de passividade frente aos modos de controle e normatização estabelecidos por regimes políticos da matriz cis-heterossexual, para os quais a capacidade de reação da multidão *queer* subverte as normatizações hegemônicas. Conforme Preciado (2011, p. 14, grifos do autor):

A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*.

Objetivando um novo tratado relacionado às concepções para se lidar com a sexualidade, gênero e produção dos corpos, o autor formula o Manifesto Contrassexual, para pôr em xeque as operações binárias que produzem tecnologias orientadas para regulação da vida em todas suas dimensões. Nesse sentido, suas proposições opõem-se às forças normalizadoras que controlam os corpos, a subjetividade e as relações entre os sujeitos:

[...] define a sexualidade como tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados "homem", "mulher", "homossexual", "heterossexual", "transexual", bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação [...]. (PRECIADO, 2014, p. 21, grifos do autor)

Entendemos que as apropriações ou reapropriações das tecnologias de produção e dispositivos biotecnológicos, que *a priori* normalizam os corpos ou gênero, são exequíveis aos corpos dissidentes para o enfraquecimento das normas e à

construção subjetiva das identidades de gênero e sexual pela multidão *queer*. Nas palavras de Preciado (2014, p. 25):

Com a vontade de desnaturalizar e desmitificar as noções tradicionais de sexo e de gênero, a contrassexualidade tem como tarefa prioritária o estudo dos instrumentos e dos dispositivos sexuais e, portanto, das relações de sexo e de gênero que se estabelecem entre o corpo e a máquina.

Em contestação ao caráter de abjeção conferido aos corpos transgressores de imposições normativas, experiências com as corporalidades, vivências e práticas sexuais arbitradas como naturais pela cis-heteronorma, no artigo 8º de seu manifesto, Preciado pleiteia (2014, p. 40, grifos do autor):

A contrassexualidade reivindica a compreensão do sexo e do gênero como cibertecnologias complexas do corpo. A contrassexualidade, tirando partido dos ensinamentos de Donna Haraway, apela a uma queerização urgente da “natureza”. As substâncias chamadas “naturais” (testosterona, estrógeno, progesterona), os órgãos (as partes genitais macho e fêmea) e as reações físicas (ereção, ejaculação, orgasmo etc.) devem ser consideradas como poderosas “metáforas políticas” cuja definição e controle podem não ser deixadas nas mãos do Estado nem na das instituições médicas e farmacêuticas heteronormativas.

Tanto as recomendações tratadas no *Notas para uma política dos anormais* de Preciado (2011), quanto as referidas no *Contrato Contrassexual*, consistem em não se incorrer em armadilhas conceituais e políticas, à título de exemplo: a oposição às normatizações impostas pelo estado e instituições médicas aos corpos, bem como às formulações produzidas em Foucault pela objeção de participação em espaços políticos, em vista do risco de segregação ou marginalização aos corpos da multidão *queer*.

Por conseguinte, o autor enfatiza a potência de vida da multidão *queer* para o trabalho de desterritorialização da heterossexualidade/transsexualidade, sendo que esse trabalho deve ultrapassar o espaço geográfico “sair dos guetos” para que seja desterritorializada a noção de corpo tido como “normal”.

Compõem as estratégias políticas da multidão *queer*, conforme Preciado (2011, p. 15): “[...] admitir que os corpos não são mais dóceis. [...] identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual [...]”. Sobre elas, indagamos: seria isso representatividade? Considero que sim. Entendemos que a identidade é pensada como estratégia política, na qual a



multidão *queer* deve ser destinatária de bens e serviços, ter igualdade perante a lei e soberania sobre seus corpos e desejos.

O distanciamento relacionado às conceitualizações de gênero pelas feministas de outrora com relação às significações e ressignificações das corporalidades estabelecidas na contemporaneidade, foram apontadas a serviço do poder político da época. Nas palavras de Preciado (2011, p. 13, grifos do autor): “Isso nos traz um lembrete oportuno de que o conceito de “gênero” é, antes de tudo, uma noção sexopolítica, mesmo antes de se tornar uma ferramenta teórica do feminismo americano”.

Para o fortalecimento das identidades da multidão *queer*, é premente o rompimento com processos de desidentificação, o que converge com Preciado (2011), quando se reportou ao posicionamento de Monique Wittig, que reivindicava um sujeito do feminismo includente, pela afirmativa que as lésbicas não seriam mulheres. Nesse sentido, com base no autor, entendemos que processos de desidentificação geraria exclusão e impossibilitariam a formação de sujeitos políticos pela multidão *queer* junto ao feminismo moderno. Conforme Preciado (2011, p. 17, grifos do autor):

Se as multidões queer são pós-feministas não é porque desejam ou podem atuar sem o feminismo. Pelo contrário, elas são o resultado de um confronto reflexivo do feminismo com as diferenças que o feminismo apagou em proveito de um sujeito político “mulher”, hegemônico e heterocêntrico.

Uma vez que os corpos adquirem significado social a partir do gênero, e, se o gênero sobrevém na materialidade dos corpos, entende-se que processos biotecnológicos para modificações, alteração de funcionalidades, limitações físicas, transições corporais, cuidado com a aparência física etc., são todas questões relacionada ao gênero. Desse modo, defender as expressões e identidades de gênero enquanto estratégia política reforça a luta pela diversidade de corpos e identidades de gênero livre de discriminações e exclusões.

Formulações que versam sobre as ressignificações das identificações negativas, discursos do saber/poder sobre o sexo, identidades de gênero, para além de enfraquecer práticas sociais estabelecidas por dispositivos cis-heterocentrados, promoveria a apropriação e/ou reapropriação das tecnologias de corpo, bem como transformações nas relações sociais. Consoante Preciado (2014, p. 29), “o gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É

puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria”.

Com a compreensão de que as diferenças e a diversidade dos corpos, sexualidade e gênero não se encaixam nas formações identitárias que produzem efeitos normativos e disciplinares, as pautas relativas à representação, mediante o regime político eurocentrado do capitalismo contemporâneo, na medida em que se utiliza como mote a “imposição do respeito” às diferenças, não atendem às expectativas políticas da multidão *queer*.

Em reação ao essencialismo e normalizações identitárias, renuncia-se ao universalismo, sobretudo na produção de saberes pelas ciências, por não rever sua posição hegemônica e patologizadora aos/às que ainda não são representáveis e nem reconhecidos/as pela potência de vida, para o qual Preciado (2011, p. 18, grifos do autor), recomenda: “[...] questionar a validade da noção de identidade sexual como único fundamento da ação política e para opor uma proliferação de diferenças (de raça, de classe, de idade, de práticas sexuais não normativas, de deficientes)”.

Nessa perspectiva, Preciado (2011) segue avançando em sua robusta construção teórica a respeito das identidades de gênero e diferenças sexuais, para compreensão dos processos de construção tecnológica e técnicas observadas na modernidade. Em suas mobilizações, aponta caminhos para subversão nas relações de poder das organizações, com vistas a enfraquecer a capacidade da produção e reprodução de normas sobre os corpos. A exemplo do uso das tecnologias reprodutivas, invenção da pílula, prática sexuais, pornografia etc. Conforme Preciado (2018, p. 123), “houve sempre vários regimes de produção corporal - regimes políticos para produção e reprodução da vida humana no planeta, dependendo do momento histórico e do contexto político, econômico e cultural”.

Salienta-se que, para além das formulações teóricas, as experiências corporais de Preciado estão impressas na obra *Testo Junkie* (2018), para o qual a feminilidade ou a masculinidade nos processos de modificação corporal ou a transição das pessoas trans, não são contidas numa essência.

Os atravessamentos produzidos pelo capitalismo junto aos processos para construção das subjetividades, que visam regular e/ou normatizar, são associados pelo autor a uma nova fase do capitalismo: o “psicotrópico e *punk*”. De acordo com Preciado (2018, p. 36): “estas transformações recentes impõem um conjunto de

dispositivos microprotéticos de controle da subjetividade por meio de novos protocolos técnicos biomoleculares e multimídia”.

A velocidade com que o capitalismo avança em suas reorganizações são reproduzidas pelo autor em seus escritos. Consoante Preciado (2018, p. 48): “o sexo, os assim chamados órgãos sexuais, o prazer, a impotência, a alegria e o horror são deslocados para o centro da gestão tecnopolítica assim que a possibilidade de lucro da força orgásmica entra em jogo”.

Nesse sentido, apesar da escalada de comercialização com o avanço do capitalismo em correlação com tecnologias sexuais, gênero, construção dos corpos e produções bioquímicas, denominado de regime farmacopornográfico, ainda assim mantêm-se as corporalidades sob o jugo da regulação, determinismo e controle, em face do caráter ficcional e midiático. Nesse viés, o foco na comercialização e nos lucros geram desigualdade às apropriações para a gestão e produção dos corpos, sendo assim, pouco acessível e/ou democrático aos corpos enquadrados pelos marcadores sociais da diferença de renda, classe social, pretos, periféricos.

Com base nessa perspectiva, as correlações entre os regimes de economia de gênero e dos corpos com o capitalismo contemporâneo, gerou, consoante Preciado (2018, p. 158): “transformações dos sistemas medievais de produção do final do século XV que dariam lugar às economias industriais e coloniais, à ficção biopolítica dos Estados-nação e aos regimes de saber científico”.

Uma vez que a conexão entre as tecnologias de gênero e próteses com as corporalidades passam a ser definidas como extensão corporal, as restrições para aquisição, inclusive por questões financeiras, compõem estratégias arbitrárias e de controle da sexopolítica que afetam a produção e gestão dos corpos. Sendo assim, o poder de regulação é exercido mediante a distribuição desigual das intervenções biotecnológicas.

Por conseguinte, a atuação de dispositivos biotecnológicos, microprotéticos, etc., para regulação e controle das subjetividades, sobretudo quando relacionados às pessoas trans, que ainda são posicionadas pelo saber/poder médico mediante discursos que lhes nomearam e moldaram à condição de categoria patológica e/ou sub-humana, tenta-se a manutenção de interdição a esses corpos. Isso converge ao argumento de Preciado (2018, p. 126):

[...] Enquanto o nariz está regulado por um poder farmacopornográfico em que um órgão se considera como propriedade individual e objeto de mercado, os genitais continuam encerrados em um regime pré-moderno, soberano e quase teocrático de poder que os considera propriedades do Estado e dependentes de uma lei transcendental e imutável.

Tendo em consideração que as tecnologias de gênero e sexualidade marcam presença na vida das pessoas desde a concepção, ou mesmo antes, em uma espécie de vigilância aos corpos, àquelus/as/es que são dissidentes das normativas hegemônicas de gênero, sexualidade ao longo de suas existências, resta a construção de políticas de resistência para o enfraquecimento das produções normatizadoras e assim firmar subjetividades para escapar dos silenciamentos sociais.

Para o término desta seção, localizamos em Donna Haraway e suas contribuições no *Manifesto Ciborgue* (2009), no qual vislumbra o porvir de novas relações sociais entre humanos e não humanos, e de forma metafórica estabelece possibilidades e a necessidade da transgressão de fronteiras para ampliação de políticas democráticas nas relações sociais, um importante suporte para dialogar a respeito das dissidências de gênero e sexualidade, construção das corporalidades de pessoas trans, bem como as contradições relacionadas à ótica do controle, regulação, interdições e capturas pelos regimes do saber/poder, capitalismo e patriarcado sobre os corpos.

As formulações relacionadas às ficções incorporadas pela humanidade decorrem da base conceitual de Haraway (2009), e após ser apropriada por Preciado foi nomeada de “somatopolítica do ciborgue” como metáfora performativa de organismos tecno vivo. Preciado (2014, 166) sugere que:

Levemos ao extremo as contradições da incorporação prostética e encontraremos o ciborgue. O manifesto ciborgue de Donna Haraway (1985) marca uma feliz virada no feminismo, ou, mais exatamente, inicia uma guinada pós feminista ao passar da demonização da tecnologia para seu investimento político.

Haraway (2009), em continuação à linha de pensamento em Michel Foucault, que confere à biopolítica o exercício de poder e influência nas regulações e controle sobre os corpos, partindo de metáforas e ironias, assinala que, na contemporaneidade, somos o resultado da hibridização entre máquinas e organismos, colocando em evidência a questão do limite entre o humano e o não humano. Ao nomear a imagem do corpo ciborgue como blasfêmia, faz referência ao gesto de se

borrar as fronteiras da hegemonia colonizadora e a tudo que foge ao estabelecido como real, concreto e idealizado por padronizações essencialistas, biológicos, patriarcais e racistas.

Ao metaforizar a figura do ciborgue, a autora se pauta na renúncia à noção de “natureza” atribuída aos corpos, uma vez que não os considera “puros”. Nesse sentido, quando se está diante do corpo ciborgue, estaríamos diante de uma ironia, de uma blasfêmia contra o humano de “verdade” e “natural”, e, portanto, tudo que escapa da “natureza” seria considerado não humano.

As primeiras definições que Haraway (2009) traz do ciborgue partem dos corpos-máquinas, corpos de ficção, e, quando faz referência ao ciborgue dentro de uma realidade social, estaria considerando a possibilidade de relações para além de uma vida sem sentido na realidade social, ou “vivendo por viver”, mas sim, um corpo que constitui relações ou tenta se relacionar, um corpo com potencial para se ressignificar dentro de uma construção política para “estar no mundo”.

O “Ser” ciborgue envolve a vontade de conexão entre as pessoas, sem as pretensas padronizações de pureza, normalizações e higienização, uma vez que essa metáfora depõe contra classificações e/ou categorizações da espécie humana, como exemplo, há o eugenismo e as práticas *lgbtifóbicas*.

Partindo da compreensão de que o corpo ciborgue é um corpo cibernético, um corpo híbrido com o organismo, estaria dentro de uma realidade social e ao mesmo tempo dentro de uma ficção. Pode-se dizer, por conseguinte, que a partir de novas experiências para construções de políticas relacionais mais acolhedoras, Haraway (2009) pensa a viabilidade de um modelo de sociedade, para o qual a ideia da produção de um corpo ciborgue inspiraria sua aplicação à construção de um mito político que ultrapassasse fronteiras, tornando exequível relações sociais mais democráticas entre humanos com outros seres vivos. Conforme Haraway (2009, p. 36):

Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade.

Compreendendo que, no *Manifesto Ciborgue*, há proposições de que, na contemporaneidade, o hibridismo das criaturas estaria envolto entre a realidade social

e a ficcional, desponta a noção de que as máquinas embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, e sinaliza harmonização entre as várias fusões de máquinas com os organismos. E, a partir dessa indissociabilidade entre as tecnologias com os corpos, sobretudo as de gênero, há possibilidades para o desmonte dos pensamentos binários e das hierarquizações entre os corpos.

Nesse sentido, a destinação dos seres humanos às criaturas míticas produziria efeitos de sentidos dadas pelas intervenções maquinais (tecnológicas), compreendidas no *Manifesto Ciborgue* com uma possibilidade de um “Ser” receber reconhecimento após interferências das tecnologias (estética, educacionais, etc.).

Na medida em que critica o essencialismo, exclusão e apagamento histórico às mulheres racializadas pelas ações de dominação do colonialismo, patriarcado e capitalismo, Haraway (2009) sugere um feminismo Ciborgue, cuja escrita desnaturalize as relações sociais baseadas em construções científicas e tecnológicas deterministas, para que o “Eu” do feminismo possa ser desmontado e remontado, ou seja propõe um “Eu” Ciborgue.

Considerando os campos de forças que permeiam a fusão entre organismos e máquinas, entendemos que a figura do ciborgue representa a capacidade da produção de sentidos para transgressões e borramento das fronteiras entre a natureza/cultura, orgânico/artificial (a exemplo das tecnologias de gênero), nos quais as corporalidades são construídas. Essas ficções causam desconforto nos processos hegemônicos cristalizados na contemporaneidade. Nas palavras de Haraway (2009, p. 40):

O principal problema com os ciborgues é, obviamente, que eles são filhos ilegítimos do militarismo e do capitalismo patriarcal, isso para não mencionar o socialismo de estado. Mas os filhos ilegítimos são, com frequência, extremamente infiéis as suas origens. Seus pais são, afinal, dispensáveis.

A figura do ciborgue, apesar de todos os atravessamentos, sinaliza construções políticas possíveis para fomentar relações sociais que ultrapassam as classificações normativas. Entendemos também que sinaliza vivências pós-humanas, uma vez que já estaríamos imersos em tecnologias, bem como à defesa de vida em um mundo sem as amarras das violências históricas, questões que podem ser compreendidas como utópicas, mas necessárias e possíveis.

Partilhando das ponderações de Lauretis, Haraway, Butler e Preciado, cujas formulações assinalam relações de poder mediante dispositivos que buscam padronizar e/ou classificar as pessoas em razão de seus corpos e gênero, estará nas brechas e borramentos das fronteiras a localização de possibilidades para relações sociais mais equânimes à população LGBTQIA+.

É nesse sentido que a produção de artefatos e seus processos subjacentes, não devem ser vistos como neutros em si mesmos e para si mesmos, tampouco se encontram alienados de disputas de poder entre diferentes grupos de pensadores/instituições, que tentam fazer valer a sua visão de mundo, para assim influenciar as relações entre os sujeitos e/ou normatizar a relação com seus corpos.

Partimos do entendimento de que a constituição das identidades de gênero, assim como as corporalidades, são atravessadas por domínios eurocêntricos e capitalistas, mediante regimes políticos da extrema direita e economia neoliberal, ao mesmo tempo em que também são construções culturais/sociais nas quais, o/a sujeito/a produz e/ou é produzido/a pôr discursos que os/as constrói/constituí.

Em vista disso, podemos pensar o gênero através da produção de efeitos de sentido sob diferentes representações, autorrepresentações ou performances do que seriam homens e mulheres (cis ou trans). Inexistindo uma pretensa epistemologia universal, mas levando em consideração, as palavras de Lauretis (1987, p. 229) “[...] que a subjetividade é produzida por meio da linguagem e que o sujeito humano é um sujeito semiótico e, portanto, gendrado”, consideramos imprescindível para esse diálogo as ponderações que tratam das construções subjetivas que produzem as corporalidades, as expressões e as identidades de gênero das pessoas.

## 6 ACESSO AO PRTR: UMA LINHA DE CUIDADO DO SUS

A legitimação e consolidação do SUS, promulgada pela lei 8080/90, preconiza em seu artigo 2º: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990, p. 1). Essa legislação parte de princípios como o da universalidade, integralidade e equidade no acesso, cujas diretrizes contemplam a descentralização político-administrativa, regionalização e hierarquização dos serviços, bem como uma pretensa participação popular.

Alicerçados em Foucault (1988), entendemos que o SUS, representando o Estado na qualidade de mandatário do poder/saber médico, constrói um conjunto de dispositivos à produção da saúde/doença. Somam-se às estratégias biopolíticas, o deslocamento do controle da gestão às instituições macro que, ao capilarizar o sistema, transfere às unidades a execução da assistência médica, cujo arranjo é organizado em níveis de atenção básica e especializada<sup>61</sup> para assegurar assistência junto aos processos de saúde e doença das pessoas.

Dado o momento histórico no qual vivemos no Brasil, que em meio à pandemia do coronavírus, quando foram dizimadas milhares de vidas, em virtude da má gestão do governo federal, que pautado por ideologias da extrema direita e liderado pelo presidente Jair Bolsonaro (exercício de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022), acentuou a reprodução da pobreza e de desigualdades sociais, mediante políticas de destruição e retrocessos, é alentadora a ideia do retorno de posicionamentos políticos social-democrata, em face da campanha eleitoral em 2022, que acenou para gestões participativas e maior olhar frente às desigualdades sociais, com a vitória presidencial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que entra em seu terceiro mandato no ano de 2023.

Dessa forma, não se pretendem maiores problematizações a respeito da constituição do SUS, tampouco depreciá-lo, pois, embora precarizado, a lei orgânica que o fundamenta desde 1990 é exemplar ao mundo. A ideia é construir um pano de fundo para colocar em questão a estruturação de serviços, elaboração e proposição

---

<sup>61</sup>Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010 - organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no Brasil. Acesso em 18/10/2021.



de protocolos, portarias, micropolíticas produzidas para acompanhamento especializado em programas que atendam as especificidades das pessoas trans, uma vez que envolve os processos de saúde/doença e riscos à saúde em decorrência de agravamentos por negligência e/ou insuficiência na prestação de serviços, desde os considerados da atenção básica, até os de maior complexidade.

Consideramos que essas estruturas são historicamente regidas por políticas econômicas e gestão estatal que priorizam lucros e vantagens em detrimento das vidas. Diante dessas contradições, indagamos: quais vidas podem ser desassistidas? ou: quais vidas devem ser privilegiadas?

A porta de entrada para acolhimento e encaminhamento de todas as pessoas às linhas de cuidado em saúde é a Rede de Atenção à Saúde (RAS)<sup>62</sup>, portanto seria esse o trâmite às pessoas trans para acesso aos serviços instituídos no protocolo do PrTr. No entanto, foi possível constatar, por meio do levantamento bibliográfico que abriu os trabalhos nesta pesquisa, cerceamentos ao direito de atendimento em saúde, que precediam os serviços especializados do PrTr. Evidenciamos que, na maioria das vezes, a oferta de serviços à população trans, ao invés de adesão a estratégias tecnológicas centradas no sentimento de pertença, são operadas por perspectiva estigmatizante, o que corrobora práticas transfóbicas.

Ademais, compreende-se que a formulação de processos para capacitação de gestores/as de políticas públicas, sobretudo junto ao corpo técnico e agentes que trabalham diretamente com a população trans no campo da saúde e/ou nas demais esferas públicas e/ou privadas, promoveria a apropriação das temáticas relacionadas aos estudos que versam sobre as identidades de gênero, sexualidade e tecnologias de gênero para a construção das subjetividades e corporalidades dos/as sujeitos/as trans. Com isso, certamente haveria contribuição para transformações nas relações sociais junto à sociedade.

---

<sup>62</sup>Art. 3º (do PrTr) - A linha de cuidado da atenção aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador é estruturada pelos seguintes componentes:

I - Atenção Básica: é o componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS) responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população que está sob sua responsabilidade, adstrita, além de ser a porta de entrada prioritária do usuário na rede; e

II - Atenção Especializada: é um conjunto de diversos pontos de atenção com diferentes densidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutive e em tempo oportuno.

No que se refere à escassez de investimentos em programas de capacitação e produção de conhecimento especializado no campo da saúde LGBTQIA+, é possível dizer que há processos que desestimulam a elaboração de produções científicas/artigos que possam repercutir e replicar boas práticas e inovações tecnológicas nessa área.

Conforme Brasolin (*apud* NÚCLEO TRANSUNIFESP, 2022) são ínfimas as produções científicas, sobretudo no Brasil, de literatura relacionada às técnicas e procedimentos que versam sobre a modalidade cirúrgica para a mamoplastia masculinizadora, embora essa modalidade esteja prevista no protocolo do PrTr e seja um dos procedimentos mais reivindicados por pessoas transmasculinas. Para o cirurgião, esses processos decorrem do desinteresse em especializações, tanto na oferta, quanto na participação de cirurgiões/as e demais profissionais da área da saúde, em virtude do preconceito relacionado ao campo da transgeneridade, fator que deriva da oferta insatisfatória dessas disciplinas nas graduações de forma geral, e nas do campo da saúde, em específico.

Por esse e outros fatores, entendemos que os processos assimétricos e hierarquizações entre os corpos/gênero, potencializam as desvantagens na assimilação dos corpos de pessoas trans, quando relacionadas com pessoas cis, especialmente as que buscam por procedimentos do PrTr para transição corporal. Nesse sentido, a oferta insatisfatória de procedimentos de cirurgia plástica constantes no PrTr, inviabiliza a inclusão e acolhimento às pessoas trans nesses serviços, e, dessa forma, o cerceamento aos direitos à saúde pública. Conforme Bento (2017, p. 192):

É o desejo de serem reconhecidos/as socialmente como membros do gênero identificado que os/as leva a realizar os ajustes corporais. Enquanto não realizam o corte na carne, físico, o corte simbólico, através de técnicas para dissimular os signos que “os denunciam” como membros do gênero rejeitado, é efetivado.

Em meio às inovações nos processos para construção das corporalidades na contemporaneidade, indagamos se os regimes de saber/poder estariam se posicionando em desfavor dessas construções. Existiria harmonia entre subjetividades humanas, medicina e tecnologias? Conforme Bento (2017, p. 226):

Os corpos dos transexuais e dos não transexuais são fabricados por

tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados, nas subjetividades, a crença de que a determinação das identidades está inscrita em alguma parte dos corpos. A experiência transexual realça que a primeira cirurgia que nos constituiu em corpos sexuados não conseguiu garantir sentidos identitários, apontando os limites discursivos dessas tecnologias e a possibilidade rizomática de se criar fissuras nas normas de gênero [...].

No que se refere à institucionalização da portaria do PrTr sob nº 2803/2013, essa foi fruto de reivindicações de entidades representativas e coletivos LGBTQIA+ para incorporação de acompanhamento aos homens trans e às travestis, pois, na versão de 2008, estava previsto o atendimento somente às mulheres trans. Conforme os pesquisadores transativistas Banke e Tenório (2021, p. 24):

[...] A política foi atualizada pela Portaria nº 2.803/2013 do MS, incluindo procedimentos cirúrgicos para homens trans (sem caráter experimental mastectomia e histerectomia, e em caráter experimental a metoidioplastia), hormonioterapia para todos e o atendimento às travestis. No entanto, não foi apenas a existência da ABHT que “garantiu” a inclusão dos homens trans na portaria do Processo Transexualizador. A presença de homens trans, mulheres trans e travestis em conferências, comitês e conselhos de saúde já pautavam a ampliação dessa política pública.

Com referência aos serviços institucionalizados junto ao PrTr para disponibilização dos procedimentos e acompanhamento à população trans, ainda restam alguns pontos de reivindicação para reformulações e revisões, uma vez que o modelo que norteou sua construção segue uma perspectiva medicalizante e desatualizada das atuais normativas do Conselho Federal de Medicina<sup>63</sup> (CFM).

De acordo com a portaria vigente do PrTr, a integralidade do cuidado de saúde às pessoas trans inclui o acolhimento humanizado e respeito ao uso do nome social, cujos serviços instituídos compreendem: tratamento hormonal destinado aos/as pacientes a partir de 18 (dezoito) anos, procedimentos cirúrgicos a partir de 21 (vinte e um) anos de idade, desde que haja indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos por equipe multiprofissional que acompanha o/a usuário/a no Serviço de Atenção Especializada, e só podem ser realizados em ambulatórios e/ou hospitais de ensino previamente credenciados e habilitados pelo SUS.

---

<sup>63</sup>Resolução do CFM Nº 2.265 de 20 de setembro de 2019. Disponível em <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265> acesso em 06/12/2022.

No entanto, conforme informado pelo canal do Núcleo TransUnifesp<sup>64</sup>, o CFM já autoriza, desde 2019, a realização da cirurgia de mastoplastia masculinizadora a partir de 18 anos, e não mais com 21. Essas atualizações representam avanços que podem tornar esses procedimentos mais incluídos.

A equipe de referência multiprofissional na modalidade ambulatorial deverá contar com no mínimo 01 psiquiatra ou 01 psicólogo, 01 assistente social, 01 endocrinologista ou 01 clínico geral e 01 enfermeiro, nos estabelecimentos em Atenção Especializada no PrTr.

Com referência aos serviços institucionalizados para oferta dos procedimentos e acompanhamento à população trans, restam pontos de reivindicação para reformulações e revisões uma vez que o modelo que norteou sua construção segue uma perspectiva medicalizante e desatualizada das atuais normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Nesse sentido, julgamos importante assinalar os posicionamentos dos Conselhos Federal de Psicologia<sup>65</sup> e do Serviço Social<sup>66</sup>, cujas orientações às/aos profissionais das categorias convergem para despatologização da transexualidade, bem como reforço ao não enquadramento normativo às expressões e identidades de gênero, na mesma perspectiva, as/os profissionais do Serviço Social, à garantia ao reconhecimento da autodeclaração das pessoas trans e travestis, para o qual deve se pautar a defesa de direitos, no apoio aos encaminhamentos aos serviços do PrTr.

Entre os serviços mais reivindicados pelos homens trans e transmasculines que decidem por dispositivos tecnológicos para construção de suas corporalidades, tanto pela rede privada quanto pela rede pública, estão a hormonização e a

---

<sup>64</sup>NTU (Núcleo TRANSUNIFESP). Mastoplastia em pessoas trans. YouTube, 03 de agosto de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2QZJYJSa9mM>. Acesso em: 03/08/2022.

<sup>65</sup>Resolução 01/2018 traz no Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis. Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf> Acesso em 25/06/2023.

<sup>66</sup>Resolução 845/2018, traz no Art. 1º- As(Os) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> Acesso em 25/06/2023.

mamoplastia masculinizadora, nomenclaturas adotadas em oposição à perspectiva patologizante da Portaria 2803/2013, que denomina os procedimentos nos seguintes termos: tratamento hormonal<sup>67</sup> e mastectomia.

Ainda assim, os caminhos percorridos pelas pessoas transmasculinas para início de acompanhamento especializado são permeados por obstáculos, em virtude da escassez de estabelecimentos para atendimento ambulatorial e/ou hospitalar credenciados e habilitados pelo SUS, o que tem gerado grande demanda reprimida<sup>68</sup>, seja por fila de espera ou pela inexistência de serviços nas cidades ou estados de origem.

Fizemos o levantamento<sup>69</sup> dos serviços existentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, apresentados no Quadro 2. A análise desses resultados evidencia a necessidade da ampliação dessa rede de atendimento com credenciamento e habilitação para mais estados, para que haja a promoção e efetivação de garantia à segurança física e mental das pessoas trans que decidam pela transição corporal. O Paraná, estado onde se desenvolve a pesquisa que deu origem a essa tese, conta com dois centros, sendo 1 municipal e o outro estadual, ambos localizados na capital do estado, credenciados para atendimento ambulatorial aos maiores de 18 anos, o que é muito pouco frente à demanda.

**Quadro 2 - Relação dos estabelecimentos habilitados para os serviços do PrTr**

<b>Estado</b>	<b>Atendimento ambulatorial (maiores de 18 anos)</b>	<b>Atendimento ambulatorial (menores de 18 anos)</b>	<b>Atendimento Hospitalar Credenciado – (Procedimentos Cirúrgicos)</b>
Acre	0	0	0
Alagoas	0	0	0
Amapá	0	0	0
Amazonas	Amb. de Diversidade Sexual e Gênero - Policlínica Codajás	0	0

<sup>67</sup>Conforme Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) - A palavra “hormonização” é preferida ao invés de “terapia hormonal cruzada,” pela população trans, por esquivar-se da perspectiva medicalizadora a qual o termo “terapia” é associado. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/o-atendimento-de-pessoas-trans-na-atencao-primaria-a-saude/> - acesso em 11/11/2022.

<sup>68</sup>Conforme a Antra, a fila de espera no SUS, para cirurgias previstas no PrTr, varia em mais de 10 anos. Disponível em: <https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=NDazMw==>>. Acesso em 06/12/2022.

<sup>69</sup>É possível a existência de alguns equipamentos a mais, por iniciativa municipais e /ou estaduais para ampliação da rede de referências, sem que estejam credenciados junto ao SUS.

Bahia	Hosp. Univ. Prof. Edgard Santos – Salvador	0	0
Ceará	Amb. de Saúde Trans do Hosp. de Saúde Mental Frota Pinto - Fortaleza	0	0
Distrito Federal	Amb. Trans do Hosp. Dia – Brasília	0	0
Espírito Santo	Hosp. Univ. Cassiano Antônio de Moraes – Vitória	0	0
Goiás	Amb. de Transsexualidade do Hosp. Geral de Goiânia Alberto Rassi - Goiânia	0	Hosp. das Clínicas – Univ. Federal de Goiás - Goiânia
Maranhão	Amb. de Sexualidade do Hosp. Universitário da UFMA - São Luiz	0	0
Mato Grosso	0	0	0
Mato Grosso do Sul	Hosp. Univ. Maria Ap. Pedrossian - Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul - Campo Grande	0	0
Minas Gerais	- Amb. de Atenção Especializada no PrTr do Hosp. Eduardo de Menezes – BH - Amb. do Hosp. das Clínicas - Uberlândia - Hosp. Universitário da Univ. Fed. - Juiz de Fora	Hospital Infantil João Paulo II (HIJPII) - Belo Horizonte	0
Pará	Amb. Trans. da Unidade Espec. em Doenças Infectoparasitárias/Hosp. Jean Bitar – Belém	0	0
Paraíba	Complexo Hosp. de Doenças Infect. Dr. Clementino Fraga – João Pessoa	0	0
Paraná	- CPATT - Centro de Pesquisa e Apoio a Travestis e Transexuais - Curitiba - COA - Centro de Orientação e Aconselhamento – Curitiba	0	0
Pernambuco	- Amb. LBT do Hosp. da Mulher – Recife - Amb. LGBT Darlen Gasparelli - Camaragibe - Amb. LGBT Patrícia Gomes, Policlínica Lessa de Andrade - Madalena - Amb. Trans - Petrolina - Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros - Encruzilhada	0	Hosp. das Clínicas - Univ. de Pernambuco - Recife

Piauí	Amb. Trans do Hosp. Getúlio Vargas – Teresina	0	0
Rio de Janeiro	-Amb. De Saúde Int. de Travestis e Transexuais João W. Nery – Niterói -Instituto Est. De Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione – RJ -PROSAIM – Univ. Fed. Fluminense-Volta Redonda	0	Hosp. Univ. Pedro Ernesto - UERJ - Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte	Amb. de Saúde Integral de Travestis e Transexuais do RN - Hosp. Giselda Trigueiro – Natal	0	0
Rio Grande do Sul	- Amb. de Identidade de Gênero do Grupo Hospitalar Conceição - Porto Alegre - Amb. T da Atenção Primária à Saúde – Porto Alegre	PROTIG - Programa de Identidade de Gênero – Hospital de Clínicas de UFRGS - Porto Alegre (Acompanhamento também a crianças)	PROTIG - Programa de Identidade de Gênero – Hospital de Clínicas de UFRGS - Porto Alegre
Rondônia	0	0	0
Roraima	0	0	0
Santa Catarina	-Centro de Saúde Campeche/Florianópolis - Centro de Saúde Estreito/ Florianópolis -Centro de Saúde Saco Grande/Florianópolis	0	0
São Paulo	- UBS Santa Cecília – SP - Amb. Mun. de Saúde Integral de Travestis e Transexuais - São José do Rio Preto - Amb. Trans do Hosp. Guilherme Álvaro – Santos - AGE – Amb. Generidades da Santa Casa de Misericórdia – SP - ASITT/CRT - Amb. de Saúde Integral para Travestis e Transexuais-SP	- AMTIGOS - Amb. Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do IPQ-HCFMUSP - SP  - AMBGEN – Amb. de Gênero e Sexualidades – UNICAMP - Campinas	Hosp. de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP - SP
Sergipe	Amb. de Saúde Integral Trans - Hosp. UF de Aracaju – Lagarto	0	0
Tocantins	0	0	0

Fonte: Antra Brasil<sup>70</sup>, Saúde LGBTQI<sup>71</sup>. Elaboração própria (2022)

<sup>70</sup>Informação disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>. Acesso em 06/12/2022.

<sup>71</sup>Informação disponível em: <https://www.saudelgbtqi.com/assistenciaestadual>. Acesso em 06/12/2022.

Para ilustrar em imagens, os processos de desigualdade e apagamentos vivenciados por pessoas trans que buscam inserção junto aos serviços instituídos pela rede ambulatorial credenciada pelo SUS, verifica-se que sete estados da Federação não possuem nenhuma forma de atendimento à pessoa trans em sua rede pública de saúde. Dessa forma, são nítidos os processos de invisibilidade e exclusão aos quais as pessoas transmasculinas estão submetidas para acesso ao serviço de hormonização, considerado um dos procedimentos mais requeridos por eles/us.

**Figura 1: Estados que possuem Atendimento Ambulatorial (Maiores de 18 anos)**



**Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2022)**

O procedimento de hormonização às pessoas transmasculinas consiste na administração do hormônio testosterona, com supervisão clínica para monitoramento por via de exames laboratoriais, àqueles que decidem e conseguem acessar o serviço para fins de transição corporal, cuja contribuição seria o alcance dos signos e características secundárias tidas e lidas como masculinas.

No que se refere ao acompanhamento especializado, quando o foco são pessoas menores de 18 anos, há, em todo Brasil, apenas 03 estados que contam com essa rede de atendimento, o que é muito pouco e insuficiente para atender a demanda nacional. O estado de São Paulo conta com 02 ambulatórios que prestam esse atendimento e, conforme as experiências relatadas por participantes do Grupo Mães pela Diversidade, há acolhimento de crianças e adolescentes com os/as responsáveis familiares de todo Brasil, a depender de agenda para se avaliar a viabilidade de



acompanhamento. Os outros estados que atendem pessoas menores de 18 anos são Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A respeito dos serviços que demandam suporte hospitalar, constatamos a existência de 05 estados em todo Brasil que contam com hospitais habilitados, com a peculiaridade de pertencerem às redes de hospital universitários, previamente credenciados pelo SUS para fins de atendimento ao protocolo do PrTr.

Entre os serviços ofertados, referenciamos a mamoplastia masculinizadora às pessoas transmasculinas, procedimento que ocorre por meio de cirurgia plástica de masculinização das mamas. A oferta desse serviço conta com uma grande demanda reprimida e depende de acompanhamento prévio junto aos serviços ambulatoriais, para posterior encaminhamento a eventuais procedimentos cirúrgicos.

**Figura 2 – Estados que possuem hospitais credenciados (Procedimentos cirúrgicos)**



**Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2022)**

Ainda sobre a realização da mamoplastia masculinizadora, houve, após o ano de 2021, uma Resolução da Agência Nacional de Saúde (ANS)<sup>72</sup>, para tornar obrigatória essa cobertura pelos convênios médicos ou serviços particulares, o que, de certa forma, facilitou o acesso aos que dispõem desse recurso, pois anteriormente as concessões só ocorriam junto aos convênios, após decisão judicial.

No entanto, aos que não dispõem de recursos financeiros para atendimento pela rede privada, são comuns as iniciativas de campanhas de arrecadação on-line (vaquinha eletrônica) para custear as despesas hospitalares para realização do procedimento pela rede privada. Isso pode ser retratado pela experiência publicada

<sup>72</sup>Disponível em:

<https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=NDAzMw==> . Acesso em 06/12/2022.

em um site de notícias<sup>73</sup> sobre o jovem Carlos Vitor<sup>74</sup> - um homem trans, negro, 22 anos, que relatou as dificuldades e esforços para a realização de seu “maior sonho”: a mamoplastia masculinizadora.

Carlos relatou que, pela insatisfação e sofrimento físico e psicológico com seu corpo, não mediu esforços para captar recursos suficientes para arcar com as despesas do procedimento pela rede privada de saúde. Ressaltou que contou com a solidariedade de pessoas de todo o Brasil ao lançar sua “vaquinha virtual”. Também, promoveu rifas em sua cidade e nas cidades vizinhas, fez saladas para vender e desfez-se de sua moto para complementar a arrecadação do montante necessário para o procedimento.

De acordo com Carlos, somente seu salário não seria suficiente para arcar com as despesas do procedimento na rede particular:

[...] eu fiz essa cirurgia por mim e pra mim, não é questão estética. É minha saúde mental, é meu ver, é eu conseguir me olhar no espelho. Espero que eu esteja cada vez melhor comigo mesmo e que, com o tempo, venha uma futura cirurgia que pretendo fazer: a histerectomia (retirada do útero). Acho que também vai ter a hora certa. (CARLOS VITOR, 2019, on-line)

Felizmente, a história de Carlos Vitor teve êxito, mas não se devem desconsiderar os casos em que os objetivos da arrecadação on-line não são alcançados. Compreende-se haver instabilidades nessas práticas que pela dependência de solidariedade de terceiros/as, podem não atingir as expectativas.

Dessa forma, os atravessamentos produzidos pelos marcadores das diferenças de classe, raça/etnia, territorialidade, afetam de modo negativo as experiências de pessoas transmasculinas com as corporalidades, sobretudo, quando se evidenciam estratégias, mesmo que paliativas, que possam diminuir a disforia<sup>75</sup>, e assim proporcionar o sentimento de bem-estar com seus corpos.

---

<sup>73</sup>Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/foi-a-melhor-coisa-da-minha-vida-diz-homem-trans-apos-mastectomia/?fbclid=IwAR3HyDnmUTauAZFqtYdxj0bYmbO6l6CoGS0V0ujy4WCbQBdp2N8Gvx8e508> - Acesso em 10/10/2019

<sup>74</sup>Entre as motivações neste trabalho de pesquisa, estão as contradições de acesso a uma política pública para a construção das corporalidades em acordo com a autoidentificação de cada homem trans, a história de Carlos, noticiada pela grande mídia e por ele publicada em sua rede social, bem como, a história de tantos outros/as que pude acompanhar, principalmente no período de 2017 a 2020, me inspiram-me a problematizar os elementos e processos opressores envolvidos na construção das identidades de gênero de pessoas trans, sobretudo às em maior vulnerabilidade socioeconômica.

<sup>75</sup> Ressaltamos que a disforia de gênero está muito mais associada “ao olhar do outro”, que condena, produz estigmatização, discriminação e violência.

Consideramos, além de muito triste, gravíssimas, as ocorrências envolvendo pessoas transmasculinas, que sem condições financeiras para a realização da mamoplastia masculinizadora, ou mesmo, à aquisição do *binder* para uma melhor sensação com o tórax; como opção, utilizam fita esparadrapo para comprimir as mamas, o que pode causar processos alérgicos e/ou lesões em vários estágios a depender do comprometimento<sup>76</sup> cutâneo.

Os efeitos colaterais e incômodos acerca do uso prolongado de binder, fitas adesivas, esparadrapos e demais acessórios para compressão das mamas, são, conforme Nery (2015, p. 32), “a falta de ar (às vezes, apresentando problemas pulmonares), o calor, as assaduras. Alguns chegam a ficar com as mamas escariadas ou quase necrosadas.” De igual forma, a utilização por longo período de *binder*, pode incidir em: “lesões no sistema musculoesquelético torácico e disfunção na capacidade pulmonar. Isto devido ao uso da faixa por longos períodos de tempo, enquanto esperam e logram fazer a mastectomia” (PEREIRA e NETO, 2021, p. 1033).

Com relação às alternativas ao SUS para hormonização e a falta de recursos financeiros para custear as consultas e exames laboratoriais, é comum se recorrer aos procedimentos informais, ou seja, sem acompanhamento clínico, o que pode desencadear efeitos colaterais a curto, médio ou longo prazo.

A inacessibilidade aos processos para a hormonização com segurança a quem deles necessitar são produzidas por processos de invisibilização dos corpos transmasculinos/es. Rodriguez (2022) explanou em seu canal sobre a situação:<sup>77</sup>

A automedicação resulta na dificuldade de ter acesso aos serviços públicos de saúde adequados, que fazem com que pessoa trans recorra a meios alternativos e prejudiciais para começar ou manter a terapia hormonal. Ainda vivemos em uma sociedade que não apresenta todos os recursos acessíveis para as pessoas trans, por preconceito, medo e falta de informações. [...] a automedicação é uma consequência da transfobia, de que o sistema falha com os cuidados das vidas trans, já que a terapia hormonal e outros serviços deveriam ser acessíveis, seguros e efetivos.

No que concerne à operacionalização dos serviços instituídos no PrTr, o pesquisador e transativista Leonardo Tenório et al. (2017), ao contextualizar o cenário

---

<sup>76</sup>Para aprofundamento ver: Transexualidade e Travestilidade na Saúde: Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf) - Acesso em 20/08/2022.

<sup>77</sup>SHAY RODRIGUEZ. Terapia hormonal e automedicação em pessoas trans. YouTube, 11 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/2rQYmayk2Ts>. Acesso em: 28/11/2022.

no estado de Pernambuco, relatou que a implementação dos serviços naquela época, ocorreu de forma simultânea entre construção e funcionamento. Considerando que nem todos os estados possuem sequer um ambulatório credenciado pelo SUS, os serviços ambulatoriais no estado do Pernambuco, ainda que de forma precária em seu início, vêm se destacando e atualmente possuem 05 ambulatórios.

Conforme Tenório (2017), os usuários do serviço, quando conseguiam atendimento ambulatorial para o acompanhamento hormonal e já em posse do receituário, encontravam dificuldades para aquisição do hormônio testosterona por questões financeiras ou por falta do insumo nas farmácias. O pesquisador também destacou a ocorrência de hormonização sem acompanhamento médico, visto que “[...] algumas poucas vezes não desejam a terapia hormonal, mas uma grande parte já chega ao serviço utilizando hormônios sem orientação médica” (TENÓRIO et al., 2017, p. 128)

O cenário do serviço ambulatorial no estado do Ceará para disponibilização do PrTr foi retratado por Lemos (2018), o qual também apresentou as dificuldades de inserção no acompanhamento, bem como a incompatibilidade do espaço e as condições físicas do local, pois a prestação dos serviços está alojada em estabelecimento de saúde mental. O autor destaca a não disponibilização gratuita dos hormônios e os constrangimentos de usuários(es) em virtude da postura profissional com relação aos atendimentos. Lemos (2018, p. 56), traz que:

[...] Esta ausência do medicamento produz uma dor aterrorizante, sendo inclusive superior a dor da aplicação, pois esta é desejada e confortante. É a dor da transformação, da transição, de um novo eu. Algumas profissionais nos perguntam: Tem certeza de que é isso que quer? E ainda mais temos certeza de quem somos. Quanto mais mudamos, mais certeza temos de que esse é o caminho desejado. A medicina, a sociedade e a cultura tentam a todo custo dizer o que são nossos corpos.

Entendemos que a adoção e/ou requerimento por pessoas transmasculinas, de artefatos, métodos, técnicas, procedimentos cirúrgicos, etc., (mas não somente, e nem para todas) são modos para materialização dos processos para existências dignas e inteligibilidade social. Essas construções e constituições são expressas nas relações sociais (ou ausência de relações), e afetam, sobremaneira, seus modos de subjetivação. Em suma, são modos para construção de corporalidade, expressões e identidades de gênero.

Nesse sentido, as técnicas para transição/modificação corporal são possibilidades que compõem o quadro para reconhecimento social, sendo que as contribuições das tecnologias sociais e de gênero operam, conforme Preciado (2018, p. 127), enquanto: “um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como prótese de subjetivação”.

Considerando que as produções dessas tecnologias são dotadas de agência, as práticas discursivas da cis-heteronorma se sobressaem entre os/as detentores/as do saber/poder médico e tecnológico e ainda são referência para protocolos biomédicos.

Dessa maneira, é premente pensar processos para desnaturalizar as normatizações de gênero, sexualidade, identidade e expressões de gênero que são impostas aos corpos e historicamente construídas no ocidente sob a lógica da patologização e deslegitimação, para que novos efeitos de sentido possam ser produzidos, sem as amarras da corponormatividade<sup>78</sup>. Nas palavras de Preciado (2014, p. 148, grifos do autor):

A noção de tecnologia como “totalidade dos instrumentos que os homens fabricam e empregam para realizar coisas” serve de apoio às noções aparentemente intocáveis de “natureza humana” e “diferença sexual”. A tecnologia é também o critério do colonizador para determinar o grau de cultura, de racionalidade e de progresso alcançado pelos “povos”.

Entendemos que as dinâmicas que permeiam os processos de saúde e doença no ocidente produzem vulnerabilidade junto aos corpos tidos e lidos como desviantes das normas hegemônicas, como o que vem ocorrendo com homens trans e pessoas transmasculines, prejudicando sobremaneira o alcance da inteligibilidade social e por consequência à condição de sujeitos de direitos. É imprescindível, pois, produções epistemológicas que borrem as fronteiras entre a natureza e a cultura, para se ultrapassar as compreensões acerca das normalizações e padronizações sobre as corporalidades, o que poderia contribuir com dispositivos para despatologização dos corpos e da sexualidade.

---

<sup>78</sup> Entendemos que o termo corponormatividade, decorre dos sistemas de diferenciação que tendem a enquadrar e classificar corpos, dessa forma, pensando nas formas de dissidência de sexo e gênero, há modos de vida inassimiláveis pelo não pertencimento às normas imperativas da cis-heteronorma.

Para esses fins, entendemos ser necessário denunciar às normatizações biologicistas e reivindicar que as produções tecnológicas se posicionem em favor das identidades de gêneros das pessoas trans para seu bem viver. Cabe, aqui, a seguinte provocação: por que alguns corpos são mais válidos que outros?

Com base na obra *Saberes Localizados* de Haraway (2009), entendemos que a adoção de novas epistemologias deve se pautar na responsividade do diálogo com interlocutores, bem como nas intersecções relacionadas com as problematizações de pesquisas, para, assim, evitar um olhar contaminado, uma vez que a visão do/a pesquisador/a envolve questões de poder: “[...] e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? Essas observações se aplicam também ao testemunho a partir da posição de um ‘eu’.” (HARAWAY, 2009, p. 25, grifos da autora).

### **6.1 Quais corpos se pode conceber “produzidos socialmente”?**

Ao se considerarem as vivências e experiências sociais em sociedades pautadas majoritariamente por discursos cis-heteronormativos, no que se refere às tecnologias que constantemente produzem corpos-homens, corpos-mulheres localizamos contribuições em Preciado (2014, p. 148/149), para o qual:

A noção de “tecnologia” é, então, uma categoria-chave ao redor da qual se estruturam as espécies (humana/não humana), o gênero (masculino/feminino), a raça (branca/negra) e a cultura (avançada/primitiva). Em sua análise crítica dos discursos da primatologia, Donna Haraway mostrou como a antropologia colonial do século XIX e início do século XX definiu os corpos masculinos e femininos apoiando-se na oposição tecnologia/natureza, instrumento/sexo.

Considerando a multiplicidade entre as corporalidades, não havendo regras aos processos de subjetivação, Lemos (2020), ao tratar das experiências e vivências das transmasculinidades, nomeando-as de “processos externalizadores”, assevera que essas não precedem somente de intervenções tecnológicas “oficiais”. O mesmo autor aponta que os serviços do PrTr, além de incipientes, não são pensados pela perspectiva do cuidado, tampouco levam em consideração os anseios e necessidades dos corpos das pessoas transmasculinas.

Nesse sentido, com relação aos condicionantes para inclusão no protocolo do PrTr, aos que assim decidem, são atravessados por opiniões antagônicas, uma vez

que não há consenso sobre aprovação ou desaprovação dos caminhos/trâmites para inclusão aos serviços ambulatoriais e hospitalares, da forma como está estruturada. Acreditamos que as opiniões divergem, pois, desde sua gênese, os atravessamentos sociais produzidos pelas categorizações do Classificação Internacional de Doenças - CID com relação aos dispositivos classificatórios às condições de saúde ou doença de pessoas trans, são diretamente imbricados a chancelas/laudos clínicos para a autorização de inclusão nesses serviços.

Verifica-se a existência de uma parcela de pessoas trans, que se submetem aos trâmites existentes mediante diagnósticos, como forma de facilitar e/ou desburocratizar o acesso às tecnologias e, automaticamente, às transições corporais pelo SUS. Nesse sentido, há problematizações relacionadas às práticas sociais estabelecidas por discursos patologizantes e impregnadas no fazer profissional de agentes da saúde para os quais, segundo Peçanha et al. (2021, p. 06, grifos dos autores):

[...] É nesta tensão do “me diga a verdade que eu quero ouvir, mesmo eu sabendo que ela é uma mentira”, que as pessoas transgêneras/transmasculinas acabam se submetendo a manutenção da patologização e do diagnóstico dos seus desejos e ainda, que conseqüentemente, a equipe médica também não repensa seu próprio discurso. Como garantir um atendimento acolhedor, especializado, seguro e gratuito, se as pessoas forem contra a patologização da transexualidade?

Por outro lado, há os/as/es que argumentam ao contrário, para os quais esses trâmites geram efeitos que potencializam discursos transfóbicos e tornam latentes os cruzamentos com transtornos mentais, invisibilizando as autorrepresentações e reforçando os processos de viés médico psiquiátrico/patologizante. Outrossim, podem ser aplicados, como forma de depreciar as vivências e experiências de pessoas trans. Nas palavras de Butler (2003, p. 96):

Receber o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero - TIG2 - é ser, de certa maneira, considerado doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer uma certa estigmatização em consequência desse diagnóstico. Assim, alguns psiquiatras ativistas e pessoas trans têm argumentado que o diagnóstico deveria ser totalmente eliminado.

Ainda, conforme Butler (2003), entendemos que vivenciar um diagnóstico de transtorno, disforia e/ou incongruência de gênero seria, de certa forma, ter a vida associada a um estado permanente de doença, viver sob o crivo da estigmatização.

Nesse sentido, indagamos: estariam os processos de estigmatização que acompanham as pessoas trans sendo lentamente suprimidos?

No que se refere ao contexto global em saúde pública e saúde coletiva, em 18 de junho de 2018, a Organização Mundial de Saúde<sup>79</sup> divulgou nova Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), com a retirada da transexualidade do capítulo que a tratava como transtorno mental.

A partir da nova versão, o CID-11 traz a transexualidade como incongruência de gênero, dentro do novo capítulo de condições relativas à saúde sexual, o que não acarretaria prejuízos às eventuais coberturas realizadas pelos sistemas de saúde em âmbito mundial. No entanto, as identidades de gênero das pessoas trans permanecem no rol de classificação de doenças.

Em meio às persistentes normatizações sobre corpos e identidades de gênero, espera-se que, para além da perspectiva patologizante, o direcionamento dos serviços mediante os dispositivos do PrTr atue para que essa disponibilização seja efetivamente norteada<sup>80</sup> enquanto “uma linha de cuidado” para promoção de saúde às pessoas trans, o que converge para o argumento de Oliveira (2015), em *Somos quem podemos Ser*. O autor assevera que a atuação do SUS deveria estar pautada na superação da nódoa do adoecimento e patologização de “corpos e mente” com vistas a ser indicativo de uma espécie de “passaporte”, para que haja o atendimento das especificidades da população transmasculina.

Em contrapartida, prevalecem normatizações construídas por discursos cis-heteronormativos sobre os corpos, validando a violência e violações contra o “outro”, quando banaliza as construções das corporalidades, expressões e identidades de gênero de pessoas transmasculinas. Dessa maneira, para o atendimento das

---

<sup>79</sup>Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em 12/09/2021.

<sup>80</sup>No que concerne aos atendimentos às pessoas trans pela atenção primária de saúde, temos como entendimento que as expressões da questão social produzem adoecimento pela ausência do Estado que ultrapassam o campo da saúde. Conforme a Sociedade Brasileira de Medicina de família e comunitária: “Este cenário de violência, somado ao desamparo de políticas públicas, à exclusão do mercado de trabalho e a demais sofrimentos relacionados a exclusões cisheteronormativas em todos os campos da sociedade, reverbera em maiores taxas de adoecimentos mentais (transtornos mentais comuns, depressão, ansiedade, ideações e tentativas de suicídio) e maiores adoecimentos em geral (relacionados a tabagismo, abuso de álcool e de substâncias ilícitas, infecção por HIV e outras IST, afastamento dos serviços de saúde, uso de hormônios inadequados, aplicação de silicone industrial, etc.) quando comparados à população cis”. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/o-atendimento-de-pessoas-trans-na-atencao-primaria-a-saude>>. Acesso: 11/11/2022.



especificidades, o que engloba a hormonização, a compreendemos ainda ser experienciada sob as sombras do poder e do *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1994), mediante processos farmacológicos, de especialistas que tentam controlar não só as corporalidades, como também as subjetividades.

Concordamos com as ponderações trazidas por Preciado (2018), de que os processos para hormonização/testosterona são originalmente formulados a partir das necessidades dos corpos de homens cis, e sequer fazem menção à utilização por corpos de homens trans, entretanto, são reapropriados por pessoas transmasculinas, para atendimento de suas demandas, se assim o decidirem. Essas assimetrias, convergem com Bento (2017, p. 155), quando ela afirma que “parece que a ciência não tem muita pressa em criar novas tecnologias para intervir nos corpos fabricados como de mulheres, levando-me a pensar nas assimetrias de gênero na produção das tecnologias para transformar os corpos femininos”.

Contudo, as construções subjetivas são capazes de borrar fronteiras, romper com processos de controle e vigilância nos quais a potência de vida pode produzir ressignificações para (re)apropriação de seus corpos, aos seus modos e desejos. Esse processo converge para os processos externalizadores postulados por Lemos (2020), para o qual esses posicionamentos independem de protocolos biomédicos, pois os sujeitos se autorrepresentam a seu modo e condições, com suas técnicas, epistemologias, fazendo nascer o processo da política do corpo e a política da autonomia do corpo.

Não obstante, ainda assim, prevalecem práticas hegemônicas contrárias à inclusão social de pessoas trans. Acompanhamos as postulações de Bento (2017, p. 84) quando afirma que: “[...] neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável”.

Compreendemos que a manutenção de determinadas práticas hegemônicas, poderiam resultar da falta de conhecimento das pessoas, e, com intuito de ainda apostar na humanidade, podemos nos apoiar nas asserções de Michel Alves Ferreira (2021, p. 166):

A ignorância é uma condição humana. Ponto. Ninguém nasce sabendo tudo e nem há como saber. E isto não é, em si, um problema. Nos cruzamentos das escolhas que quaisquer sujeitos fazem, sempre há alternativas que serão deixadas de lado, e aí incluem fatores culturais, políticos, ideológicos, econômicos, sociais, linguísticos, estéticos e territoriais... Todos estes e

tantos outros dialogados/recheados de disputas de poder, o que também é comum em quaisquer relações humanas.

Contudo, entendemos se há prevalência de práticas motivadas por discursos transfóbicos, validados por heranças da colonização ocidental e cristã, cujas normativas são construídas aos moldes naturalizados por discursos cis-heteronormativos, em especial no campo da saúde, mas não somente nele. Produzem-se exclusões às pessoas trans, sem garantir-lhes que tenham acesso aos serviços da saúde pública tão legítimos quanto todos os acessos de pessoas cis. Também, compreendemos tratar-se da ascensão da ignorância ao nível da crueldade, cujos discursos, ainda assim, tentam se esquivar das produções opressoras e excludentes. Recorremos às palavras de Ferreira (2021, p. 166) para o qual:

O problema está quando ocorre a estigmatização de todas as outras alternativas não escolhidas, a partir de um discurso que omite informações, produz outras com o objetivo de confundir, levar as pessoas ao erro e a acreditar que existe uma noção universal, objetiva e imparcial de mundo, de mérito, de igualdade, de conhecimento, de raça, de gênero, de religião e mesmo de sujeito. Essas estigmatizações da ignorância, sistêmicas, é que são perigosas e perversas.

No que se refere aos processos de estigmatização ao qual estão submetidas as pessoas transmasculinas, evidenciamos a estreita relação entre inteligibilidade social e a “passabilidade”, uma vez que, em nossa sociedade nos tempos atuais, essa busca seja “(sobre)vivência” das corporalidades, vivências e identidades de gênero, aos que divergem das normas do fundamentalismo religioso, biomédico, político e conservador ocidentocêntricas. Tal ideia, em certa medida, converge para as reflexões das múltiplas existências e experiências transmasculinas trazidas por Banke e Tenório (2021, p. 35): “[...] há os que passaram debaixo do arco-íris, encontraram o pote de ouro da vida cisgênera e foram embora até hoje. São e foram muitas histórias de vida. O ponto é que somos poucos, mas existimos em todos os lugares”.

No entanto, ao correlacionar as múltiplas vivências e experiências transmasculinas citadas em Banke e Tenório (2021) com o acesso ao PrTr, entendemos que a insuficiência de serviços, ainda que revisado e ampliado para inclusão dos homens trans desde 2013, há questões para efetivo atendimento das especificidades e, ao se pôr em xeque quem estaria autorizado pelo Estado/SUS a usufruir signos da masculinidade hegemônica pelos que buscam os serviços de hormonização ou a mamoplastia masculinizadora pela rede pública de saúde vem

evidenciar o quanto são invisibilizados a, inclusive, encontrar os “potes de ouro”, para vida mais vivíveis com dignidade e justiça social.

Sendo assim, defendemos a emergência de um modelo/sistema de saúde pautado na prevenção, no que se refere ao PrTr, que o foco esteja no “cuidar” e não no “vigiar” ou “julgar” as expressões e identidades de gênero das pessoas trans. Em suma, defendemos atendimento humanizado a todos, todas e todes.

## 7 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES

Este capítulo será dedicado às interpretações e análises a partir do diálogo entre fundamentação teórico-metodológica e os depoimentos dos interlocutores, resultando nas reflexões para geração das categorias analíticas a seguir trabalhadas.

Objetivamos investigar as percepções dos homens trans e transmasculines acerca do acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades relacionadas ao PrTr, colocando em questão as representações, modos de afeto e quais efeitos de sentidos são produzidos por discursos hegemônicos em suas trajetórias e construções das identidades de gênero.

Problematizamos as questões de acesso à saúde, por meio do SUS ou sistemas de saúde privado, a respeito dos serviços para transição corporal à população transmasculina, bem como quais as implicações aos cuidados da proteção básica em saúde.

Trouxemos para o debate os efeitos e afetos decorrentes de discursos cis-heteronormativos em detrimento das formulações, elaborações das macro e micro políticas do SUS, vez que, em sua instituição, o PrTr compõe uma das linhas de cuidado para promoção de saúde e eventual ausência, promoveria cerceamentos aos direitos sociais e políticas públicas. Assim, investigar e analisar quais impactos há sobre as transmasculinidades, quando não se absorve toda a demanda de homens trans ou transmasculines que decidem acessar as tecnologias de gênero instituídas pelo PrTr para transição corporal.

Nesse sentido, não se pretendeu generalizar as narrativas e posições dos/es interlocutores, tampouco afirmar que essas narrativas representam a totalidade de suas vivências e experiências, e sim, dentro desse recorte, cujo universo compreende: homens trans e pessoas transmasculines, localizar as percepções acerca de suas experiências com relação ao acesso à saúde básica da rede pública ou privada e demais interrelações sociais nesse contexto.

### 7.1 Quem são Eles ou *Elus*?

Aqui demonstramos o perfil socioeconômico, demográfico e cultural, do universo dos interlocutores participantes desta pesquisa, mediante descrição e

apontamento de alguns indicadores, para situar questões que envolvem gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, saúde, educação, dentre outros, com vistas a reforçar o olhar sobre alguns elementos que compõem suas vivências.

Tendo em mente dimensionar níveis de vulnerabilidade social, uma vez que os cruzamentos desses marcadores sociais produzem enquadramentos que potencializam desigualdades sociais entre as pessoas, buscaram-se correlações com as questões que permeiam as dinâmicas para construção das identidades de gênero, corporalidades, saúde física e mental, para que possamos problematizar a necessidade de ampliação da rede de atendimento da política de saúde pública com relação à promoção da saúde básica e ao (PrTr), as quais se inserem no campo dos direitos sociais e cidadania.

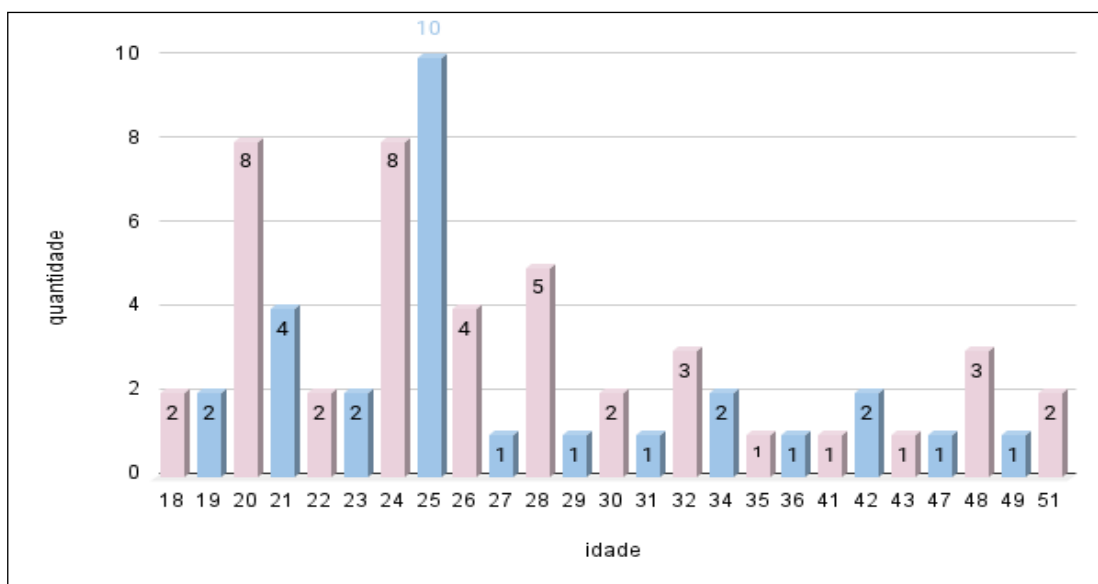
Para esse processo, contamos com a participação de 70 interlocutores, que responderam ao questionário on-line composto por questões fechadas e abertas/descriptivas, sendo a maioria delas sem a obrigatoriedade de resposta, portanto, encontraremos questões que não obtiveram 100% de participação nas respostas.

No que se refere à idade dos/es interlocutores, constatamos que entre as 70 participações, grande parte deles(us) (44 pessoas) estão na faixa etária dos 20 aos 28 anos de idade, o que perfaz 62,86% dos participantes. No Brasil, consideram-se jovens<sup>81</sup> pessoas com faixa etária dos 15 anos aos 29 anos, então podemos concluir que a maioria dos participantes são jovens. Associamos à faixa etária, em que se encontram a maioria de nossos interlocutores, o auge da idade produtiva do trabalho, época de planejamentos, construções e realização de sonhos, metas de vida e demais vivências e experiências condizentes com essa fase da vida. No entanto, será que as pessoas transmasculinas desfrutam das mesmas oportunidades? Ou haveria assimetrias decorrentes de discursos cis-heteronormativos ao privilegiar a juventude cis?

Com essas provocações, não se pretende posicioná-los em condições passivas de desvantagem, tampouco provocar piedade, mas, sim, trazer reflexões acerca dos privilégios e afetos decorrentes dos discursos cis-heteronormativos em detrimento das pessoas trans.

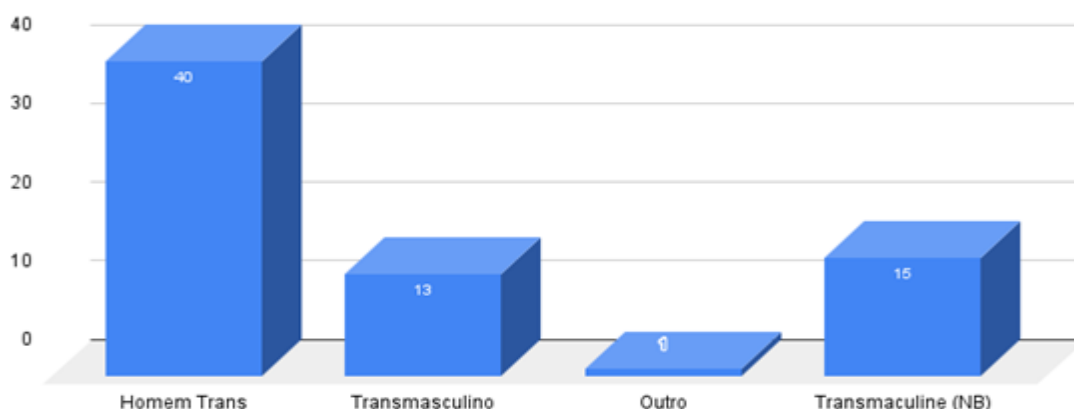
---

<sup>81</sup>Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS\\_618420/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm)  
Acesso em 11/01/2023.

**Gráfico 1 – Idade dos/es participantes**

Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)

Com referência à identidade de gênero com a qual se identificam, consideramos de extrema importância demonstrar esse quesito, pois está estritamente relacionado ao ser e existir em contextos nem sempre acolhedores. Os dados apontam que a maioria dos respondentes se identificam como homens trans. Nesse sentido, afirmamos que processos para fortalecimento do pertencimento social e reconhecimento político devem estar pautados pela desnaturalização das formas rígidas, inclusive gramaticais para o tratamento pessoal das pessoas transmasculinas.

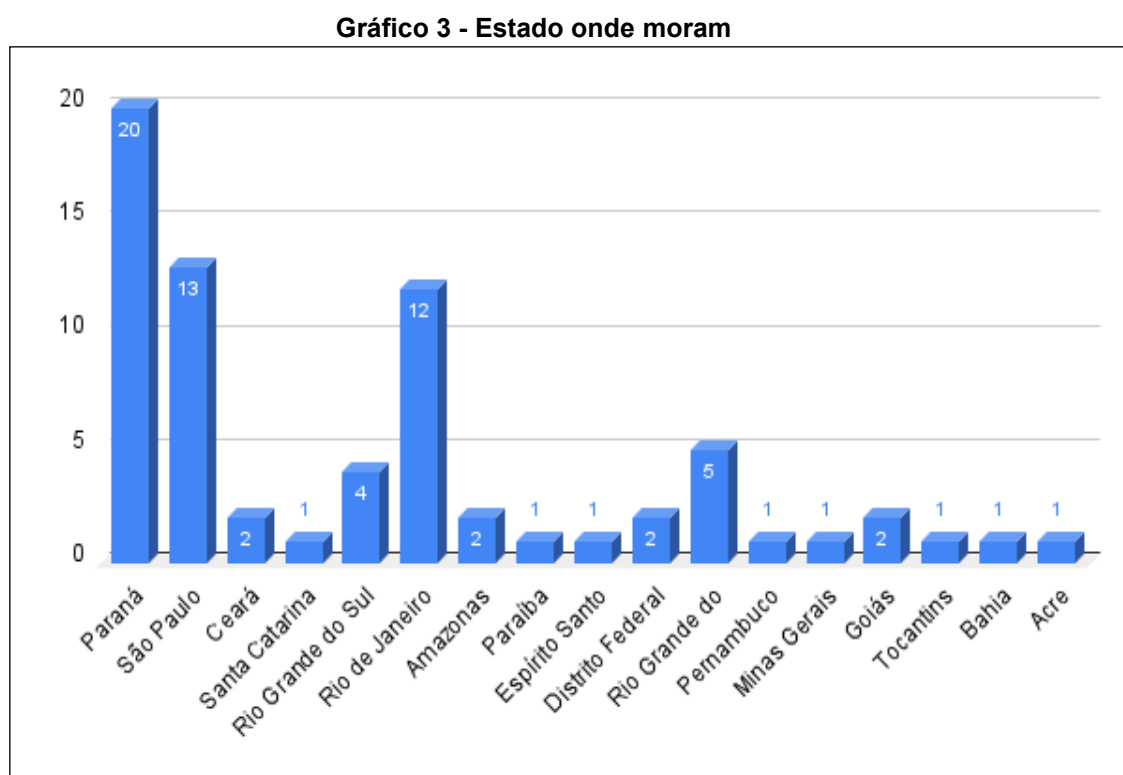
**Gráfico 2 – Identidade de Gênero**

Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)

No que se refere ao local de moradia, constatamos que a maior incidência das participações é oriunda do estado do Paraná, provavelmente por ser o estado de origem da pesquisadora e pela maior interação com os moradores dessa região,

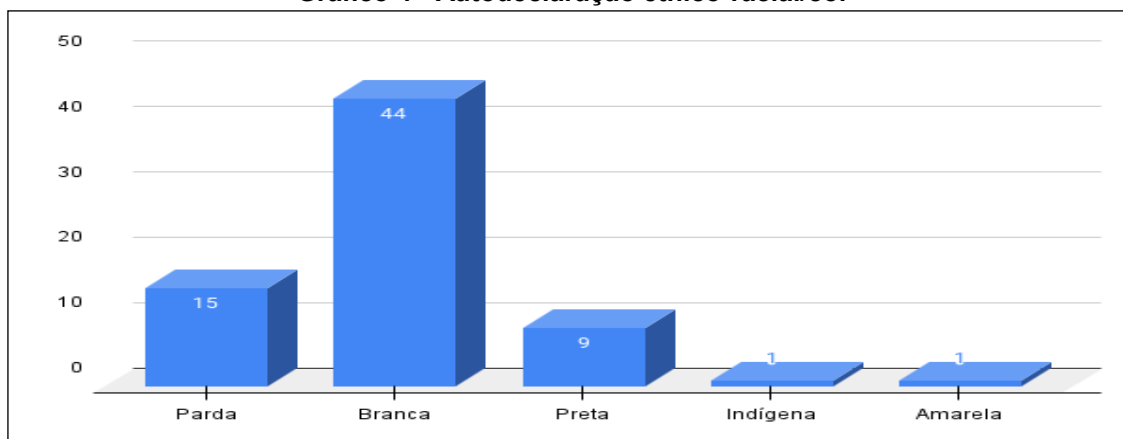
seguido das maiores participações com interlocutores, oriundos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Destacamos que, embora não tenha sido possível alcançar a participação de representantes de todos os estados brasileiros como pretendíamos no início deste trabalho, consideramos que entre as representações aqui contidas, permite-nos correlacioná-las com o levantamento do Quadro 2, no qual constam os estabelecimentos credenciados para o atendimento ao protocolo do PrTr em cada estado. Os dados evidenciam que a pesquisa abrangeu 17 dos 27 estados brasileiros.



**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

Nas investigações referentes à autoidentificação étnico/racial dos participantes, constatamos no Gráfico 4 que, no universo dos respondentes, 24 se declararam pertencentes à raça/cor preta e ou parda, 01 pessoa se declarou indígena, 01 pessoa se declarou amarela e 44 se declararam brancas.

**Gráfico 4 - Autodeclaração étnico-racial/cor**

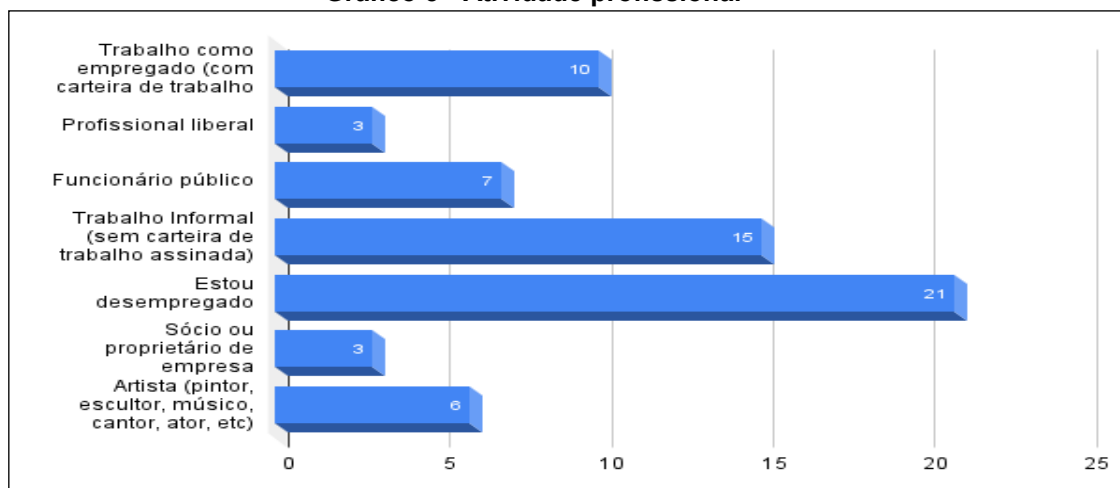
**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

Ressaltamos que, em face da complexidade nas discussões relacionadas às assimetrias constantes na estratificação social e étnico racial revelada nesse universo de pesquisa, enfatizamos que a racialidade, enquanto um sistema imposto aos grupos sociais determinadamente marcados pela cis-heteronorma. Os demais contornos acentuam a potencialização dos estigmas às pessoas transmasculinas autodeclaradas pretas/pardas.

Outrossim, concentraremos-nos em intersecções relacionadas ao acesso à saúde e ao protocolo do PrTr. Destarte, ressaltamos que os processos de diferenciação acirram as hierarquizações e desigualdade social, sobretudo quando comparada com os segmentos étnico raciais historicamente minorizados socialmente. Nesse sentido, é premente a compreensão da necessidade de reparações históricas com os povos negros e originários, para o resgate do pertencimento étnico-racial, ou seja, igualdade e equidade à realidade social e direitos humanos de todos e todes sem interferências do racismo e da transfobia estrutural no acesso às políticas públicas.

Com relação à participação no mercado de trabalho, observamos o seguinte cenário: dentre os 65 participantes que responderam a essa questão, 15 estavam ocupados no trabalho informal e 21 se encontravam desempregados.



**Gráfico 5 - Atividade profissional**

Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)

Essas informações revelam que 55,38%, ou seja, mais da metade dos interlocutores, não podiam contar com a proteção das leis trabalhistas e/ou não proviam seu sustento por meio do trabalho formal. Constatamos que, dentre os que estavam desempregados, 9 pessoas têm autoidentificação pela raça/cor preta ou parda, o que evidencia que os impactos pela ausência de garantias trabalhistas fazem-se presentes, sobretudo no cotidiano das pessoas transmasculinas autodeclaradas pretas ou pardas.

No que se refere ao percentual daqueles que informaram estar desempregados, infere-se prejuízo nas relações interpessoais construídas nos e pelos espaços de trabalho, na medida em que se diminui o convívio social em dimensões que ultrapassam questões financeiras geradas pelo labor. Dessa forma, interfere nos processos de significação que implicam as construções que temos do mundo e de nós mesmos, sobretudo na condição de trabalhador, se assim o decidirem, para o pleno o exercício da cidadania.

Os dados revelados no escopo desta pesquisa permitem-nos observar o contraste, quando comparados ao total da população geral brasileira na condição de trabalho informal e ou desemprego, vez que na amostra da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), a taxa de informalidade no Brasil à época foi de 39,7<sup>82</sup>, e a de desemprego foi de 11,1%<sup>83</sup>.

<sup>82</sup>Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>>. Acesso em 25/06/2023

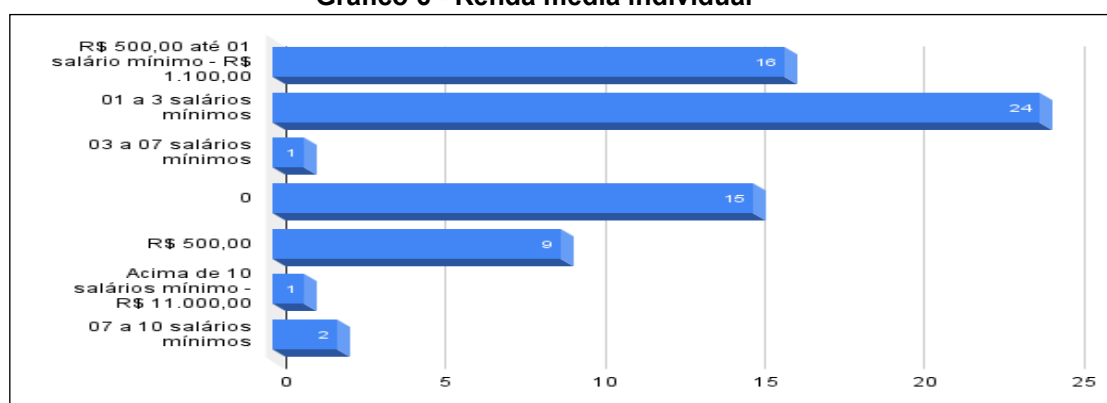
<sup>83</sup>Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33703-pnad-continua-trimestral-desocupacao-fica-estavel-em-26-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2022>>. Acesso em 25/06/2023

Nesse sentido, o percentual de desemprego e/ou trabalho informal no universo de nossos interlocutores, quando comparado aos índices da população total brasileira, põe em evidência que, para além do problema estrutural da ausência de empregos e políticas para empregabilidade a toda população brasileira, o peso da transfobia estrutural é sintomático e opera nos processos de exclusão do mercado de trabalho à população transmasculina.

Conforme revelado no Gráfico 7, embora 66% dos respondentes estivessem estudando, sobretudo no ensino superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, fica evidenciado, na atual conjuntura, que o nível de escolaridade às pessoas transmasculinas não é sinônimo de inserção no mercado de trabalho, ao menos em condições melhores de empregabilidade.

No que se refere ao rendimento financeiro, com base no salário-mínimo vigente no Brasil no ano de 2021, observamos que 68 participantes responderam a essa questão. Os dados revelaram que 15 estavam sem rendimentos, e, com referência à incidência desse agravante junto aos que se declararam pretos ou pardos, constatamos que dentre eles havia 05 pessoas sem nenhum rendimento.

**Gráfico 6 - Renda média individual**



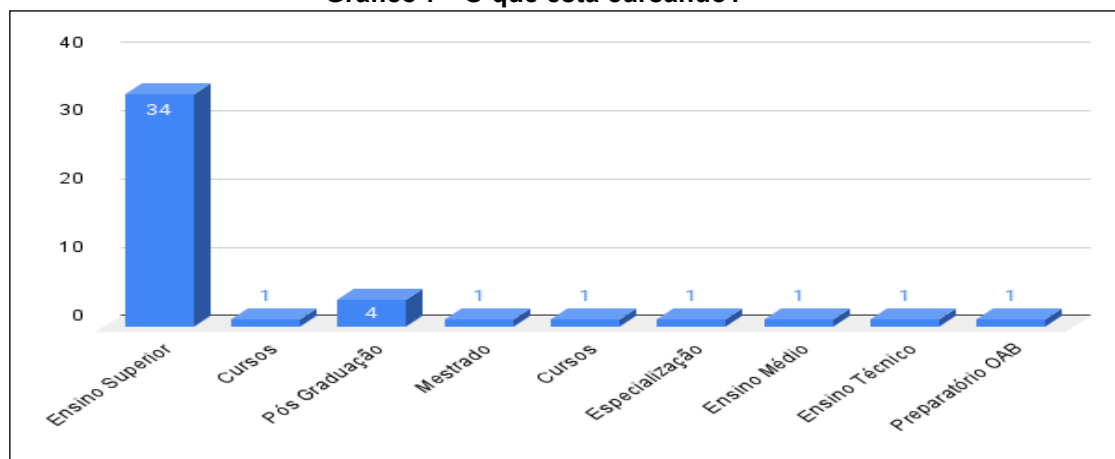
**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

Constatamos que 09 dos respondentes informaram possuir renda mensal de até R\$ 500,00. Dentre os que possuíam rendimento de até 01 salário-mínimo, o total foi de 16 pessoas. Do total de respondentes, 24 informaram rendimento mensal de 01 a 03 salários-mínimos. Com base nessa amostragem, observa-se que os participantes possuíam baixo rendimento financeiro, o que pode gerar implicações em maior ou menor grau de poder aquisitivo para acesso aos bens materiais, sociais, culturais, ou, eventualmente, com relação ao PrTr, impossibilidade financeira para suprir a ausência

dos serviços do SUS. A título de exemplo, citamos o acompanhamento psicológico, acompanhamento com endocrinologista, ginecologista, bem como melhores possibilidades para aquisição de tecnologias, recursos que possam contribuir com a construção das corporalidades, se assim o desejarem.

Acerca do nível de formação e capacitação profissional, torna-se indissociável problematizar a entrada, permanência e êxito da população LGBTQIA+ no âmbito da educação, sobretudo das pessoas trans, cuja parcela dessa população vivencia com frequência os processos de evasão involuntária<sup>84</sup> diante de uma sociedade *Lgbtifóbica*, racista, que reitera estigmas e preconceitos em suas práticas discursivas. Com relação à ocupação nos espaços educacionais, obtivemos 100% de participação nas respostas e evidenciamos que 66% dos interlocutores encontravam-se estudando. Conforme revela o Gráfico 7, observamos que, dos que estavam estudando, 75,55% eram discentes do ensino superior.

**Gráfico 7 - O que está cursando?**



**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

Em complemento ao perfil socioeconômico, acrescentamos que, com referência às condições e local de moradia, residiam em regiões periférica, compreendendo enquadrarem-se nessa condição aquelas comunidades distantes dos bairros centrais, com pouca ou nenhuma infraestrutura de equipamentos públicos e/ou sociais para inclusão e acesso às políticas públicas. Verificamos, com base na informação dos respondentes, que 17 deles viviam nessas áreas.

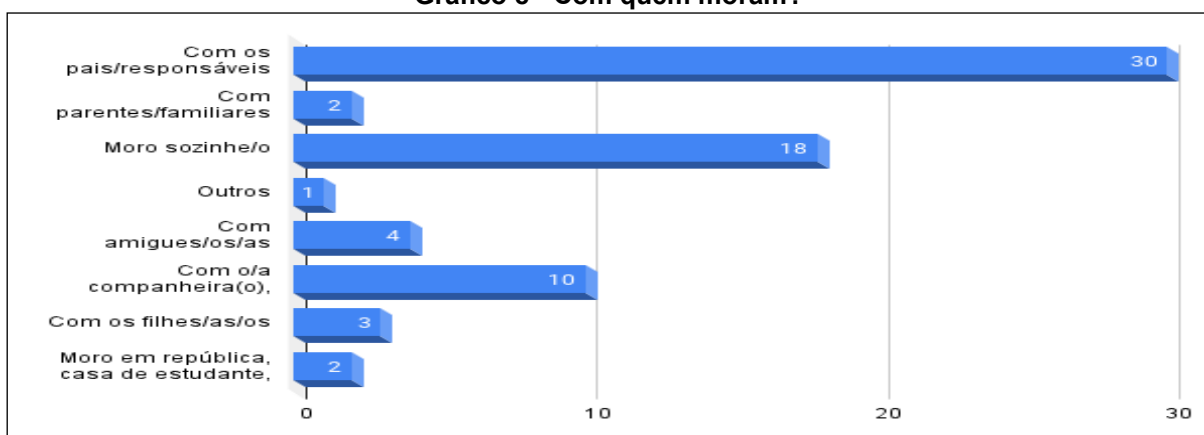
<sup>84</sup>Conforme as construções teóricas defendidas na tese da pesquisadora e travesti Luma Andrade, ao cunhar o termo **evasão involuntária**, comprova-se que o fracasso da escola em lidar com as diferenças, camufla o processo de indução à evasão escolar por pessoas trans.

No que diz respeito ao estado civil dos interlocutores, os dados apontam que dentre as 65 pessoas respondentes, 46 informaram estarem solteiras, o que perfaz 71% da totalidade dos interlocutores.

Com relação ao contexto das redes de apoio na convivência diária e social, as quais podem ser associadas ao contexto das relações familiares, quando perguntamos com quem moravam, no universo dos 70 respondentes, os dados apresentados, no Gráfico 8, revelam que, excetuando os que viviam com o/a companheiro/a ou filhos/as, 25 informaram não residirem com os responsáveis familiares (pai ou mãe) ou parentes, ou seja, não contam com a proteção e/ou abrigo do núcleo familiar.

Resta a dúvida sobre quais seriam as relações estabelecidas que os levam a sair de casa: independência ou rejeição? Considerando as informações apresentadas, no Gráfico 6, acerca das condições financeiras em que se encontravam grande parte dos interlocutores, pode-se inferir que as motivações que os levam a morar só (longe do núcleo familiar), não é ocasionado pela independência “ao menos a financeira”, e sim, estratégias para o alcance de independência emocional e bem-estar com suas construções sociais de gênero, uma vez que prevalece na vida de muitas pessoas trans, os processos de rejeições e desacolhimento familiar.

**Gráfico 8 - Com quem moram?**



**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

No que concerne aos direitos civis, ao perguntarmos sobre a retificação de nome e gênero junto aos cartórios de registro civil, observamos que dentre os 70 interlocutores, 31 ainda não solicitaram a retificação.

Com relação ao contexto do acesso à saúde pública, no que se refere aos cuidados em saúde básica e às especificidades de pessoas transmasculinas, apesar

da promulgação da Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, desde 2011, buscamos investigar quais as limitações do SUS são percebidas pelos interlocutores. Para tanto, apresentamos alguns indicadores voltados à construção de suas corporalidades, transição corporal e promoção à saúde.

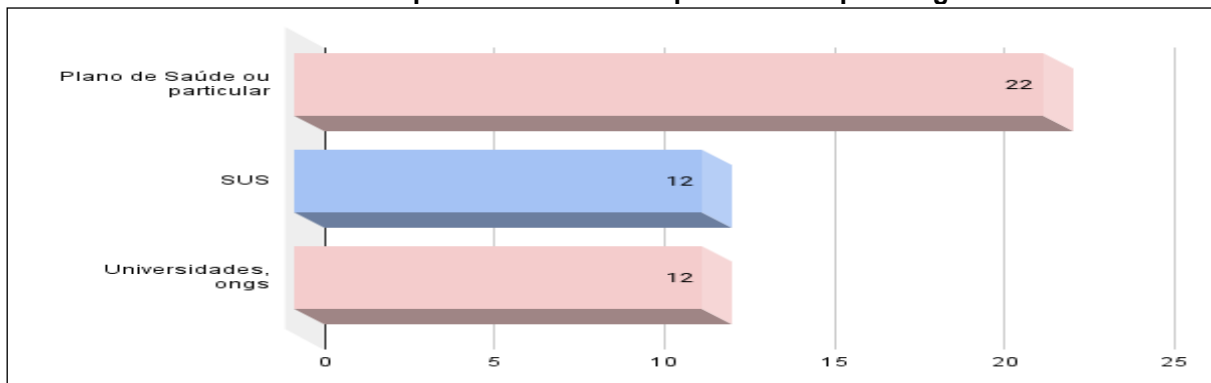
Nas investigações sobre episódios de transfobia quando buscaram os serviços do SUS, dentre as 70 participações nesse quesito, 09 deles relataram não usar os serviços do SUS, sendo que, dos 61 que utilizam, 15 informaram nunca ter sofrido transfobia nesses espaços. Em oposição, 46 pessoas que informaram ter sofrido algumas vezes ou frequentemente atos transfóbicos.

Acerca de episódios de preconceito racial sofrido ao utilizar os serviços de saúde, dentre os 24 interlocutores que se declaram pretos ou pardos, 09 deles relataram ter sofrido racismo nesses espaços.

Com relação aos cuidados com a saúde mental, todos os participantes responderam, e os dados revelaram que 47 pessoas recebiam acompanhamento psicológico, e 23 pessoas não possuíam essa modalidade de acompanhamento.

Da origem dos atendimentos, a partir das informações dos 46 interlocutores que informaram receber assistência psicológica, evidencia-se que apenas 12 deles recebiam atendimento via SUS.

**Gráfico 9 - Por qual via recebe acompanhamento psicológico?**



**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

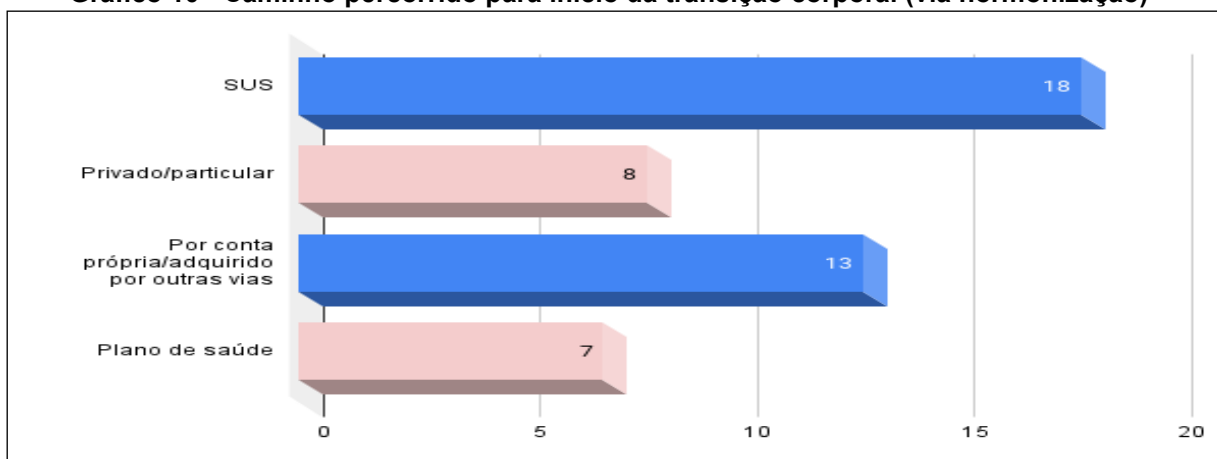
Com base nesses indicadores, infere-se que os atravessamentos produzidos por discursos cis-normativos representados pela transfobia e racismo estrutural se materializam nos processos decisórios, posições de coordenação, monitoramento e controle dos serviços institucionais na área da saúde pública, e contribuem sobremaneira com os processos de adoecimento físico e mental dos corpos cujas identidades de gênero são dissidentes das normas vigentes, promovendo, assim,

exclusões mediante a oferta insatisfatória dos serviços em saúde, ao invés de estratégias para repensar esses modelos para ampliação e efetivação desta rede de atendimento. O que pode ser observado quando há, no universo dos 23 interlocutores que não recebiam acompanhamento psicológico, que 18 deles gostariam de receber os cuidados da assistência psicológica.

Acerca das investigações de como ocorreu o início da transição corporal com apoio hormonal, aos que decidiram por esse procedimento, observamos, conforme informação dos 70 participantes, que 46 recorreram ao apoio hormonal para transição corporal. Em análise das informações, aos que acessaram o procedimento da hormonização, com relação aos caminhos percorridos, 18 deles informaram ter ocorrido pelo SUS, no entanto, somente 9 adquiriram o hormônio gratuitamente (rede pública).

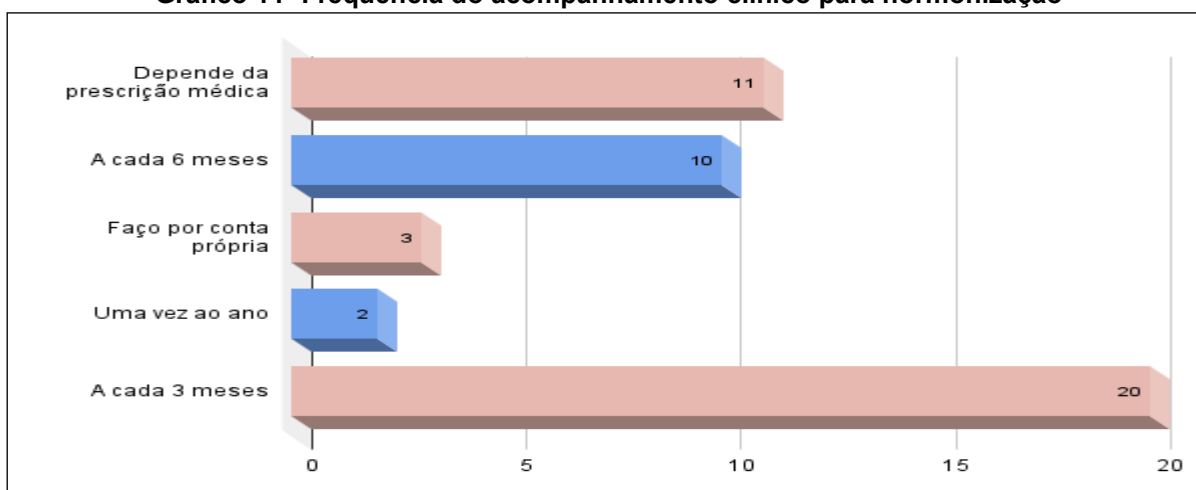
Ainda, conforme o Gráfico 10, 15 interlocutores informaram ter iniciado o processo de hormonização pelo sistema de saúde privado ou plano de saúde/convênio médico. Então, indagamos quais processos ocorreram aos 13 interlocutores que informaram o início do processo de hormonização por conta própria.

**Gráfico 10 - Caminho percorrido para início da transição corporal (via hormonização)**



Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)

No entanto, acreditamos que, com melhor direcionamento com relação à pergunta que tratou da frequência e modo de acompanhamento com especialistas para a manutenção do procedimento de hormonização, constatamos, no Gráfico 11, as seguintes informações:

**Gráfico 11- Frequência do acompanhamento clínico para hormonização**

Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)

Salientamos que em eventuais contextos que sugerem automedicação, e de igual forma, quando apenas 09 dos interlocutores informaram que a aquisição do hormônio para o procedimento de hormonização foi disponibilizado via SUS, apesar de 18 deles terem recebido atendimento clínico pela saúde pública, ficam nítidos os reflexos da ausência do poder estatal na prestação de serviços de forma integral, o que põe em evidência que nem todos os (poucos) estados com ambulatorios habilitados possuem políticas públicas para arcar com a disponibilização do insumo testosterona de forma gratuita.

No que diz respeito à realização da mamoplastia masculinizadora, com base nas informações fornecidas pelos 70 interlocutores, observamos que 49 não tiveram acesso ao procedimento. Dentre os 21 que já conseguiram realizá-la, apenas 01 informou ter acessado pelo SUS. As investigações também revelaram que das 49 pessoas que não realizaram a mamoplastia masculinizadora, 43 manifestam interesse no procedimento, cujas análises serão aprofundadas nas próximas seções.

Apesar de alguns avanços conquistados mediante árduas lutas de movimentos sociais para redefinição da portaria do PrTr de 2008, resultando na revisão e ampliação para inclusão de homens trans e das travestis no ano de 2013, como também a supressão de alguns procedimentos cirúrgicos como caráter experimental, entendemos que o poder/saber médico regulador e seus dispositivos e as correlações com as economias do corpo e capital, ainda predominam junto às formulações e implementação dessas micropolíticas de saúde à população trans. A título de exemplo, citamos os procedimentos para mamoplastia masculinizadora, os

quais deveriam ser considerados tão legítimos quanto qualquer outro procedimento cirúrgico.

Os obstáculos e demandas aqui evidenciados convergem com as considerações geradas a partir do mapeamento construído com a participação de homens trans/transmasculinos/transmasculines no Brasil no ano de 2020, divulgado no relatório *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: Das invisibilidades às Demandas* (2021, p. 74), na qual declaram que:

Os obstáculos ao acesso a uma saúde de qualidade denotam uma exclusão estrutural de homens trans e transmasculinos, com um Estado que não adota políticas efetivas para garantir que esse grupo tenha suas vidas garantidas. Seja a partir de discriminações em hospitais ou clínicas, seja através da falta de difusão de informações, ou de formações profissionais na área da saúde voltadas unicamente para a população cis-heterossexual, percebe-se uma ausência de comprometimento com as necessidades dessa população, criando e fortalecendo relações sociais hierárquicas e diferenças excludentes no direito à vida.

Nesse percurso, contemplamos indicadores essenciais à reprodução das condições de vida em sociedade pela população transmasculina, como o mercado de trabalho, rendimento, condições de moradia, saúde, educação, cujo panorama apresentado reflete as percepções, vivências e experiências de 70 interlocutores. As informações põem em evidência o apagamento nas diferentes esferas da vida em sociedade a muitos desses sujeitos, o que correlacionamos à pouca representação social e reconhecimento político, que decorre de práticas discursivas pautadas por políticas normatizadoras que a todo tempo, tentam posicioná-los em desvantagem nas diferentes esferas, sobretudo no campo da saúde.

Considerando os discursos imperativos relacionados à suposta consonância com a “natureza biológica” sobre os corpos e identidades de gênero de pessoas trans, colocamos em questão as implicações de práticas sociais e relações de poder na prestação de atendimento às especificidades das pessoas transmasculinas.

Sendo assim, com base nos indicadores aqui levantados para o acesso ao protocolo do PrTr, retomamos, mais uma vez, que o procedimento da mamoplastia masculinizadora, o que foi e é compreendido por muitos como um ‘sonho’, não seja privilégio de poucos, ou seja, daqueles/us homens trans e ou transmasculines que possuem suporte financeiro para realização pela rede privada de saúde.

Compreendemos que suas existências independem da validação do poder/saber médico e dos procedimentos constantes no PrTr, no entanto são nítidos



os afetos acerca de quais corpos estão autorizados a exercer autonomia sobre si, vez que, com frequência, são postos em desvantagem no acesso a tecnologias de gênero, sobretudo aqueles/us que dependem do SUS para as representações sociais de gênero e construções de si.

Buscamos, nessa construção analítica, a partir das percepções e anseios de nossos interlocutores, contribuir com o fortalecimento de políticas públicas e ampliação da rede de atendimento e assim assegurar a efetividade de acesso ao PrTr, aos que assim decidirem.

## 7.2 Categorias de análise

Orientadas pela construção teórico-metodológica e o olhar interseccional, em face da potência para observação das produções de invisibilidade e processos excludentes à busca de compreensão da distribuição das desigualdades sociais, bem como considerando que discursos resultam em práticas sociais para representações de sentido e estão inter-relacionados dialeticamente por práticas de dominação produzidas por discursos hegemônicos (FAIRCLOUGH, 2016), a contextualização, desenvolvimento e construção analítica desta tese também traz as representações e subjetividades de uma mulher cis, branca, estudante/pesquisadora, assistente social, mãe de um homem trans, e trabalhadora em instituição de educação.

À luz das interrelações teórico-metodológica com o *corpus* empírico, para o qual analisamos/investigamos as percepções dos homens trans e pessoas transmasculines sobre o acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades do PrTr, partimos da perspectiva que, aos sujeitos tidos e lidos socialmente como ininteligíveis, há, por meio das representações, caminhos para fissuras e brechas à produção de novos efeitos de sentido, para práticas sociais includentes, justas e equânimes.

Nessa perspectiva, pautamos o “direito a ter direitos” das pessoas transmasculinas e colocamos em questão, quais as motivações para manutenção de práticas discursivas que insistem em excluir, discriminar ou eliminar vivências díspares da cis-heteronormatividade, como também delimitar quais são estratégias para desconstruí-las. Para tal, nossas investigações e análises trazem reflexões em torno de quais efeitos de sentidos são produzidos pelos homens trans e

transmasculines e de que forma são afetados na vida social, enquanto “sujeitos de direito”.

Estamos cientes da impossibilidade e ilegitimidade em tecer generalizações, as quais limitariam a multiplicidade de vivências e experiências, sobretudo pela postura em não falar pelos interlocutores desta pesquisa. Foi a partir das percepções que eles possuem sobre acesso ao PrTr e demais questões pertinentes aos cuidados em saúde, tecnologias de gêneros e práticas discriminatórias, que estabelecemos os elementos norteadores das investigações sobre a prevalência de práticas sociais produzidas pela cis-heteronorma. Tais nuances contribuirão para refletirmos se o modo como vêm sendo disponibilizado esses serviços aos que manifestam interesse, compromete suas representações sociais de gênero e o reconhecimento social e político.

Apresentamos, nas subseções que seguem, a delimitação das categorias de análise em coerência com o objetivo geral e específicos a partir das vivências e experiências relacionadas ao PrTr e demais questões que perpassam os processos de saúde e relações sociais dos interlocutores desta pesquisa.

Para melhor trabalhar os dados coletados/produzidos nesta pesquisa, construímos algumas categorias que estão apresentadas no Quadro 3.

**Quadro 3 - Categorias de Análises**

Categorias	Descrição
Representações de si	Percepções sobre o PrTr para transição corporal e social e os impactos nos processos de subjetivação.
Representações sobre os serviços do SUS	Representações produzidas sobre o acesso aos serviços da saúde básica e ao PrTr.
Práticas Discursivas no fazer institucional/profissional no campo da saúde	Percepção da interferência de discursos cis-heteronormativos que sustenta(m) a prática discursiva dos/as agentes da saúde no exercício profissional dispensado aos interlocutores.
Reconhecimento social	Investigação e análise das representações produzidas sobre (des)acolhimento familiar e social a respeito das construções e identidades de gênero com as quais se identificam.
Afeto dos discursos cis-heteronormativos nas práticas sociais	Percepção e representação das práticas discursivas e os modos de afeto na vida cotidiana dos interlocutores em decorrências de discursos cis-heteronormativos.
Resistir para existir	Identificação e interpretação de discursos contra hegemônicos que denotam micro ou macro transformações nas práticas sociais.

**Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração própria (2022)**

### 7.2.1 Representações de Si

Para as análises concernentes ao contexto do protocolo PrTr, objetivamos investigar quais representações são produzidas pelas pessoas transmaculines e homens trans, acerca das implicações e afetos para inserção nos serviços disponibilizados pelo SUS ou na ausência desse sistema. Isso, em virtude das imbricações para a transição corporal e estreitamente relacionada às autorrepresentações para as construções sociais das identidades de gênero.

No que se refere às representações subjetivas, com base em Lauretis (1987), entendemos que o modo como são produzidas as representações e autorrepresentações são constituintes do quadro para a construção das identidades de gênero. Nessa perspectiva, na medida em que gênero é produto e processo de várias tecnologias, cujas autorrepresentações se dão nas relações sociais em meio às representações socioculturais e históricas, temos que as representações sociais de gênero ou as autorrepresentações são processadas de modo relacional e sofrem influências em suas construções.

Com o aporte de abordagens relacionadas à formação das identidades de gênero e as interrelações com as práticas discursivas, cujas relações dialéticas atuam sob diferentes domínios nas práticas sociais e, em compreensão dessas articulações no campo da saúde, dialogamos, a partir das percepções trazidas pelos interlocutores, sobre as implicações nos processos de subjetivação das pessoas transmasculinas e os impactos acerca do acesso ou a ausência dos serviços instituídos no protocolo do PrTr.

Os serviços que compõem a linha de cuidado do PrTr são estruturados em atenção básica de saúde e atenção especializada. Em nossas análises, enfatizamos os serviços de hormonização, mamoplastia masculinizadora e as ações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva.

No que diz respeito às representações produzidas em relação às experiências com o procedimento de hormonização, inferimos que elas agregam qualidade de vida e bem-estar físico e social ao indivíduo, as quais são manifestadas nos relatos que seguem:

A hormonização fez eu amar muito mais meu corpo, do jeito que sou, com todas as curvas e ângulos. Meus seios são um incômodo, mas algo que

consigo lidar no dia a dia depois que comecei a usar testosterona. (Rubino, SP)<sup>85</sup>

Eu gosto do meu corpo, só tenho disforia quando estou saindo muito de casa e sofro transfobia ou vejo que não estou com passabilidade. Pretendo fazer exercícios físicos para diminuir as mamas e a própria testosterona irá fazer isso também. Não pretendo fazer cirurgia de mastectomia. (Berile, RJ)

Considerada a complexidade nas dinâmicas relacionadas à decisão ou não pela transição corporal, inclusão ou exclusão de acesso aos procedimentos instituídos pelo PrTr, sobretudo em meio às reiteradas normas regulatórias e dispositivos de vigilância e controle sobre os corpos, conforme Foucault (1988,1994) e Preciado (2018), ainda que se deparem com todos esses atravessamentos à construção das corporalidades e alcance dos signos e marcadores de gênero. Dentre as experiências relatadas pelos interlocutores, infere-se a prevalência de percepções que apontam as contribuições para inteligibilidade social, e são expressas nos relatos que seguem:

Minha saúde mental melhorou de formas indescritíveis. Poder sair de casa sem me preocupar com meu corpo, comprar a roupa que eu quisesse sem chorar no provador... (Berilo, PR)

Liberdade, ser quem eu sempre fui. (Jaspe, SP)

No contexto dos processos para transição corporal em referência ao procedimento da mamoplastia masculinizadora, ao correlacionarmos as percepções daqueles que a realizaram com os quadros que compõem os processos de subjetivação, com base em Woodward (*apud* SILVA, 2014), para a qual os pensamentos e sentimentos pessoais mesclam-se às significações culturais e discursivas em contextos sociais que dão tom às experiências de “si” e no qual adota-se uma identidade, evidenciamos que as representações sobre gênero dos interlocutores, estão atreladas à sensação de liberdade, autoaceitação de seus corpos e melhora na autoestima, o que reverbera junto à saúde física, emocional e relações sociais, e foram expressas em relatos, como os que seguem:

Meu peitoral é lindo. Eu fiz cirurgia logo no início da transição. (Esfênio, RJ)

---

<sup>85</sup>Mantivemos a fidedignidade da escrita dos relatos de cada interlocutor.

100% de autoestima, eu finalmente me vejo no espelho, melhorou a qualidade da minha relação com meu corpo e da relação do meu corpo com outros corpos. (Rubino, PR)

Minha vida mudou completamente, me sinto seguro para interagir com pessoas desconhecidas pois sei que não vou sofrer transfobia, ingressei e estou quase concluindo uma faculdade, vou entrar no mercado de trabalho na área que escolhi para atuar sem ter que me provar 10 vezes melhor por ser uma pessoa transgênero. (Quartz, PR)

Melhora inegável da autoestima, satisfação, sensação de que finalmente posso começar a viver de verdade. (Jacinto, PR)

Em oposição, as representações daqueles que ainda não tiveram acesso à mamoplastia masculinizadora, suas expectativas versam sobre a realização de um “sonho”, para o qual pode ser correlacionado à autonomia sobre seus corpos, liberdade de “ser” o que se “é”, sem as amarras de práticas sociais opressoras sobre suas existências. Isso pode ser aludido pelos relatos que seguem:

Apesar dos intrusos não serem motivo de grande disforia para mim, o desejo de um peitoral mais condizente com o que penso, vejo e sinto sobre mim mesmo seria incrível. A realização da mastectomia seria pra mim a oportunidade de finalmente me sentir totalmente livre, poder olhar no espelho mesmo em um dia meio ruim e ver refletido o sonho que sempre tive. (Rubi, ES)

Acho que me tornaria uma pessoa muito mais feliz e menos insegura com minha própria imagem. (Rubi, PR)

Em perspectiva similar às interrelações para construção das identidades, autores como Hall (*apud* SILVA, 2014), ratificam-nas enquanto produto das práticas sociais, cultural e historicamente construídas em meio a relações de poder. Tal cenário converge para as apreensões sobre a transição corporal e as identidades de gênero percebidas pelos interlocutores e são postas em evidência nos relatos que seguem:

Me sinto mais seguro em frequentar alguns lugares e ficar sem camisa quando está calor, fico menos preocupado com o julgamento dos outros. (Topázio, SP)

A mastectomia é uma necessidade que surgiu desde o início da puberdade, antes de se quer me entender como pessoa trans, pois é uma parte do meu corpo que sempre trouxe desconforto e que eu queria que fosse diferente, próxima de uma aparência mais masculina. (Zaffre, Pr)

Percorrendo as problematizações e interpelações, no percurso desta tese a respeito das percepções de homens trans e transmasculines sobre acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades pelo protocolo do PrTr instituído pelo SUS, é possível localizar, entre os relatos que a necessidade da realização desses procedimentos, em muitas situações, está associada às expectativas do “outro”, ou seja, mais atrelada às normatizações hegemônicas sobre as masculinidades, o que converge com a narrativa desse interlocutor:

É mais para garantir meu papel como homem. Se vivêssemos em um mundo diferente, quem sabe poderia viver tranquilo com meus peitos. Mas não me sinto à vontade em tentar. (Zircão, SP)

Essa narrativa nos remete a Laretis (1987), que postula sobre os engendramentos por relações de poder, para a qual a representação das relações sociais se associa ao pertencimento social, e, sendo os sujeitos sociais constituídos e constituintes por tecnologias de gênero, são compreendidas por signos, discursos, artefatos, procedimentos etc., esses elementos também os definiriam.

Partindo dessa perspectiva, temos que as corporalidades também são discursos. Nesse sentido, pode-se dizer que há vozes silenciadas, uma vez que, no universo dos interlocutores que aguardam pelo procedimento da mamoplastia masculinizadora, foi posto em evidência a recorrência de relatos sobre o constrangimento de, inclusive, sair de casa. Denota-se disso que as construções de si e autorrepresentações, que são relacionais, blindariam-lhes da insegurança física e emocional nas relações sociais, sobretudo para consigo mesmos. É o que está expresso em narrativas como as que seguem:

Só tenho conseguido sair de casa por conta da máscara, me sinto muito inseguro e acuado ao lidar com estranhos. A voz e a barba destoam dos peitos, e acabam gerando piadas e ataques. (Olivine, RJ)

Eu como a maioria dos homens trans tem esse sonho de viver livre sem esse peso. No meu caso, eu quase não saio muito por conta dos seios, as vezes me atrapalha até para me relacionar com pessoas sexualmente falando. (Topázio, RJ)

Para além dos desafios em dialogar sobre as construções das corporalidades, autorrepresentações de gênero e as interfaces subjetivas, discursivas e políticas, aqui compreendidos como elementos componentes dos quadros para atribuição de

inteligibilidade social. Há também obstáculos acrescidos por questões de ordem financeira, os quais foram postos em evidência por meio dos relatos de grande parte de nossos interlocutores que ressaltam as dificuldades para arcar com a realização do procedimento de mamoplastia masculinizadora pela rede privada de saúde, em face da ausência do Estado/SUS.

Voltamos aos dados já apresentados para inferirmos que, no universo dos 70 participantes, 49 informaram não ter se submetido ao procedimento da mamoplastia masculinizadora. Entre as 21 pessoas que a realizaram, somente 01 delas informou ter recebido o atendimento pelo SUS. A partir dos relatos dos que aguardavam por esse procedimento, notamos que as maiores lacunas relacionadas à construção das corporalidades para suas autorrepresentações, são sobretudo de ordem econômica e ausência/insuficiência do atendimento pelo SUS.

Diante desse cenário, compreendemos que as lacunas na redistribuição de renda e participação econômica, quando correlacionadas às questões de gênero, tem muito a avançar para a manutenção das condições de vida, frente aos interesses hegemônicos dominantes, cuja construção está cristalizada por bases essencialistas em que se naturaliza as normativas estéticas, o racismo, a transfobia, a *LGBTifobia* estrutural etc.

Nesse contexto, as expressões da questão social junto às populações minorizadas socialmente representam lutas para subsistência de pessoas trans, sobretudo das pessoas pretas, periféricas onde o acesso à educação, saúde de qualidade, melhores condições de moradia, segurança, trabalho e renda são aviltados em decorrência de silenciamentos e invisibilização dos corpos, cuja identidade de gênero e sexualidade são dissidentes das normativas vigentes. O que foi evidenciado pelos depoimentos de alguns interlocutores que almejam pela realização do procedimento:

Meu maior sonho, mas pelo SUS parece impossível, e particular não tenho condições nenhuma de pagar. (Olivin, PR)

Ainda aguardo no SUS, ou tentar guardar dinheiro para fazer a retirada, porém, eu sou chefe de família e tenho um enteado PNE, minha avó precisa de medicação cara pra viver, enfim para mim é complicado [...]. (Jacinto, RJ)

Não tenho renda suficiente, e já tentei fazer uma vakinha para conseguir grana e fazer cirurgia particular, mas nunca alcancei a meta, sei que tem pelo SUS, mas não na minha cidade, e pode demorar anos até eu conseguir uma garantia de vaga. (Rutílie, RN)

Nem todo mundo tem condições de arcar com os custos das consultas, dos exames mensais, da cirurgia e dos hormônios, o acesso a terapia hormonal e a mastectomia deveria ser facilitado na rede pública para as pessoas trans. Também deve haver um maior preparo dos profissionais da saúde para lidar com pessoas fora do normativo. (Rubi, PR)

Considerando a singularidade e individualidade nos processos de autorrepresentação das pessoas transmasculinas, e, em proporções maiores, os afetos provocados pela suposta subversão à matriz sexo-gênero-desejo produzida por discursos hegemônicos e materializados nas diferentes esferas: sociais, políticas, econômicas, culturais, evidenciamos que os atravessamentos às construções das identidades de gênero experienciadas pelos interlocutores, levam-nos a percorrer por caminhos tortuosos para as representações de si.

Ressalta-se que as identidades de gênero das pessoas trans, não são subordinadas a validação de processos biotecnológicos, mas compreendendo, que as identidades se estabelecem por relações sociais, lançar mão das tecnologias de gênero, cujos dispositivos acionam técnicas, procedimentos, práticas e discursos à produção de sujeitos, estas coadunam com as reflexões acerca da produção das corporalidades e construções de si.

Pensando com base em Butler (1990, 2016), para a qual, as identidades se constroem mediante performances, essas ficções são constituintes e constitutivas à produção das identidades de gênero, bem como o lugar, na qual classificações normativas e hierárquicas atribuem inteligibilidade social às existências significáveis, ou seja, aos corpos que importam para se estabelecer a condição de sujeitos. Há ainda autores como Preciado (2018) que argumentam que as tecnologias entram para fazer parte do corpo, desfazer o pensamento binário e resistir a hierarquização dos corpos.

Sendo assim, por consequência do paradoxo relacionado as atribuições assimétricas acerca das representações e autorrepresentações de gênero, uma vez que o Estado não é acionado, quando uma pessoa cis decide se submeter a transformações corporais. Entendemos que desconstruir classificações normativas e hierárquicas entre corpos e gênero, são indispensáveis para compreensão da diversidade das identidades de gênero e seus dilemas na contemporaneidade.

Inferimos que para grande parte dos interlocutores desta pesquisa, as significações em recorrer aos procedimentos do PrTr, são apontadas como



primordiais para atenuar os caminhos sinuosos para suas vivências e representações de Si. Este fato pode ser evidenciado em relatos como o que segue:

Acho que a mastectomia no meu caso é quase uma necessidade de sobrevivência. Atualmente eu não tenho mais forças para nada devido a depressão, e o grande fator da minha depressão é o meu corpo. É não conseguir me exercitar por causa da disforia, não querer sair socialmente para nada pelo mesmo motivo. (Jaspe, RJ)

Partindo da compreensão que homens e mulheres são produzidos/as por uma complexa tecnologia de gênero, as pessoas são generificadas por atribuições normativas desde o nascimento. Nessa perspectiva, a construção das representações e autorrepresentações, por pessoas trans, são permeadas por processos de exclusões e apagamentos, os quais produzem afetos e refletem nas construções das identidades de gênero.

Entendemos que a inacessibilidade ao protocolo para transição corporal via SUS, ou rede privada de saúde, decorrem dos processos assimétricos para o alcance das tecnologias. No caso de Jaspe RJ, a disforia de gênero afeta a saúde mental e as relações sociais. Este depoimento evidencia que o PrTr é sim uma questão de saúde pública e deve ser expandido a todas as pessoas que o desejarem.

Ainda no que se refere o acesso à mamoplastia masculinizadora, evidenciamos por meio das percepções e experiências vividas pelos interlocutores, relatos que expressam as marcas em suas vivências, tornando-os mais vulneráveis social e emocionalmente:

Me sinto muito mal. Tem dias que não consigo nem me olhar no espelho. Sinto vontade de morrer, do que viver com isso. (Topázio, RJ)

Eu quero tirar mais que tudo, além da disforia eles me colocam em uma posição de vulnerabilidade ainda maior do que a que eu vivo. Eu só queria andar na rua sem medo de ser estropade. (Jacinte, MG)

Segundo Preciado (2018) a inter-relação entre as corporalidades com as tecnologias de gênero e próteses são delineadas como extensão corporal, no entanto, o poder de regulação exercido sobre a produção e gestão dos corpos trans, produzem restrições a procedimentos cirúrgicos e aos demais artefatos e insumos, mediante estratégias essencialistas e arbitrárias promovidas pela sexopolítica.

Sendo assim, a produção de sentidos sobre a transição corporal das pessoas transmasculinas, decorrem da supremacia biopolítica cis-heteronormativa e de

interesses financeiros em detrimento da saúde física e mental dos sujeitos, as quais são traduzidas pela escassez ou a distribuição desigual das intervenções biotecnológicas, à exemplo do SUS/Estado na gestão do PrTr. Contudo, quando a lógica de exclusão e invisibilidade são ressignificadas, localizamos relatos que evidenciam as transformações em suas vidas:

Eu tinha muita disforia quando ainda tinha os seios, sou operado e sinto a diferença que faz não os ter. (Esfênio, PR)

A interdependência entre corporalidades e tecnologias de gênero, nos conduzem a pensá-las como estratégias e negociações para transformação das experiências de exclusões em ferramentas de combate às opressões, bem como, para fortalecimento às construções de si no mundo, uma vez que podem produzir resistências e desconstruir as hierarquizações dos corpos no campo das masculinidades. Nesse sentido, os variados modos com que pessoas trans, ao longo do tempo, encontraram para viver suas identidades, driblam as interpelações do poder, ou seja, a forma como o poder tenta condicioná-los, pois, em oposição, conforme Preciado (2014) as formas para resistência e (re)apropriação de seus corpos está na potência de vida.

Em diálogo com os interlocutores acerca das representações para as produções de si por meio das tecnologias de gênero e considerando as ressignificações produzidas acerca das expressões e identidades de gênero, no que se refere a utilização do *binder* e as significações acerca dessa utilização, evidenciamos movimentos antagônicos, vez que para melhorar a sensação visual com a aparência do tórax, há implicações desconfortáveis que diminuem os eventuais benefícios, conforme os relatos que seguem:

Sinceramente nenhum, me causa dor e sinto que não aumenta minha passabilidade por minha mama ser grande, porém não consigo sair de casa sem um, sair sem binder me gera um desconforto ainda maior. (Rubi, PR)

Apenas a melhora estética, fisicamente não há benefícios... (Berilo, SP)

Me sinto mais confiante quanto como as pessoas me veem, já que os intrusos ficam 80% escondidos. (Olivin, RJ)

Menos volume, parece que estou sem mamas visualmente, apesar do incômodo. As pessoas na rua te veem com aparência mais masculina. (Ametrino, RJ)

Dentre as representações relacionadas a utilização do *binder*, ou mesmo a ineficiência para atenuar o volume dos seios, em algumas narrativas, a presença dos seios em seus corpos é considerada como um “intruso”, pois não deveriam estar ali. Temos como entendimento que a existência dos “intrusos” termo usualmente utilizado por pessoas transmasculinas, causa desconforto emocional e descontentamento e passa a ser representada pela repulsa à essa parte do corpo, pois a aparência do tórax não fica condizente com os signos hegemônicos de um peitoral masculino. Conforme relatado por Citrino RS:

Eu gostaria muito de realizar mastectomia pois os intrusos são um grande incômodo para mim, o binder aperta muito e machuca muito, eu tenho problema respiratório (bronquite asmática) então piora com o uso do binder também, muitas vezes não consigo usar o binder e fico devastado com isso, os intrusos são o que mais me tira a autoestima e mais me dá crises fortes de disforia corporal. (Citrino, RS)

Entre os interlocutores, há relatos que expressam sensação de liberdade, alívio da disforia, no entanto, as dualidades se fazem presentes, com explicações sobre os incômodos gerados pelo desconforto, restrições e complicações na saúde, conforme relatado a seguir:

Desconforto, insegurança. Já usei, mas pra que a aparência do meu corpo fosse reta o suficiente, eu ficaria com falta de ar, então desisti. (Heliodore, RJ)

Não tenho dinheiro. Apesar de não ter dinheiro uma vez recebi um Binder de doação, mas pelo tamanho dos seios ele não fica confortável no meu corpo e acaba por me machucar mais que o normal. (Jaspe, RJ)

Desconforto, machuquei os seios (adensamentos) de tanto que utilizei. (Ônix, PR)

Por outro lado, localizamos posicionamentos onde se faz indissociável à construção das representações de si, uma vez que na ausência de possibilidades ou desinteresse pela intervenção plástica de mamoplastia masculinizadora, as significações pelo uso do *binder*, foram representadas em relatos, como os que seguem:

Traz tranquilidade para andar na rua, me sinto eu mesmo e meus pronomes são mais respeitados. (Morion, RS)

Me sinto melhor com o meu corpo e com o jeito com que as minhas roupas se modelam a ele em determinados momentos. (Ônix, SP)

Peitoral reto, passabilidade, disforia diminuída, menos risco de assédio e me sinto mais seguro. (Zircão, RJ)

Não parecer uma aberração. (Zircão, CE)

Ainda, no campo da saúde com relação ao PrTr e suas imbricações para transição corporal e representações de si, evidenciamos que há processos relatados pelos interlocutores, em que se decide somente pela hormonização, cujas contribuições são representadas por melhoras significativa nas interações sociais, o que reflete nos quadros de segurança física, emocional e autoestima.

No entanto, esse procedimento em termos de acesso ao acompanhamento clínico para hormonização, são bastante burocratizadas. E, mesmo que haja acompanhamento e prescrição, encontram barreiras junto ao SUS, relacionadas à aquisição pela rede pública. No que se refere a aquisição, pelo mercado farmacêutico, o aumento exponencial dos preços nos últimos meses, se apresentam como barreiras para manutenção da hormonização, para muitos homens trans.

Destacamos, que a escassez no acompanhamento hormonal, ocorre especificamente em relação às pessoas transmasculinas. Evidenciando novamente, os discursos cis-heteronormativos, de quem estaria autorizado a usufruir dos signos da masculinidade tida e lida como hegemônica. Nesse sentido, potencializa-se a invisibilidade desses sujeitos nas políticas e protocolos de saúde. Essas situações são referenciadas nos relatos que seguem:

Estou sem tomar testosterona desde outubro/novembro. A deposteron ficou em falta nas farmácias e eu por não conseguir dinheiro também não consegui comprar, quando voltou na farmácia. (Citrino, RS)

Bem, o que tem me feito muita falta, são os hormônios, parei de tomar por questões financeiras, e sei que existem cidades em que o SUS cede hormônio para a população trans/travesti, mas nunca vi distribuírem para transmasculinidades. Outra coisa que me deixa triste também, é não ter cirurgia mastectomizadora pelo SUS na minha cidade. (Rutílie, RN)

Fornecer hormônios para homens trans. (Sofremos com a constante falta do medicamento nas farmácias). [...]. Os médicos não sabem quais são os exames e a secretária de saúde não acata o pedido do médico. (Esfênio, RJ)

Ao tomarmos a análise das percepções relacionadas às contribuições das complexas tecnologias representadas pelo PrTr para as construções das representações sociais de gênero ou autorrepresentações subjetivas para a vida em

sociedade por homens trans e transmasculines. Denotamos a multiplicidade de experiências e vivências, em vista da singularidade de cada sujeito.

A multiplicidade das identidades de gênero demonstra que os processos para as construções das corporalidades não se fazem baseadas em regras fixas. No percurso dessa tese nos posicionamos contra generalizações, totalizações, assinalando as singularidades e multiplicidade das identidades e sujeitos. Pode-se dizer que o ponto em comum entre as percepções dos interlocutores são as implicações de dispositivos orientados por discursos cis-heteronormativos que os atravessam e os afetam no campo da saúde e demais esferas, bem como, a unanimidade de que as representações de si estão estreitamente relacionadas ao reconhecimento social e político com o nome e gênero com os quais se identificam.

#### 7.2.1.1 Meu nome é...

Nessa subseção busca-se investigar e trazer reflexões relacionadas aos desdobramento da categoria de análise Representações de SI, onde se pôs em evidência que o reconhecimento ao nome e gênero com os quais se identificam são componentes dos quadros para inteligibilidade social, o que corrobora para um dos objetivos dessa tese que versa identificar de que forma o cenário de proteção ou desproteção é percebido nas vivências dos homens trans e transmasculines acerca dos impactos dos discursos cis-heteronormativos.

Ainda que autoras/es como Butler (2016), postulem não se fixar nos campos das representações a autora reconhece o uso político das identidades. Sendo assim compreendemos que não é possível recusar a política representacional, bem como, que ela se vincula aos processos para representação e autorrepresentação.

Para o pleno reconhecimento social das pessoas trans é necessário o reconhecimento dos prenomes e gênero com os quais se identificam, independentemente de retificação do nome social junto aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN).

E, na medida em que o “identificar-se com”, implica na representação pelo “outro”, seria fundamental para o reconhecimento social e político das pessoas trans, que as reivindicações ao nome social fossem efetivadas. Sendo assim, o cuidado com o tratamento pessoal escolhido pelas pessoas transmasculinas, ainda que não represente importância por pessoas orientadas por discursos cis-heteronormativos,

entendemos que esse descaso e resistência, reforça sobremaneira os caminhos tortuosos nas vivências de pessoas trans.

Evidenciamos que as ocorrências de (des)reconhecimento se dão nas relações familiares e mantém continuidade nas demais esferas públicas e privadas e nos remete à indagação: seria esse ato, uma forma de deslegitimar as vivências em acordo com as autorrepresentações das pessoas trans?

Infere-se que o ato de desrespeito aos prenomes e gênero, são produzidos pela transfobia estrutural, Oliveira (2020), o qual compreendemos gerar sentimento de despertencimento e constrangimentos, os quais foram expressados em relatos, como os que seguem:

Por não ser retificado sempre me chamam pelo nome morto, me consideraram louco e riram da minha cara ao eu dizer que sou uma pessoa trans, sem contar a negligência. (Quartzie, RJ)

Desrespeito ao nome social. Desrespeito a minha identidade/pronome de gênero. (Jacinto, RS)

Eu me apresento com meu nome social, que é redução do meu nome, e muitas vezes continuam a me chamar pelo nome inteiro e usarem pronomes femininos, como ainda tenho peito grande, apesar de ter barba, não insisto em corrigir por medo. (Olivine, RJ)

Apesar de provimento normativo, aos que expressavam necessidade e/ou interesse para a retificação de prenome e gênero junto aos Cartórios de Registro Civil, com maior flexibilidade desde 2018, o que não deixa de ser uma conquista, observamos que restam as dificuldades financeiras para se arcar com as custas de taxas administrativas, sendo comum iniciativas de organizações de direitos humanos, centros de referências Lgbtqia+ e defensorias públicas, o lançamento de campanhas e mutirões pontuais para requalificação civil com isenção das taxas.

Os sistemas de exclusão às pessoas com identidades de gênero dissidentes das normas, provem de operações da lógica binária, o que compreendemos culminar na reificação da transexualidade como questão judicial e/ou patológica pelos dispositivos jurídicos e médicos, cujo funcionamento na contemporaneidade limita a autonomia de pessoas trans, sobretudo as não binárias, junto aos trâmites para retificação de nome e gênero. Há a necessidade de que uma pessoa Cis decrete a não binaridade da pessoa que busca por estes serviços. Isso foi evidenciado pela narrativa de uma pessoa não binária, acerca da retificação de nome e gênero, conforme o relato que segue:

Esperando ajuizamento de uma pessoa supostamente cis para dizer se eu sou ou não uma pessoa não binária (Berile, PR)

Esse cenário remete ao papel da linguagem na construção das significações para a produção de efeitos de sentido do Eu e do Outro. E, partindo do entendimento de não haver saber neutro, inclusive na linguagem/práticas discursivas, pois, todos engendram relações de poder, as disputas relacionadas ao uso da linguagem neutra, bem como a identidade de gênero das pessoas não binárias, também ressoam nos movimentos LGBTQIA+.

Entendemos que a resistência ao encaminhamento dos trâmites processuais para retificação de prenome e gênero às pessoas não binárias, ou mesmo, o atendimento pelo prenome adotado pelas pessoas transmasculines, desestabilizam as relações hierárquicas de gênero e afrontam as pretensas escalas de perfeição, sendo assim, ainda dependem da anuência judicial, para garantir o processo de retificação.

Nesse sentido, pode-se dizer que o estabelecimento de provimento para retificação de nome e gênero, ou normativas para reconhecimento do nome social independentemente de retificação, pode ameaçar e/ou produzir rupturas aos sistemas antes sólidos e normatizadores, historicamente construídos por discursos cis-heteronormativos. Para o qual, os reiterados relatos de descumprimento ao instituído por normativas e decretos acerca do reconhecimento ao nome social e gênero com os quais os interlocutores se identificam, foram relatos recorrentes no campo da saúde:

O profissional se recusou a colocar o nome social na carteirinha, e alguns outros nem sequer o leram. A maioria chama pelo nome de registro só. (Ônix, PR)

Já recusaram atendimento quando torci o pé devido ao meu nome social, que ainda não era retificado e pra atendente constituía falsidade ideológica. (Rubino, RJ)

Já aconteceu em uma emergência em uma UPA, pedi para ser tratado pelo nome social e na hora da chamada chamaram o nome morto, e quando reclamei disseram que infelizmente era meu nome de registro e ficava "confuso" pra eles. (Esfênio, RN)

Avaliamos que os entraves às pessoas transmasculinas relacionados ao uso de nome social expõem a lógica imperativa no sistema de saúde, acerca da seletividade de acesso a direitos, nas situações em que se deve escolher: pelo

reconhecimento ao nome e gênero com o qual se identificam, ou a escolha de atendimento médico para sua emergência em saúde, pois aparentemente o atendimento às duas reivindicações ao mesmo tempo não seriam concebíveis. Todavia, mesmo que amparados legalmente, prevalecem as práticas discursivas com base biologizante, cujos efeitos os posicionam à margem no campo da saúde.

Evidenciamos relatos de interlocutores acerca da insegurança relacionada à retificação de nome e gênero, pela perda do atendimento em algumas especialidades da rede SUS. Porém, ainda que haja uma medida cautelar do STF determinando ao Ministério da Saúde as necessárias alterações junto aos sistemas de informação do SUS, para que não haja prejuízos na marcação de consultas e exames em todas as especialidades, independentemente do registro do sexo biológico, referida medida ainda não foi concretizada, face às restrições apontadas para a marcação de exames pelo SUS:

Não consigo fazer desde que retifiquei, o sistema do SUS não aceita marcar pra homem. (Zircão, CE)

Sistema não entende a mudança de gênero. (Rubi, GO)

Profissionais que não respeitam o nome social e se negam a cumprir o direito ao nome no SUS afirmando não terem conhecimento sobre (e não buscando ativamente se informar). (Zaffre, PR)

Nesse sentido, diante do árduo cenário exposto pelos interlocutores às construções de si, inferimos que suas vivências e experiências relacionadas ao campo da saúde são afetadas por contínuos processos de invisibilização estrutural.

Considerando que no universo dos 70 interlocutores nesta pesquisa, 40 deles possuíam rendimento de até 01 salário-mínimo, ou seja, sem alternativas para suprir as necessidades de atendimento pela rede particular, qual seria a garantia de assistência à saúde básica e especializada pela rede pública?

Sendo assim, entendemos que esses atravessamentos produzem afetos nas autorrepresentações ou representações de si, uma vez que foram postas em evidência as desigualdades sociais no campo das políticas públicas, e sobretudo o apagamento de suas existências, tendo em vista os apontamentos relacionados no âmbito do acesso à saúde pública.

## 7.2.2 Representações sobre os serviços do SUS



O cenário da saúde pública no Brasil, cujos efeitos dos ataques neoliberais exacerbaram o sucateamento pelo qual passa o SUS, materializam-se em formas diversas de precarização, a começar pela terceirização dos postos de trabalho que causam reflexos ao sistema de saúde como um todo, sobretudo no período pandêmico, uma vez que essa classe trabalhadora foi ainda mais desvalorizada.

Nas mesmas proporções, a população usuária do SUS teve a vida afetada pela descontinuidade de acompanhamentos em saúde, agravamentos nos quadros de doenças em decorrência da covid, ou pelas perdas de milhares de vidas.

Embora haja *déficit* na assistência em saúde à população em geral, independente do cenário vivido no período mais agudo da pandemia, evidencia-se que, historicamente, os desdobramentos para com a população trans são potencializados, em face dos grandes tentáculos estruturais do sistema, cuja atuação tem presença marcante na operacionalização das micropolíticas de saúde a essa população em específico.

Sendo assim, com base nas percepções e experiências dos interlocutores relacionadas ao modo como ocorreu o acesso ao protocolo do PrTr, objetivando investigar quais representações sobre os serviços do SUS acerca das dificuldades, limites e possibilidades referente às especificidades de atendimento e acesso às tecnologias de gênero, e, a partir das representações produzidas, investigamos quais os caminhos percorridos e as dinâmicas que envolvem a transição corporal, em especial a hormonização e a mamoplastia masculinizadora aos homens trans e transmasculines que decidem por esses procedimentos via SUS e/ou saúde privada.

Os seres sociais são apreendidos na coletividade. À vista disso, conforme Luzia Rodrigues da Silva (2009), as percepções e representações são produzidas por diferentes discursos para representação de práticas sociais externas, a qual se aplica no âmbito da saúde, como também para representações da vida social por e nos indivíduos.

Nessa perspectiva, evidenciamos representações que versam sobre experiências positivas relacionadas aos atendimentos especializados, as quais denotam contentamento com o acolhimento, confiança em profissionais lotados nos centros de referência do PrTr/SUS para cuidado e acompanhamento. Essas representações são observadas nas seguintes narrativas:

Faço hormonização pelo SUS desde junho de 2021, e estou sendo atendido por uma médica (clínica geral) totalmente capacitada para atender pessoas

trans. Desde a primeira consulta, ela se mostrou acolhedora e informada sobre o assunto. Me sinto seguro ao entregar a minha saúde nas mãos dela, confio nela totalmente. Quase todos os outros profissionais que me atenderam também me respeitaram, inclusive quando realizei exames de imagem direcionados majoritariamente a mulheres cis (como ultrassonografia pélvica e mamária). (Rubino, SP)

Desde a transição só consulto no ambulatório trans e sempre foram muito boas e respeitosas. Tenho muito medo do dia que eu precisar ir em qualquer outro médico que não no ambulatório. (Morion, RS)

Sou bem atendido e acolhido no ambulatório da diversidade da minha cidade, no qual tenho iniciado o processo transexualizador. (Rutílie, AM)

No que se refere à distribuição dos serviços do PrTr instituídos pelo SUS no território brasileiro, com base no levantamento da rede de atendimento ambulatorial e hospitalar credenciados, percebemos que 07 estados ainda não possuem nenhum equipamento com habilitação para prestação dos serviços do PrTr. Ainda, entre os estados que possuem equipamentos credenciados para atendimento ambulatorial, observamos que 12 deles não estão habilitados para o atendimento hospitalar (realização dos procedimentos cirúrgicos), como exemplo citamos o procedimento da mamoplastia masculinizadora.

Destacamos que o credenciamento e habilitação aos serviços em âmbito ambulatorial ou hospitalar demandaria repasse de recursos financeiros do SUS para infraestrutura e prestação de serviços, e, aí se apresenta um entrave decorrente dos domínios cis-heteronormativos nessa política pública.

O atual panorama da rede ambulatorial e hospitalar coloca em evidência a emergência de expansão da rede de atendimento para todo o território nacional. Ainda assim, localizamos representações produzidas por alguns interlocutores que sinalizam potencialidade institucional para acolhimento às demandas trazidas pelas pessoas transmasculinas, conforme relatado a seguir:

Fui bem acolhido na clínica da família, o ponto negativo é a demora extrema pelos exames que sempre precisamos. (Olivin, RJ)

Sou bem tratado, mas não consegui fazer nem um procedimento ainda! (Quartz, SP)

O serviço do ambulatório Trans de Porto Alegre, o posto modelo é muito bom e acolhedor apesar de ser uma demanda muito grande para uma equipe pequena. O atendimento no posto antes da retificação era desrespeitado, o nome social era invalidado. (Heliodoro, RS)

Nesse sentido, entendemos que, apesar da nítida emergência de ampliação da rede de atendimento ambulatorial e hospitalar à nível nacional, as representações dos que residem em regiões que disponibilizam essa linha de cuidado, mesmo apontando fragilidades no sistema, suas percepções e experiências podem ser caracterizadas por pontos favoráveis e potencialidade para réplica dessa modalidade de atendimento nos demais estados:

Faço acompanhamento no CPATT, os profissionais são ótimos e respeitosos. De contra, a fila demorou muito, o que fez com que eu começasse a hormonização sem acompanhamento médico. Também há poucos profissionais familiarizados com questões trans no SUS, como nome social e acompanhamento respeitoso à identidade da pessoa. (Zaffre, Pr)

Negativos: Tenho medo de marcar consultas com meu nome social, pois não tenho passabilidade. Positivos: Geralmente sou bem acolhido e acompanhado. (Olivin, DF)

Percebe-se que entre as experiências relatadas, há sinalização de possibilidades para operacionalização desses serviços de forma equânime a todos e todes, para, assim, atenuar a precarização nessa linha de cuidado efetivar a promoção em saúde e garantia de direitos às pessoas trans, aos que decidam pelos serviços do PrTr. No entanto, ainda não se fazem regras as boas práticas (éticas), visto que os constrangimentos e a inacessibilidade aos serviços são uma constante na realidade de muitos interlocutores, para os quais somam-se à estigmatização desde a recepção/porta de entrada aos serviços em saúde.

Encontramos depoimentos relacionados ao atendimento das demandas de pessoas transmasculinas, que denotam a necessidade de suporte do SUS para investimento em capacitação profissional e melhores condições de trabalho e efetivação do direito a essa linha de cuidado para que se cumpram os princípios da universalização, integralidade e equidade no atendimento, o que foi evidenciado nos seguintes relatos:

Nunca tive experiências positivas. (Diamante, SP)

Precisamos de mais profissionais qualificados, mais ambulatórios do SUS, mais hospitais qualificados para as cirurgias. (Rubino, PR)

Pra início de conversa, os postos de saúde nem sabem o que seria um processo transexualizador, eles ficam perdidos. Não tem atendimento para pessoas trans iniciar o processo. Não há médicos para receitar hormônios e nem fazer acompanhamento. (Ametrino, SC)

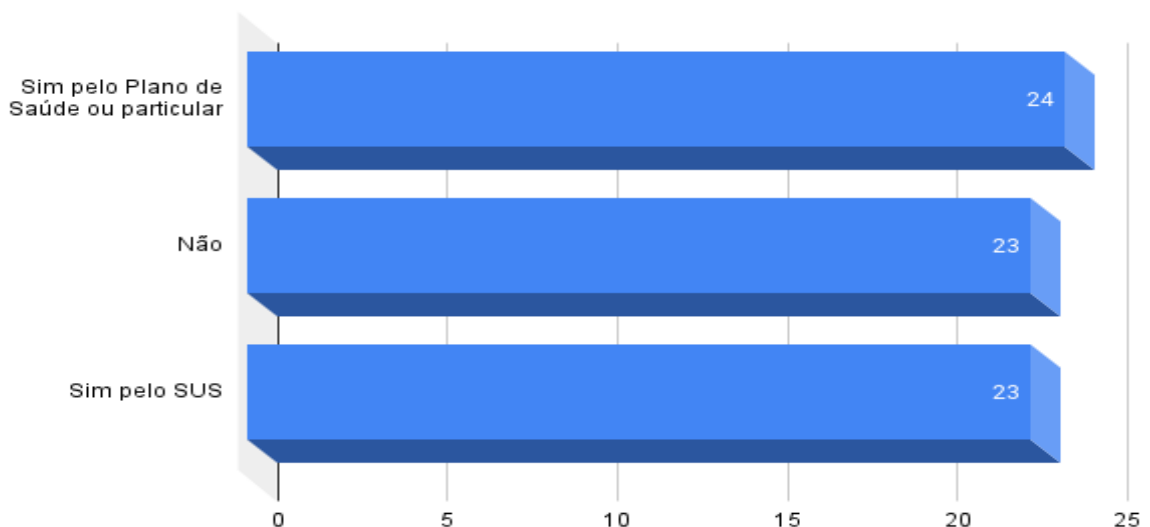
Faltam mais equipamentos sociais e profissionais preparados para lidar com pessoas trans e toda a diversidade que possuem, pois os lugares públicos (e

até alguns particulares) existentes são poucos, e muitas vezes sem informações atualizadas. Além disso, a transfobia médica infelizmente continua presente e precisa melhorar, especialmente em populações mais vulneráveis. (Ônix, SP)

No que se refere ao princípio da integralidade no acesso aos serviços e acompanhamento pelo SUS, ao correlacionarmos as experiências dos interlocutores associadas à saúde básica, observamos índices alarmantes relacionados à falta de acesso a exames de rotina. Como exemplo citamos o preventivo de câncer de mama, quando constatamos que dentre os 70 interlocutores, 44 deles informaram que nunca realizaram. Entre os 26 que o realizaram, apenas 06 foram feitos via SUS.

Ainda que haja incômodo em se falar sobre sexualidade, são fundamentais a criação de estratégias para oferta de serviços inclusivos e comprometidos com a saúde sexual e reprodutiva, quer seja pela rede pública ou rede privada, uma vez que, conforme revelado no Gráfico 12, observa-se que 33% dos interlocutores não recebiam essa modalidade de atendimento.

**Gráfico 12 - Acesso a prevenções e cuidados relativo à saúde sexual e reprodutiva**



**Fonte: Questionário Participantes. Elaboração própria (2022)**

A reversão desses quadros demandará sensibilidade dos/as agentes em saúde, orientada a uma comunicação inclusiva e voltada ao atendimento humanizado para promoção da saúde e prevenção de agravos, em oposição aos discursos moralistas e cristãos conservadores, relacionados às práticas afetivas e sexuais que historicamente são moldados/as por práticas discursivas cis-heteronormativas.

Ao questionarmos quais impedimentos para a realização de exames relativos à saúde sexual e reprodutiva eles enfrentaram, foram postas em evidência as seguintes narrativas:

Pra sofrer transfobia? Não, muito obrigado. Não me sinto confortável com algumas terminologias e as pessoas não respeitam. Prefiro pesquisar sozinho e tratar à medida das informações que adquiro. (Jacinto, RS)

São muitos, não lembro todos, mas a consequência direta é que evito ao máximo ir a qualquer médico desde que me descobri trans (Heliodore, RJ)

Fui apenas uma vez nos últimos 5 anos, paguei consulta particular com médica que atende pessoas trans. Gineco dá mais receio de ir pelo SUS. Não cuido muito da minha saúde também pela ansiedade social, tudo fica muito difícil de fazer. (Heliodore, PR)

Avaliamos que a desmotivação na busca de cuidados em saúde está atrelada ao sentimento de não pertencimento nesses espaços, ao se evidenciar, por meio das narrativas dos interlocutores, situações que envolvem, desde as questões de arquitetura dos ambientes, como, por exemplo, os modos de disposição das salas de espera, que trazem marcas do olhar cis-heteronormativo na organização e/ou reaproveitamento dos espaços, os quais, conforme Preciado (2018), denotam uma espécie de policiamento ou vigilância sobre os corpos dissidentes das normativas de gênero. As consequências dessa vigilância e julgamento podem ser percebidas nos relatos que seguem:

Primeiro de tudo, o Ceará não tem ambulatório. Hospital Mental não é lugar de pessoas trans. (Quartzo, CE)

Desconforto de aguardar o atendimento médico na área das mulheres e receio de sofrer preconceito. (Esfênio, PR)

Desde o início da transição não realizo acompanhamento ginecológico por me sentir constrangido em ir a um consultório médico frequentado, quase que exclusivamente, por mulheres. (Quartz, PB)

A sala ser a mesma que das mulheres. (Zircão, PR)

Sempre ocorreram na recepção. As atendentes não respeitam meu nome social, e falam que não dá para colocar no sistema. (Olivin, DF)

O estabelecimento de políticas de saúde, pautadas por padrões normatizadores para a prestação de atendimento às especificidades das pessoas transmasculinas, corrobora práticas transfóbicas, ao invés de administrar o poder/saber médico com a responsabilidade e acolhimento por vidas humanas.

Percebemos, dentre as experiências relatadas pela maior parte dos interlocutores, a recorrência de situações que produzem o distanciamento aos cuidados em saúde, e foi posto em evidência nos relatos que seguem:

Falta de espaços onde eu não serei violentado, médicos que já me negaram atendimento, nojo de profissionais pelo meu corpo... Enfim, a lista é infinita. (Jacinte, MG)

O tratamento, e olhares julgadores e incômodos no âmbito da saúde ginecológica, e a insistência de erro de pronomes. (Rutílie, RN)

O constrangimento e o despreparo que esses profissionais tem para atender pessoas trans, consultórios e profissionais dessa área são treinados para atender a mulher cis. (Rubi, PR)

Temos como entendimento que as representações desse cenário de desproteção, integram os dispositivos à produção das tecnologias de gênero a partir da negação, posicionando as pessoas transmasculinas à margem das políticas do SUS, as quais são exacerbadas pelos enquadramentos dos marcadores sociais da diferença de classe, raça, geracional. Todas essas situações ferem o princípio da equidade potencializando os processos de exclusão e invisibilidade social, e, materializa sobremaneira as implicações clínicas e demais mazelas vivenciadas pelos que dependem exclusivamente dos serviços do SUS para os cuidados em saúde, transição corporal, construções de si:

Negligência profissional. (Esfênio, RN)

O médico fez merda e deixou gordura nas laterais, além de não mexer nos bicos, e 2 médicos fizeram minha mastec, cada um de um lado... Fiquei revoltado, briguei pelos meus direitos, mas quem iria fazer a reparação era o mesmo açougueiro, então deixei pra lá e fiz uma tattoo para tampar as cicatrizes e outros erros. (Titanito, SP)

Estou em processo há 6 anos atrás desta cirurgia desenvolvi problemas de coluna por conta do peso do peito e da obesidade que encarei durante a adolescência, então não é mais um interesse estético e sim interesse de saúde. Estou em luta com o SUS por conta disso. (Berilo, SP)

Apenas utilizo serviço público [...] fui para a CF Heitor Beltrão, que tinha um grupo de apoio a pessoas trans, mas que parou de ter encontros presenciais ainda em 2019 em decorrência de problemas estruturais no prédio, em 2021 comecei a frequentar o CF de Vila Kosmos que começou a ter um grupo de apoio a LGBTIs, desde fevereiro de 2020 espero que remarquem minha consulta com psiquiatra para poder operar. Tento, sem sucesso, achar outro psiquiatra público desde então. (Olivine, RJ)

Mediante as experiências trazidas por nossos interlocutores, pôs-se em evidência as fragilidades no atendimento das especificidades em saúde, o que denota o sucateamento pelo qual passa a saúde pública com relação a essa linha de cuidado, a qual entendemos ir, além das dificuldades cotidianas enfrentadas pela população em geral no âmbito da saúde.

Nesse sentido, infere-se que, no olhar do poder público lançado às pessoas transmasculinas, não há previsão em se assegurar “direito a ter direitos”.

### 7.2.3 Práticas Discursivas no fazer institucional/profissional no campo da saúde

Considerando que as relações sociais são engendradas no discurso e a partir dos discursos, colocamos em questão a realidade retratada pelos interlocutores acerca da prestação dos serviços em saúde destinados às pessoas transmasculinas.

Com base em Fairclough (2001), entendemos que as práticas discursivas produzem sentidos que permeiam as relações estabelecidas na sociedade, cujas ações podem posicionar os sujeitos para manutenção ou superação de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, práticas discursivas no âmbito da saúde podem ser agentes para promoção ou agravos à população transmasculina a depender das relações que orientam as práticas sociais do “fazer profissional”

No que se refere aos posicionamentos ou às posições aos quais os interlocutores são submetidos na busca por atendimento em saúde, evidenciamos nesse percurso de investigações, a recorrência de relatos de constrangimento que se iniciam na porta de entrada dos serviços em saúde e se estendem aos demais postos, o que denota processos de estigmatização. Observemos os relatos que se seguem:

Poucas vezes foram acolhedores, em muitos casos nem sabem o que são pessoas trans e tratam com descaso e preconceito. (Rutilio, PR)

Sofri preconceito no posto de saúde quando fui solicitar a inclusão de nome social, a funcionária criou problemas com minha documentação me fazendo voltar para casa buscar outra coisa e criando novo problema quando retornei ao posto. Felizmente a pessoa que me atendeu no balcão percebeu que acontecia algo errado e me ajudou, foi quando entendi que estava tudo certo no documento que levei inicialmente. (Heliodore, PR)

Na esteira dessa discussão, entendemos que o ato do não reconhecimento ao nome social, e logo às pessoas trans, quer seja nas relações interpessoais

cotidianas, ou por agentes públicos, contrapõe às múltiplas significações objetivas e subjetivas anunciadas no nome e gênero com os quais se identificam, e, por consequência, traz implicações aos direitos humanos e resulta na escassez de políticas públicas inclusivas. Os relatos que seguem, explicitam a transfobia estrutural no âmbito da saúde, pelo não reconhecimento desses sujeitos:

Tive a infelicidade de encontrar duas enfermeiras que me trataram de forma transfóbica, uma que me tratou no feminino após ver que eu possuía nome social, e outra que me perguntou no dia que fui tomar minha primeira dose de testosterona "se eu estava virando homem ou mulher". Também passo ainda por dificuldades em ter meu nome (retificado) respeitado nos documentos que o SUS emite, como, por exemplo, exames de sangue e agendamentos, que ainda aparecem como se eu possuísse apenas nome social. (Rubino, SP) (grifos nossos)

[...] Em 2020, tive uma cirurgia de hérnia umbilical, após a cirurgia. Quando estavam me levando para o quarto, uma enfermeira cismou que tinha que me levar para um quarto feminino... Tivemos uma discussão meio acalorada e as coisas se resolveram depois que eu a ameacei e o hospital com processo. A chefe dela explicou que pessoas trans devem ficar no quarto do seu gênero auto-reconhecido. (Titânio, SP)

Sendo assim, nossas investigações versam sobre percepções e experiências relacionadas ao fazer profissional dos/as agentes em saúde, e se estariam orientadas por noções patologizantes nos espaços de saúde público ou privado, bem como quais efeitos de sentido são produzidos pelos interlocutores acerca da legitimidade do acesso ao atendimento às especificidades, em meio a eventuais discursos regidos pela cis-heteronorma.

As experiências e vivências de alguns interlocutores, corroboram o escrutínio de aspectos ideológicos identificados em práticas discursivas e são postos em evidência nos relatos que seguem:

Psiquiatra não queria que eu me afirmasse trans porque minha não binariedade podia ser só "sintoma de borderline". Médicos não me tratam com pronome correto. Não usavam meu nome social antes de eu retificar os documentos. São insensíveis em relação à disforia. (Heliodore, RJ)

Uma ginecologista já se negou a me atender dizendo que não atenderia alguém como eu, os médicos não me examinam, não tocam em mim, provavelmente porque além de ser trans sou profissional do sexo. (Jacinte, MG)

À vista disso, observamos a prevalência das percepções que versam sobre práticas que oprimem ou invalidam as vivências e subjetividades de homens trans ou



transmaculines, mediante ações e práticas discursivas que remetem à transfobia, e, dessa forma, contraria ao estabelecido no protocolo do PrTr.

Compreendemos que essas cenas são produzidas e sustentadas por dispositivos de controle, cujas práticas discursivas relatadas pelos interlocutores, coadunam com os apontamentos do relatório *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: Das invisibilidades às Demandas'* (2021, p. 71), para os quais impera “[...] as faces da transfobia no contexto institucional e as diversas formas de se produzir saúde e adoecimento.”

Neste contexto, as narrativas de alguns interlocutores, reiteram as faces da transfobia e a forma com que são posicionados nessa dinâmica de saúde/doença, e foram expressadas no seguinte relato:

[...] Em outros postos de saúde já passei por várias situações de erros no nome, ou até mesmo falta de respeito por ainda ter seios, etc. Ano passado sofri violência de dois policiais que me deram tapas na cara, porque aparecia com pelo no rosto, e não ter identidade retificada, a fala deles foi essa, se quer ser homem vai levar na cara igual homem, e outras palavras ofensivas que não cabe aqui. (Topázio, RJ)

Contudo, para que as barreiras de acesso aos serviços em saúde, não sofram os acréscimos da transfobia estrutural, em que a conduta social de um corpo precisa estar em consonância com sua natureza biológica, localizamos em Butler (1990), formulações teóricas que se opõem à compulsoriedade entre sexo-gênero-desejo, para a qual, o próprio sexo seria uma construção *a priori*, tal qual o gênero.

Nessa perspectiva, os corpos e o sexo são constituídos e constituintes nas e das relações sociais, dominação e poder, e, seguindo os preceitos de Scott (1995), tratam-se das bases fundantes que alicerçam a sociedade ocidental.

Sendo assim, as identidades de gênero são produtos e produzidas cultural e socialmente em meio as práticas sociais permeadas pelas relações de poder e dominação. Com base nessas conceitualizações e articulando-as às percepções e experiências trazidas pelos interlocutores, denota-se que as práticas discursivas no âmbito da saúde produzidas em conformidade com padrões cis-heteronormativos, representam expressões transfóbicas que podem interferir, tentar deslegitimar ou excluir as pessoas que subvertam as vivências regidas por discursos hegemônicos e nos remetem às narrativas que seguem:

No início da transição, muitos faziam piadinhas para disfarçar transfobia. Não frequentei mais hospitais durante a pandemia, mas no último ano ainda escorregavam nos pronomes. (Titanito, GO)

Em relação à ginecologista, eu falei que era trans e utilizava pronomes masculinos e ela foi muito querida. Minha psiquiatra em compensação por mais que tenha respeitado eu ser trans não utiliza os pronomes corretos comigo. (Morion, Pr)

Considerando que as relações sociais são construídas a partir de padrões culturais, sociais e historicamente situados, há posicionamentos cristalizados que oferecem resistência às formas de experienciar identidades de gênero que divergem das normativas hegemônicas. Conforme examinado por Foucault (2001), em *Os Anormais*, essas situações compreendidas pela articulação entre anormalidade e sexualidade. Ao correlacionarmos às vivências das pessoas trans, quando são tidas como “violação das leis e da natureza”, são recriminadas e vigiadas por violar o corpo natural. Nos relatos que seguem, observamos as reiterações de violações embasadas por atos de repulsa:

Na maioria das vezes, os profissionais de saúde me trataram como algo totalmente fora do normal, me olhavam estranho faziam perguntas sem sentido, matando suas curiosidades e no final nem me atendiam diziam que não eram especialistas "nisso". (Esfênio, RN)

A mulher falou que achava horrível pessoas mastectomizadas, que ficava feio e nada real e nunca se relacionaria com alguém assim. (Citrino, RS)

Entretanto, com base nessa perspectiva em que há monstrosidade de conduta, provocam-se deslocamentos morais e desestabilizam imperativos normalizadores, o que converge para as discussões acerca da legitimação das existências das pessoas transmasculinas constantes no relatório *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: Das invisibilidades às Demandas* (2021, p. 18), cujas discussões acerca do que pode ou não um corpo são pautadas nas “infinidades de possibilidades de arranjos e expressões corporais e subjetivas que desestabilizam a rigidez do padrão binário socialmente imposto, redefinindo e expandindo suas fronteiras”.

Considerando os discursos como parte das práticas sociais, as classificações que se fazem às pessoas como desviantes, monstruosas e demais adjetivos depreciativos, por suposta dissonância com a “natureza” foi posta em evidência pelas narrativas de alguns interlocutores, revelaram as faces da transfobia interseccionada

com a produção e reprodução de discursos relacionados ao racismo, gordofobia, capacitismo e pode ser ilustrada pela experiência relatada por Titânio ao ser internado em uma unidade hospitalar:

[...] confesso que fiquei mudo com medo de falar e os caras reconhecerem minha voz e descobrir que sou trans e me baterem. Só falei o essencial e fui de alta no dia seguinte. Apesar de eu ser ativista, sou também PCD e minha autodefesa inexistente. Isso me dá medo, porque eu não tenho amigos com quem eu saia, estou sempre sozinho. (Titânio, SP)

A discriminação contra pessoas trans, pretas, com deficiência e/ou gordas, construídas sobre normas imperativas de “corporalidades padrões” denominadas como “normais”, isto é, as pessoas sem deficiências físicas ou intelectuais, cis, brancas e magras, reafirmam o *status* de normalidade e a validação de posicionamentos que subestimam, depreciam e/ou excluem pessoas divergentes dessas normalizações.

Os discursos hegemônicos que reportam as corporalidades tidas e lidas como ideais/normais em detrimento das pessoas trans enquadradas pelos marcadores sociais da diferença, reverberam nas práticas sociais do âmbito da saúde e foram postas em evidência nos relatos que seguem:

O SUS oferece de forma que você tem que ter sorte de cair num profissional que não seja escroto, no ambulatório trans o endocrinologista já foi várias vezes gordofóbico e capacitista comigo, plano de saúde é elitista e eu não faço ideia como é porque nunca fui em um. (Jacinte, MG)

Ter médicos especialistas em corpos diversos. O meu deu esse problema que já citei, porquê eu sou gordo e eles não sabem como lidar com corpos gordos. Tinha outro profissional maravilhoso, mas eu teria que emagrecer quase 30 quilos. Impossível pra mim. Sou PCD e não tem como fazer um monte de exercício e para além dos exercícios, comer é um prazer que eu não vou sacrificar. (Titanito, SP)

Não é possível inferir se o fenômeno da gordofobia e capacitismo se diferem ou são potencializados junto às corporalidades transmasculinas, para além dos enquadramentos e estereotipização em contextos no qual se escapa dos padrões hegemônicos impostos à sociedade como um todo. Contudo, para amenizar as marcas de processos estigmatizantes, observamos que o planejamento de espaços acolhedores amplia possibilidades de pertencimento e reconhecimento social, tal qual, o que foi experienciado por alguns interlocutores:

Sou transmasculine afeminade e sou autista, acho que não existe um único lugar o qual eu me sinta seguro, passo por capacitismo o tempo todo, transfobia, enfim, eu frequento locais direcionados à saúde, mas apenas o que eu sou atendido pelo projeto Sobreviver é que realmente eu não sou violentado. (Jacinte, MG)

Antes da faculdade eu tinha alguns surtos de raiva eu me mutilava. Hoje após receber ajuda de profissionais da psicologia na faculdade eu não me mutilo mais, porém ainda é complicado. (Jaspe, RJ)

Compreendemos que práticas sociais pautadas em classificações binárias (homem/mulher, cis/trans, branco/não branco, gordo/magro, humano/não-humano, homossexual/heterossexual, natureza/cultura), reforçam os processos de hierarquizações de uns/umas sobre os outros/as e as barreiras prejudiciais aos quadros para as representações subjetivas e construção social das expressões e identidades e gênero.

Trazemos para reflexão o predomínio de práticas discursivas pautadas na dominação, retomando como exemplo a realização do procedimento da mamoplastia masculinizadora que foi representada pela maioria dos interlocutores como um sonho. Entretanto, os processos de apagamento decorrentes das classificações hierárquicas entre as masculinidades, inclusive no âmbito da saúde/SUS, em virtude do despreparo, insuficiência técnica, financeira e política, deixam de contemplar toda a demanda. Essa insuficiência do Estado produz barreiras morais e físicas em detrimento da equidade na prestação de serviços livre de discriminação e exclusão às pessoas transmasculinas, e podem ser evidenciadas nos relatos que seguem:

Fila de espera no SUS, negação no plano de saúde, negligência profissional, falta de dinheiro, burocracia; normativas antigas do processo transexualizador; falta de experiência profissional; problemas com o resultado no tipo de corpo. (Jaspe, PR)

Antes de retificar meu nome e documentos era bastante complicado, mesmo pedindo para usar o nome social, eles acabavam chamando pelo nome de registro. Aqui na cidade não possui nenhum ambulatório ou centro de atendimento especializado, então tentei fazer a hormonização e cirurgia pelo convênio, mas não encontrei nenhum médico capacitado, passando com muitos que rejeitaram meu atendimento por não "saber fazer isso". (Topázio, SP)

À vista disso, pode-se afirmar que práticas transfóbicas decorrem do baixo investimento em saúde pública para capacitações e infraestrutura, acarretando a ausência de campanhas destinadas à saúde da população transmasculina e no fomento de pesquisas que contemplem a qualidade de vida desta população.

Conforme Brasolin (*apud* NÚCLEO TRANSUNIFESP, 2022), o *déficit* de investimentos em capacitação profissional precariza a oferta de atendimento em acordo com as especificidades do protocolo do PrTr e tendem a orientar um “fazer profissional” baseado por noções patologizantes, o que reverbera em relatos que seguem:

Recentemente houve uma inclusão do nome social no atendimento ao paciente em consultórios, o que é muito bom. Em contrapartida, grande parte dos profissionais da saúde são despreparados para atender pessoa trans, como ginecologistas. (Rubi, PR)

Tive o privilégio e sorte de na minha caminhada encontrar profissionais disponíveis e acolhedores, mas mesmo assim com pouco ou nenhum conhecimento, o que dificulta bastante meu cuidado em saúde. (Morion, RN)

Os médicos que tive contato na rede pública de saúde não sabiam como atender. Não foram preconceituosos ou me trataram mal, mas não tinham quase nenhum conhecimento sobre pessoas trans. (Esfênio, Pr)

Deve-se realizar uma maior capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento à população trans. A maior parte dos médicos de hoje ainda não estão aptos a receber e atender pessoas trans, o que acaba dificultando muito o acesso aos tratamentos por essas pessoas, e torna o tratamento particular cada vez mais caro. (Rubi, ES)

A partir das reflexões em torno das representações construídas acerca do fazer institucional e profissional no âmbito da saúde, infere-se a prevalência de dispositivos políticos e essencialistas impostos às corporalidades que divergem das normativas hegemônicas, cujos sentidos e significados orientados pelo sistema sexo-gênero-desejo em coerência são materializados nas relações sociais que tendem a significar as vivências e subjetividades de homens trans ou transmaculines pelo viés da opressão e/ou invalidação das suas corporalidades.

Nessa perspectiva, compreendemos que o acesso às políticas públicas, sobretudo a política da saúde para as pessoas trans será consolidada, quando houver maior legitimidade para a garantia de direitos e acesso a recursos e serviços. Dessa forma, a equiparação de oportunidades e o enfrentamento das desigualdades, dependerá do engajamento e maiores investimentos públicos nesse setor.

#### 7.2.4 Reconhecimento social

Para as investigações e análises das representações produzidas acerca da reação familiar com relação a transição corporal, bem como o acolhimento da família e social no que diz respeito à transexualidade e às construções das expressões e identidades de gênero, percebido pelos interlocutores dessa pesquisa, partimos do entendimento que os modos como se dão as relações familiares e sociais relacionadas à anunciação da transexualidade, sinalizam que quando não há abertura e/ou vontade para compreensão das formas diversas e plurais de existência, prevalecem os discursos cis-heteronormativos sustentando essas relações e práticas discursivas no meio familiar e círculo de amigos/as/es.

Por conseguinte, as marcas deixadas pela sociedade, desde as relações no núcleo familiar causam impactos emocionais, sobretudo com o aumento das vulnerabilidades psicossociais, o que converge para a resistência familiar ao acolhimento em virtude da ininteligibilidade para o pertencimento social e foi demonstrado em relatos, como o que segue:

Família tenho só tios, mas não aceitam meu gênero, e falam que eu não presto por ser quem sou. (Topázio, RJ)

Temos como entendimento que as representações subjetivas de gênero ou as autorrepresentações produzem efeitos e afetos nas construções sociais e na medida em que as formações sociais são estabelecidas por relações de dominação, os aparelhos ideológicos familiares, religiosos, morais, políticos que permeiam as relações familiares e sociais, pode levar os membros do núcleo familiar ao desacolhimento dos filhos LGBTQIA+ cujas representações de si, desestabilizam as relações antes sólidas e cristalizadas com relação a sexualidade e as identidades de gênero.

Nesse sentido o “ser e estar” no mundo por pessoas que divergem de normativas hegemônicas de gênero, sexo, desejo, desencadeiam múltiplos processos de exclusão e apagamentos nas diferentes esferas da sociedade e nos conduz à seguinte reflexão: o que esperar do Estado quando o não acolhimento reverbera desde a família, célula inicial da sociedade?

Quando questionados sobre a reação familiar em relação a transexualidade e a transição corporal, todos os 70 participantes responderam. Com base nos relatos, constatamos que, para além do estabelecido como norma às identidades e expressões de gênero, em meio a ambiguidades, os processos para

acolhimento/aceitação nem sempre se dão de forma irrestrita. Isso esteve presente no relato de 15 participantes, cujos fragmentos apresentamos aqui:

Minha mãe apoia incondicionalmente. Os demais, me respeitam, mas no fundo não apoiam. (Ônix, AC)

Hoje em dia possuo certa segurança financeira e o apoio de familiares próximos, e isso basta. Parte da minha família é religiosa fundamentalista e não temos mais contato, nunca sofri agressões físicas do meu núcleo familiar próximo e hoje em dia perdooi as transfobias sofridas no início da minha transição (eu ainda era menor de idade na época, tinha 16 anos). (Ônix, SP)

Boa, a maioria se adaptou com os pronomes e posso conversar tranquilamente sobre minhas questões. (Heliadore, PR)

No que se refere à ambiguidade nos processos para manutenção e/ou fortalecimento do acolhimento familiar, com base nos relatos de 25 interlocutores, houve prevalência da rejeição inicial, após o momento em que se anunciou a não identificação com o sexo e gênero designado ao nascimento e progressivamente, as vezes por longos anos, a normalização de suas existências no contexto familiar foi alcançada. Após esse lapso temporal no processo de acolhimento, pode-se dizer que neste momento 60% dos interlocutores, se sentem acolhidos/es pelos familiares, o que se observa nos relatos que seguem:

No início não fui nada aceito pela minha mãe, fui acolhido pelas minhas irmãs e amigas. Mas depois de dois anos as coisas estão bem melhores e hoje sou acolhido por todos. (Morion, RS)

No início, houve um certo choque por parte de minha mãe (choque esse compreensível e já esperado por mim); mas, em um curto espaço de tempo, a nossa relação ficou de um jeito que jamais esteve antes. Resumindo: a minha relação com a minha mãe e com a minha irmã hoje é MARAVILHOSA! E toda a minha família me aceita e me respeita. (Quartz, PB)

Agora aceitam. (Diamante, PR)

Pensar nas sujeições às ideologias dominantes no ideário ocidental, onde interesses políticos e econômicos do capitalismo com anuência do Estado favorece a perpetuação de poder às classes dominantes (classe, racial, gênero) quer pelas vias da religião, família, educação, moral e demais dispositivos em desfavor de grupos considerados minorias sociais e políticas, nos dá elementos para refletir sobre os processos de (des)acolhimento vivenciados por pessoas trans, e nos remete a Silva (2014), quando argumenta que a normalização de algumas identidades é arbitrária ao hierarquizar e se valer de parâmetros para anular as demais.

Sendo assim, a suposta força que a identidade considerada normal carrega, nem necessita ser anunciada pelo *status* de natural, desejável e única. Não sendo necessário nos esforçar para saber quais identidades são proclamadas como parâmetro de normalidade. Nesse sentido as identidades de gênero de pessoas trans são relegadas pela suposta hegemonia das pessoas cis, brancas, heterossexual, o que converge para ininteligibilidade social e desvantagens em todas as esferas da vida em sociedade. Concordamos com as argumentações de Preciado (2019, p. 293) em “*Eu sou monstro que vos fala*”

Ou todos nós temos uma identidade, ou não há identidade. Todos nós ocupamos um lugar diversificado em uma complexa teia de relações de poder. Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear a própria posição de identidade como universal.

Ao correlacionarmos os processos de rejeição familiar às expressões e identidades de gênero aqui reportadas, inferimos que 16 participantes experimentaram desacolhimento familiar em suas construções de identidade e expressão de gênero, como observamos nos depoimentos:

Não tenho apoio de nem um deles. Estou sozinho. (Topázio, RJ)

Não aceitam por conta de religião. (Titanito, GO)

Não aceitam, tive que sair de casa por conta disso. (Rubino, RJ)

Somado às situações que remetem a indiferença familiar, a qual foi citada por 07 interlocutores, compreendemos que seja ainda pior que a rejeição, pois nos processos de indiferença, se escancara a plena ausência de reconhecimento à existência desses sujeitos. Segundo Preciado (2019, p. 301):

Tudo o que é terrível e assustador sobre a transexualidade não está no processo de transição em si, mas na forma como os limites entre os sexos punem e ameaçam matar qualquer um que tente cruzá-los. Não é a transexualidade que é assustadora e perigosa, mas o regime da diferença sexual.

O cruzamento dessas fronteiras, para o qual se corre o risco de ficar à margem da sociedade, quando não há espaço para negociações rumo às transformações sociais, nos remete as seguintes narrativas relacionadas à indiferença familiar. Para esses interlocutores suas percepções apontam:



O tipo de família que não fala nada a favor nem nada contra. Mas por não querer ter a consciência pesada apenas finge não ver ou entender. (Jaspe, RJ)

Não se fala sobre isso. Também não falo com eles. (Jacinto, RS)

Por fim, no que se refere ao contexto das relações familiares relacionado a reação e acolhimento às construções das identidades e expressões de gênero de seus filhos/es, inferimos que as construções sociais e culturais historicamente aceitas como parte do senso comum para inteligibilidade social de pessoas trans, são árduos processos enfrentados por alguns interlocutores para o sentimento de pertencimento e acolhimento familiar.

Houve similaridade nas narrativas de 05 interlocutores, que reportaram desconforto ou impossibilidade de anunciar o modo como desejam ser reconhecidos em virtude de insegurança emocional, física, econômica para efetivamente sair do segredo e experienciar a identidade de gênero com a qual se identificam. E foi posto em evidência em relatos, como os que seguem:

Minha família não sabe pois são altamente conservadores. (Quartzie, RJ)

Não me assumi. (Ametrine, SP)

Não intencionamos romantizar as relações familiares e as dinâmicas que envolvem o acolhimento ou mesmo as reações às representações subjetivas de gênero ou a autorrepresentação dos filhos/es, em face das implicações dicotômicas nas construções de vivências familiares entre o público e o privado, das ponderações ideológicas que remetem às práticas sociais inóspitas à diversidade de gênero, pois já estão impregnadas e são aceitas como parte do senso comum. Nesse sentido, os processos para atribuição de inteligibilidade social às pessoas trans se apresentam conflituosos.

Contudo, na condição de mulher cis, branca, assistente social, mãe, pesquisadora, feminista, cujo posicionamento vai contra as generalizações nessa construção, discussões e análises e embora advogando pela perspectiva da representatividade, somos cientes das armadilhas para o reconhecimento social e político, em virtude das interferências dos sistemas de diferenciação, pois conforme nos alerta Hall (*apud* SILVA, 2014), nas significações pelo viés da diferença o outro, quando visto a partir de lógicas e posições hegemônicas, tende a ser sub-representado para o reconhecimento social e político.

No entanto, dada a natureza dialética nas representações, em que as construções são permeadas por valores, noções e práticas sociais, há possibilidade de negociações e arranjos nas construções e representações das identidades.

Considerando a natureza dialética das relações e das representações, cujas construções são permeadas por valores, normas, entendemos haver possibilidades de negociações e arranjos nas construções para acolhimento nas relações familiares fragilizadas e resistentes às identidades de gênero dos filhos/es.

Contudo, não pactuando com normalizações por negligência, desamparo e omissão cometido aos quadros para representação e autorrepresentação de si, quando se observa que 40% de pessoas transmasculinas nesse universo de pesquisa, não contam com o mínimo de proteção familiar ou simplesmente “importem” de algum modo no seio familiar.

Advogamos que nas situações nas quais essa ausência impere, são prementes estratégias para que o poder público e a sociedade supram as vulnerabilidades psicossociais, e assim impeçam que os processos de estigmatização reverberem nas demais esferas sociais.

#### 7.2.5 Afetos produzidos por discursos cis-heteronormativos nas práticas sociais

Nesta seção analisaremos as percepções relacionadas ao cenário de proteção e/ou desproteção vivenciado pelos interlocutores dessa pesquisa, as quais evidenciamos convergir para os engendramentos sob bases ideológicas e hegemônicas produzidas e reproduzidas por discursos cis-heteronormativos nas práticas sociais, cujas experiências remetem às discriminações que afetam suas vivências de forma negativa e os posicionam em desvantagem nas relações sociais. Os relatos que seguem denotam isso:

Eu sinto mais disforia causada pela pressão psicossocial do que dismorfia corporal parei de usar Binder por conta da fibromialgia. (Berile, PR)

Eu sinto disforia ao perceber que ainda sou visto como mulher por coisas que eu associo ao meu corpo masculino, como os meus seios ou o meu rosto mais delicado. Meus seios são parte da minha identidade como homem trans, assim como todo o resto, e me incomoda perceber que pra algumas pessoas, ser homem significa se livrar disso. (Rubino, RJ)

Compreendemos que a depender das relações e o meio social no qual as pessoas trans estão inseridas, se mais ou menos inclusivas, decorrem de produções ou reproduções discursivas que podem afetar negativamente e/ou aniquilar suas

existências. Por conseguinte, as imposições de passabilidade para atribuição de inteligibilidade social, são materializadas por dispositivos que com frequência os atravessam, produzindo efeitos ambivalentes nas vivências das pessoas transmasculinas:

O que eu posso dizer é que para aqueles que possuem passabilidade corporal devem ser bem mais felizes perante a sociedade do que os que não possuem. Eu por exemplo mal consigo sair de casa devido aos meus seios avantajados e a disforia que me consome no dia a dia e a transfobia sofrida em ambientes públicos por causa disso. (Jaspe, RJ)

É imensamente importante, penso eu, por questão de segurança. O que me preocupa mesmo é o quanto podemos nos esconder atrás desse véu. Sempre que possível faço questão de me colocar como homem trans, e defender os diferentes tipos de masculinidade. (Zircão, SP)

Para dialogar sobre os desdobramentos acerca dos efeitos e afetos dos discursos cis-heteronormativos, bem como os condicionantes estabelecidos nas práticas sociais, o que foi convencionado de “passabilidade” às pessoas trans, compreendemos ser preciso ter em mente, que são engendrados por enquadramentos compulsórios que decorrem de normatizações e classificações baseados e/ou impostos pela cis-heteronorma e são extremamente nocivos à diversidade de gênero.

Nesse sentido, compreendemos que decorrem de práticas discursivas que operam pela chancela e o olhar do “outro” para com os corpos, cujas identidades de gênero são dissidentes das normas vigentes. Conforme Daniela Andrade (2017, n.p): “Achar que a identidade de gênero obrigatoriamente depende da aparência é uma violência ao direito que cada um tem sobre seu corpo.”

Nos pautando na multiplicidade de vivências, construções subjetivas e experiências singulares de cada pessoa. Temos como entendimento, que as classificações hegemônicas impostas para validação das pessoas transmasculinas, produzem opressões ao estabelecer similaridade aos signos e expressões de masculinidades performadas por pessoas cis, isto é, demanda que suas vivências e comportamentos ocorram como se pessoas cis o fossem. Diante desse contexto, funcionando como um dispositivo da cis-heteronorma para atribuição de inteligibilidade social, com base em Butler (2016), operam na lógica de quanto mais inteligível mais próximo da humanidade.

A partir dessas noções, é possível traçar diálogos com e acerca das experiências vividas pelos interlocutores no que diz respeito às percepções sobre a

passabilidade, cuja complexidade e riqueza das narrativas, compreendemos superar certas conceituações do âmbito acadêmico, o que denota a necessidade de maior diálogo entre teorias com a realidade social de homens trans e/ou transmaculines, o que pode ser evidenciado nas declarações que seguem:

A passabilidade não é importante à transmasculinidade. Ela é um conceito EMPURRADO ao universo transmasculino como objetivo a ser alcançado - vc deve se parecer com um cis - criando uma ilusão de que "quanto mais eu confirmar a masculinidade cis (e até mesmo condutas machistas), maior a probabilidade de eu 'ser aceito como normal'". Associar a passabilidade à população trans é dizer a ela que ainda há uma "normalidade" a ser atingida. precisamos falar mais de masculinidade trans do que de passabilidade. Tirar essa ideia de que queremos, podemos e devemos nos "passar por cis". passabilidade é um conceito perigoso que faz com que homens trans parem de se identificar como homens trans e passem a "fingir" serem cis (ninguém vai notar a diferença). O que pode fazer com que se exponham, sem saber, à violência do preconceito. (boys don't cry é um bom exemplo) falar a masculinidade trans é falar desse conjunto das características corporais que representam o nosso desejo pro nosso corpo vivenciar a masculinidade que queremos. Cada momento em que uma dessas características se concretiza em nossa vida, a alegria de alcançar uma conquista é muito importante. Mas isso é uma construção individual e não podemos uniformizar processos, critérios e características. Mas o seria muito errado, seria cisnormativo. (Rubino, PR, grifos do interlocutor)

Passabilidade é algo tão ruim quanto competir quem desenvolve mais músculos com exercício, ou quem tira a nota mais alta numa prova. Grande parte da própria comunidade trans opta por eleger o/a trans mais bonito/a, mais talentoso/a, mais fotogênico/a. Como avaliar entre uma pessoa negra e uma branca quem é a mais bonita, por exemplo? São duas belezas distintas igualmente bonitas, cada uma a seu modo. Passabilidade é tóxica pois está confirmando o mesmo padrão social que já está impregnado na sociedade. O ego, muitas vezes, é sempre quem fala independente da luta de gênero e, alimentar essa raiz é continuar cometendo o mesmo erro. Eleger o mais "passável" e quanto mais passável menos perigo de violência, mais inserido na sociedade, mais é aceito quase como se a pessoa não fosse trans afinal, já ouvi muitos comentários como "pode ser viado mas, não precisa ser afetado". Isso é um erro brutal e cruel. Existe tanto a se falar sobre isso que não caberia escrever tudo neste único instante. (Citrino, PR)

É complicado, porque para manter essa tal passabilidade é necessário manter comportamentos muito tóxicos da masculinidade. Qualquer pequeno detalhe pode "trair" essa passabilidade. Pessoas racializadas precisam lidar com a "ameaça" que passam a representar para as outras pessoas quando conseguem ser lidas como homem, e assim com o risco de violência policial, no mínimo. Não é meu caso, sou branco, mas acho importante falar sobre. No meu caso percebi ser impossível atingir essa passabilidade sem mastectomia e muito desgaste performando masculinidade tóxica. Quero fazer mastectomia mas não pela passabilidade, e sim por sentir fazer sentido pra mim. Existe também a questão de, sendo não-binário, não existir um modelo de passabilidade onde eu seja lido como não-binário, independente do que eu faça. (Heliodore, RJ)

Nesse sentido, ao se associar a passabilidade ao reconhecimento social e político de pessoas transmasculinas, se perpetuam assimetrias e processos excludentes, como nos diz Daniela Andrade (2017, n.p.): “Nem toda pessoa trans tem os recursos ou o desejo de passar por cirurgias e procedimentos estéticos”. O que converge para as percepções relacionadas a passabilidade por alguns interlocutores, os quais em suas representações sociais de gênero se opõem ao crivo da validação cis-normativa para reconhecimento social e político. No qual, evidencia-se:

Sim. A passabilidade, independente da leitura que a sociedade faz, é importante para mim. A leitura da imagem do meu corpo por mim mesmo é o que mais importa. Por isso, sim, a passabilidade é imprescindível para que eu me sinta bem comigo mesmo. (Quartz, PB)

Não acho que devemos nos adequar ao que é imposto pela sociedade. O mais importante é nos sentirmos bem com procedimentos que buscamos. (Jaspe, SP)

Eu tenho uma expressão de gênero bastante afeminada, não demonstrei ainda o interesse pela hormonização, apenas pela mastectomia, porém uso roupas femininas, pinto as unhas, uso maquiagem, mesmo que meus pronomes sejam ele/dele e meu nome seja masculino. Digo isso porquê, ao meu ver, a passabilidade é algo muito pessoal, eu gostaria de ter passabilidade apenas para que meu gênero fosse respeitado com mais facilidade e frequência, porém, em minha relação comigo mesmo, não vejo necessidade. Acho que a passabilidade é o mínimo que a sociedade espera das pessoas trans para que sejam aceitas, para que sejam minimamente inclusas, a sociedade espera que as pessoas trans queiram parecer exatamente como uma pessoa cis, sendo que discordo totalmente disso. Não somos pessoas cis e não podemos nem necessariamente queremos seguir o padrão estético cis. Acho passabilidade algo bastante problemático, mas que garante maior segurança para a pessoa trans, uma vez que chama menos atenção na rua e atrai menos olhares julgadores. Mas a sociedade que está errada, não nós. (Zaffre, SP)

Entendemos que as pressões sociais produzidas, reproduzidas e repercutidas pelas mídias sociais, corroboram às expectativas ancoradas em discursos cis-heteronormativos, sobre o que pode e o que se faz regra para validação dos corpos. Criando no imaginário de pessoas trans, a necessidade de reprodução dessas expressões, para que assim, sintam-se de alguma forma pertencentes, a exemplo do que ocorre nos meios de comunicação, cujos dispositivos e produções midiáticas, levam as pessoas trans à submissão dos ditames criados por padrões de normalidade e estéticos, para que possam ser aceitos/as. Daniela Andrade (2017, n.p.) argumenta que:

O pouco espaço que as pessoas trans têm na mídia também se restringe ao que é considerado "passável" por cisgênero. Esta padronização estética é

mais uma das opressões às quais pessoas trans são submetidas socialmente.

Sendo assim, a passabilidade das pessoas trans, estabelecida pelo crivo de outrem para legitimação de suas existências, se mostra cruel ao refutar o desejo pessoal de cada um/a em sentir-se de determinados modos e em acordo com suas projeções, condições e possibilidades. No entanto, quando ressignificada conforme postulou Vergueiro (2016), podem ser compreendidas como estratégia de resistência e enfrentamento aos processos opressores. Os depoimentos que seguem convergem com este argumento:

Eu sou bastante passável, e consigo ocupar espaços onde sou lido como um homem cis, branco, e muitas vezes hétero (porém sou bissexual). Nesses ambientes, tenho a opção de me dizer trans ou não, conforme o ambiente se mostra propício ou não. Sendo passável, consigo viver minha vida sem o medo de ser lido enquanto um corpo trans. Morando no país que mais mata pessoas trans, ser lido enquanto "diferente" é um risco à vida, então a passabilidade vem como segurança. (Rubino, SP)

Sim. Aqui posso falar somente por mim e sobre a minha observação. Acho que cada pessoa trans masculina tem sua visão. Pra mim o corpo masculino é uma questão de auto-estima, de auto-aceitação. E minha visão relativa a passabilidade tem dois aspectos não muito felizes. I- porque não deveria ser assim. II- A passabilidade está relacionada a segurança física e a empregabilidade das pessoas trans aqui no Brasil. (Esfênio, RJ)

Observamos, em alguns relatos, a correlação do modo como vem sendo operacionalizado o PrTr com a passabilidade, os quais lançam críticas contundentes ao poder decisório acerca da produção e circulação de dispositivos biotecnológicos para a construção de suas corporalidades, esses interlocutores apontam a passabilidade como um problema de saúde pública:

Complicado falar sobre um assunto delicado, não acho que seja correto o termo passabilidade, pode ser a falta de acesso a hormônios, ou a própria genética do indivíduo. Retornando, existe muitas (os) trans que não tem acesso a hormonização correta, acho que sim é um assunto de saúde pública. A ser debatido pelos governos, pagamos imposto, imposto sobre a renda enfim, só servimos para pagar os impostos? (Jacinto, RJ)

Eu me sinto na verdade esquecido, em relação, minha transição, sem apoio nos custos de remédio ou hormônios, com a falta dos mesmos, a ansiedade é gritante, vários sentimentos de depressão. Vontade resolver minha disforia que sinto em meu corpo. Sem saber por onde começar, e por várias vezes somos levados a pensar em tirar nossas vidas por esse motivo. (Topázio, RJ)

Desta forma, entendemos que restam prejudicadas as garantias para segurança física e psicológica, naqueles contextos em que pessoas transmasculinas adotariam a passabilidade como mecanismo para se livrar de violências, agressões e discriminações, mas lhes são negados os “escudos” para viver em paz e com mais segurança. As significações acerca da passabilidade com associação a segurança e proteção, foram expressas em relatos como os que seguem:

Devido a segurança pessoal acho imprescindível a passibilidade. (Rubi, PE)

É extremamente importante para segurança, moramos em um país machista, misógino e atualmente extremamente intolerante e violento. (Olivine, RJ)

Por segurança é melhor parecer um homem cis. Fora isso, tem a questão da saúde mental, ter peitos me faz um mal enorme, muito maior do que deixar alguém confuso sobre eu ser ou não homem. Já me disseram que tenho passabilidade, mas com esse volume no peito eu não consigo acreditar, ando na rua me encolhendo e tenho crises de pânico. (Zircão, CE)

Compreendemos que para além dos dispositivos estéticos/hegemônicos aos quais estão submetidos, quando se põe em evidência, que a passabilidade está associada por pessoas trans à condição de estratégias para a garantia de segurança física e psicológica contra atrocidades que possam vir a sofrer, ou já sofreram. Com o aprofundamento das análises, evidenciamos que os interlocutores que possuem “passabilidade” não há incidência de experiências relacionadas ao medo e insegurança, de sequer poder sair nas ruas sem correr o risco de ser estuproado/e. Por outro lado, aos que não a alcançaram, as narrativas que seguem denotam medo e insegurança:

Poder andar na rua sem medo de ser estuproado, poder usar as roupas que quero sem que eu seja motivo de piada, poder ir a praia ou piscina, não ter que andar com um monte de cachecol todo dia na rua mesmo quando tá um calor insuportável pra poder evitar que a violência que já é intensa fique ainda pior. (Jacinte, MG)

Ter passibilidade diminui os riscos de sofrer um estupro compulsório e até mesmo me abre mais portas de emprego, escola e outras interações sociais. Já que o fato de ser uma pessoa trans não chega antes de quem eu sou em questões de personalidade, caráter e competência. (Quartz, PR)

Sendo assim, a reiteração de normas regulatórias a favor dos discursos cis-heteronormativos materializa a inferioridade de determinados corpos e ao classificar as diferenças como desviantes da “normalidade” a fim de corrigir possíveis desvios,

contribuiu e valida as práticas criminosas aqui referenciadas contra as pessoas transmasculinas. Nery e Maranhão Filho (2017, p. 281) asseveram:

[...] essas masculinidades não são reconhecidas e sofrem diretamente a opressão machista: seus corpos são lidos como estupráveis e seguem marcados pela tutela e controle que caracterizam a relação da sociedade com os corpos das mulheres. Isso impacta diretamente tanto a construção da identidade de gênero e modificações corporais quanto à vivência da sexualidade, ao desejo e à vida social.

As representações construídas sobre a “passabilidade” de gênero, evidenciam posicionamentos paradoxais em suas significações, a depender do modo como são posicionados ou se posicionam na sociedade, para o qual deve-se considerar os processos discriminatórios e opressivos produzidos pelos enquadramentos dos demais marcadores sociais da diferença.

No percurso analítico dessa categorização, acerca dos afetos produzidos por discursos cis-heteronormativos nas práticas sociais, o que está relacionado aos ditames da “passabilidade”, localizamos significações relacionadas aos processos subjetivos para construções de si, percepções voltadas à estratégias para segurança física e pertencimento social, também há os posicionamentos críticos os quais trazem verdadeiras lições aos/às que pautam em suas práticas discursivas o crivo de “passabilidade” às pessoas trans, o que denota a necessidade de maior diálogo e espaço no âmbito acadêmico, para a construção e fortalecimento de epistemologias nas quais possam apresentar contribuições para essas discussões.

Orientadas pela garantia do direito a ter direitos, inferimos que para amenizar os quadros de violação de direitos que se encontram as pessoas trans, em face da fragilidade existencial que grande parte dos interlocutores retrataram, ratificamos a urgência da ampliação de acesso às tecnologias de gênero por meio do PrTr/SUS com vistas a contribuir com a eliminação das atrocidades e demais práticas criminosas que assolam e rondam suas vivências.

Outrossim, compreendemos que para o combate de práticas transfóbicas que acometem as vivências de pessoas transmasculinas, é de premente necessidade o debate pela sociedade civil acerca dessas práticas e de políticas para inclusão social e imperativo que o Estado não se isente da responsabilização em pôr fim a violação de direitos sociais, de criar políticas efetivas de proteção às pessoas trans, bem como



à garantia de acesso à saúde, educação, trabalho, segurança e demais políticas públicas.

#### 7.2.6 Resistir para existir

Nesta seção, em compreensão ao discurso como parte das práticas sociais, as quais são relacionais e dialeticamente interconectadas, entendemos que as práticas sociais em estruturas predeterminadas em cada tempo sócio-histórico e cultural, a exemplo das instituições de saúde, podem sofrer transformações e mudanças sociais a partir de mudanças discursivas.

Inspiradas pela ADC em articulação com estudos de gênero, identidades e tecnologias, nos dedicaremos nessas análises e interpretações a identificação de mudanças sociais e culturais a partir dos posicionamentos e representações dos interlocutores, o que podem ser compreendidas como dispositivos contra hegemônicos de resistência e emancipação às práticas discursivas cis-heteronormativas, uma vez que produções de novos efeitos de sentidos podem provocar rupturas.

Sendo assim, com base nos relatos e experiências, buscamos identificar as percepções acerca dos caminhos percorridos, limites e desafios para acesso ao PrTr, assinalando práticas discursivas de resistência produzidas por eles/us nas relações sociais, sobretudo no âmbito da saúde, face a recorrência de interpelações cis-heteronormativas sobre suas corporalidades, expressões e identidades de gênero.

Nesse percurso evidenciamos percepções que remetiam à invalidação nos processos de construção subjetiva de suas identidades de gênero em decorrência do não reconhecimento social e político às especificidades em saúde. Nessa perspectiva, entendendo que discursos denotam micro ou macro transformações em práticas sociais, a falta de reconhecimento e exclusão percebida por esses sujeitos produzem discursos de denúncia e resistência, os quais podemos correlacionar ao relato que segue:

Hoje em dia costumo ir a profissionais que acolhem bem, por exemplo minha ginecologista. Ela me respeita como homem e nunca tive problemas. Atende por plano de saúde. [...] Até porque já não tenho paciência para ficar tolerando desrespeito e ensinando profissionais que deveriam conhecer gente trans. Por isso tento já me informar se o profissional respeita, porque certamente não ficarei em silêncio em caso de desrespeito, inclusive envolvendo medidas judiciais se necessário. Já tive muitas experiências desagradáveis antes da retificação dos documentos, em especial por desrespeito ao (então) nome

social. Já fui a ginecologista que sequer sabia que existem homens trans, abandonei a consulta na metade e nunca mais fui. Em geral os profissionais da saúde parecem envergonhados ou acanhados quando menciono que sou trans e eles costumam ignorar isso. No máximo perguntam se faço acompanhamento com médico. E a resposta é sim. Antes ia a um clínico geral, mas hoje é minha ginecologista que receita a testo e que pede os exames periódicos. (Jacinto, PR)

Considerando a dialeticidade nas práticas sociais, as quais podem figurar um modo de dominação quando acionado para reproduzir relações de poder, de igual forma, pode ser estabelecida para transformação dessas relações e/ou deslocamentos para produção de novos sentidos. Observamos entre as narrativas de nossos interlocutores, que diante das discriminações sofridas por eles/us no âmbito do atendimento em saúde, há em seus posicionamentos, discursos que remetem a necessidade de mudanças sociais e culturais. Vejamos o relato que segue:

Entender que cada pessoa tem suas particularidades na sua transição, nem todo mundo quer ficar igual um homem cis, e passabilidade nem sempre é elogio, eu sou um cara trans hormonizado e extremamente afeminado, mesmo com barba minha passabilidade some. E também não banalizar a importância desses serviços, por exemplo, o meu psiquiatra (do ambulatório T) não quer me colocar na fila para mastectomia porque ele disse que ainda não estou bem o suficiente pra isso, mas entende que parte de eu não estar bem tem a ver com ainda não ter tido acesso a mastectomia? E que ela jamais será parte do problema e sim da solução. (Jacinte, MG)

A experiência trazida por Jacinte MG, quando o médico refuta a necessidade da indicação para realização da mamoplastia masculinizadora por julgá-lo não estar bem, contraditoriamente é uma das consequências por ele não se sentir “bem”. O que põe em evidência a ótica do controle, regulação, interdições e capturas pelos regimes do saber/poder e patriarcado sobre os corpos.

Entendemos que embora pessoas transmasculinas sejam posicionadas no lugar de subordinação, subalternização pelas violências produzidas contra eles/us, suas reações ao interagir com outras pessoas a respeito das situações e demandas que explicitam processos de hierarquização na relação entre médico e paciente/usuários, produzem práticas discursivas de resistência e luta para o reconhecimento de suas necessidades e existências, ou seja, para a significação de seus corpos enquanto corpos que importam e que buscam dignidade para suas vidas.

Sendo assim, defendemos que a operacionalização do PrTr, esteja pautada na desnaturalização do saber médico e poder profissional sobre a construção das corporalidades de pessoas trans, o que compreendemos ser um dos caminhos para

as mudanças culturais e transformações sociais nas práticas discursivas do saber/poder médico junto ao protocolo instituído pelo SUS para disponibilização do PrTr.

Por conseguinte, criaria fissuras para desestabilizar a perspectiva hegemônica de compreensão da transexualidade, na qual as pessoas trans ainda são posicionadas mediante discursos que as nomeiam à condição de categoria patológica e/ou sub-humana, o que converge para os relatos que seguem:

Precisamos de 100% de autonomia em relação a nossos corpos, afinal são NOSSOS. Devemos ter acesso livre a todos os médicos, tratamento e cirurgias a partir dos 18 anos. Deveríamos ter direito mais rápido e de mais qualidade a tudo isso e também a apoio psicológico. (Heliodore, RJ, grifos do interlocutor)

Precisamos de mais autonomia. Constantemente sentia que eu precisava de permissão pra fazer o que bem entendesse com o meu corpo, além de tantos de nós que precisam "provar" serem "homens de verdade". Muitas vezes precisamos nos colocar numa caixa de estereótipos trans para os profissionais de saúde nos aceitarem e nos darem os laudos para os processos. (Berilo, PR)

São nesses contextos, que discursos contra hegemônicos produzidos em resistência a processos de interdição e desumanização do saber/poder médico materializado no SUS/PrTr, quando externados de modo particular e/ou coletivo no âmbito institucional da saúde ou nas demais esferas, por meio de manifestações, denúncias, promovem deslocamentos à produção de novos efeitos de sentido e assim podem provocar transformações em práticas sociais antes discriminatórias e/ou preconceituosas.

E assim, na medida em que se nomeia e expõe vivências e experiências da vida social atravessadas por relações de dominação e demais violências, pode-se fomentar novos caminhos para mudanças e dirimir processos de violações de direitos com relação a política de saúde pública. Vejamos o seguinte relato denunciativo:

Aqui entra a questão do SUS mesmo, de precisar de mais recursos e de maior fiscalização para onde vai o que existe. Acredito que os profissionais estão fazendo o melhor que podem - o que não os isenta de serem transfóbicos, mas é preciso que sejam feitas atividades, cursos etc para apresentar novas realidades e demonstrar quais são os comportamentos e falas adequadas. No próprio ambulatório trans de Bauru tem uma profissional da psicologia que age de forma bastante esquisita quando falamos qualquer questão relacionada a transgeneridade. Não sinto nenhum pingão de vontade de passar pela terapia dela. Que ajuda poderia me dar? Ela mesma precisa de um acompanhamento para aprender a lidar com a discussão sobre gênero. Agradeço pelo espaço e pela pesquisa! Forte abraço. (Zircão, SP)

As práticas discursivas que representam processos de contestação e resistência às práticas sociais excludentes, são lutas contra-hegemônicas, e mesmo que produzidas localmente podem figurar em transformações sociais para práticas sociais mais solidárias e equânimes no conjunto da vida social das pessoas transmasculinas, ainda que seus efeitos sejam percebidos em momentos posteriores e remete ao relato de Zircão SP, e seu empreendimento para criar mudanças culturais e sociais, o que denota modos de resistência para existência digna às pessoas trans:

Estou planejando um portal sobre gênero e sexualidade para ampliar as discussões sobre o tema. É algo muito complicado, especialmente por vivermos no Brasil. Entendo quem queira transformar seu corpo em uma plataforma política, mas não creio que esse caminho é o mais seguro, possivelmente nem mesmo o mais eficaz. Gênero e sexualidade são discussões delicadas. A minha estratégia é conquistar maior apoio da sociedade em geral, e para isso busco tornar a discussão mais acessível. Para assim garantir maior segurança (não só falando sobre políticas públicas, mas sobre a visão que a sociedade tem de homens e mulheres trans, e o quanto isso influencia nosso cenário atual). Para mim a passabilidade foi fundamental para aumentar minha confiança em mim mesmo, e meu senso de merecimento. Vejam, sou formado pela Unesp, na época em que entrei na faculdade de Design Gráfico, meu curso era o melhor do país, superior ao da USP que estava apenas iniciando. Ainda assim, acabei no telemarketing por pouco mais de dois anos para tornar viável minha transição. Não estou diminuindo de forma alguma trabalhadores de qualquer área, mas colocando em questão o que me levou a um subemprego. (Zircão, SP)

À vista disso, entendemos que ressignificações de normas regulatórias ancoradas em discursos cis-heteronormativos, contribuem para a desconstrução de (CIS) temas cristalizados por discursos hegemônicos como norma, e assim, contribuirá para comportamentos e ações em perspectivas mais igualitárias, pois, se o discurso por um lado constitui as relações sociais, por outro lado, por elas são constituídos. Nessa perspectiva, os discursos que denotam micro ou macro transformações em práticas sociais para rupturas e deslocamentos, convergem com o relato que segue:

Os profissionais de saúde precisam ser devidamente treinados e avaliados quanto ao tratamento e atendimento de pessoas trans, eu particularmente nunca tive problemas muito sérios com isso mas já vi relatos extremamente pesados de preconceito com homens trans no atendimento público (mas que poderia ter acontecido no privado também). Além disso, eu estudei enfermagem e não havia nenhum tipo de matéria ou conteúdo sobre pessoas trans ou LGBT, aprendíamos sobre o sistema reprodutor como sistema "masculino" e "feminino", além de muito preconceito já na escola por parte de professores, demonstrando um despreparo estrutural, que vem desde a formação acadêmica dos profissionais de saúde até chegar no atendimento final, que fica bastante prejudicado e cheio de estigmas. (Zaffre, SP)

Ao pôr em evidência as experiências que remetem dissabores, processos de estigmatização vivenciados por pessoas transmasculinas, não intencionamos despertar eventuais sentimentos de compadecimento para com a diversidade de expressões e identidades de gênero. E, sim trazer para reflexão o reconhecimento de que em nossas práticas sociais, podemos estar sustentando essas estruturas para manutenção das desigualdades.

Nessa perspectiva, a partir de mudanças discursivas nas práticas sociais, nós enquanto pesquisadoras/es, a academia e a sociedade em geral, poderia contribuir para práticas discursivas que primem por maior visibilidade e atendimento das demandas das pessoas trans no âmbito da saúde e demais políticas públicas, o que ecoará no reconhecimento social e político desses sujeitos. O seguinte relato contribui para essa discussão:

Precisamos de mais profissionais qualificados, pois a demanda é alta. Somos colocados em filas de espera com prazos de mais de 1 ano, um tempo considerável na vida de quem tem pouco mais de 30 anos de expectativa. Todas as cidades deveriam fornecer esse tipo de atendimento, e inclusive os hormônios (o SUS de São Paulo fornece uma excelente testosterona, que nas farmácias custa cerca de 400 reais). (Rubino, SP)

Nos pautamos nas percepções dos interlocutores acerca da disponibilização dos serviços do PrTr nos moldes com que estão postos atualmente, para a identificação dos relatos que denotam oposição e resistência a este modelo, aqui compreendidos como meios para os processos de emancipação às formas hegemônicas na prestação de serviços em saúde às pessoas trans.

Nossa aposta teórico-metodológica voltada às transformações sociais por meio de mudanças discursivas, compreende que serão nessas mudanças que ocorrerá a provocação de fissuras e brechas para novas práticas sociais. Sendo assim, com o compromisso em contribuir com o rompimento das reiteradas violações embasadas em lógicas transfóbicas, sexistas, racistas, capacitistas, classistas, entre outras, entendemos esse empreendimento ser fundamental para ampliação do conjunto às vidas que importam (BUTLER, 2015).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer dessa construção, as escolhas teóricas e aproximações com conceituações descentraram-nos e instigaram a aprofundar conhecimento e reflexões: por que não há olhares de inclusão e garantias de direitos com manutenção das diferenças?

Dentre as vertentes que nos afetaram, as discussões relacionadas ao papel da linguagem/discurso ao postular que, assim como a linguagem nos constitui, nós a constituímos por meio dos significados que lhes damos, bem como nos significantes de cada um/uma na produção de sentidos, na vida vivida. É, também, por meio da qual se produzem corpos, visões de mundo e identidades, sem desconsiderar as constituições históricas, culturais e sociais que compõem as construções relacionadas às identidades, em meio a relações de poder enredadas por forças hegemônicas.

Também nos levou a reflexões de que viver poderia ser mais simples e a questionar quais elementos dificultam nossas existências. Certamente, o modo de produção e economia vigentes que nos tornam reféns de suas imposições, muitas vezes imperceptíveis, na maioria das ocasiões, podem nos aprisionar em uma individualidade egoísta. Aí, falha-se na constituição de sujeitos em e com a coletividade, ao ponto de tolher a convivência na e com as diferenças, e assim reprimindo a noção de nos ver refletidas/os nelas, e, ao invés de combatê-las enquanto diferença, poderíamos nos movimentar para, sim, combater as exclusões motivadas pelas diferenças.

As mobilizações teóricas sobre as identidades despiram-se do pensamento imperativo euro centrado, binário, cis centrado e contribuíram para as discussões sobre as atribuições de inteligibilidade social, um tema caro para a subversão das categorias fixas e engessadas sobre as identidades de gênero, das pessoas consideradas divergentes das normativas hegemônicas e, assim, assegurar vidas possíveis e vivíveis e longe das situações de abjeção.

Refletir sobre inteligibilidade às pessoas trans suscita buscar contribuições que fortaleçam a luta contra a naturalização e construções normativas arraigadas no ideário de sociedades como a do Brasil. E, se não forem contestadas, contribui-se para sua manutenção.

Em compreensão de que só se pode mudar aquilo que é nomeado, ao nomearmos a cis-heteronorma, aqui considerada produto e produtora de relações

hierárquicas sobre os corpos, identidades e vivências emerge da necessidade do reconhecimento aos privilégios e vantagens autoatribuídas pela cis-generidade, e, assim, um terreno fértil para viabilizar reflexões e tomada de consciência acerca dos afetos produzidos na atribuição de inteligibilidade social às pessoas trans.

Essas considerações iniciais nos permitem pensar também sobre as reverberações no contexto social, político e econômico, e como e quanto os discursos cis-heteronormativos estão arraigados no cotidiano, cujo poder de alcance utiliza da transfobia, machismo, misoginia e orbita em nossa sociedade, para a qual as pessoas trans tornam-se alvo, ao integrar os grupos enquadrados como minorias de direito.

Entendemos que essas práticas estão impregnadas de forma estrutural no fazer institucional, profissional e nas relações sociais cujo poder hegemônico mascarado como senso comum produz interpretações com base em valores e crenças, leituras estereotipadas ideologicamente, com as quais estamos tão familiarizados/as que as consideramos naturais e reverbera em várias frentes, como na materialização das tecnologias enquanto dispositivos hegemônicos.

Ademais, considerando que as formulações de políticas públicas podem ser compreendidas como componentes de sistemas tecnológicos, por conseguinte, são tomados como verdades absolutas, inquestionáveis e únicas possíveis. Contudo, as tecnologias entram para fazer parte dos corpos e vão contra a hierarquização dos corpos, desfazendo a lógica do pensamento binário.

Compreendemos que as interações sociais com a população transmasculina em experiências múltiplas e/ou situadas, com frequência, são materializadas pela transfobia, machismo e as representações consideradas hegemônicas das masculinidades performadas por pessoas cis, intensificando as experiências de opressão às construções das masculinidades outras. Aqui nos referimos às masculinidades performadas por homens trans e ou transmasculines.

Entre as motivações desta tese, defendemos que ao deixar de contestar as fundações estruturantes da sociedade em busca de um futuro mais inclusivo, manter-se-á as esquivas para com as diferenças, pluralidade e diversidade das expressões e identidades de gênero.

Também, colocamos em questão um problema social muitas vezes velado em face da invisibilização que acomete as pessoas trans, sobretudo os homens trans e transmasculines acerca da precariedade no acesso ao SUS. Tal cenário que, embora tenha instituído em 2011 a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays,

Bissexuais e Transgêneros, e a Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013 que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador para inclusão dos homens trans e das travestis, mantêm-se os processos de estigmatização às identidades de gênero de pessoas trans.

Nesta trajetória, vivenciamos o sofrimento psicológico causado pela disforia de gênero em pessoas transmasculinas a ponto de os colocar em risco de vida, para o qual ressaltamos que disforia está mais relacionada ao olhar do outro sobre os corpos de pessoas trans que os condena, produz discriminação, estigmatização e múltiplas violências.

Observamos, dentre as estratégias de pessoas transmasculinas, sobretudo aqueles/us enquadrados pelos marcadores sociais da diferença de classe social, raça, etnia, interessados na realização da mamoplastia masculinizadora, lançam “vakinha” eletrônica para angariação de recursos financeiros para acessar o procedimento pela rede particular de saúde, porém nem sempre conseguem alcançar o objetivo. Isso nos remete à indagação sobre quais os impactos sociais decorrentes dos avanços tecnológicos e científicos a grupos considerados subordinados no campo das masculinidades.

A partir desse fio condutor, e lembrando que o objetivo desta tese era analisar as percepções de homens trans e transmasculines relacionadas ao acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades do Processo Transexualizador (PrTr) instituído pelo SUS, fato que envolve as discussões acerca do determinismo tecnológico e seus atravessamentos na vida social das pessoas, consideramos que a pesquisa cujos resultados apresentamos nesta tese atingiu satisfatoriamente o objetivo a que se propôs.

Esta tese está engajada no fazer científico parcial e político, a partir da posição de uma pesquisadora cis, cujas questões relacionais trazem as marcas subjetivas de uma assistente social, pesquisadora, mãe e aliada da comunidade LGBTQIA+. Pensar nas dinâmicas de atendimento em saúde para pessoas transmasculinas foi um processo simultâneo de análises e autoanálises, marcado pelos atravessamentos produzidos pelo período pandêmico e inquietações geradas para não incorrer em imparcialidade, entretanto não há garantia de neutralidade, assim como nas pesquisas das ciências humanas e sociais, o que não exclui o rigor e a ética de pesquisas científicas.



Concomitantemente à necessidade de distanciamento para observação analítica entre pesquisadora e o outro, dialogar nesta tese os enredamentos e minúcias da construção e operação da transfobia foi e sempre será um desafio, embora a afetividade também permeie esta tese. Compreendemos que o acolhimento e afetividade poderia ser uma bandeira para todos, todas e todes, pois como seres humanos, somos capazes de afetar e sermos afetados, pois afetos podem trocar sentidos e construir subjetividades, além de despertar empatia e mudanças necessárias para a desconstrução de práticas transfóbicas.

A escolha instrumental para o *corpus* empírico, mediante o preenchimento de formulário/questionário para coleta de informações no *google forms*, mostrou-se adequado e não incidiu em desvantagens. Nas abordagens, reforçou-se o cuidado para não sermos invasivas nas questões levantadas, o que remeteu à sensação de estar em completa interação e diálogo com eles/us. No entanto, mesmo considerando eventuais incômodos ao se tratar de intimidades, como nas questões referentes à saúde sexual e reprodutiva, suporte para os processos de transição corporal, ficou nítido o quanto se faz necessário avançar em políticas efetivamente acolhedoras junto ao PrTr.

Por outro lado, para além das demonstradas por alguns homens trans, pessoas transmasculinas ou transmasculines, as aproximações relacionadas aos processos de representação social de gênero ou as autorrepresentações evidenciam posicionamentos contra hegemônicos e de resistência para a busca de seus objetivos. O que foi demonstrado pelo considerável percentual de estudantes matriculados e cursando graduação, pós ou demais especializações, e, embora sem aprofundamentos acerca das relações interpessoais no âmbito da educação, consideramos ser relevante apontar essa constatação.

Ressaltamos que as construções analíticas versam o universo dos interlocutores desta tese, sem pretensões de produzir generalizações no campo das transmasculinidades. Avaliamos que as narrativas trouxeram elementos relevantes que, por um lado, remetem-nos a uma dimensão individual, modos singulares de relação com a construção das corporalidades. Por outro lado, também foram importantes para analisarmos como as questões relacionadas à linha do cuidado do PrTr são materializadas no âmbito da saúde, familiar e sociedade.

As interconexões do objetivo geral e específicos com a formulação de categorias analíticas para identificação, investigação e análises das relações de poder em uma estrutura desigual, vão ao encontro com o problema de pesquisa.

Esta tese traz problematizações relacionadas à Portaria 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefiniu o PrTr para inclusão dos homens trans e das travestis ao acesso aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares, colocando em questão quais fatores contribuem para que tal linha de cuidado institucionalizada junto ao SUS se mostra incipiente aos que não dispõem de rede de apoio, saúde particular ou convênio médico para o suporte clínico e social aos que decidem pelas tecnologias de gênero/procedimentos para transição corporal.

Portanto, mostra-se a necessidade de identificar se o protocolo do PrTr do modo como está instituído atualmente, para inserção de homens trans ou transmasculines que decidiram por esses serviços, estariam sendo afetados/es em seus processos para transição corporal, tendo em vista a reincidência de discursos/dispositivos hegemônicos orientados pela suposta subversão à matriz de sexo-gênero-desejo.

Outrossim, traz discussões relacionadas aos desafios e as controvérsias na sua operacionalização. Dentre os objetivos específicos, dedicamo-nos a: levantar quais são e como ocorrem o acesso às tecnologias de gênero para a produção das corporalidades, subjetividades e pertencimento social (dificuldade, limites e possibilidades) a partir do entendimento dos próprios participantes; identificar quais as dificuldades de acesso ao procedimento cirúrgico (mamoplastia masculinizadora) aos homens trans e transmasculines para transição corporal; verificar se a linha de cuidado institucionalizada junto ao SUS desde 2013 se mostra suficiente para atendimento aos que não dispõem de rede de apoio, saúde particular ou convênio médico para o suporte clínico e social aos que decidem pelas tecnologias de gênero/procedimentos para transição corporal; identificar de que forma o cenário de proteção ou desproteção é percebido nas vivências dos homens trans e transmasculines acerca dos impactos dos discursos cis-heteronormativos. Entendemos que os objetivos foram alcançados no desenvolvimento desta tese.

Com relação à pergunta norteadora desta tese, a saber: quais as percepções dos homens trans e transmasculines relacionadas ao acesso e acompanhamento para o atendimento das especificidades acerca do PrTr? teve como objetivo geral analisar

as percepções de homens trans e transmasculines relacionadas ao acesso e acompanhamento especializado para o atendimento das especificidades acerca do PrTr instituído pelo SUS.

Consideramos que a pergunta foi respondida ao longo da tese, pois provocamos pensar as percepções e afetos nas construções e representações sociais de gênero de homens trans ou transmasculines aos que decidem acessar os procedimentos do PrTr para transição corporal, no que concerne à (in)suficiência de incentivos para inovações científicas e tecnológicas, bem como pela oferta dos insumos disponibilizados pela rede pública de saúde.

Suscitamos reflexões e críticas, análises de tensões e controvérsias, sobretudo nas questões relacionadas à passabilidade, dispositivo produzido pela cis-heteronorma que imputa parâmetros para a inteligibilidade social às pessoas trans, ao mesmo tempo em que dificulta meios para acessá-los. Referidas contradições são postas em evidência pelas violações contra os interlocutores desta tese. A título de exemplo, citamos a demanda reprimida em filas de espera para inserção nos serviços do protocolo PrTr e seus desdobramentos para uma existência segura e livre de todas as formas de violências. Evidenciamos que a ausência/presença do Estado na (in)disponibilização dos serviços do PrTr via SUS reverbera nas intersecções da transfobia estrutural, processos de estigmatização, e, assim, deslegitima as construções e representações de si de pessoas trans.

Com o aprofundamento analítico nesta tese, pôs-se em evidência que, para interlocutores que possuem “passabilidade”, não há incidência de experiências relacionadas ao medo e insegurança, de sequer poder sair às ruas sem correr o risco de ser estuprado/e ou agredido/e. Uma vez considerado que as tecnologias de gênero e sexualidade marcam presença na vida das pessoas desde a concepção, ou ainda antes, em uma espécie de vigilância aos corpos, mesmo que amparados institucionalmente pelo PrTr/SUS, há prejuízos aos homens trans e transmasculines que buscam atendimento às especificidades em saúde.

Das correlações conceituais e empíricas desta tese, pôs-se em evidência a prevalência do fazer profissional no âmbito da saúde, estabelecida por dispositivos cujos efeitos patologizantes sobre os corpos, operam na lógica da naturalização de comportamentos e performances esperadas para homens e mulheres com base no sexo e gênero designado no nascimento.

Portanto, nossa tese põe em evidência e reivindica a urgência da ampliação de acesso às tecnologias de gênero por meio do PrTr/SUS com vistas a garantir o direito a ter direitos, título desta tese, para que se abriem os quadros de violação em que se encontram as pessoas transmasculinas, em face da ausência do Estado/SUS, o que potencializa as fragilidades, inclusive a existencial, como foi observado nas representações de grande parte dos interlocutores.

Ressaltamos que as identidades de gênero das pessoas trans não são subordinadas à validação de processos biotecnológicos e defendemos a primazia das autorrepresentações e construções subjetivas das identidades de gênero de pessoas trans. Contudo, sendo as identidades estabelecidas nas relações sociais, lançar mão das tecnologias de gênero, cujos dispositivos acionam técnicas, procedimentos, práticas e discursos à produção de sujeitos, coaduna-se com as reflexões acerca da produção das corporalidades e construções de si, bem como pode contribuir com a eliminação das violações, atrocidades e demais práticas criminosas que assolam e rondam as vivências de pessoas transmasculinas.

Não temos a pretensão, portanto, de enquadrar o campo das transmasculinidades em um desses paradigmas de inclusão, mas, sim, pela lógica do direito a ter direitos. Entendemos a necessidade de reformulações eficientes para o cumprimento dos princípios da universalidade, integralidade e equidade no acesso a todos, todas e todes que decidam pelos serviços do PrTr, para o qual não se pode isentar o Estado/SUS da urgência em reconhecer que suas próprias estruturas sustentam desigualdades sociais e articulam opressões de forma interseccional.

Por meio das discussões e experiências apresentadas nesta tese, refletimos sobre os modos possíveis de significação e ressignificação do olhar que se lança às pessoas trans e seus trânsitos no âmbito da saúde e demais esferas. Ao fazer isso, pretendemos apontar que processos transfóbicos são promovidos e naturalizados pela cis-heteronorma, todavia, há caminhos para desnaturalizá-los a partir do reconhecimento social e político às pessoas cujas identidades de gênero não se constroem sob bases ideológicas e hegemônicas. Nessa perspectiva, as relações sociais podem sofrer transformações e reconhecimento à inteligibilidade social de pessoas trans em nada afetaria a performatividade cisgênera.

Esperamos, com esta tese, ter contribuído com a quebra de estigmas, o que poderá auxiliar na desconstrução das velhas práticas hegemônicas que imputam um ideal de corpo padrão. Objetivamos contribuir para o fortalecimento dos movimentos

sociais de pessoas transmasculinas para resistência e promoção de posicionamentos estratégicos para a reivindicação das especificidades em saúde e demais direitos sociais.

Além disso, será possível também contribuir para o entendimento de que os termos para inteligibilidade social enquanto corpos possíveis condicionam a emergência do reconhecimento social e político, para que as representações de “si” possam reverberar micropolíticas orientadas por uma perspectiva inclusiva e voltada à garantia de direitos humanos, promoção de autonomia e redução das desigualdades enfrentadas.

Nesta tese, não tivemos pretensão de esgotar as discussões das dinâmicas que se interseccionam nas vivências e experiências no campo da saúde pelas pessoas transmasculinas, disputas e tensões na ocupação e trânsito nos espaços relacionados ao PrTr. Todavia, ratificamos nosso posicionamento em contribuir com a manutenção dos avanços no campo dos direitos sociais já assegurado às pessoas trans, bem como nas reivindicações para ampliação de direitos. As inquietações e afetos produzidos nesta tese, certamente, suscitarão reflexões e problematizações para as quais será produtivo dialogar, ler e ouvir nossos pares homens trans e transmasculines pesquisadores da academia acerca dessa temática.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NOTÍCIAS IBGE. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação fica estável em 26 das 27 UFs no 1º trimestre de 2022**. Disponível em: <

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33703-pnad-continua-trimestral-desocupacao-fica-estavel-em-26-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2022>. Acesso em 25/06/2023

AGÊNCIA SENADO. **Após movimentação pelo STF, foi aprovado o projeto proibindo a discriminação de doadores de sangue por orientação sexual**.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/04/aprovado-projeto-que-proibe-discriminacao-de-doadores-de-sangue-por-orientacao-sexual>.

Acesso em 09/11/2022.

ALMEIDA, Kaciane Daniella de. **Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com as mãos sujas**: agruras da educação sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à ideologia de gênero. 2018. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

ANDRADE, Daniela. O que é e porque você precisa entender mais sobre passabilidade. Site BuzzFeed. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/o-que-e-e-porque-voce-precisa-entender-mais-sobre-passabilidade#:~:text=O%20termo%20%22passabilidade%22%20significa%20%22passabilidade%20se%20por%22.&text=A%20ativista%20trans%20Daniela%20Andrade,diss%20ela%20ao%20BuzzFeed%20Brasil>. Acesso em 12/05/2021.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola**: Assujeitamento e resistência a ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e transexuais). **Como acessar o sus para questões de transição?** 27 jul. 2020. Disponível em:

<https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/#:~:text=Para%20ter%20acesso%20aos%20servi%C3%A7os,mais%20pr%C3%B3xima%20da%20sua%20resid%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 06/01/2021.

AUN, Heloisa. **'Foi a melhor coisa da minha vida', diz homem trans após mastectomia**

Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/foi-a-melhor-coisa-da-minha-vida-diz-homem-trans-apos-mastectomia/?fbclid=IwAR3HyDnmUTauAZFqtYdxj0bYmbO6I6CoGS0V0ujy4WCbQBdp2N8Gvx8e508> - Acesso em 10/10/2019

ASA SAÚDE EDUCACIONAL. **Ambulatórios estaduais de saúde trans e centros de acolhimento LGBTQIA**. Disponível em:

<https://www.saude-lgbtqia.com/assistenciaestadual>. Acesso em 06/12/2022.

AUSTIN, John Langshaw. **Como hacer cosas con palabras**. Barcelona: Paidós, 1998.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BAKHTIN, Mikhail; Voloshinov, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. (tradução Michel Lahud e Yara F. Vieira), 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em 11/05/2023.

BENEVIDES, Bruna. **Revista Híbrida**. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-depornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em 14/05/2022.

BENTO, Berenice. Na Escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. 2 e. São Paulo: Editora Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do Corpo** Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3 ed. Salvador/BA: Editora Devires, 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, abr. 2006.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Caderno Saúde Pública (CSP)**, v. 35, n. 4, p. 01-12, jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.080/1990, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 18/11/2021.

BRASIL. **Portaria n. 1820/2009, de 13 de agosto de 2009**. Dispõe sobre direitos e deveres de usuários do SUS. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820\\_13\\_08\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html). Acesso em 11/10/2022.

BRASIL. **Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010**. Organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no Brasil. Acesso em

18/10/2021. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html). Acesso em: 18/10/2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 18/11/2021.

BRASIL. **Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html). Acesso em 16/09/2021.

BRASIL. **Portaria n. 2.803/2013, de 20 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em 20/08/2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**.

Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf). Acesso em: 20/08/2022.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. Tradução de André Rios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 95-126, abril 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CEREZO, José Antonio López. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o Estado da Arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, Lucy Woellner *et al.* (org.) **Ciência, Tecnologia e Sociedade. O desafio da interação**. Londrina: IAPAR, p. 11-46, 2004.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.185-206, 1995.

CONNELL Robert W. Connell e James W. Messerschmidt. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan.-abril/2013.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Editora Nversos, 2016.



DERRIDA, Jacques. **Limited Inc.** *Campinas: Papyrus*, 1991.

ESTADÃO - **Brasil tem recorde de 39,307 milhões de informais no trimestre até agosto**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>. Acesso em 25/06/2023

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, dez. 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudanças sociais**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, Michel Alves. **Que verdades podem nos fazer livres?** Desvelando discursos àimotológicos de gênero e raça nos espaços das universidades. 2021. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: Curso no College de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HALL, Stuart; **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HALL, Stuart; **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006 (org. e trad.).

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], Campinas, v.1, n.5, p. 7-41, jan. 2009.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Org.) **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Minas Gerais: ed. Autêntica, 2009. p. 33-118.

IBDFAM - **Suspensão da decisão judicial que previa coleta de informações acerca da identidade de gênero e orientação sexual da população brasileira no Censo/IBGE 2022** – Disponível em: [https://ibdfam.org.br/noticias/9807#:~:text=O%20Tribunal%20Regional%20Federal%](https://ibdfam.org.br/noticias/9807#:~:text=O%20Tribunal%20Regional%20Federal%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20e%20Rio%20de%20Janeiro,~:text=O%20Tribunal%20Regional%20Federal%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20e%20Rio%20de%20Janeiro)

20%2D%20TRF,pelo%20IBGE%20nesta%20segunda%2Dfeira - Acesso em 29/07/2022.

INCERTI, Tania Gracieli Veja; CARVALHO, Ana Maria; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Nome social: um direito de e para a cidadania. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 456-473, jan./jun. 2021.

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades. **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas.** Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a identidade de Gênero: Conceitos e Termos: conceitos e termos.** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: 2012. E-book. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso 07/01/2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, nov. 2012.

LAU, Héilton Diego. Conhecendo a Linguística Queer: Entrevista com Rodrigo Borba. **REVISTA X**, Curitiba, v.14, n.4, p. 8-19, 2019.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAURETIS. Teresa De. **A tecnologia do gênero.** Indiana University Press, 1987. p. 1-30.

LEMOS, Kaio. O despreparo na rede hospitalar e a felicidade em ml: Angústia e prazer dão dimensão à hormonioterapia. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 1, n.1, pag. 47-58, 2018.

LEMOS, Kaio Souza. **Processos externalizadores: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará.** 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71> - Acesso em 21/10/2021

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, fev. 2001.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MELO, Iran Ferreira. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**, Cubatão, v. 05, n.11, jul./dez. 2009.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs). **Metodologia de pesquisas pós-críticas em educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **A LGBTifobia passa a ser reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2019 nos mesmos moldes dos crimes previstos pelo artigo 2º da Lei 7.716/1989**. Disponível em <https://mppr.mp.br/2020/01/22248,10/LGBTifobia-e-crime-e-ja-comeca-a-resultar-em-denuncias-criminais.html>. Acesso em 12/09/2022

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOREIRA, Herivelto; CALEFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NEDER, Ricardo T. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. 2. ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2013.

NERY, João Walter; MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 280-299, maio/out. 2017.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In JESUS, Jaqueline Gomes de. (org) **Transfeminismo: Teorias & Práticas**. Rio de Janeiro, Editora Metanóia, 2014.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **“Somos quem podemos ser”**: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **“A educação é uma catapulta para a liberdade”**: acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior. 2020. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. Por que você não me abraça?: Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR 28**, São Paulo, v.15, n. 28, p. 167-179, mai. 2018.

OLIVEIRA, Suze Amaral. **Representações sociais sobre estudantes em situação de vulnerabilidade social**: em análise, uma mostra de discurso docente em redes sociais digitais. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Redenção - Ceará, 2022.

ONG Mães pela Diversidade. São Paulo. 2022 Vídeo institucional disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=655153908924183>. Acesso em 01/09/2022.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto *et al.* Memórias transmasculinas: das reflexões nacionais ao movimento de homens trans carioca. *In: V Seminário Internacional Desfazendo Gênero*. 2021, Campina Grande. **Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

PEREIRA, Mabel de Oliveira Cortez; ROLIM NETO, Modesto Leite. A Assistência Pública de Saúde aos Pacientes Transexuais no Brasil na Atualidade: Uma Revisão de Literatura. **Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia**. v.15, n.57, p. 1027-1046, out. 2021.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

Portal G1. **Média móvel de mortes por Covid no Brasil volta a ficar acima de 100 após uma semana**. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/05/11/media-movel-de-mortes-por-covid-no-brasil-volta-a-ficar-acima-de-100-apos-uma-semana.ghtml>. Acesso em 12/05/2022

PRECIADO, B. Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abril 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. (Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro). São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, B. Paul. **Testo Junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. (Tradução Sara Wagner York) **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v. 22, n.1, p. 278-331, dez. 2022.

RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RESENDE, Viviane de Melo. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2019.

Resolução do CFM Nº 2.265 de 20 de setembro de 2019. Disponível em <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265> acesso em 06/12/2022

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.276-291, jul./dez. 2019.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos; QUADRADO, Raquel Pereira. Corpos Trans: longe de serem corpos dóceis. **Cad. Gen. Tecnol.**, Curitiba, v.14, n. 44, p. 410-433, jul./dez. 2021.

RODRIGUEZ, Shay. **Terapia hormonal e automedicação em pessoas trans**. YouTube, 11 de novembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/2rQYmayk2Ts>. Acesso em: 28/11/2022.

SALLES, Atilio Catosso; LUNKES, Fernanda Luzia; BRANCO, Luiza Castello (Orgs.) **Afeto(s) e(m) discurso**: movimentos dos sujeitos e dos sentidos na história. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SANTOS, Daniel Kerry. *et al.* Psicologia, Políticas do Corpo, do Gênero e das Sexualidades: capturas e resistências do cotidiano. **Psicologia Política**. Belo Horizonte, v. 18. n. 42. p. 309-321. Mai./ago. 2018.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Azul para meninos e rosa para meninas? O design como uma tecnologia de gênero. *In*: III Seminário Internacional Belas Artes. 3., 2019, Montevideu. **Anais III Seminário Internacional Belas Artes**. Montevideu: Universidad de La República Uruguay, p. 1-16, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 280-306, dez. 2020.

SILVA, Luzia Rodrigues da. O discurso da professora: Representação e transitividade. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA. 1., 2009, Uberlândia. **Anais Simpósio Internacional de Letras e Linguística, SILEL**. Uberlândia: EDUFU - Universidade Federal de Goiás (UFG), p. 1-9, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Site ONG **Mães pela Diversidade**. Disponível em: <https://maespeladiversidade.org.br/>. Acesso em 01/09/2022.

SOARES, Leonardo Barros; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que significa?. **Estudos e pesquisa em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 408-429, set. 2009.

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos humanos e saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans”. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidades e travestilidade na saúde**. Brasília, 2015.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa, *et al.* Da luta à Execução do Processo Transexualizador: Experiência no Hospital das Clínicas da UFPE. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam; PINTO, Cristiano Rosalino Braule. **Transpolíticas Públicas**. Campinas: Papel Social, 2017, p. 113-138.

TILIO, Rogério. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**. Nilópolis, v. 1, n. 2, p. 86-102, mai.- ago. 2010.

TV DEMOCRACIA **Programa Libertas** mediado por Ana Cláudia Simão. YouTube, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/I0Ns5IW-Cj0>>. Acesso em: 10/10/2021.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.